

ACTAS

V Jornadas Internacionales de Estudios de América Latina y el Caribe

ESCENARIO REGIONAL DE OFENSIVA CAPITALISTA Y REBELIONES POPULARES

27, 28 y 29 de octubre de 2021



ISSN: 2422-5568

Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe
Facultad de Ciencias Sociales | Universidad de Buenos Aires
IEALC

.UBAsociales
FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES

.UBA200


CLACSO

V Jornadas Internacionales de
Estudios de América Latina y el Caribe

ESCENARIO REGIONAL DE OFENSIVA CAPITALISTA Y REBELIONES POPULARES

27, 28 y 29 de octubre de 2021

ANEXO



Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe

Facultad de Ciencias Sociales · Universidad de Buenos Aires

Directora

Mabel Thwaites Rey

Comité Académico

Claustro de Investigadores

Alexia Massholder · Marina Acosta · María Alicia Gutiérrez · Emilio Taddei

Néstor Kohan · Julio Moyano · Alejandra Oberti · Hernán Ouviaña

Claustro de Investigadores en Formación

Fernando Toyos · Mariela Baladrón · Romina Carrillo

Martín Mosquera · Vanesa Ciolli · Roxana Sánchez

Equipo de gestión

Leonardo Altamiranda · Mariana Barragán · Silvia Dermirdjian

Marcelo T. de Alvear 2230 · 3º piso of. 314

(C1122AAJ) Ciudad de Buenos Aires

Teléfono · +54 11 5287 1525

Correo · iealc@sociales.uba.ar

Sitio · iealc.sociales.uba.ar

ÍNDICE

EJE 2. TEORÍA POLÍTICA Y PENSAMIENTO SOCIAL LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

MESA 13: EL ESTADO COMO CAMPO ESTRATÉGICO DE LUCHA. APORTES PARA PENSAR LOS PROCESOS DE TRANSICIÓN EN ALC.....6

COORDINACIÓN: JORGE OROVITZ SANMARTINO, MARTÍN MOSQUERA Y MELISA DEMETRIO

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO POULANTZIANA..... 6

Mateus C. M. de Albuquerque

LA DEMOCRACIA INESTABLE Y DE TRANSICIÓN. UNA CONCLUSIÓN POLÍTICA DE PODER OBRERO 18

Federico Cormick

HACIA UNA TEORÍA FEMINISTA DEL ESTADO: APORTES DESDE UNA LECTURA DE POULANTZAS..... 32

Jacinta Gorriti

EL INTERREGNO LATINOAMERICANO. CRISIS DE HEGEMONÍA Y PROYECTOS ESTATALES EN DISPUTA.....42

Joel Sidler y Víctor Ramiro Fernández

SERVICIOS DE INTELIGENCIA Y ESPIONAJE EN EL CONTEXTO LATINOAMERICANO. APUNTES PARA UNA INVESTIGACIÓN..... 56

Santiago E. Vásquez

MESA 18: INTELLECTUALES Y CULTURA COMUNISTA EN ALC EN EL CONTEXTO DE LOS MARXISMOS DEL SUR GLOBAL..... 70

COORDINACIÓN: ALEXIA MASSHOLDER, GABRIELA ROFFINELLI Y GABRIELA CURI AZAR

SOLIDARIDADES ANTIIMPERIALISTAS Y ANTIGUERRERAS DESDE AMÉRICA LATINA: COMUNISTAS, REFORMISTAS Y
SOCIALISTAS DURANTE LA GUERRA DEL CHACO (1932-1935).....70

Ernesto García

EJE 6. CULTURA, ARTE Y POLÍTICA EN AMÉRICA LATINA

MESA 36: REPRESENTACIONES DE ALC EN LAS REVISTAS CULTURALES ARGENTINAS DEL SIGLO XX..... 85

COORDINACIÓN: ALEXIA MASSHOLDER Y NATALIA BUSTELO

LA "HORA AMERICANA" EN EL MANIFIESTO LIMINAR Y LAS REVISTAS ARGENTINAS DE LA REFORMA UNIVERSITARIA....85

Natalia Bustelo

FEMINARIA (1988-2007): INTERVENCIONES POLÍTICO-CULTURALES A TRAVÉS DE REFLEXIONES LITERARIAS..... 98

Lucía Santilli y Karina Boiola

AMÉRICA LATINA EN *LA PROTESTA. SUPLEMENTO SEMANAL*. PRIMER AÑO, PRIMER TRIMESTRE..... 107

Nicolás Tacchinardi

EJE 10. CLASES SOCIALES Y OFENSIVA NEOLIBERAL EN LA REGIÓN

MESA 59: LOS SECTORES MEDIOS EN LA ESTRATEGIA NEOLIBERAL LATINOAMERICANA..... 115

COORDINACIÓN: FERNANDO TOYOS, BARBARA ESTÉVEZ LESTON, AGUSTÍN FERRARI, BRYAM HERRERA JURADO Y PABLO
VILLARREAL

EL IMPEACHMENT A DILMA ROUSSEFF: EL GOLPE A UN LIDERAZGO SIN RECURSOS DE PODER..... 115

Lucas J. Fullana

EL PROBLEMA DE LAS CLASES MEDIAS EN USA. -REPERCUSIÓN PARA LOS PAÍSES LATINOS- 133

Aymara Miner y Lucas Carballo

RECONFIGURACIONES SUBJETIVAS EN EL MARCO DE LA OFENSIVA NEOLIBERAL-CONSERVADORA EN ARGENTINA (2008-2019)..... 141
Ernesto Schtivelband

A FACETA CONVERSADORA DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: DA QUEDA DE CONSUMO À ADESÃO AO BOLSONARISMO..... 155
Paulo Ricardo Zilio Abdala

MESA 60: DESIGUALDADES Y ESTRUCTURA SOCIAL EN ALC: CONTINUIDADES Y CAMBIOS EN EL SIGLO XXI 168

COORDINACIÓN: FERNANDO TOYOS, BARBARA ESTÉVEZ LESTON, AGUSTÍN FERRARI, BRYAM HERRERA JURADO Y PABLO VILLARREAL

EL CONSUMO DE CARNE COMO INDICADOR DE LAS DESIGUALDADES SOCIALES. (ARGENTINA, 1996-2020)..... 168
Christian Nahuel Barrios y Luis Ernesto Blacha

TENDENCIAS RECIENTES, EN LA ESTRUCTURA SOCIAL LATINOAMERICANA..... 183
Eduardo Chávez Molina

MARIÁTEGUI, QUIJANO E AS LUTAS DE CLASSE INDOAMERICANAS DO SÉCULO XXI: APONTAMENTOS SOBRE EQUADOR E BOLÍVIA. 197
Leandro Galastri

PUENTES Y TRANQUERAS EN LAS TRAYECTORIAS EDUCATIVAS DE EGRESADOS DE ESCUELAS TÉCNICAS EN ARGENTINA. EFECTOS DE CLASE SOCIAL DE ORIGEN Y LA INSERCIÓN LABORAL (2009-2017)..... 212
Sebastian Lemos

UNA APROXIMACIÓN ESTADÍSTICA A LAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DE LOS ESTUDIANTES DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA DE JÓVENES Y ADULTOS EN ARGENTINA..... 232
Julián Olivares

MESA 13: EL ESTADO COMO CAMPO ESTRATÉGICO DE LUCHA.
 APORTES PARA PENSAR LOS PROCESOS DE TRANSICIÓN EN ALC
 COORDINACIÓN: JORGE OROVITZ SANMARTINO, MARTÍN MOSQUERA Y MELISA DEMETRIO

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO POULANTZIANA¹

Mateus C. M. de Albuquerque²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção que se referencia no teórico marxista grego Nicos Poulantzas ao redor do globo. Para tanto, fará uso do método bibliométrico buscando filtrar o que se produziu tendo como citação de referência Nicos Poulantzas. Para realizar o estudo, faremos uso do “Bibliometrix”, um pacote de pesquisa da plataforma R. Faremos usos dos bancos de dados extraídos pela *Scopus/Elsevier* e por bibliotecas da rede *Web of Science* para extrair as informações utilizadas. Através da bibliometria, foi possível observar indicadores descritivos, como os países que mais citam Poulantzas, quais os artigos mais citados e quais as palavras-chave mais utilizadas. Além disso, o estudo crítico da bibliometria pode nos levar a um balanço da produção poulantziana. Afinal, vários dos mais respeitados comentadores da obra do filósofo apontam para a existência de fissuras e divergências em seus escritos: do flerte com Sartre, passando por sua fase estruturalista, até a sua derradeira obra “Estado, Poder e Socialismo”, em que a perspectiva relacional trazida pelo autor é claramente inspirada na tradição gramsciana, além de reproduzir um diálogo crítico altamente fértil com o filósofo francês Michel Foucault. A partir da bibliometria, podemos pensar: que Poulantzas é mais citado? Quais concepções poulantzianas são mais adotadas pelos autores? Como conclusão, o artigo demonstra haver uma forte presença dos países da América Latina na produção poulantziana, embora os Estados Unidos sejam o país mais referenciado por estes estudos. Em termos de classificação da obra poulantziana, foi possível observar uma predominância da última fase de Poulantzas como referência para classificação do Estado e do poder, em estudos teóricos e aplicados.

Palavras-chave: Poulantzas; Bibliometria; Estado; Marxismo.

1 Este trabalho faz parte da pesquisa e das discussões produzidas pelo *Grupo de Investigación de Ciencia Política “Estudios de Poulantzas”*, da Universidade de Buenos Aires (UBA), dirigido por Mabel Thwaites-Rey e coordenado por Jorge Orovitz.

2 Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Ciências Sociais pela UFSM. E-mail: mateusmartinsdealbuquerque@gmail.com

Introdução

Bases de dados e coleta

Para realizar esta análise, fizemos uso do pacote *Bibliometrix*, disponível na plataforma R (Aria; Curcurullo, 2017)³. A escolha do *Bibliometrix* em detrimento das outras plataformas se deu pelo fato de que este é o *software* de licença aberta que permite mais recursos para análise, de acordo com o comparativo realizado por Moreira, Guimarães e Tsunoda (2020).

Primeiramente, coletamos as bases de dados em três diferentes fontes: 1) a base “Scopus”, da Elsevier; 2) a coleção principal do “Web of Science”, da Clarivate Analytics; 3) a “Scielo Citation Index”, coleção que também compõe a rede “Web of Science”. O critério para a escolha destas três fontes se define pelo fato de que as duas se apresentam como os maiores bancos de dados bibliográficos do planeta, possuindo formato compatível com o *bibliometrix* (Scopus, 2021; Clarivate, 2021a). Além disso, ao adicionar a Scielo, estamos também incluindo um maior escopo de literatura não-anglófona, possuindo ampla base de dados e bibliotecas próprias de línguas latinas (Clarivate, 2021b).

Em nossa *string* de busca, objetivamos uma busca ampla por artigos que tivessem em Poulantzas um de seus assuntos principais. Assim, consideramos as opções de buscas que incluíssem a presença do termo no título e/ou nas palavras-chave e/ou no resumo do artigo. Além disso, definimos o nosso recorte temporal como os últimos 30 anos, se iniciando em 1991 e encerrando em 23/08/2021, data em que esta coleta foi realizada. Por fim, também filtramos em nossa busca apenas textos publicados em periódicos científicos, desconsiderando capítulos de livro e livros inteiros. Na tabela abaixo, resumimos nosso processo de busca nas três plataformas, e os documentos encontrados.

Tabela 2: strings de busca nas plataformas “scopus”, “web of science” e “scielo”

	Scopus	Web Of Science	Scielo
String de busca	TITLE-ABS-KEY (poulantzas) AND PUBYEAR > 1990 AND PUBYEAR < 2022 AND (LIMIT-TO (DOCTYPE , «ar») OR LIMIT TO (DOCTYPE , «re»)) AND (LIMIT-TO (SRCTYPE , «j»))	TÓPICO: (Poulantza) AND TIPOS DE DOCUMENTO: (Article). Tempo estipulado: 1991-2021.	TS="Poulantzas". Tempo estipulado: 1991-01-01 até 2021-08-23. Tipo de documento: Artigo.
N de documentos encontrados	96	73	21

Elaborado pelo autor.

3 A versão do R utilizada para a execução deste estudo foi a 4.03. A versão do pacote *bibliometrix* utilizado foi a 3.14.

As três bases operam de forma diferente dentro do *bibliometrix*, com seus próprios indicadores de análise. Realizar a análise de cada uma das bases de maneira separada não nos permitiria ter uma visão geral do escopo. Além disso, alguns textos estão presentes em mais de uma *database*. Para resolver isso, o pacote oferece o mecanismo *mergeDbSources*, que permite fundir dados de bases diferentes, e excluir os textos que se repetem. Abaixo, a reprodução das linhas de código aplicadas no R para realizar essa fusão.

Figura 1: uso da ferramenta *mergedbsources* no pacote *bibliometrix* aplicado a este estudo

```
Scopus <- convert2df("PoulantzasScopus.bib", dbsource = "scopus",
                    format = "bibtex")
WOS1 <- convert2df("PoulantzasWOS1.bib", dbsource = "wos",
                  format = "bibtex")
WOS2 <- convert2df("PoulantzasWOS2.bib", dbsource = "wos",
                  format = "bibtex")
Scielo <- convert2df("PoulantzasScielo.ciw", dbsource = "wos",
                    format = "plaintext")

PoulantzasMerged <- mergeDbSources(Scopus, WOS1, WOS2,
                                   Scielo, remove.duplicated = TRUE)
```

Elaborado pelo autor.

A fusão entre as três *databases* foi intitulada “PoulantzasMerged”. Ela conta com um total de 142 documentos, resultado da soma das três bases e da subtração dos documentos repetidos. Este é o *corpus* de nosso estudo, a ser apresentado e analisado no excerto seguinte.

Resultados

Neste excerto, apresentaremos o resultado dos testes de nossa coleta. Na primeira subseção, apresentaremos informações gerais sobre a *database* “PoulantzasMerged”. Na subseção seguinte, apresentaremos a busca pelas respostas dos problemas propostos na introdução deste trabalho. Todas as análises informações aqui apresentadas foram elaboradas usando o recurso “*Biblioshiny*”, parte do pacote “*bibliometrix*”. Esse recurso permite a visualização e a plotagem dos dados usando a linguagem R sem necessitar da execução de linhas de código para cada uma das funções.

3.1 Informações gerais

Na tabela abaixo, observamos os dados gerais sobre o banco de dados:

Tabela 3: informações principais do banco de dados

Informação	Resultado
Número de fontes	94
Número de documentos	142
Número de referências citadas	6554
Número de palavras-chave	356
Número de autores	134
Número de artigos com um único autor	115
Média de documentos por autor	1,06
Média de autores por documento	0,944
Média de co-autores por documento	1,22
Índice de colaboração	1,63

Elaborado pelo autor.

É possível observar que nosso *corpus* é composto majoritariamente por artigos com apenas um autor, reduzindo índice de colaboração. Ao mesmo tempo, a baixa média de documentos por autor e o alto número de autores indica uma pluralidade de autores escrevendo sobre o tema dentro do *corpus*. Ao todo, os 142 documentos se referenciaram em 94 fontes diferentes. O menor número de fontes em relação aos documentos indica uma tendência à repetição de fontes citadas entre os artigos.

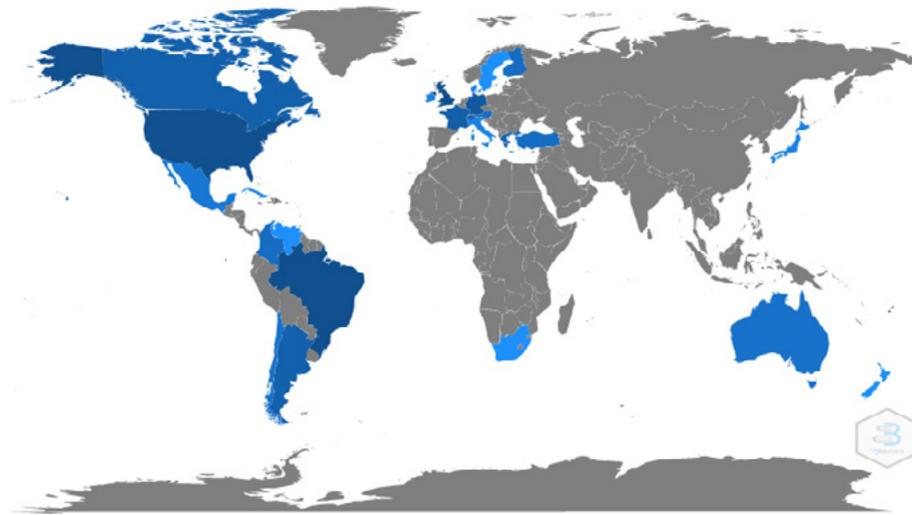
Abaixo, os países mais relevantes na produção do *corpus*, baseada no país de origem da afiliação institucional dos autores. As informações podem ser identificadas na tabela seguinte, que representa os oito países mais citados, e ilustradas na imagem subsequente. Na imagem, quanto mais escuro o tom da cor azul, mais presente é o país em termo de periódicos.

Tabela 4: oito países com maior número de autores afiliados às suas instituições no *corpus*

País	Frequência
Reino Unido	23
Brasil	21
EUA	20
Alemanha	13
França	10
Argentina	9
Canadá	9
Grécia	9

Elaborado pelo autor.

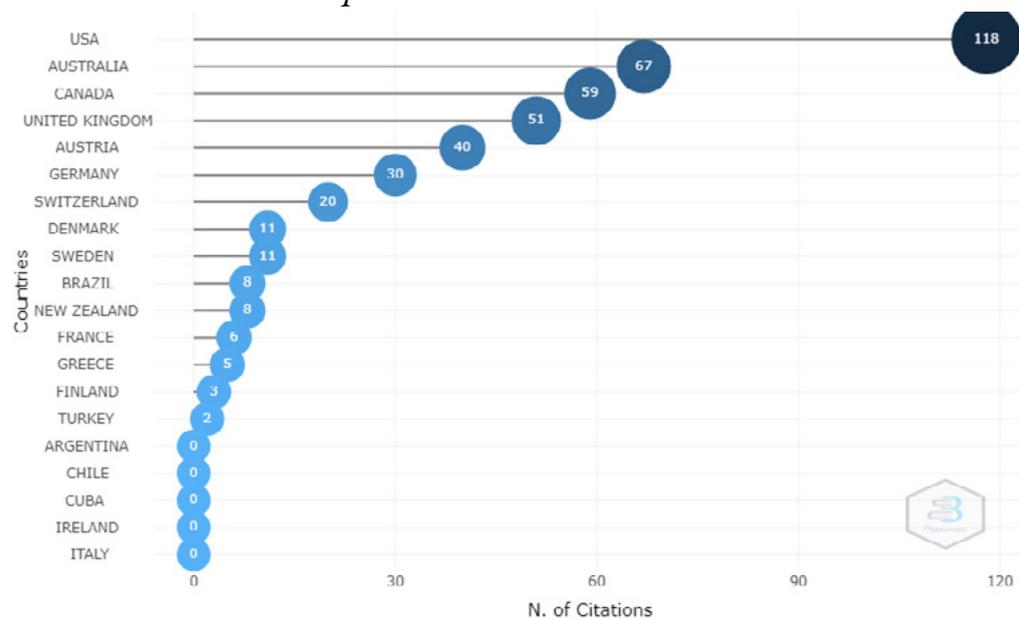
Figura 2: países com maior número de autores afiliados às suas instituições no *corpus*



Elaborado pelo autor.

Abaixo, os países mais citados como referência pelos autores, também baseados na quantidade de vezes em que um autor com filiação institucional neste país foi citado pelos documentos presentes no *corpus*.

Figura 3: países com maior número de autores afiliados às suas instituições citados nos documentos do *corpus*



Elaborado pelo autor.

Estas três últimas apresentações revelam a distribuição regional dos documentos presentes nesta análise. Há uma predominância do Reino Unido entre as instituições cujos filiados produziram artigos sobre Poulantzas. É notória a presença de países latino-americanos, especialmente Brasil e Argentina. Inclusive, estes se destacam sobre os dois países em que Nicos Poulantzas possui vínculos, seu país de nascimento (Grécia) e seu país de formação acadêmica e lotação profissional (França); ambos cenários de muitas análises específicas do autor sobre a política. O Brasil possui um destaque excepcional, sendo o segundo país mais presente, à frente de países com campo científico consideravelmente mais desenvolvido, como Estados Unidos e Alemanha. Quando observamos, entretanto, os países com mais filiados entre os autores citados por estes documentos, é notório maior destaque de pesquisadores vinculados a universidades estadunidenses. A questão linguística aqui parece importante, com os quatro primeiros países desta lista sendo anglófonos. O Brasil, destaque na categoria anterior, aparece na décima posição, ainda acima de França e Grécia. O fato de um país produzir muito mas ser pouco citado é reflexo da divisão internacional da produção científica, concentrada em países centrais do capitalismo, especialmente anglofalantes.

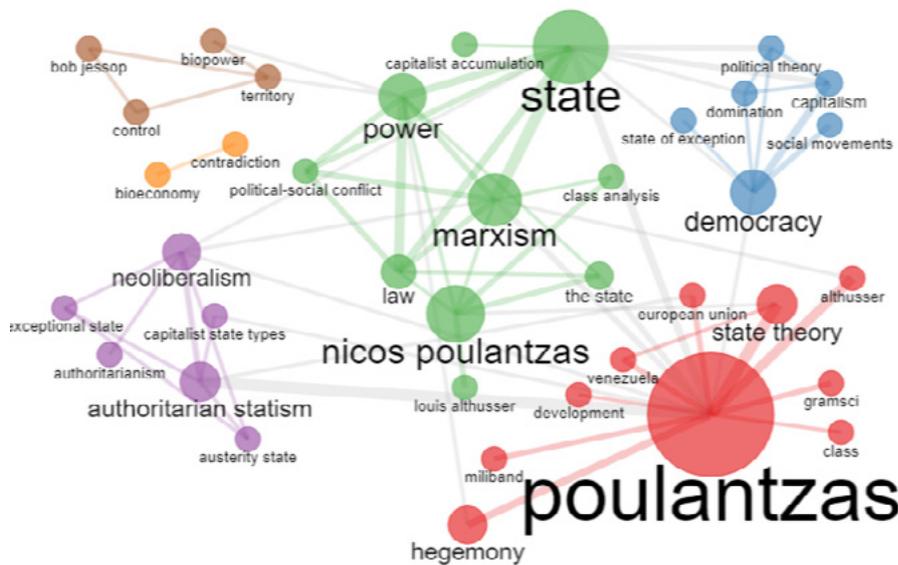
Na tabela abaixo, indicamos os temas que ocupam as 10 primeiras colocações no *ranking* de palavras-chave mais citadas pelos autores no *corpus*. Somamos palavras-chave semelhantes entre si, para facilitar a análise quantitativa.

Tabela 5: palavras-chave que mais aparecem no *corpus*

Palavras-Chave	Ocorrência
'Poulantzas' e derivados	54
'State' e derivados	32
'Authoritarianism' e derivados	16
'Marxism'	11
'Democracy'	10
'Neoliberalism'	9
'Capitalism' e derivados	9
'Althusser' e derivados	8
'Class Analysis' e derivados	7
'Power'	6
'Law'	6
'Social Movements'	5

Elaborado pelo autor.

No cluster abaixo, visualizamos a clusterização por associação dos artigos que citam as mesmas palavras-chave. Diferente da tabela anterior, não somamos palavras-chave semelhantes.

Figura 4: co-ocorência das palavras-chave que mais aparecem no *corpus*

Elaborado pelo autor. Normalizado por associação. Algoritmo de *cluster*: Louvain. Força de repulsão: -2.

Como podemos observar, o Estado segue sendo um elemento fundamental em todas as obras que estudam Poulantzas. Além de se tratar dos temas mais abordados como palavras-chave, também está, de formas diversas, na maioria dos *clusters* de co-ocorrência. Os *clusters* marcados em verde e vermelho, mais volumosos, possuem características mais amplas, não sendo possível identificar um tema comum. O *cluster* marcado em lilás claramente trata de estudos que aplicam a categoria “autoritarismo de Estado” ao neoliberalismo e às políticas de austeridade. O *cluster* marcado em azul parece tratar da relação dos aparelhos coercitivos de Estado com movimentos sociais. Os *clusters* marrom e amarelo parecem abordar categorias foucaultianas, como biopoder e bioeconomia.

3.2 Qual poulantzas?

Nesta subseção, pretendemos abordar a questão trazida na introdução. Sendo Poulantzas um autor permeado por fases, com inspirações e abordagens diferentes, qual seria a fase predominante em nosso *corpus*? Essa divisão de fases seria relevante para pensar a divisão temática dos estudos poulantzianos, ou mesmo a sua abordagem de pesquisa. Para fazer essa observação, primeiramente, selecionamos os 10 documentos mais citados em nosso *corpus*, e os analisamos conforme sua temática; as fases de Poulantzas referenciadas no estudo, segundo o proposto por Codato (2020); e a sua abordagem. Por abordagem, queremos avaliar se são estudos teóricos, que refletem abstratamente sobre as categorias poulantzianas ou sobre a obra de Poulantzas; ou se são estudos que aplicam categorias do autor Poulantzas para avaliar uma conjuntura específica.

Tabela 6: análise do tema, da fase de poulantzas e da abordagem dos 10 artigos do corpus que possuem mais citações nas bases de dados

Posição	Título	Ano	Autor	Periódico	Tema	Pou-lantzas	Abordagem
1	The Rise of Authoritarian Neoliberalism	2014	Ian Bruff	Rethinking Marxism	O autoritarismo de Estado e o populismo como categorias teóricas para os dias de hoje	3	Teórico
2	The Return of the State: Globalization, State Theory, and the New Imperialism	2005	Clyde W. Barrow	New Political Science	O papel do Estado-nação na globalização; Atualidade da Teoria do Estado	Trans 2-3	Teórico
3	The Right Turn in India: Authoritarianism, Populism and Neoliberalisation	2018	Priya Chacko	Journal of Contemporary Asia	O crescimento do autoritarismo na Índia	3	Aplicado
4	Second-Order Condensations of Societal Power Relations: Environmental Politics and the Internationalization of the State from a Neo-Poulantzian Perspective	2010	Ulrich Brand; Cristoph Görg; Markus Wissen	Antipode	As relações de poder na política ambiental	3	Aplicado
5	The new imperialism? On continuity and change in US foreign policy	2005	Jim Glassman	Environment and Planning	A semelhança entre as ações do governo Bush e a categoria imperialismo a partir de Gramsci e Poulantzas	3	Teórico
6	The state and the regulation of biodiversity International biopolitics and the case of Mexico	2003	Ulrich Brand ; Christoph Gorg	Geoforum	Regulamentação da política ambiental no México	3	Aplicado
7	From the Sovereign Debt Crisis to Authoritarian Statism: Contradictions of the European State Project	2014	Sune Sandbecka; Etienne Schneider	New Political Economy	A crise da dívida na Europa a partir do autoritarismo de Estado	Trans 2-3; 3	Aplicado
8	No exceptions: authoritarian statism. Agamben, Poulantzas and homeland security	2014	Christos Boukalas	Critical Studies on Terrorism	A política de contra-terrorismo dos EUA	1; 2; Trans 2-3; 3	Aplicado
9	A capitalising foreign policy: Regulatory geographies and transnationalised state projects	2017	Priya Chacko; Kanishka Jayasuriya	European Journal of International Relations	O desenvolvimento desigual e combinado na parceria trans-pacífico	Trans 2-3; 3	Aplicado
10	US power and the crisis of social democracy in Europe's second project of integration	2015	Magnuss Ryner	Capital & Class	A crise da social-democracia europeia e sua relação com os Estados Unidos	1	Aplicado

Elaborado pelo autor.

Como se pode observar não há realmente uma relação entre escopo temático, abordagem e escolha da fase poulantziana referenciada nos documentos. Na verdade, boa parte dos documentos se referenciam pela fase 3 de Poulantzas, representada pelo seu derradeiro livro “Estado, Poder e Socialismo” (2015), ou pelos documentos de transição entre a segunda fase e a terceira. A fase 1, de “Poder Político e Classes Sociais” (2020) aparece somente duas vezes, e isolada em somente um texto. A fase 2, de “Fascismo e Ditadura” (1976) aparece somente uma vez, em um texto que passa por múltiplas fases poulantzianas. Isso indica uma prevalência, entre os textos mais relevantes, de uma concepção relacional do poder de Estado, com destaque às suas funções econômicas e que não desconsidera a importância da luta intra-estatal na discussão sobre a tomada do poder por parte do proletariado.

Essa análise significa que a fase 3 de Poulantzas é mais relevante neste *corpus*, mas não necessariamente que as fases não sejam definidoras das temáticas do estudo. Afinal, estudos que não entraram neste recorte de 10 documentos podem se referenciar em outras fases de Poulantzas e estarem acoplados tematicamente. Para abordar isso, utilizamos a abordagem do acoplamento bibliográfico, que consiste em formar *clusters* a partir do compartilhamento de mesmas referências bibliográficas. Os clusters formados podem ser visualizados na tabela seguinte:

Tabela 7: clusters de acoplamento bibliográfico dos artigos presentes no *corpus* do estudo

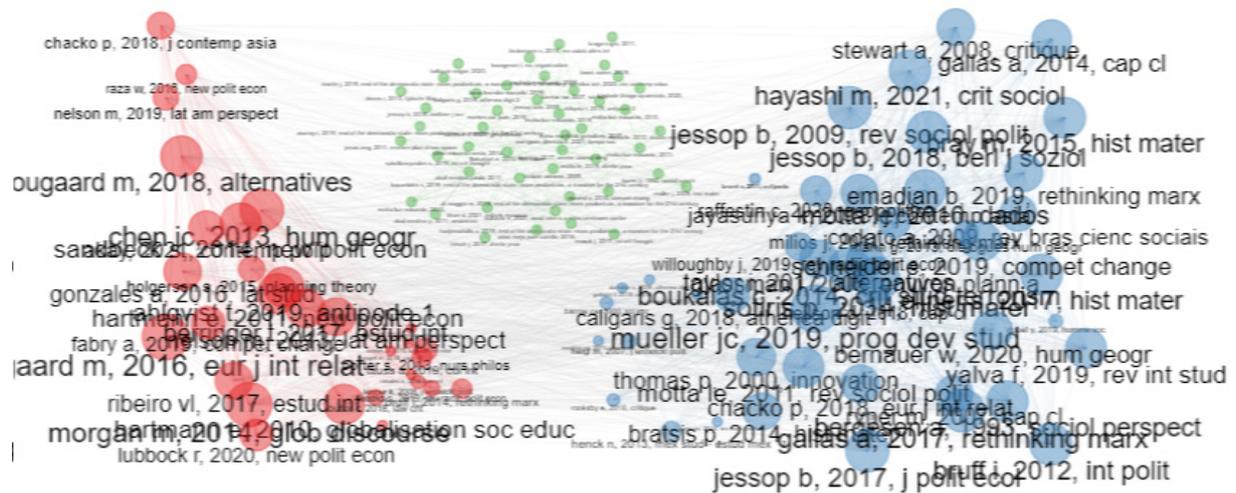
Referências em comum	Cluster	Frequência	Centralidade	Impacto
bruff i, 2014, rethinking marx lubbock r, 2020, new polit econ fabry a, 2019, compet change	1	30	0,721546616	3,470609063
hayashi m, 2021, crit sociol brand u, 2011, antipode schneider e, 2019, compet change	2	45	0,873982473	2,686823505
burns tj, 1992, sociol spectr sakellaropoulos s, 2019, int crit thought bona leandro marcelo, 2019,	3	46	0,81300813	1
espinoza carrasco d, 2019, desafios carrasco daniel espinoza, 2019,	4	2	0,81300813	0

elaborado pelo autor. Normalizado por associação. Algoritmo de *cluster*: Louvain. Número de unidades: 200. Porcentagem mínima por cluster: 10%.

A centralidade indica o quanto os *clusters* são densos, próximos em sua estrutura interna, em uma escala de 0 a 1. A frequência indica a quantidade de vezes que as referências que formam o *cluster* aparecem. O impacto é medido pela quantidade de vezes que estes artigos são citados no nível global dentro das *databases* selecionadas. Devido à baixa frequência e ao impacto zero, excluímos o *cluster* 4 de nossa análise. Na imagem seguinte, apresentamos uma representação gráfica dos *clusters*. Na tabela posterior, reali-

zamos uma análise dos temas, das abordagens e da fase poulantziana referenciada pelos dois artigos de maior impacto em cada um dos *clusters*.

Figura 5: acoplamento bibliográfico dos documentos presentes no *corpus*



Elaborado pelo autor. Normalizado por associação. Algoritmo de *cluster*: Louvain. Número de unidades: 200. Porcentagem mínima por cluster: 10%.

Tabela 6: análise do tema, da fase de poulantzas e da abordagem dos 2 artigos de cada um dos 3 *clusters* de acoplamento bibliográfico que possuem mais citações nas bases de dados

Cluster	Título	Ano	Autor	Periódico	Tema	Poulantzas	Perspectiva
1	The Rise of Authoritarian Neoliberalism	2014	Ian Bruff	Rethinking Marxism	O autoritarismo de Estado e o populismo como categorias teóricas para os dias de hoje	3	Teórico
1	The Right Turn in India: Authoritarianism, Populism and Neoliberalisation	2018	Priya Chacko	Journal of Contemporary Asia	O crescimento do autoritarismo na Índia	3	Aplicado
2	Second-Order Condensations of Societal Power Relations: Environmental Politics and the Internationalization of the State from a Neo-Poulantzian Perspective	2010	Ulrich Brand; Christoph Görg; Markus Wissen	Antipode	As relações de poder na política ambiental	3	Aplicado

2	The new imperialism? On continuity and change in US foreign policy	2005	Jim Glassman	Environment and Planning	A semelhança entre as ações do governo Bush e a categoria imperialismo a partir de Gramsci e Poulantzas	3	Teórico
3	Class dimensions, individualismo, and political orientation	1992	Thomas J. Burns	Sociological Spectrum: Mid-South Sociological Association	O individualismo como aspecto fundamental na internalização de posições políticas	Trans 2-3	Teórico
3	Financial hegemony and the unachieved European state	2015	Cédric Durand; France Razmig Keucheyan	Competition & Change	A ausência de instituições democráticas de nível continental na Europa	3	Aplicado

Elaborado pelo autor.

Novamente, é perceptível a prevalência do Poulantzas “relacional” de “Estado, Poder e Socialismo” dentre os artigos mais citados de cada *cluster*. Não há destaque de nenhuma forma de abordagem, estando presentes artigos teóricos e artigos que aplicam a teoria poulantziana a uma conjuntura específica. O acoplamento bibliográfico também não revelou muita coesão temática a partir destes *clusters*, salvo o *cluster* 1, que claramente indica o uso de Poulantzas para estudos sobre o autoritarismo.

Conclusões

Este estudo, ainda em fase inicial, buscou realizar uma análise exploratória bibliométrica da produção poulantziana. Para isso, extraiu um *corpus* de 142 documentos das plataformas “Scopus” e “Web of Science” (em sua coleção principal e na coleção da “Scielo”) e os analisou através do pacote *bibliometrix*, da plataforma R. Atestamos que a produção poulantziana é mais frequente no Reino Unido, mas também com considerável participação de países da América Latina como Brasil e Argentina; em sua maioria referenciados por trabalhos produzidos em universidades estadunidenses. Quando realizamos uma análise de co-ocorrência das palavras-chave, percebemos a presença bem distribuída de estudos sobre o Estado. Em nível de acoplamento, percebemos estudos que abordam categorias foucaultianas e estudos que tratam do autoritarismo de Estado, o que indica uma proximidade com a versão tardia de Poulantzas.

Isto se confirma por duas outras análises que fizemos: análise dos dez artigos mais relevantes (em termos de citação) do *corpus* e a análise dos dois artigos mais relevantes de cada um dos *clusters* de acoplamento bibliográfico. Essas duas análises também indicam maior presença do Poulantzas de “O Estado, o poder, o socialismo” (2015). Em termos de agenda de estudos, foi possível perceber certo grau de unidade, em termos de referencial bibliográfico, entre os estudos que estudam autoritarismo.

Importante frisar o caráter embrionário deste estudo. Esperamos pode complementá-lo futuramente com novos elementos teóricos e empíricos. Além disso, também é relevante frisar que o *corpus* do texto não é extensivamente volumoso, podendo apenas tratar do conteúdo presente nas principais *databases* de indexação científica, e não do conteúdo produzido sobre Poulantzas em geral.

Referências

- Aria M; Cuccurullo C (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *J of Informetr.* 11(4), 959-975.
- Clarivate (2021a). Web of Science: confident research begins here. *Website da Clarivate*. Recuperado de: < <https://clarivate.com/webofsciencegroup/solutions/web-of-science/>>.
- Clarivate (2021b). Scielo citation index. *Website da Clarivate*. Recuperado de: <http://images.webofknowledge.com/WOKRS5132R4.2/help/pt_BR/SCIELO/hp_whatsnew_scielo.html>.
- Codato, A. (2020). Poulantzas 1, 2, 3. In Codato, A., & Perissinotto, R. (Orgs.), *Marxismo como ciência social* (2a ed., Cap. 4, pp. 99-122). Petrópolis: Vozes.
- Codato, A; Lorencetti, M; Prata, B. (2020). Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. In Bolognesi, B.; Silva, G. P. (Orgs.), *Ciências Sociais hoje: ciência política* (1a ed., Cap. 11, pp. 274-295). São Paulo: Zeppelin Publishers.
- Jessop, B. (1991). On the originality, legacy, and actuality of Nicos Poulantzas. *Studies in Political Economy*, 34(1), 75-107.
- Moreira, P. S. D. C., Guimarães, A. J. R., & Tsunoda, D. F (2020). Qual ferramenta bibliométrica escolher? Um estudo comparativo entre softwares. *P2P & INOVAÇÃO*, 6(2), 140-158.
- Poulantzas, N. (2020). *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp.
- Poulantzas, N. (2015). *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Poulantzas, N. (1976). *Fascismo y Ditadura: la III internacional frente al fascismo*. Madrid: Siglo Vinteuno.
- Scopus (2021). Scopus: banco de dados de resumos e citações organizados por especialistas. *Website da Scopus/Elsevier*. Recuperado de: <<https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus>>.

LA DEMOCRACIA INESTABLE Y DE TRANSICIÓN.
UNA CONCLUSIÓN POLÍTICA DE PODER OBRERO

Federico Cormick (UNM, UBA, CONICET)

Introducción

Distintas visiones contemporáneas tienden a presentar los proyectos de transformación social y en particular sus expresiones más radicales, como contrapuestas a la democracia. Esos planteos se extienden desde diversas usinas de las derechas y el liberalismo, y se reproducen en el discurso público. Se observan en las campañas para quebrar al gobierno cubano y a los sectores populares que lo acompañan (bajo la consigna “patria y vida”); al chavismo en Venezuela, o el MAS en Bolivia. Y este planteo suele ser aún más crítico frente a las experiencias de resistencia e insurgentes, sobre todo cuando han apelado a la acción directa o la lucha armada. La supuesta contraposición entre democracia y emancipación social, se despliega en un marco en el que las expresiones alternativas y de resistencia son estigmatizadas bajo el mote de “terrorismo” (Svampa, 2006) o “dictadura”.

Esta contraposición se profundiza a la hora de abordar las experiencias de los años 60 y 70, momento en que más radicalmente estuvo planteado el cuestionamiento al orden social. Las recientes presiones para la renuncia de ministros en el Perú bajo el argumento de su relación con el supuesto “terrorismo” de los 70 y considerando una ofensa la denuncia del rol criminal de las FFAA en esos años, dan cuenta de esa disputa en la actualidad. También en la Argentina, las interpretaciones sobre los años 70 atraviesan el problema democrático. En primer lugar, porque las lecturas del proceso forjadas en los años 80 bajo la impronta de la teoría de los dos demonios, tendieron no solo a igualar las responsabilidades del terrorismo de estado y las organizaciones populares y guerrilleras, sino que además plantearon una contraposición esquemática entre autoritarismo y democracia, entendiendo a esta última a partir del estrecho campo de la democracia liberal. A eso debemos añadir que en las últimas décadas proliferó una perspectiva de análisis de los 70 atravesada por la condena moral a las organizaciones político militares y las expresiones revolucionarias, a las que se señaló como patológicas, mesiánicas y suicidas (Vezzetti, 2009; Buffano, 2007). En ese marco las expresiones contestatarias fueron presentadas como antidemocráticas e incluso carentes de política.

Sin embargo, debemos señalar que la experiencia militante de los años 70 planteó perspectivas que contradicen los imaginarios señalados, aunque muchas veces hayan sido invisibilizadas por el peso que han tenido las interpretaciones señaladas. En particular, como sostienen Barletta, Ramírez y Lenci (2013):

la coyuntura de 1973 puede ser pensada como un punto de condensación de un conjunto de experiencias que, nacidas al calor de las luchas contra la dictadura de la Revolución Argentina y en el marco de una dinámica signada por la ampliación de la participación y de los horizontes de expectativas de vastos sectores sociales, pusieron también en discusión los sentidos de la nueva institucionalidad intentando articularla a demandas sociales de contenido más sustantivo

En ese marco –añaden- “el análisis del período 73-76 desafía la idea, a veces difusa pero predominante, sobre la democracia entendida exclusivamente como consensual y procedimental” y “Abre la posibilidad de recuperar algunos sentidos perdidos de la democracia”.

De hecho, en lo que respecta a las organizaciones revolucionarias de los años 70 en Argentina, debemos hacer notar que, lejos de haber asumido una visión exterior y alejada del problema de la democracia y el Estado, éstas fueron forjando posiciones y experiencias significativas.

Un ejemplo evidente es el caso de Montoneros–que integró además a la militancia proveniente de FAR, Descamisados y sectores de FAP-, la principal organización del peronismo revolucionario, que a inicios de la apertura constitucional de 1973 apostó a radicalizar el proceso por medio de la movilización popular, participando a su vez de políticas de gobierno desde donde intentaba tensionar las estructuras institucionales y ampliar derechos, buscando empalmar la disputa institucional con la radicalización revolucionaria. (Tocho, 2021)

Menos conocida, pero también muy significativa, es la perspectiva sobre el plano democrático que fue asumiendo el PRT-ERP, principal organización político militar de la izquierda no peronista. Aún habiéndose enfrentado con los gobiernos peronistas del período, fue perfilando una propuesta de reivindicación de la democracia como proyecto a ser defendido por las mayorías populares, partiendo de una posición defensiva (frente a la derecha y el golpismo) y llegando a incluir planteos de transición, como la apuesta a canalizar por la vía de una asamblea constituyente una amplia participación popular (Pozzi, 2004; Cormick, 2021b).

En ese marco se incluye la experiencia de Poder Obrero, que realizó un planteo original sobre la cuestión democrática, sobre el que nos detendremos en este trabajo. Al igual que otras experiencias que buscaban un horizonte de transformación social, la militancia de OCPO rompió con la supuesta contraposición entre democracia y revolución, y buscó aportes concretos que pudieran ligar uno y otro término de manera virtuosa.

Como es evidente, una reflexión sobre la relación entre democracia y emancipación social es de completa actualidad para un continente en disputa y en donde se exploran caminos de transformación en beneficio de las mayorías, bajo paradigmas donde la democracia está cada vez más presente. Es por eso que creemos significativo sumar el poco conocido aporte de Poder Obrero a esta reflexión.

La cuestión de la democracia

Cuando hablamos de democracia nos referimos a un término complejo y una experiencia histórica sumamente dinámica y cambiante. Se trata de una forma política cuya permanente “transformación” –a decir de Bobbio- es su “estado natural” (Bobbio, 1986), y que, según diversos/as autores/as, en la modernidad se ha demostrado contradictoria (Galli, 2013), paradójica (Mouffe, 2003) o enigmática (Held, 1991).

La enorme mayoría de los abordajes históricos y conceptuales sobre la democracia parten de la Grecia antigua, tomada como punto de inicio, pero también como experiencia contrastante con las democracias modernas. Como explica Held (1991) allí había ciudadanos sin distinciones de privilegio, con total igualdad política, lo que era garantía de libertad para gobernar y ser gobernados, contando con una participación directa en las funciones legislativa y judicial, desplegando el poder soberano desde una asamblea, con mandatos breves, con rotación, y distintos mecanismos de elección. Como sustrato de esta actividad Held destaca las dimensiones relativamente pequeñas de la polis y a su vez la selectividad de la ciudadanía activa, que excluye a esclavos y mujeres, y de cuyo esfuerzo (en el trabajo esclavo y doméstico) depende. Aún así, algunos/as autores/as han destacado que la lógica de esta democracia dio un lugar relevante a sectores de trabajadores libres, en particular al “ciudadano campesino”, donde “la mayor parte de los ciudadanos eran personas que trabajaban para vivir” (Meiksins Wood, 2000). En este sentido, es importante destacar que el ideal de la democracia, fundado en la igualdad ante la ley –isonomía– y en la libertad en el uso de la palabra –parthesía– (Galli, 2013), habilitaba el protagonismo de ese pueblo (bajo), que contaba además con mecanismos de democracia directa.

Sin embargo, la democracia que da marco a las discusiones contemporáneas se desarrolló a partir de la modernidad. Así, “El devenir de la secularización, el desarrollo del capitalismo, la escisión entre trabajo y política –señalan Cuesta y Stegmayer- dejan su impronta en las interpretaciones modernas de la democracia” (Ipar, 2016). Con una nueva pregunta clave que refiere a la *soberanía*, el contractualismo, y en particular la tradición liberal de John Locke promueven la defensa de las libertades individuales (en primer lugar la propiedad) y proponen restringir el poder estatal para que no avance sobre

ellos. La tradición republicana de Rousseau se orienta, por su parte, por el principio de soberanía popular (Ipar, 2016). Según Meiksins Wood, el momento “crítico” que planteó una completa redefinición para “diluir el significado de la democracia” en relación a la experiencia ateniense, fue la independencia de Estados Unidos, en donde se formaliza la existencia de “una esfera ‘política’ formalmente separada en la cual la ‘economía’ siguiese sus propias reglas” con lo cual, de la mano de la ampliación del número de ciudadanos, se dio nacimiento a un sistema en donde la ciudadanía ya no tenía alcance real para intervenir en el rumbo social (Meiksins Wood, 2000). Macpherson (1997) considera a todas estas experiencias como el prólogo de la auténtica democracia liberal que se despliega a partir del siglo XIX, vinculada a una sociedad capitalista de mercado en donde está clara la división clasista. Se despliegan así la “democracia como protección” del mercado (y la propiedad y riqueza privada) y de los individuos frente a la posible tiranía gubernamental; luego la “democracia como desarrollo” como un imaginario de bienestar general que buscaba minimizar la tensiones de la sociedad de clases; y finalmente la “democracia como equilibrio” que “mantiene el equilibrio entre la oferta y la demanda de mercaderías políticas”, reconociendo la pluralidad de intereses pero con un perfil elitista canalizado por los partidos políticos (Macpherson, 1997). Held, por su parte, recupera todos estos modelos y amplía el espectro de los modelos contemporáneos, en donde incluye distintas formas de “democracia liberal” como ser la “Democracia elitista competitiva” inspirada en los modelos de Weber y Schumpeter en una perspectiva de limitación de la participación democrática; el “Pluralismo” que emergió hacia los años 50 y 60 y se enfoca en la competencia electoral de distintos grupos de interés organizados; y la “Democracia legal” promovida por la nueva derecha, que ya desde fines de los 60 pone eje en el mercado y un Estado mínimo. El autor también nombra posibilidades democráticas más ligadas a la participación directa de los ciudadanos (“Democracia participativa”), influida tanto por las líneas de radicalización de la democracia desarrollista, como por las tradiciones de la izquierda y el marxismo (Held, 1991).

La dimensión democrática, por último, aparece ligada también a diversas perspectivas críticas y de transformación social, y en particular a las corrientes socialistas y el marxismo. Así, según Held, junto a la “democracia clásica griega” y la “democracia liberal -representativa-”, se debe incorporar la “concepción marxista de la democracia directa”, como uno de los tres “modelos clásicos de democracia” (1991). En un sentido similar, Bobbio analiza la “democracia directa” del siglo XX y recupera con ello al joven Marx (Bobbio, 1986). De hecho en Marx y Engels la democracia asume ya diferentes expresiones. Por una parte, en tanto democracia burguesa, es considerada al mismo tiempo un avance (“un gran progreso”) en contraposición con los sistemas políticos previos, pero un límite para la perspectiva igualitaria del proletariado, razón por la cual debe ser superada con la conquista

de un nuevo poder de la clase obrera, lo que implica en la mayoría de los casos un enfrentamiento violento (más allá de que se puedan evaluar excepciones, y que se valoren los procesos de acumulación de fuerzas no violentos antes de un asalto al poder). La denuncia de esta democracia burguesa fue acompañada de la defensa de sus contenidos progresivos (libertades democráticas) y de la participación política en instancias del sistema republicano, en particular a partir del sufragio, como forma de la disputa y acumulación política. A su vez, la democracia se presenta en un segundo sentido como el fruto de la conquista del poder político (“la conquista de la democracia”), en un gobierno de la clase obrera que se impone sobre la burguesía (y por tanto es una “dictadura”) y que al mismo tiempo despliega formas de participación política más democráticas, en primer lugar recuperando el modelo de la Comuna de París, aunque también conteniendo aspectos de la república democrática preexistente. Y en tercer lugar, la democracia “verdadera” es también la conquista de una sociedad sin opresiones y sin clases.

A partir de estos lineamientos abiertos, la recuperación del plano democrático en el marco del marxismo y el socialismo ha sido amplia. El mismo Lenin que rechazó toda progresividad de la “democracia burguesa” en el contexto de 1917, fue antes promotor de que los/as socialistas fueran la vanguardia del movimiento democrático contra el zarismo, y en sus últimos años un polemista que cuestionaba a quienes no querían participar del parlamento en sus países como parte del desarrollo revolucionario. La experiencia rusa, además, llevaría a su punto más alto la idea de una democracia alternativa, la democracia soviética. De todas formas, aunque esta fue la clave principal de entendimiento de la democracia ligada a la revolución, las banderas democráticas reaparecieron en innumerables oportunidades en un sentido distinto, ya fuera en la lucha contra el fascismo de los años 30, o en los diversos movimientos contra la opresión colonial e imperialista que atravesaron gran parte del siglo XX. Con los cuestionamientos y crisis del “socialismo real” durante la segunda mitad del siglo, además, se ampliaron las perspectivas del socialismo que buscaban dar mayor relevancia al plano democrático, recuperando aportes diversos que iban desde Marx y Engels hasta Rosa Luxemburgo y el austromarxismo. Esta tendencia, ampliada en las últimas décadas con el cambio de época, abrió muchas líneas de reflexión e investigación social, poniendo el foco en los aspectos democráticos que se proponían sostener los proyectos socialistas, ya fuera haciendo eje en la democracia directa o popular, reconsiderando la participación (y transformación) de las instituciones existentes, o planteando distintas combinaciones entre democracia directa y democracia representativa como alternativa emancipatoria (Poulantzas, 1979; Sánchez Vázquez, 1987; Coutinho, 1994; García Linera, 2015; Artous, 2016; entre otros).

La experiencia política de poder obrero

Como adelantábamos, consideramos una experiencia relativamente poco conocida que puede aportar elementos a esta reflexión es la de la Organización Comunista Poder Obrero (OCPO).

OCPO fue una organización argentina de la *nueva izquierda* de los años 70, que se formó por la confluencia de varios agrupamientos de la *izquierda socialista*, en una perspectiva del marxismo que recuperaba aportes diversos, de Marx a Guevara, de Rosa Luxemburgo a Gramsci, de Trotsky a Mao, y que se forjó siguiendo la experiencia del clasismo de Sitrac Sitram. Luego de un período formativo (considerado luego por la propia militancia como maximalista) en donde la perspectiva de ruptura radical con el orden social llevaba a establecer objetivos de máxima sin mediaciones, Poder Obrero se fue formando a partir de su propia autocrítica y de la experiencia abierta en 1973, con el ascenso del peronismo al poder y la apertura constitucional (Castro e Iturburu, 2004; Mohaded, 2009; Cormick, 2015a; Costilla, 2017).

Desde entonces, al tiempo que logra mayores niveles de síntesis por la confluencia de diversos agrupamientos, Poder Obrero va creciendo en su intervención política y desarrollo. Participa activamente del Frente Antiimperialista y por el Socialismo, constituyendo inicialmente una suerte de tercer sector luego del PRT-ERP y del FRP de Armando Jaime (Cormick, 2016). Ocupa un lugar dirigente en las luchas de Villa Constitución de 1974 y 1975 (Santella, 2009; Cormick, 2014). Despliega experiencias de confrontación abierta como fueron primero los Piquetes Obreros Armados y luego las Brigadas Rojas (Cormick, 2015b). Participa muy activamente del proceso de las Coordinadoras Interfabriles de 1975 (Rodríguez Lupo, 2005). Promueve la conformación de un movimiento político, el Movimientos Socialista Revolucionario (MSR). E intenta, hacia el fin del período, participar de una confluencia con PRT-ERP y Montoneros, en la fallida experiencia de la Organización para la Liberación de Argentina (OLA).

Durante este período Poder Obrero fue desarrollando su perfil político. En el movimiento obrero pasó de afincarse en una perspectiva más delimitada del clasismo bajo el modelo de Sitrac Sitram, a entender al clasismo de una forma amplia, incorporando una lógica de alianzas más flexibles en el marco de una perspectiva antipatronal, antiburocrática y de lucha que puso en juego en Villa Constitución y las Coordinadoras del 75 (Rodríguez Lupo, 2005; Cormick, 2014; Quiroga y Jacobo, 2014). En el plano de las alianzas políticas, partió de propuestas ligadas más fuertemente a la idea de *frente revolucionario* con otras organizaciones afines, incorporó luego el planteo de *frente único* en donde promovía esas confluencias en el marco del movimiento de lucha de forma más amplia, y añadió finalmente la perspectiva de *frente democrático* contra la reacción, la derecha y el golpismo (Cormick, 2016). En ese proceso fue redefiniendo su caracteri-

zación del peronismo, considerándolo como parte fundamental del proceso de lucha y transformación social (Cormick, 2021c). También su concepción del Estado, del rol de la militancia socialista frente a las instituciones, y de la democracia se fue modificando. De hecho Poder Obrero fue flexibilizando su perspectiva para la participación electoral, pasando del completo rechazo a la promoción de iniciativas electorales (Cormick, 2021a). Es en ese marco que la militancia de OCPO realizó un planteo original para el período en relación al vínculo entre democracia y revolución.

Hacia la radicalización de una democracia inestable y de transición

Un eje que fue marcando la impronta de Poder Obrero a partir del viraje de 1973, fue la atención al plano democrático. En el período previo al triunfo de Cámpora, los afluentes de Poder Obrero rechazaban “Toda propuesta política que no incluya la lucha por un gobierno DE LA CLASE OBRERA CON LAS ARMAS EN LA MANO, para la instauración del socialismo”, ya que implicaría dejar “en pie la base del sistema de explotación de la clase obrera”.¹ Pero esa perspectiva se fue complejizando al ritmo de los cambios políticos, en particular con la apertura constitucional de 1973, y con la creciente dinámica de atentados paraestatales y de represión estatal que fue marcando al período. Ante este nuevo escenario, la militancia de Poder Obrero fue incorporando la disputa electoral, ampliando las demandas vinculadas con las libertades democráticas y los derechos humanos, defendiendo instituciones asediadas², y esbozando propuestas políticas que implicaban una convivencia transitoria con formas políticas de la democracia liberal. Es lo que se expresó, por ejemplo, con el planteo frente a la crisis abierta por el Rodrigazo a mediados de 1975, cuando Poder Obrero, al tiempo que exigía la renuncia de Isabel Perón (responsabilizándola por el descalabro económico y por la política represiva estatal y paraestatal), reclamaba que el parlamento asumiera el poder central de forma provisoria y que convocara a nuevas elecciones como medio para garantizar la permanencia y profundización del movimiento de lucha y sus demandas³.

A partir de este recorrido, Poder Obrero fue aproximándose a nuevas definiciones sobre el plano democrático, y estas conclusiones se plasmaron en las elaboraciones realizadas luego del golpe militar de 1976. Ya a mediados de 1976 la dirección de OCPO había evaluado que la organización había dado un salto político en junio-julio de 1975,

1 El Obrero, Boletín para el SMATA N°12, 26/03/71. Énfasis del original.

2 MIR, “Righi contra los asesinos de Ezeiza”, *Venceremos* N°1, 08/73; El Obrero, “Algunas enseñanzas de Córdoba”, *El Obrero* N°8, 28/03/74.

3 Sobrero, F.; “El despertar del gigante”, *El Obrero* N°13, 07/75; OCPO, “Elecciones libres sin proscripciones”, *El Obrero* s/n, 02/76.

al “formular un objetivo democrático concreto para la etapa” con propuestas que, “sin poner como objetivo la toma del poder directo para la clase obrera –alternativa abstracta que no respondía a las condiciones objetivas y subjetivas de la lucha de clases- sí ubicaba un objetivo democrático en el plano del poder político favorable a la clase obrera”. Según la organización, el planteo estaba bien orientado porque “En el propio marco de la democracia burguesa, enfrentando la tendencia antidemocrática, golpista y autoritaria que cocinaba la gran burguesía y las fuerzas armadas, el movimiento obrero y popular daría un paso importante en su propia acumulación democrática”, apostando a “un avance superior del movimiento de masas por la vía de la ampliación de la democracia burguesa”⁴.

Esta reflexión fue de la mano de otros balances internos también ligados al problema democrático. Un trabajo destacado en ese sentido, fue el que se propuso analizar el vínculo entre “democracia y revolución” adelantando una hipótesis que se irá afirmando: las democracias eran necesariamente inestables y marco de disputa. Se sostenía que “la democracia burguesa ha perdido en términos generales su rol progresivo, su CAPACIDAD DE SERVIR DE VEHICULO DE LAS TRANSFORMACIONES SOCIALES”. Este “agotamiento histórico” de la democracia burguesa llevaba a que solo pueda “funcionar con una cierta relativa estabilidad, en los países y coyunturas en que la revolución no está planteada como posibilidad política cercana”. En este cuadro, se afirmaba, “las banderas de libertad y democracia son fundamentales e irrenunciables en la lucha revolucionaria y socialista” ya que “La lucha democrática es una de las principales herramientas para procesar a las masas hacia la revolución socialista”. De hecho,

En el mundo del capitalismo imperialista la democracia se abre en los periodos de ascenso revolucionario, en situación en que las fuerzas de la contrarrevolución retroceden, se ven obligadas a replegarse; y siempre indican una situación pasajera, transitoria, inestable, en que las fuerzas en pugna se preparan para una confrontación más violenta y feroz que la anterior⁵.

Estas perspectivas abrieron la puerta a una sistematización del planteo democrático, lo que empezó a plasmarse en un texto elaborado al año siguiente. Allí se decía:

la clase obrera desarrolla su lucha de resistencia en dos frentes simultáneos: contra la explotación y contra la opresión. No sólo el proletariado lleva adelante su lucha por las libertades democráticas que el sistema formalmente reconoce pero permanentemente trata de escamotear y limitar, sino que debe

4 OCPD, “Comité Ejecutivo nacional. Balance del proceso político y propuestas. Doc. 2”, junio 1976

5 “Democracia y revolución”, 1976

asumir la defensa de las aspiraciones democráticas del conjunto de las masas populares. No cabe duda de que, en principio, la forma democrático-burguesa crea condiciones más favorables para la organización y la lucha obrera que la dictadura abierta de la burguesía, pero para que esas condiciones puedan ser aprovechadas en ese sentido, es imprescindible que el proletariado no cifre su confianza en las concesiones de la democracia burguesa, sino que confíe centralmente en sus propias fuerzas para conquistar una democracia auténticamente popular y siga, para ello, la vía de la mayor resistencia. Esto quiere decir que, si bien la clase obrera reivindica para sí y para las masas populares las libertades democráticas, se organiza y lucha para conquistarlas con la conciencia de los límites que la burguesía intenta imponer a la democratización radical de la sociedad, de los condicionamientos que de hecho le impone el sistema capitalista y el carácter de clase del Estado. Por esto, la vanguardia revolucionaria debe asumir y dirigir la lucha democrática, pero sin fomentar la ‘confianza inconsciente’ en el Estado ni las ilusiones democráticas espontáneas de las masas, sino por el contrario, luchando porque sean efectivamente superadas.

En función de ello, según Poder Obrero

Una política revolucionaria (...) no concibe la democracia como un fin en sí mismo, ni siquiera en la coyuntura inmediata, sino como una consigna de movilización y organización de masas, a la vez que agudiza las contradicciones internas del sistema. Para los revolucionarios, en todas las coyunturas históricas, las reivindicaciones democráticas tienen un contenido profundamente desestabilizador de la dominación burguesa.

Por lo tanto, se trataba de

Orientar nuestra política dentro del Frente de Masas e impedir toda estabilización de la dominación burguesa: la democracia por la que luchamos es la de las masas movilizadas, inestable, de transición. Esto, contra las perspectivas de participación en los gobiernos socialdemócratas y, también, contra el desprecio a los anhelos democráticos de las masas y las perspectivas de desarrollo que ellos ofrecen. El movimiento de 1973 es un buen antecedente de las perspectivas que esta democracia embretada ofrece al crecimiento del movimiento revolucionario.

De hecho, la experiencia de las elecciones de marzo de 1973 era muy influyente para esta elaboración. Según Poder Obrero

Votar, por el peronismo, el 11 de marzo de 1973, significaba desde el punto de vista de la clase obrera, *votar por una democracia burguesa profundamente inestable*, inmensamente vulnerable al embate de la lucha de masas, en un momento en que no existía ya una alternativa superior. (...) El 11 de marzo, y por primera vez en la historia argentina, las masas votan objetivamente (cualquiera fuera la forma que tomara su conciencia en ese momento) por la inestabilidad permanente del sistema, en la medida que sus reivindicaciones, por las cuales luchaba, se oponían antagónicamente con las aspiraciones que Perón personificaba y el peronismo daba configuración programática.

Aunque –añadían-, “La incompreensión de esta situación, la incapacidad para dar una respuesta a la coyuntura electoral que permitiera el desarrollo de una política de crecimiento, asestó el golpe de gracia a la ‘nueva izquierda’ surgida del Cordobazo y ya sumamente debilitada por el agotamiento del clasismo”.

A partir de estas reflexiones, entonces, OCPO sistematizaba y profundizaba su lectura sobre la democracia:

las alternativas democráticas no pueden ser más que tres: 1) la democracia de masas; que no puede ser instaurada más que por el Poder Obrero y Popular y, en consecuencia, se proyecta al fin del proceso revolucionario. Levantarla hoy implica desechar las posibilidades que ofrece la democracia burguesa a la lucha y a la organización obrera y popular, además de las legítimas aspiraciones democráticas de las masas. En su lugar, se cifrarían expectativas revolucionarias e insurreccionales inmediatas, sin ningún asidero en la realidad. 2) la democracia burguesa con estabilización del dominio de la burguesía (la ‘paz’), lo que en nuestra situación supone la hegemonía político-institucional de la gran-burguesía (aunque sea por vía socialdemócrata) y la consiguiente derrota de las masas. 3) un régimen democrático-burgués condicionado por la resistencia de las masas movilizadas y por el desarrollo de su organización y su lucha. De este modo, la democracia aparece como un momento en un proceso de transición, donde el equilibrio entre las clases sea eminentemente relativo y circunstancial, con la clase obrera de pie.

Sobre la base de estas mismas orientaciones, OCPO desplegaba también su propuesta hacia el presente dictatorial, en base a su perspectiva de la lucha democrática:

en la medida en que sostenemos que la única salida democrática útil a los intereses de clase del proletariado y las masas populares, es aquella lograda por medio de su resistencia y no la concedida por la conveniencia de la gran-burguesía sobre masas derrotadas; insistimos en que el objetivo de la coyuntura consiste en imponer una salida democrático-burguesa condicionada por la lucha de masas, asediada por ella. No se trata, entonces, de cualquier apertura democrático-burguesa, ni se trata, tampoco, de dar el salto mortal a la democracia revolucionaria de masas, objetivo estratégico que, al no situarse en una coyuntura revolucionaria, no tiene posibilidades de aglutinar al frente de masas, ni encuentra partido de vanguardia que la sustente. No se trata, simplemente, de obtener elecciones, el funcionamiento del Parlamento o la vigencia de la Constitución liberal de 1853, sino que esos recursos de estabilización del sistema sean apropiados por las masas y mejoren la situación para su lucha y su organización, por más que la clase dominante afloje esperanzada en engañarlas y desviar el movimiento hacia la conciliación⁶.

Esta orientación fue difundida también en otros trabajos de OCPO y por la revista *Rearme* que ellos/as orientaban. Se planteó entonces que una de las tareas de las organizaciones revolucionarias era desarrollar, junto con el programa democrático inmediato y el programa estratégico, también un “Programa democrático del proletariado, dirigido a impedir toda estabilización de la dominación burguesa (ya sea por vía dictatorial o por medio de una democracia controlada)” para que ese fuera un punto de despliegue hacia un desarrollo del “proceso de manera ininterrumpida hacia la conquista del poder y la Revolución Socialista”⁷. Según Poder Obrero, “La lucha contra la dictadura -su régimen y sus objetivos políticos y estratégicos- y la reivindicación de una democracia irrestricta necesariamente inestable y de transición, constituyen sin duda el término de unidad inmediata de la clase obrera”⁸, lo que daba una base para desarrollar un proceso que vaya desde “la resistencia por la democracia hacia la revolución socialista”⁹.

6 OCPO, “Lucha democrática y hegemonía proletaria”, octubre 1977. Énfasis en el original.

7 OCPO, “Los cinco puntos ¿quien integra el frente? ¿quién lo dirige?”, *Rearme* N°1, abril 1978

8 Mariano Vega, “El término de unidad política de la clase obrera hoy”, *Rearme* N°3, agosto 1978.

9 OCPO, “En la resistencia por la democracia hacia la revolución socialista”, mayo/junio 1979; *El Obrero* Edición Internacional/N°1, diciembre 1980.

Consideraciones finales

45 años más tarde, los ecos de estos debates resuenan en las reflexiones contemporáneas.

Es interesante destacar que tanto en el caso de Poder Obrero, como el de otras experiencias que fueron parte de este ciclo de radicalización (el sandinismo, por ejemplo), la perspectiva democrática no se ligaba al imaginario conformista que tuvo tanta influencia en los años 80 y 90 (en donde la recuperación de la democracia iba en muchos casos de la mano del abandono de las perspectivas emancipatorias), sino que implicaba el reto de conjugar “democracia y revolución”.

Así, de algún modo, estos aportes de las militancias de los largos setentas, se adelantan a todo un proceso de reflexión muy prolífico que se desplegará en los años 80 desde el marxismo y que pondrá a la cuestión democrática en el centro. Pero lo hacen anclados en un imaginario que cree y milita por un cambio social radical, en polémica franca con los proyectos socialdemócratas que estaban emergiendo.

Por eso mismo, sus planteos son estimulantes para abordar y disputar en la actualidad los sentidos de la democracia.

Por una parte, el señalamiento de OCPO sobre la perspectiva democrática como avance popular frente a la reacción, cobra nuevo peso en la actualidad, cuando la dimensión democrática no sólo se ha consolidado como parte de un extendido imaginario social, sino que se ha repositionado como un baluarte a defender por los movimientos populares y emancipatorios frente al retorno a centro de la agenda de los golpes de estado y los procesos de desestabilización de las derechas contemporáneas.

Pero además, frente a modelos fosilizados y reglamentados de democracia, la propuesta de concebir procesos democráticos de transición, en movimiento y radicalización son aspectos potentes de la propuesta de Poder Obrero. En ese sentido, la relación entre democracia, participación y protagonismo popular, es un elemento clave que permite hilvanar este concepto en disputa con las alternativas de cambio social. El condicionamiento del movimiento popular y sus luchas hacia las prácticas institucionalizadas, aparecen así como un elemento clave para dinamizar el proceso de cambio con la perspectiva de “una democracia auténticamente popular”.

Creemos que la evidente diferencia entre dos épocas históricas tan distintas, no debe desdibujar la importancia de recuperar aportes que puedan ser estímulo para la reflexión y la práctica política contemporánea.

Bibliografía

- Artous, A. (2016). *Marx, el Estado y la política*. Barcelona: Sylone.
- Barletta, A.; Ramírez, A. y Lenci, L. (2013). “Democracias en pugna: Un intento de recuperar los sentidos perdidos”; *Cuestiones de Sociología*, n°9.
- Bobbio, N. (1986). *El futuro de la democracia*, México: FCE.
- Castro, D. e Iturburu, J. (2004), “Organización Comunista Poder Obrero”, *Lucha Armada* N°1.
- Bufano, S. (2007). “La guerrilla argentina. El final de una épica impura”, *Lucha Armada* N°8.
- Castro, D. e Iturburu, J. (2004). “Organización Comunista Poder Obrero”. *Lucha Armada* N°1.
- Cormick, F. (2014). La Organización Comunista Poder Obrero y su perspectiva en el movimiento obrero. Una apuesta al clasismo: del Sitrac Sitram a Villa Constitución. VIII Jornadas de Sociología de la UNLP. La Plata.
- Cormick, F. (2015a). “Apuntes sobre la Organización Comunista Poder Obrero”, *Cuadernos de Marte*, n°8.
- Cormick, F. (2015b). Partido, lucha armada y movimiento obrero. La recuperación de un vínculo complejo a partir de la experiencia de la Organización Comunista Poder Obrero (OCPO). XV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia, Comodoro Rivadavia.
- Cormick, F. (2016). “Poder Obrero y el FAS: los orígenes frentistas de OCPO”, *Archivos* n°9.
- Cormick, F. (2021a). “Izquierda radical y disputa institucional en Argentina (1973-1976). El Partido Revolucionario de los Trabajadores y Poder Obrero ante las elecciones y la apertura democrática”. *Observatorio Latinoamericano y Caribeño*, vol 5, n° 1, enero-junio 2021.
- Cormick, F. (2021b). “Repensar la democracia. El Partido Revolucionario de los Trabajadores y su relectura de la democracia en el marco de la apertura constitucional (1973-1976) y el golpe de estado de 1976”. Ponencia presentada en las XIV Jornadas de la Carrera de Sociología. Buenos Aires. Noviembre 2021.
- Cormick, F. (2021c). El exilio mexicano como ámbito de afirmación y reflexión de Poder Obrero. Ponencia presentada en el Primer Congreso sobre Exilios en América Latina y V Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX. México. Noviembre- diciembre 2021.
- Costilla, A. (2017). “Contra la corriente. El programa socialista de la Organización Comunista Poder Obrero (1969-1976)”. En Rugar, B., Costilla, A. y Galafassi, G. (Comp); *Dirán hubo gigante aquí*; Buenos Aires; Extramuros

- Coutinho, N. (1994). *Marxismo y política*. Socialismo y libertad.
- Galli, C. (2013). *El malestar de la democracia*. Buenos Aires: FCE.
- García Linera, A. (2015). “El Estado y la vía democrática al socialismo”. *Nueva Sociedad*, N°259.
- Held, D. (1991). *Modelos de democracia*. Madrid: Alianza editorial.
- Ipar, E. (coord.) (2016). *La subjetividad anti-democrática. Elementos para la crítica de las ideologías contemporáneas*. Documentos de Trabajo. CABA: IIGG.
- Macpherson, C. (1997). *La democracia liberal y su época*. Madrid: Alianza.
- Meiksins Wood, E. (2000). *Democracia contra capitalismo*. México: Siglo XXI.
- Mohaded, A. (2009). *La propuesta teórica, política, y organizativa de la Organización Comunista Poder Obrero*. Tesis de Maestría, UNCA.
- Mouffe, C. (2003). *La paradoja democrática*. Barcelona: Gedisa.
- Poulantzas, N. (1979). *Estado, poder y socialismo*. Madrid: Siglo XXI
- Pozzi, P. (2004). *Por las sendas argentinas. El PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi.
- Quiroga, M. y Jacobo, C. (2014). La política sindical de El Obrero/Organización Comunista Poder Obrero (1970-1975). IV Jornadas Nacionales de Historia Social, La Falda.
- Rodríguez Lupo, L. (2005). La participación de OCPO en la Coordinadora Obrera de la Zona Norte del GBA, 1975. X Jornadas Interescuelas/Departamento de Historia, Rosario
- Sánchez Vázquez, A. (1987). “Once tesis sobre socialismo y democracia”. *Cuadernos Políticos*, N°52.
- Santella, A. (2009). “Las guerras obreras en la Argentina. Villa Constitución en 1973-1975”. En Izaguirre, I. (comp) *Lucha de clases, guerra civil y genocidio en la Argentina 1973-1976: antecedentes, desarrollo, complicidades* (pp. 283-308). Buenos Aires, Eudeba.
- Svampa, M. (2006). “Movimientos sociales y nuevo escenario regional: las inflexiones del paradigma neoliberal en América Latina”, *Revista Sociohistórica* N 19-20.
- Tocho, F. (2021). “La revolución desde las instituciones: la participación de la Tendencia Revolucionaria en la gobernación de Buenos Aires (1973). Un aporte para el análisis de la política no armada en los años setenta”. *Páginas*, año 13, N°31.
- Vezzetti, H. (2009). *Sobre la violencia revolucionaria*. Buenos Aires: Siglo XXI.

HACIA UNA TEORÍA FEMINISTA DEL ESTADO: APORTES DESDE UNA LECTURA DE
POULANTZAS

Lic. Jacinta Gorriti
CIECS – CONICET – UNC

Resumen:

Hace tiempo que nos preguntamos si es posible formular una *teoría feminista del Estado*, es decir, una teoría que no solo retome las principales categorías que conforman una especie de decálogo de las luchas feministas actuales (transversalidad, pluralismo, diversidad, cuidado, cuerpo, deseo), sino que además reelabore a la luz de un método teórico sistemático estos conceptos para pensar al Estado en toda su complejidad y estricta singularidad. La tendencia de algunos feminismos contemporáneos a adoptar posiciones autonomistas ha funcionado en ciertas coyunturas como un obstáculo tanto para su encuentro con el populismo y las experiencias nacionales-populares latinoamericanas de las últimas décadas, como para una teorización del Estado que no recaiga en las clásicas dicotomías: autonomismo o estatismo, plebeyismo o republicanismo, horizontalidad o verticalidad, reforma o revolución, etc. En esta ponencia retomamos algunos aportes de la teoría de Nicos Poulantzas como punto de apoyo para complejizar desde los feminismos la comprensión del Estado en América Latina. En concreto, su noción relacional del Estado y del poder, que nos permite comprender las mediaciones, selectividades estructurales, inercias y conflictos en distintos niveles que existen en el campo del Estado. Es decir, que no es un mero instrumento para la dominación (colonial, patriarcal y capitalista), externo y ajeno a las luchas sociales, sino que está ya constituido y atravesado por estas. Formular la pregunta por el Estado desde los feminismos no solo implica situar esta cuestión en las coordenadas actuales de las sociedades latinoamericanas sino, fundamentalmente, apuntar hacia su posible transformación: disputar en su interior las orientaciones existentes desde una ética del cuidado, abierta a la diversidad y a la pluralidad de dinámicas.

Palabras clave: estado; feminismos; nicos poulantzas; poder; materialismo

La pregunta por el Estado no es nueva para los feminismos. En la larga historia de las luchas feministas, que tiene en la crítica de las formas estatales y en la interpelación al Estado dos pilares fundamentales, se ha discutido ampliamente cuál es su papel en las desigualdades de género y si la política feminista necesita una teoría del Estado. No es mi propósito realizar aquí una genealogía de esta problematización ni un compendio de

aquellos debates históricos.¹ Antes bien, me interesa retomar algunos puntos nodales de la teoría de Nicos Poulantzas como punto de apoyo para complejizar, desde los feminismos, la comprensión del Estado en América Latina. En efecto, la denuncia de las formas de organización patriarcal y colonial que reproducen los Estados latinoamericanos atravesados de lógicas extractivas y dispositivos financieros (Gago, 2019) ha conducido a la adopción de posturas autonomistas que desconfían de cualquier modo de intervención estatal. Hay feminismos populares que identifican el Estado como un “comando centralmente planificado” (Gago, 2019, p. 125) que operaría como un mecanismo de cooperación de las luchas emancipatorias. Desde este enfoque, cuando el Estado no aparece como un ente totalizante y centralizador, se presenta como un Otro que solo responde a las demandas contra las distintas violencias (de género, institucionales, económicas, sociales, étnicas, políticas, etc.) que atraviesan nuestros cuerpos en calidad de víctimas a ser reparadas. Por eso, en los últimos años, existieron tantos desencuentros entre las experiencias nacionales-populares de la región y los feminismos (Cadahia, 2019).

Sin embargo, aun reconociendo la articulación entre formas de capitalismo, patriarcado y colonialismo que ha signado la historia de nuestros Estados, la transformación de estos tópicos requiere un cuestionamiento de aquellos imaginarios sobre el Estado. Sobre todo, si se tiene en cuenta que el neoliberalismo, en su embestida *desdemocratizadora* contra la soberanía popular y cualquier tipo de *Estado social* (Brown, 2020), también ha contribuido a sedimentar un sentido común fuertemente antiestatista. ¿Es posible, entonces, formular desde nuestras coordenadas una *teoría feminista del Estado*? Es decir, una teoría que reelabore a la luz de un método teórico o filosófico sistemático los conceptos que orientan las luchas feministas actuales –intersección, transversalidad, pluralismo, diversidad, cuidado, cuerpo, deseo, etc.– para pensar el Estado en toda su complejidad y estricta singularidad. Una teoría que, como sostenía Poulantzas, lo aborde en el conjunto de las contradicciones que lo constituyen en tanto tal. En otras palabras, no una teoría general del Estado sino un pensamiento situado en la coyuntura.

Partir de la comprensión materialista del Estado de Poulantzas para aportar en esa tarea supone asumir dos presupuestos. Primero, de lo que se trata es “de ver cómo nuestra realidad política conduce la tradición hacia otros cauces, la pone a prueba y la transforma en otra cosa” (Cadahia, 2017, p. 17). Esto es, cómo las luchas feministas pueden iluminar otros aspectos de su teoría y reformularla, más que intentar encajar esta última en nuestra coyuntura. Segundo, que relanzar de esta manera la cuestión del Estado implica asumir una *posición feminista* en la teoría, “un campo siempre ya ocupado” (Romé, 2021, p. 47). Así, la aproximación que ensayo se divide en dos momentos. Por

1 Para un acercamiento a estos debates, ver: Brown, 1992; MacKinnon, 1995; Arruzza, 2015; Fraser, 2015; Fraser y Butler, 2016; Arruzza y Cirillo, 2018; Gago, 2019; Federici, 2020.

un lado, identifico tres operaciones teóricas que suelen aparecer cuando se considera el Estado desde los feminismos. Por ejemplo, en la teoría feminista del Estado que propone Catharine MacKinnon o en la reconstrucción de los debates de las asambleas feministas de Verónica Gago. Por otro lado, introduzco una serie de elementos que puede aportar la obra de Poulantzas para abordar el Estado desde una perspectiva materialista y feminista a la vez, en relación con la cual propongo el concepto de *Estado de los cuidados* (Gorriti y Farrán, 2021).

Trascendentalización, instrumentalización y fijación monolítica

A grandes rasgos, tres operaciones teóricas aparecen frecuentemente cuando se aborda al Estado, tanto desde los feminismos como desde otras tradiciones teórico-políticas. Una de estas consiste en su *trascendentalización*, es decir, en ubicar al Estado en una posición de exterioridad respecto de los procesos sociales, como un principio de ordenamiento social anterior, separado de la sociedad que gobierna, o como una entidad que se sostiene por sí misma y mantiene una relación exterior con la sociedad civil. También con las clases sociales, los movimientos sociales, las luchas populares, etc. Otra operación correlativa consiste en su *instrumentalización*, esto es, en pensar al Estado como un instrumento al servicio exclusivo de ciertos sectores sociales: “los hombres”, las clases dominantes, tales o cuales grupos económicos, por ejemplo. En función de esto, el Estado no tendría ningún tipo de autonomía ni entidad más allá de aquellos grupos que lo capturan y utilizan para promover sus propios intereses. Finalmente, otra operación radica en lo que podemos llamar su *fijación* o *identificación monolítica*, que significa entender al Estado como “un bloque monolítico sin fisuras” (Poulantzas, 2005, p. 159), siempre idéntico a sí mismo, estable e impermeable a las luchas y procesos sociales. Por supuesto, las tres operaciones están entrelazadas: solo si se considera al Estado como una sustancia separada y anterior a la sociedad sobre la que rige, es posible entenderlo como un bloque estático que puede o bien ser cooptado enteramente por un grupo para ponerlo a disposición de sus intereses específicos, o bien ser un árbitro neutral de intereses en conflicto.

Un ejemplo de este abordaje es el que aparece en *Hacia una teoría feminista del Estado*, de Catharine MacKinnon (1995), una de las representantes más reconocidas de la corriente radical del feminismo norteamericano de los años 80 y 90. En su libro, publicado en 1989, sostiene que “el feminismo no tiene una teoría del Estado” que aborde el vínculo específico de “la mujer” y el Estado (MacKinnon, 1995, p. 277). Es decir, que analice el Estado “desde el punto de vista de las mujeres” para entender cómo el poder de los hombres sobre las mujeres se organiza como poder del Estado (MacKinnon, 1995, p. 228). Según la

feminista norteamericana, el poder estatal se identifica con el poder masculino y, al mismo tiempo, este poder del Estado no es otra cosa que el poder de la ley. Así, frente a un derecho masculino, excluyente y limitante, MacKinnon propone elaborar una *jurisprudencia feminista* –desplazando, de este modo, el problema del Estado al tema de la jurisprudencia. Si bien la autora cuestiona los tradicionales acercamientos del feminismo al Estado en tanto árbitro neutral entre intereses enfrentados (momento liberal) o en tanto herramienta de represión y de dominio sobre las mujeres (momento izquierdista), su enfoque no deja de ser problemático. Desde su mirada, el Estado se identifica completamente con el poder masculino, invariante en su constitución y en sus efectos sobre las mujeres. No solo “hombre” y “mujer” denotan en su libro posiciones fijas dentro de una relación de dominación que no tiene en cuenta la interseccionalidad de las formas de opresión (Butler, 1991), sino que además aquella reducción del Estado a una única forma de poder pierde de vista la dimensión multifacética y a menudo incoherente de las diferentes prácticas, discursos y reglas que existen en su terreno (Brown, 1992).

Más cercano en términos espaciotemporales está el abordaje de Verónica Gago. En su libro *La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo*, Gago (2019) reconstruye diversos debates feministas de la región a partir de una reivindicación del paro y las asambleas como espacios de construcción política antineoliberal. Diferenciándose de las “perspectivas estadocéntricas” que privilegian al Estado como lugar de transformación social, la autora sostiene que la apuesta de los feminismos populares “no pasa por un comando centralmente planificado de la oposición y la alternativa” (2019, p. 125), sino por el cuidado comunitario y el tejido de redes de protección sin esperar respuestas “desde arriba”. La huelga aparece, de esta manera, como una experiencia colectiva “capaz de construir *transversalidad* entre cuerpos, conflictos y territorios radicalmente diferentes” (Gago, 2019, p. 13, las cursivas son de la autora). Como un espacio ajeno a cualquier mediación estatal que pone en evidencia la conexión orgánica entre las violencias que atraviesan los cuerpos feminizados. En la posición de Gago se insinúan también aquellas tres operaciones: si el desafío de las luchas feministas pasa por evitar la cooptación estatal es porque el Estado se presenta como una entidad totalmente capturada por los “dispositivos patriarcales-financieros” (2019, p. 137). De ahí que el reconocimiento y el combate contra las múltiples violencias que se inscriben en los cuerpos-territorios pase, para la feminista argentina, por la construcción “desde abajo” de un espacio común en asambleas y huelgas. La tendencia autonomista que se despliega en su argumento, que dialoga con toda una corriente del feminismo popular, se sostiene en esta valoración del procedimiento asambleario como ámbito libre de cualquier forma de mediación institucional o representativa.

El problema con estos enfoques no es solo que simplifican una comprensión del Estado, sino principalmente que dejan fuera de discusión la pregunta por cómo trans-

formar las formaciones estatales existentes. En este punto es que la teoría materialista del Estado de Poulantzas vuelve a cobrar relevancia, tanto en su aspecto crítico como propositivo. Porque nos da elementos para elaborar análisis situados y concretos de nuestros Estados, en toda su singularidad, así como de las múltiples formas de poder, incluyendo la dominación patriarcal, que se ejercen en su terreno. Asimismo, la teoría poulantziana nos permite complejizar las dicotomías típicas del pensamiento político moderno: reforma o revolución, autonomismo o estatismo, dentro o fuera, plebeyismo o republicanismo, etc. Quisiera revalorizar, entonces, cuatro puntos de su teoría para enlazarlos luego con una comprensión feminista del Estado.

Inmanencia, sobredeterminación, selectividad estructural e individualización

El primer punto para revalorizar tiene que ver con su noción inmanente de Estado. Frente a aquella operación de trascendentalización, Poulantzas propone pensar el Estado en *inmanencia*, en continuidad con el orden social en el que existe. Si parece que el Estado se situara por encima es como efecto de su propia configuración y de su capacidad para darle cohesión al todo social en el que existe. Porque, ocupando una posición paradójica (Jessop, 2015), el Estado es a la vez un conjunto de estructuras que cumplen un rol de unificación del conjunto social y es una *entre* otras instancias sociales *en* ese conjunto. De esta manera, los antagonismos, las tensiones y las contradicciones sociales no existen por afuera del Estado sino que se despliegan también en su terreno. En la medida en que el Estado es, como explica Poulantzas (2005), una relación social o “*la condensación material de una relación de fuerzas*” (Poulantzas, 2005, p. 154, las cursivas son del autor), no puede ser entendido como algo externo y opuesto a la sociedad que lo conforma. Por eso, para el teórico griego el Estado no ejerce un poder propio, como si fuera un sujeto, sino que sus poderes o las capacidades inscriptas en las estructuras estatales son activadas (o no) por la agencia de determinadas fuerzas políticas en coyunturas específicas. Las instituciones, redes y aparatos del Estado son, en definitiva, lugares de disputa. De modo que no se identifican con una sola forma de poder, ni tampoco pueden ser leídos como meros instrumentos al servicio de una clase o grupo social específico.

Este carácter inmanente del Estado se vincula con otro elemento: la *sobredeterminación*. Al condensar y materializar en sus aparatos e instituciones el balance de fuerzas que define a una sociedad dada, el Estado debe ser pensado al mismo tiempo como un conjunto de estructuras y como un *campo estratégico* de continuas negociaciones, alianzas, rupturas y tensiones en el que la dominación política no se

encuentra nunca del todo establecida. Las formas que adoptan y las funciones que cumplen los aparatos del Estado están sobredeterminadas por la lucha de clases, a la vez que esta misma se encuentra sobredeterminada por las estructuras políticas, ideológicas y económicas del “todo social”. Esto quiere decir que la especificidad del Estado es inescindible del conjunto de prácticas materiales que coexisten en su seno. En otras palabras, que el Estado solo existe en cuanto forma concreta, como Estado de determinada formación social con todas las (sobre)determinaciones histórico-estructurales allí presentes.

En relación con esto, el tercer punto para destacar lo constituye la cuestión de la *selectividad estructural*. Poulantzas observa que el Estado funciona sobre un amplio mecanismo de selección de decisiones y de *no decisiones*, “que no son un dato coyuntural, sino que están inscritas en su estructura contradictoria y constituyen uno de los resultados de dichas contradicciones” (2005, p. 161). Desde una comprensión relacional del Estado, Poulantzas explica que, en función de las luchas pasadas que se han cristalizado en los aparatos y ramas estatales, algunas orientaciones son posibles en un período dado –de acuerdo con el balance de fuerzas de la coyuntura– y otras no. Este mecanismo selectivo opera a través de múltiples mediaciones, filtrando las demandas e intereses de las distintas fuerzas sociales que se disputan su campo. No se trata de que ciertos agentes lo dirijan racional y voluntariamente; al contrario, se trata de un mecanismo que emerge de la propia naturaleza conflictiva del Estado.

Un último señalamiento de Poulantzas para retomar tiene que ver con la constitución de la familia moderna –uno de los aparatos ideológicos fundamentales desde una noción integral del Estado. El teórico griego sostiene que el lugar central que adopta la familia como espacio privado por excelencia surge en concomitancia con la emergencia del ámbito público en el Estado. Esto significa que no aparece como algo intrínsecamente exterior a lo público-estatal, sino mediante aquel “conjunto de las prácticas materiales del Estado que forma al padre de familia (trabajador, educador, soldado o funcionario), al niño-escolar [...] y, claro es -podría decirse, sobre todo- a la madre” (Poulantzas, 2005, p. 81). Así, la familia como institución moderna se conforma a través del proceso de *individualización* que caracteriza al Estado capitalista, que modela los cuerpos o crea formas corporales determinadas bajo diferentes modalidades. Siguiendo a Foucault, afirma que este papel del Estado no se reduce al dominio jurídico-político, ni es un simple efecto de las estructuras ideológicas, sino que se traduce en un conjunto de técnicas de poder materiales y concretas ejercidas sobre los cuerpos.

Elementos para una teoría feminista del estado: el estado de los cuidados

Uno de los primeros en advertir cómo estos elementos pueden ser reactualizados desde una lectura feminista fue Robert Jessop. En continuidad con el enfoque de Poulantzas, Jessop (2004) sostiene que el Estado no es la mera expresión de la dominación patriarcal sino que en su interior existen múltiples estructuras patriarcales que articulan de diversas formas el género con la clase, la etnicidad, la raza, etc. El concepto de selectividad estructural es traducido a esta problemática mediante la noción de *selectividad de género*, en función de la cual las instituciones, discursos y prácticas estatales privilegian formas específicas de masculinidad y femineidad (Jessop, 2004). De manera que, a diferencia de lo que suponía MacKinnon, en el Estado no hay una única estrategia de reproducción del patriarcado como estructura de subordinación de las mujeres, sino que en su interior operan diferentes selectividades de género que pueden ser transformadas de manera contingente y sobredeterminada (Jessop, 2004).

Un enfoque feminista y materialista del Estado apuntaría, entonces, a señalar los espacios, las instituciones específicas, las orientaciones y los nudos concretos de poder donde se traman aquellas selectividades como resultado de un conjunto complejo e histórico de prácticas de clase y de género, culturales y étnicas, políticas y económicas, etc. Asimismo, apuntaría a reorganizar el Estado en su articulación interna, sus modos de intervención en el entramado social, sus bases sociales, sus capacidades y sus mecanismos de filtrado de demandas y decisiones para inscribir procesos de selectividad feministas. La dimensión conflictual de las instituciones y aparatos del Estado que Poulantzas identificaba es, precisamente, lo que abre la posibilidad de otras formas y lo que permite apelar a ellas como mecanismos de ampliación de derechos o de disputa por la transformación del orden social existente. En este sentido, “el Estado no tiene por qué ser [...] una forma de *enajenación*, sino que puede convertirse en un modo de *mediación* de lo popular” (Cadahia, 2019, p. 87, las cursivas son de la autora).

De esta manera, más que un Estado como abstracción vacua, lo que existen son formaciones estatales concretas que cuentan con una historia, una materialidad y una autonomía (relativa) específicas ligadas a entrecruzamientos singulares de instancias y fuerzas que responden frente a cada coyuntura de distintas formas y que están atravesadas por diversas orientaciones muchas veces en tensión entre sí. Atender a esta sobredeterminación del Estado es importante para no caer en una impugnación masiva ni en una fetichización de la forma organizativa que desconozca la efectividad de lo político-estatal. En Argentina, por caso, la creación del Ministerio de Mujeres, Géneros y Diversidad en 2019 cristaliza un proceso de organización y lucha durante décadas en un movimiento plural que desborda con creces los mecanismos e instituciones estatales. Ahora bien, aunque esta institucionalización no agote en absoluto las demandas del

movimiento o sus formas de interpelación al Estado en todos los niveles, fue una jugada estratégica para el avance de los derechos de las mujeres y diversidades.

Una teoría feminista del Estado exige repensar también la *lógica de los cuidados*. Entender la institucionalidad de manera inmanente a los procesos sociales y a las relaciones de fuerza es crucial, pero hay que dar un paso más. El señalamiento que Poulantzas hace acerca de la familia moderna como un modo de organización social que surge junto con el Estado es importante en este punto. En efecto, lo que numerosas feministas han señalado desde hace décadas es el lugar que ocupa la unidad familiar cuando se desmantelan las funciones sociales del Estado (Cooper, 2017; Brown, 2020). Funciones que, entonces, recaen particularmente sobre las mujeres y sobre los cuerpos feminizados. Recuperar la centralidad de los cuidados no implica, empero, trasladar aquellos modelos familiares al campo estatal apelando a las imágenes de un Estado *maternal* o *paternal*. Antes bien, se trata de disputar en cada uno de sus aparatos –incluidos los ideológicos, como la propia familia– las lógicas subyacentes y las dinámicas que los organizan. En Argentina, sabemos que la familia puede convertirse en una fuerza impulsora de transformaciones en esas lógicas, con la lucha histórica de las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, o de H.I.J.O.S. Es decir, que como cualquier aparato estatal, está atravesada por fuerzas reactivas y emancipatorias.

Volver a pensar el Estado desde la lógica de los cuidados implica, asimismo, reconsiderar el propio concepto de cuidado y llevarlo más allá de sus límites domésticos. Desde una perspectiva materialista, el cuidado no remite solamente al trabajo reproductivo no remunerado que recae históricamente sobre los cuerpos feminizados (Federici, 2018). Poner de relieve esta dimensión ha sido una lucha ardua para los feminismos, que no siempre ha encontrado respuestas de parte de los Estados. Sin embargo, es posible enriquecer esta categoría al vincularla con una tradición más amplia que entiende el cuidado desde la pregunta por la formación subjetiva, como práctica de gobierno de sí y de los otros que no se basa en modelos familistas sino en prácticas éticas (Foucault, 2002). Así, el cuidado apunta igualmente a una dimensión afectiva o a lo que –en los términos de Spinoza– se puede definir como la potencia siempre singular de los cuerpos en tanto conjuntos de prácticas y afecciones. Si Poulantzas enseña, leyendo a Foucault, que el cuerpo no es lo otro del poder, sino que existen técnicas de poder que moldean los cuerpos y que el Estado estabiliza institucionalmente corporalidades o modos de existencia, entonces es preciso situarse en estos últimos para transformarlos en inmanencia. El cuidado señala, por lo tanto, los modos posibles de incrementar nuestra potencia de obrar, sentir y pensar por composiciones virtuosas junto a otros aunque sea a la distancia. De modo que, como señala Roque Farrán,

[e]l desafío para las prácticas éticas y las políticas de los cuidados, desde un enfoque filosófico materialista, consiste en sostener su especificidad *al mismo tiempo* que se transfieren y recrean sus procedimientos en distintas instancias y prácticas de la formación social; incluso a nivel del Estado, sus distintos estamentos de gobierno y el uso de las nuevas tecnologías (2020, p. 29, las cursivas son del autor).

Un *Estado de los cuidados*, por lo tanto, sería aquel atravesado por una ética de los cuidados en diversos ámbitos: desde lo familiar a lo sanitario, del ámbito educativo al de la comunicación, de lo económico a lo cultural, etc. Un Estado donde se reivindicuen y amplifiquen estos cuidados en todos los niveles, propiciando la composición heterogénea de singularidades irreductibles en un marco común de redistribución de recursos. En medio de una pandemia a la que concurren, además, limitaciones y desafíos que la anteceden, es clave apostar por un cambio materialista en la organización del Estado ligado a la primacía de los cuidados. Si en esta tarea los escritos de Poulantzas constituyen un gran aporte, es necesario excederlos desde una perspectiva feminista que contemple el papel de los afectos en la construcción de las subjetividades políticas, así como la importancia del cuidado en su dimensión ética y política para dar forma a nuevas mediaciones institucionales.

Bibliografía

- ARRUZZA, Cinzia (2015). *Las sin parte. Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*. Barcelona: Sylone.
- ARRUZZA, Cinzia y CIRILLO, Lidia (2018). *Dos siglos de feminismos. Los ejemplos más significativos, los problemas más actuales...* Barcelona: Sylone.
- BUTLER, Judith (1991). Disorderly woman. *Transition*, (53), 86-95. doi:10.2307/2935175
- BROWN, Wendy (1992). Finding the Man in the State. *Feminist Studies*, 18(1), 7-34.
- BROWN, Wendy (2020). *En las ruinas del neoliberalismo. El ascenso de las políticas antidemocráticas en Occidente*. Buenos Aires: Tinta Limón, Futuro Anterior y Traficantes de sueños.
- CADAHIA, Luciana (2017). *Mediaciones de lo sensible. Hacia una economía crítica de los dispositivos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- CADAHIA, Luciana (2019). *El círculo mágico del Estado. Populismo, feminismo y antagonismo*. Madrid: Lengua de trapo.

- COOPER, Melinda (2017). *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. New York: Zone Books.
- FARRÁN, Roque (2020). *Leer, meditar, escribir. La práctica de la filosofía en pandemia*. Adrogué: La Cebra.
- FEDERICI, Silvia (2018). *El patriarcado del salario*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- FEDERICI, Silvia (2020). *Reencantar el mundo. El feminismo y la política de los comunes*. Madrid: Traficantes de sueños.
- FOUCAULT, Michel (2002). *La hermenéutica del sujeto. Curso en el Collège de France (1981-1982)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FRASER, Nancy (2015). *Fortunas del feminismo*. Madrid: Traficantes de sueños.
- FRASER, Nancy y BUTLER, Judith (2016). *¿Reconocimiento o redistribución? Un debate entre marxismo y feminismo*. Madrid: *New Left Review* en español y Traficantes de sueños.
- GAGO, Verónica (2019). *La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- GORRITI, Jacinta y FARRÁN, Roque (2021). Hacia una teoría feminista del Estado. El Estado de los cuidados. *Ágora. Papeles de Filosofía*, Vol. 41, N°1.
- JESSOP, Robert (2004). The Gender Selectivities of the State. *Journal of Critical Realism*, 3(2), 207-237.
- JESSOP, Robert (2015). El Estado y el poder. *Utopía y praxis latinoamericana*, 19 (66), 19-35.
- MACKINNON, Catharine (1995). *Hacia una teoría feminista del Estado*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- POULANTZAS, Nicos (2005). *Estado, Poder y Socialismo*. México: Siglo XXI.
- ROMÉ, Natalia (2021). Notas para un feminismo transindividual. En García Bravo, María Haydée y Concheiro Bórquez, María Elvira (coord.), *El ejercicio del pensar: marxismos y feminismos*, 10, Buenos Aires: CLACSO, 45-59.

EL INTERREGNO LATINOAMERICANO. CRISIS DE HEGEMONÍA Y
PROYECTOS ESTATALES EN DISPUTA

Joel Sidler (IHUCSO-UNL-CONICET) y Víctor Ramiro Fernández
(IHUCSO-UNL-CONICET)

Introducción

Las décadas que han transcurrido de este siglo XXI se presentan colmadas de acontecimientos que marcan un momento de crisis y de reestructuración global capitalista. Asimismo, la región latinoamericana atraviesa momentos de inestabilidad política y deterioro económico luego de una relativa calma y crecimiento experimentado durante la primera década de este siglo. La imbricación de ambos elementos, uno de orden global y el otro regional, y su manifestación en el presente configuran un escenario caracterizado por la incertidumbre y la disputa abierta.

En esta ponencia sostenemos que con el nuevo siglo inicia un período que puede estudiarse como el escenario de un doble interregno, es decir, como un período de crisis con tendencias y contratendencias propias que desencadenan en una etapa marcada por la incertidumbre y la disputa abierta tanto a nivel sistémico como a nivel regional. Tomamos la expresión original de Gramsci (2014) y a partir de ella presentamos dos interregnos diferenciados pero conectados. Aquí nos interesa analizar cómo en la intersección de ambos interregnos se funden procesos que tienen como actor principal al Estado y que afectan a la construcción de proyectos político-económicos en el espacio latinoamericano.

El primer interregno se explica desde una lógica sistémico-cíclica de orden general, pero que adquiere características particulares en cada una de las regiones del globo, que configuran un *variegated capitalism* (Peck & Theodore, 2007). Tiene sus orígenes en la reconfiguración sistémica capitalista ocurrida desde los años setenta, acompañada por la consolidación de la crisis de la hegemonía estadounidense y el traslado del núcleo de acumulación global hacia el Este asiático y China. Esto da lugar a la presencia del caos sistémico actual (Arrighi, Silver, Ahmad, & Madariaga, 2000) y la manifestación de la defunción progresiva del *hegemón* y el nacimiento de un nuevo ciclo. Analizar las estatidades construidas durante este proceso reviste de carácter explicativo para comprender cómo desde comienzos del presente siglo la geografía del sistema capitalista se encuentra en constante movimiento y transformación. En ese contexto, América Latina se inserta de una forma específica en el cambio cíclico a partir de su propia trayectoria histórica.

Esa inserción latinoamericana está enmarcada en su propio interregno, el segundo que configura este escenario doble. Este se caracteriza por el “eterno retorno” de la disputa entre proyectos redistributivos (cuyo origen se remonta a mediados de siglo XX) y proyectos liberalizadores (encarnados desde los años setenta, pero con mayor ímpetu durante el Consenso de Washington). Sin embargo, su reedición en el siglo XXI se experimenta durante el cambio cíclico sistémico, sumado a las transformaciones en la espacialidad del poder político y económico a partir del despliegue de las redes políticas (RPG) y redes económicas globales (REG) que tienen impacto en el funcionamiento de las redes de producción global (GPN por sus siglas en inglés) (Fernández & Cardozo, 2012; Stone, 2004). En América Latina, la organización y penetración de esas redes se encuentra amparada en una debilidad histórica del Estado para direccionar los flujos de esas redes. Tal debilidad se agrava, en esta región, a partir de la acción de las organizaciones supranacionales, con un rol central en el despliegue de esos flujos.

Es en la imbricación de ambos interregnos que se configura lo que entendemos como un escenario conflictivo e incierto, con el Estado como una de las arenas de disputa privilegiadas. En tal marco, sostenemos que el análisis de los interregnos es crucial para evaluar los márgenes de acción, límites y oportunidades para una construcción autónoma de escala regional. Tal apuesta demanda una formación estatal articulada, con la capacidad de condicionar y orientar las formas de valorización financiera hacia las productivas, en el marco de una estrategia de desarrollo endógeno, autónomamente planificada. Es decir, un proyecto estatal (Jessop, 2016) con una morfología capaz de plantear una estrategia contra-hegemónica.

Las estatalidades en América Latina se construyen y ejercen en una tensión abierta a causa de la pervivencia de las formas financieras y mercantilizadoras frente a fuerzas sociales con estrategias redistributivas. El conflicto, o doble movimiento (Polanyi, 1957), entre ambas modifica las circunstancias y coyunturas que habilitan el éxito –siempre relativo- de las diferentes alternativas. En esta ponencia pretendemos enmarcar las colisiones de este tipo en el escenario del cambio cíclico, caos sistémico y reposicionamiento regional que se observa desde comienzos del siglo XXI.

Primer interregno: formaciones estatales diferenciadas

Dos tipos de formaciones estatales son las protagonistas del primer interregno, ambas tienen su origen a partir de las combinaciones que surgen de las trayectorias históricas regionales con las lógicas territoriales y del capital (Arrighi, 2005). En términos históricos, ambas lógicas han construido estrategias opuestas para la formación de Estados. Son contradictorias en cuanto para las lógicas territoriales la extensión territorial

y la densidad poblacional se encuentran identificadas con el poder y la acumulación de capital es un medio para mantener y expandir el poder territorial, en cambio, en la lógica del capital las adquisiciones espaciales son un recurso en la búsqueda por acumular capital. Esta oposición es una característica intrínseca del sistema interestatal, en el cual se ponen en juego la movilidad de los flujos de capital y la espacialidad, generalmente fija, donde los gobiernos ejercen su poder.

La dialéctica entre ambas lógicas en funcionamiento en cada una de las diferentes regiones del globo ha dado como resultado diferentes tipos de formaciones estatales, en este caso hacemos énfasis en los dos que conforman las fuerzas principales del primer interregno, por un lado, Estados Unidos y los Estados de los países de Europa occidental, y por el otro lado los Estados del espacio sino-asiático.

A partir del categorial del análisis del Sistema mundo podemos comprender a la etapa que inicia en los años setenta como el comienzo de la fase de expansión financiera del Ciclo Sistémico de Acumulación, hegemonizado por Estados Unidos (Arrighi & Silver, 2000, 2001). Cada Ciclo se caracteriza por una fase de expansión material y una fase de expansión financiera y sus despliegues dan la pauta de comportamiento del sistema capitalista a escala global, como así también de las trayectorias de los Estados hegemónicos (Arrighi, 1999). En la década de los setenta, aunque ya desde mediados de los años sesenta (Harvey, 1998), se observa el comienzo de una crisis del sistema capitalista en su formato fordista-keynesiano a partir de las caídas en las tasas de ganancia causadas por el aumento de la competencia internacional, en consecuencia la inversión en capital fijo comienza a disminuir y el capital monetario tiende a abandonar las actividades productivas y a realizarse a través de mecanismos financieros, montados sobre una novedosa infraestructura informacional y conectada en redes (Castells, 2004).

La recesión económica, sumada al enorme gasto que implicaba la presencia de los Estados Unidos como potencia militar, se tradujo en el crecimiento del déficit presupuestario y en el aumento de las tensiones sociales. Así, la legitimidad de la democracia en su forma de Estado de bienestar enfrentó una ofensiva creciente (Habermas, 1973). Para cuando aumentaron los precios del petróleo, las condiciones económicas, políticas y sociales ya estaban preparadas para colapsar y abrirle paso a la ofensiva neoliberal con los gobiernos de Thatcher en el Reino Unido y Reagan en los Estados Unidos (Harvey, 2007).

De manera concomitante, tiene lugar una reestructuración espacial de la acumulación de capital, centrada en la reubicación de capital productivo y el traslado de empresas hacia las regiones del Sur Global (Krippner, 2005). Con ello, la división internacional del trabajo fue redefinida de manera tal que las empresas líderes del Norte Global trasladaron sus actividades manufactureras a algunas regiones de la periferia. Sin dudas, el principal destino fue el Este asiático. Allí, la convergencia entre las estrategias geopolíticas y geoeconómicas por parte del hegemon (Lee, 2020) y la

trayectoria histórica (Stubbs, 1999) permitió construir una plataforma de integración regional, coordinada por una red de especialización industrial. El fenómeno denominado *flying geese* sintetizó este proceso iniciado con el liderazgo japonés y con fuerte relevancia del Estado en la industrialización, basado en la sustitución de importaciones y la inserción externa con base regional.

Es en este contexto que es posible comprender la relevancia y el rol de las formaciones estatales diferenciales desde la segunda posguerra. Por un lado, los Estados de Bienestar del Norte Global, y los incipientes Estados desarrollistas del Este asiático, por el otro. La crisis del sistema capitalista en los años setenta es también la crisis de los primeros, mientras que al mismo tiempo reviste el fortalecimiento de los segundos. Si bien Estados Unidos mantiene el control del dólar como baluarte internacional y un férreo poderío militar, en términos económicos el proceso de financiarización es una muestra del debilitamiento de su hegemonía ya que afecta directamente la inversión a largo plazo, el proceso de producción y debilita la estructura productiva en lo relativo a la calidad del empleo, sus niveles y la igualdad en términos salariales (Rodrik, 2016). Este tipo de realización del capital dificulta la capacidad de ofrecer, en términos globales, una forma de crecimiento que sea sostenible, y más importante aún, que pueda ser emulada por los demás Estados.

En el Este Asiático, el proceso de acumulación material adquirió dinamismo y su centralidad redefinió la estructura jerárquica global y el posicionamiento del Sur Global (Fernández & Moretti, 2020). Las construcciones estatales sino-asiáticas ha logrado una capacidad directiva del proceso de acumulación, impulsada a resolver múltiples desigualdades internas y a desplegar su liderazgo regional y proyección en el exterior (Bardhan, 2020). Cuando se observa en retrospectiva, el proceso de convergencia económica entre el Sur Global y el Norte Global se hace visible ya desde principios de los años 60, principalmente a causa del crecimiento económico de Asia Oriental y las disposiciones geopolíticas para su despegue. Sin embargo, desde el presente siglo, no solo se ha acelerado su crecimiento en términos cuantitativos, sino que también en términos cualitativos su proceso de ascenso posee elementos que dan cuenta de una modificación de las relaciones entre la estructura, la dinámica y la jerarquía del sistema-mundo. Para señalar esto, Fernández y Moretti (2020), tienen en cuenta la mejora económica de esta macrorregión en tres variables: a) la dinámica económica (en términos de comercio, inversión y crecimiento manufacturero); b) el dinamismo económico (definido a partir del desarrollo tecnológico mediante inversiones en I + D y patentes); y c) el creciente control sobre el capital y las actividades centrales dentro de las cadenas globales de valor (CGV), que presenta un creciente número de empresas transnacionales ubicadas en el Sur Global.

Estos indicadores de orden cuantitativo y cualitativo reflejan el dinamismo del proceso de acumulación en el Este asiático, acompañado de formaciones estatales con la capacidad y la decisión de controlar y direccionar el sistema financiero hacia el patrón productivo en expansión interno/externa. A partir de estos indicadores es posible encuadrar el resurgimiento y reciente liderazgo chino en la región. Desde el nuevo siglo y durante las décadas que lleva, el liderazgo regional ahora protagonizado por China y su creciente promoción del proceso de integración regional fortaleció su estructura de acumulación bajo la dirección estatal (Beeson, 2017).

De esta manera, dentro del singular desarrollo regional del Este asiático, la autonomía del Estado en relación con el capital es un hecho que merece ser destacado. Si bien sus orígenes responden a largas tendencias históricas de la región, tal autonomía –aunque relativa- volvió al primer plano desde la segunda mitad del siglo XX, primero a partir del apoyo geopolítico de los Estados Unidos, combinado con la formación de Estados con capacidades para promover el desarrollo como los casos de Japón, Corea del Sur o Taiwán, y luego ya con el legado revolucionario chino y su consolidación como centro de acumulación de la fase material.

En síntesis, el desarrollo dialéctico de lógicas territoriales y de capital dio lugar a un patrón de acumulación y organización institucional con lo que denominamos “supremacía estatal”. Así, las estatidades en el Este asiático se construyen sobre la capacidad para controlar y dirigir el capital financiero como herramienta para el desarrollo productivo industrial de las empresas privadas, por un lado, y una amplia red de colaboración entre el Estado y las empresas privadas con estrategias descentralizadas, por el otro (Schweinberger, 2014).

Como resultado, en términos generales, el Sur Global se consolida como el espacio generador de actividades productivas que fortalecen el proceso de acumulación, con creciente relevancia en las CVG y una importante integración al interior de la macro-región a partir del crecimiento del comercio (Fernández & Moretti, 2020). Sin embargo, este proceso de crecimiento es asimétrico y heterogéneo cuando se observan las regiones que forman el Sur Global. África y América Latina nunca tuvieron los apoyos geopolíticos –ni siquiera quizás la tolerancia por parte del *hegemon*- para llevar adelante procesos de reforma estructural. Además, las características de la colonización, su rol periférico en el comercio desigual (Prebisch, 1986) y posteriormente los procesos de independencia se presentaron como poco auspiciosos para construir un sistema interestatal con integración regional y con límites para coordinar un proceso de acumulación con epicentro industrial (Fiori, 1992). Esto llevó a una “industrialización trunca” (Fajnzylber, 1983) y a la desintegración regional (Sugihara, 2019).

Para el caso de América Latina, la combinación de elementos internos y externos diferenciaron a la región de las formaciones estatales del Norte Global, pero también del

Este de Asia. Con respecto a los primeros, no hubo un proceso sistemático de enfrentamientos bélicos, que estuvo en la base de la formación de los estados nacionales del moderno sistema interestatal europeo (Centeno, 2002; Tilly, 1990). En comparación con el espacio asiático, la ausencia de una “autorización geopolítica” o “desarrollo por invitación” (Wallerstein, 1974) y la falta de procesos revolucionarios (con la excepción cubana) se combinaron con sociedades débiles y actores capitalistas fragmentados. Esto explica las dificultades para orientar el capital hacia la profundización de los procesos de industrialización e integración macrorregional (Fernández & Ormaechea, 2020), así como la penetración de capital financiero y organismos internacionales controlados por el Norte Global (Levy & Bustamante, 2018).

Esta heterogeneidad incrementa su importancia al considerar el impacto de este primer interregno en América Latina y la capacidad de sus Estados para enfrentar ambos procesos en pugna, la financiarización propia del espacio del Norte Global y la expansión material impulsada desde el Este asiático. La primera se expresa ya desde los mediados de los años setenta, pero logró articularse como una estrategia de desarrollo para los países periféricos recién con el Consenso de Washington, promoviendo la apertura de las economías nacionales para el capital internacional (Lapavitsas, 2013). La segunda se vuelve más visible durante el presente siglo con el incremento de la presencia de inversiones chinas y del Este asiático en la región (Slipak & Ghiotto, 2019).

Así, el primer interregno se configura como un momento de tensiones, irresuelto y conflictivo a nivel sistémico, que presenta un enfrentamiento entre formaciones estatales diferenciadas por el accionar de lógicas del capital y territoriales que, combinadas con las trayectorias históricas, dieron como resultado dos formas de interrelación entre capitalismo y Estado. Este escenario se vuelve aún más crítico cuando se observa desde una América Latina con inestabilidades políticas y un estancamiento económico considerable en la última década. Las dinámicas del primer interregno ingresan en el escenario latinoamericano y plantean un desafío a los Estados que, si bien guardan una centralidad en el proceso de acumulación, no logran configurar una capacidad directiva sobre el capital –interno y externo- que compatibilice los procesos de acumulación con redistribución e inserción externa calificada.

Segundo interregno: américa latina y el eterno retorno

Este interregno se comprende como el momento particular en el cual las volatilidades de las últimas tres décadas dejan un panorama abierto y de disputa entre dos tipos de proyectos políticos a nivel regional. La tensión irresuelta está dada entre iniciativas mercantilizadoras y proyectos redistributivos, en términos de Polanyi (1957). Si bien las

fuerzas sociales en pugna se originan ya a mediados del siglo XX, la confrontación gana fuerza desde fin de siglo pasado y comienzos del nuevo.

Caracterizar esta tensión no es en sí mismo un hecho novedoso, con diferentes matices y abordajes encontramos diversos aproximamientos a esta cuestión. Por ejemplo Juan Carlos Portantiero conceptualizó este enfrentamiento durante los años setenta como un “empate hegemónico” para el caso argentino (1977, p. 531), “entre fuerzas, alternativamente capaces de vetar los proyectos de las otras, pero sin recursos suficientes para imponer, de manera perdurable, los propios”. No son pocos los estudios que han recurrido a este concepto –o similares- de manera heurística para dar cuenta del estado de situación en América Latina (Clemente, 2020; Dabat & Leal, 2021; Linera, 2008). Enmarcar las décadas que llevamos del siglo XXI alrededor de estas ideas puede ser una herramienta de gran utilidad si se tiene en cuenta que ese proceso de tensiones y convivencias que afectan la capacidad de direccionamiento estatal, en un sentido u otro, tiene lugar bajo el conjunto de transformaciones cualitativas que señalamos en la parte anterior y a las que se le suman un cambio en las formas del ejercicio del poder político-económico a partir de los años noventa, con el accionar de las redes políticas (RPG) y redes económicas globales (REG) (Fernández & Cardozo, 2012).

En otras palabras, la reedición de la disputa político-económica se lleva adelante en espacios nacional-regionales con nuevos actores, o con los mismos pero transformados, que modifican la espacialidad del poder político-económico. La novedad radica en que esos actores de poder no necesariamente se corresponden con una visión territorialista del poder o una estrictamente estatal (Agnew, 2003). Por ejemplo, Sassen sostiene que las jaulas de la autoridad territorial nacional se están rompiendo (2013, p. 30) y que desde finales del siglo XX la globalización ha demostrado que las fronteras no necesariamente siguen los estándares geográficos, sino que pueden extenderse y formarse nuevos ensamblajes (Sassen, 2009). La superación de lo que Agnew (1994) denomina la *territorial trap* implica reconocer el creciente dominio de flujos, actores e instrumentos que imponen lógicas desterritorializadas (Agnew, 2005; Sassen, 2013) y con influencia sobre el Estado (Sassen, 2008). Como señala Dicken (2011) lo relevante es comprender a los espacios no simplemente como “delimitados” por sus fronteras sino en una constante interrelación con una diversidad de otras escalas construidas socialmente.

En general, este tipo de modificaciones en la soberanía de los Estados se dan de manera contextual y relacionada con las transformaciones sistémicas de escala global y la consolidación del neoliberalismo como conjunto de políticas, prácticas, discursos y sentidos constituyentes de una nueva fase del capitalismo. De esta manera, se reconoce una especificidad estatal y se explora la posibilidad de una “estadidad red” (Castells, 1997) que implica una soberanía cada vez más compartida, donde los Estados-nación

reparten su control soberano con un conjunto de actores supra y subnacionales, a los que se suman redes de flujos materiales e inmateriales.

Para América Latina, el ingreso del ideario neoliberal a puestos de poder se da desde los años setenta en administraciones que son el resultado de golpes de Estado, como en Chile en 1973 y en Argentina en 1976. Construido desde fuertes críticas a la intervención estatal y al alto proteccionismo, la consolidación de las estrategias de *roll back* y *roll out* neoliberal (Peck & Tickell, 2002) durante los años noventa laceraron la estructura social y productiva construida durante las décadas de estrategia de industrialización sustitutiva y buscaron reconstruirla a partir de los postulados de la apertura económica y la eficiencia del mercado como mecanismo para asignar los recursos (Ormaechea, 2021).

Así, neoliberalismo, globalización y transformaciones espaciales configuraron una amalgama poderosa de reestructuración social, económica y política en la región. Que para el siglo XXI, con la llegada al poder de gobiernos de izquierda, centro-izquierda o populares, intentó ser gobernada a partir de una reconstrucción del Estado (Bresser Pereira, 1998). A contramano del estancamiento de las economías centrales a nivel global (Sader, 2008), el escenario latinoamericano se configuró como un terreno fértil para la construcción de una alternativa a la hegemonía neoliberal. Más allá de las innegables diferencias entre los países de la región, podemos señalar que en términos generales las altas expectativas confluían con signos de cambio en los procesos político-económicos. Por ejemplo, el informe de la CEPAL (2014) titulado “Pactos para la igualdad: Hacia un futuro sostenible” señala una recuperación del crecimiento en la región; un proceso de desendeudamiento (luego de la crisis de la deuda durante los años ochenta); la recuperación del empleo y una significativa reducción de la desigualdad, la pobreza y la indigencia. No obstante, el mismo documento presenta los incipientes límites para estos avances, focalizados en la sostenibilidad macroeconómica y en la incapacidad para profundizar la igualdad en múltiples dimensiones.

Ya para la segunda década del siglo XXI el fin del ciclo expansivo se hace presente mediante la recurrente restricción externa, causada en gran medida por las dificultades para alterar la estructura productiva y la dinámica de acumulación. Al declive de la actividad económica se le sumó el fortalecimiento de alianzas políticas ligadas a un tipo de “neoliberalismo tardío” en la región (García Delgado & Gradín, 2017). La llegada al poder de Cambiemos en Argentina en 2015, el golpe “blando” del parlamento brasileño a Dilma Rousseff en 2016, que abrió el camino para el triunfo de Bolsonaro en 2018, y el Golpe de Estado en Bolivia señalan un intento de cambio de orientación de los proyectos políticos populares, hacia el comienzo de una nueva etapa neoliberal en la región. Estos cambios implicaron un esfuerzo por reestructurar la distribución de la riqueza en favor de los grupos sociales privilegiados y concentrados de la economía, el inicio de un

nuevo proceso de endeudamiento externo (Bohoslavsky & Cantamutto, 2021), de apertura de la economía (Cassini, García Zanotti, & Schorr, 2019), desindustrialización y un intento deliberado de bajar salarios y niveles de consumo de los sectores mayoritarios (García Delgado & Gradin, 2017).

Sin embargo, frente a la crisis económica desatada por el gobierno de Cambiemos en Argentina, la resistencia de sectores obreros y campesinos en Bolivia, la liberación de Lula en Brasil y las manifestaciones en Chile, Ecuador y Colombia, la región comenzó a responder frente a las expresiones de neoliberalismo tardío. El Frente de Todos se impuso en Argentina, el MAS en Bolivia, se abrió un proceso de reforma constitucional en Chile y resta aún el retorno de Lula –o del PT- al Palacio de Planalto. Esta rápida recuperación por parte de proyectos críticos al neoliberalismo expresa lo vertiginoso del momento que atraviesa América Latina, configurando senderos pendulares en materia política y económica.

Aquí sostenemos que el eterno retorno de esta disputa abierta tiene consecuencias para la construcción de proyectos estatales perdurables y capaces de direccionar el capital hacia una estrategia de acumulación con crecimiento económico y redistribución. La reactualización de esta disputa en pleno siglo XXI encuentra a la región interconectada en las diversas Redes de Producción Global, organizadas y gobernadas por Redes Políticas y Redes Económicas Globales. Estas son influenciadas por el contexto socio-político e institucional en el cual se insertan (Dicken, 2011, p. 62), pero también afectan a ese mismo entorno.

Así, si bien los Estados nación mantienen su relevancia como espacios delimitados al interior de los cuales las redes de producción están enraizadas y reguladas, su soberanía es compartida por instituciones supranacionales de carácter estatal y no estatal. A las más usuales como el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio se le suman los grandes fondos financieros como Blackrock, Fidelity o Vanguard, como así también *think tanks* e institutos de investigación con creciente relevancia en el proceso de *policy transfer* (Stone, 2004).

Al incorporar la perspectiva de las redes y los flujos al tratamiento del Estado es posible comprender cómo las relaciones entre los flujos y las estructuras se vuelven relevantes para caracterizar el interregno latinoamericano y la configuración de una estatalidad incapaz de dirigir procesos de acumulación de base productiva. Las diferencias entre la región del Este asiático y la latinoamericana pueden ser pensadas a partir de la interrelación entre lógicas territoriales y de capital sobre espacios específicos, con trayectorias particulares que dan cuenta de las divergentes posibilidades de construir Estados con capacidades.

En América Latina su rol periférico ha sido configurado ya desde los momentos de su inserción al capitalismo global desde el siglo XVI, hecho que los procesos indepen-

dentistas no lograron revertir mediante la construcción de Estados-nación. La debilidad histórica de esos Estados ha facilitado el más reciente ingreso de redes políticas supranacionales. Desde fines del siglo XX, la estatidad red se tradujo en una creciente participación de redes políticas globales en la gestión de los flujos económicos y en el crecimiento del poder de empresas transnacionales y organizaciones supranacionales sobre los Estados (Fernández & Cardozo, 2012). Los intentos de gobiernos populares, de izquierda o centro-izquierda no lograron conformar un proyecto estatal coherente y perdurable en el tiempo, capaz de gobernar esos flujos a partir de una sólida estructura organizacional que le permita fortalecer su autonomía para encauzar proyectos de desarrollo ligados a programas de industrialización de escala regional como elementos necesario, aunque no suficientes, para construir una alternativa a la perdurable y reactualizada presencia de un neoliberalismo tardío.

Reflexiones finales: américa latina como espacio de disputa

En esta ponencia presentamos algunos marcos iniciales desde los cuales es posible abordar el presente momento de disputas y reconfiguraciones en el sistema capitalista. A partir de considerar el carácter *variegated* del capitalismo señalamos el funcionamiento diferenciado de las lógicas territoriales y del capital en cada región, con sus consecuentes resultados en la formación de estatalidades. Así, el siglo XXI asiste a un conjunto de cambios y transformaciones que abren distintas posibilidades para nuestra región, pero que se imbrican con su trayectoria histórica y con las acciones y reacciones políticas más recientes.

Buscamos dar cuenta de dos “interregnos” que se conectan en un mismo escenario, lo que articula un momento histórico de disputa. Caracterizar y comprender el presente es de crucial relevancia para evaluar los límites y las condiciones de posibilidad para construir estatalidades con una autonomía relativamente considerable, capaces de encauzar proyectos de desarrollo con crecimiento económico y redistribución. Sin considerar los dos interregnos actuales, los bienintencionados intentos de construir respuestas autónomas desde la periferia serán infructuosos.

Por eso, sostenemos que ambos interregnos configuran un escenario complejo para el accionar de las estatalidades en América Latina, que enfrentan el primero desde su debilidad frente a los procesos financiarizadores del Norte Global, pero también en un rol crecientemente subordinado y primarizado frente a la expansión material de China y el Este asiático. Esta debilidad histórica de las estatalidades se encuentra atravesada por la propia inestabilidad política y económica de la región, con proyectos en disputa por el ejercicio del poder político estatal, como también por las no menos relevantes transfor-

maciones en la soberanía de los Estados. En consecuencia, el proyecto estatal disputado se traduce en formas estatales desarticuladas y sin capacidad directiva del proceso de acumulación ni éxito en el gobierno de los flujos económicos.

En síntesis, la reconstrucción del Estado es el principal desafío. Esto sólo será posible mediante la articulación de un proyecto estatal con una base coalicional de apoyo que otorgue soporte a la construcción de una organización articulada y direccionante del capital hacia un proceso de integración regional de base industrial. Este desafío se vuelve una necesidad no sólo por la acuciante situación de pobreza y desigualdad vigente en la región, sino además por ser la única vía posible para afrontar el reestructuramiento global desde una posición de autonomía, capaz de forzar el abandono de la posición periférica.

Referencias

- Agnew, J. (1994). The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. *Review of International Political Economy*, 1(1), 53–80. Retrieved from <https://doi.org/10.1080/09692299408434268>
- Agnew, J. (2003). *Geopolitics: Re-visioning world politics*. Psychology press.
- Agnew, J. (2005). Sovereignty regimes: Territoriality and state authority in contemporary world politics. *Annals of the Association of American Geographers*, 95(2), 437–461.
- Arrighi, G. (1999). El largo siglo XX. *Akal Madrid*.
- Arrighi, G. (2005). Hegemony unravelling–I. *New Left Review*.
- Arrighi, G., & Silver, B. J. (2000). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Arrighi, G., & Silver, B. J. (2001). Capitalism and world (dis)order. *Review of International Studies*, 27(5), 257–279. <https://doi.org/10.1017/s0260210501008117>
- Arrighi, G., Silver, B. J., Ahmad, I., & Madariaga, J. M. (2000). Caos y orden en el sistema-mundo moderno. *Cuestiones de Antagonismo*.
- Azpiazu, D., & Schorr, M. (2010). *Hecho en Argentina. Industria y economía*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Bardhan, P. (2020). The Chinese governance system: Its strengths and weaknesses in a comparative development perspective. *China Economic Review*, 61, 101430.
- Beeson, M. (2017). What does China's rise mean for the developmental state paradigm? In *Asia after the Developmental State: Disembedding Autonomy* (pp. 174–197). Cambridge University Press.
- Bohoslavsky, J. P., & Cantamutto, F. (2021). *FMI, neoliberalismo y derechos humanos. Argentina en el macroscopio*.

- Bremmer, I. (2008). The return of state capitalism. *Survival*, 50(3), 55–64.
- Bresser Pereira, L. C. (1998). La reconstrucción del Estado en América Latina. *Revista de La CEPAL*.
- Cassini, L., García Zanotti, G., & Schorr, M. (2019). *El poder económico durante el gobierno de Cambiemos: desempeños empresarios y lógicas de acumulación en una etapa de reposicionamiento de las diferentes fracciones del capital concentrado*.
- Castells, M. (1997). *La era de la información: economía, sociedad y cultura. Vol. 2 el poder de la identidad* (Tercera ed). Siglo XXI Editores.
- Castells, M. (2004). *La era de la información: economía, sociedad y cultura* (Vol. 1). siglo XXI.
- Centeno, M. A. (2002). *Blood and debt: War and the nation-state in Latin America*. Penn State Press.
- CEPAL. (2014). Pactos para la igualdad: hacia un futuro sostenible. *Naciones Unidas, Cepal. Lima*.
- Clemente, D. (2020). TODO CAMBIA, NADA CAMBIA. EL NUEVO “EMPATE HEGEMÓNICO” ARGENTINO EN EL LABERINTO LATINO-AMERICANO. *Cadernos Do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, 45(250), 227–250.
- Dabat, A., & Leal, P. (2021). AMÉRICA LATINA ANTE SU GRAN ENCRUCIJADA HISTÓRICA DE CARA AL MUNDO DEL SIGLO XXI. In S. Ordóñez, V. R. Fernández, & C. Brandao (Eds.), *AMÉRICA LATINA ANTE EL CAMBIO GEOECONÓMICO-POLÍTICO MUNDIAL: ENTRE LA CRISIS DE HEGEMONÍA Y LAS NUEVAS ASIMETRÍAS DEL SUR GLOBAL* (pp. 37–66). Universidad Nacional Autónoma de México-Ediciones UNL.
- Dicken, P. (2011). *Global shift: Reshaping the global economic map in the 21st century* (Sixth). New York / London: The Guilford Press.
- Fajnzylber, F. (1983). *La industrialización trunca de América Latina*. México, D.F.: Editorial Nueva Imagen.
- Fernández, V. R., & Cardozo, L. (2012). Nueva estatidad bajo la re-emergencia regional. La reelaboración del proyecto neoliberal y sus alternativas en la periferia. *Estudios Urbanos e Regionais*, 14(2).
- Fernández, V. R., & Moretti, L. (2020). Un nuevo sistema mundo desde el Sur Global: gran convergencia y desplazamiento geografico acelerado. *Geopolítica (s). Revista de Estudios Sobre Espacio y Poder*, 11(2), 313–345.
- Fernández, V. R., & Ormaechea, E. (2020). Debates sobre el estructuralismo y neo-estructuralismo latinoamericano: situando al Estado en un primer plano de análisis. *Estudios Sociales. Revista Universitaria Semestral*, 58(1), 231–254.

- Fiori, J. L. (1992). Economía política del Estado desarrollista en Brasil. *Revista de La CEPAL*, 47, 187–201.
- García Delgado, D., & Gradín, A. (2017). *Entre la hegemonía y la inviabilidad. El cambio de ciclo en la Argentina*. Buenos Aires: CLACSO.
- Gramsci, A. (2014). Oleada de materialismo y crisis de autoridad. In *Antología Vol. 2*.
- Habermas, J. (1973). What does a crisis mean today? Legitimation problems in late capitalism. *Social Research*, 40(4), 643–667. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/40970159>
- Harvey, D. (1998). *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Amorrortu Editores.
- Harvey, D. (2007). *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: AKAL.
- Jessop, B. (2016). El Estado como una relación social. In *El Estado: pasado, presente, futuro*.
- Krippner, G. R. (2005). The Financialization of the American Economy—Greta R. Krippner.pdf. *Socio-Economic Review*, (3), 173–208. <https://doi.org/10.1093/SER/mwi008>
- Kurlantzick, J. (2016). *State capitalism: How the return of statism is transforming the world*. Oxford University Press.
- Lapavistas, C. (2013). The financialization of capitalism: “Profiting without producing.” *City*. <https://doi.org/10.1080/13604813.2013.853865>
- Lee, J. (2020). US grand strategy and the origins of the developmental state. *Journal of Strategic Studies*, 43(5), 737–761.
- Levy, N., & Bustamante, J. (2018). *Financialisation in Latin America: Challenges of the Export-Led Growth Model*. Routledge.
- Linera, Á. G. (2008). Empate catastrófico y punto de bifurcación. *Crítica y Emancipación*, 1(1), 23–33.
- Ohmae, K. (1995). *The end of the nation state: The rise of regional economies*. Simon and Schuster.
- Ormaechea, E. (2021). The Failures of Neoliberalism in Argentina. *Journal of Economic Issues*, 55(2), 318–324.
- Peck, J., & Theodore, N. (2007). Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, 31(6), 731–772.
- Peck, J., & Tickell, A. (2002). Neoliberalizing space. *Antipode*, 34(3), 380–404.
- Polanyi, K. (1957). *The great transformation*. Boston: Beacon Press.
- Portantiero, J. C. (1977). Economía y política en la crisis argentina: 1958-1973. *Revista Mexicana de Sociología*, 531–565.
- Prebisch, R. (1986). El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo Económico*, 479–502.

- Rodrik, D. (2016). Premature deindustrialization. *Journal of Economic Growth*, 21(1), 1–33. <https://doi.org/10.1007/s10887-015-9122-3>
- Rougier, M., & Schorr, M. (2012). *La industria en los cuatro peronismos. Estrategias, políticas y resultados*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Sader, E. (2008). *Refundar el Estado-Posneoliberalismo em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- Santarcángelo, J., Fal, J., & Pinazzo, G. (2011). Los motores del crecimiento económico en la Argentina: rupturas y continuidades. *Investigación Económica*, 70(275), 93–114.
- Sassen, S. (2008). *Territory, authority, rights: From medieval to global assemblages*. Princeton university press.
- Sassen, S. (2009). Bordering Capabilities Versus Borders: Implications for National Borders. 30 *Mich. J. Int'l L*, 567.
- Sassen, S. (2013). When territory deborders territoriality. *Territory, Politics, Governance*, 1(1), 21–45. Retrieved from <https://doi.org/10.1080/21622671.2013.769895>
- Schweinberger, A. (2014). State capitalism, entrepreneurship, and networks: China's rise to a superpower. *Journal of Economic Issues*, 48(1), 169–180.
- Slipak, A., & Ghiotto, L. (2019). América Latina en la Nueva Ruta de la Seda; El rol de las inversiones chinas en la región en un contexto de disputa (inter) hegemónica. *Cuadernos de Estudios Latinoamericanos (CEL)*, 4(7), 26–55.
- Stone, D. (2004). Transfer agents and global networks in the 'transnationalization' of policy. *Journal of European Public Policy*, 11(3), 545–566.
- Stubbs, R. (1999). War and economic development: Export-oriented industrialization in East and Southeast Asia. *Comparative Politics*, 31(3), 337–355. <https://doi.org/10.2307/422343>
- Sugihara, K. (2019). The Asian Path of Economic Development: Intra-regional Trade, Industrialization and the Developmental State. In T. Shiraishi & S. Tetsushi (Eds.), *Emerging-Economy State and International Policy Studies* (pp. 73–100). Springer Open.
- Tilly, C. (1990). Coercion, capital, and European states, AD 990–1990. In *Basil Blackwell Publishers*. Basil Blackwell Publishers.
- Wallerstein, I. (1974). Dependence in an interdependent world: the limited possibilities of transformation within the capitalist world economy. *African Studies Review*, 17(1), 1–26.

SERVICIOS DE INTELIGENCIA Y ESPIONAJE EN EL CONTEXTO LATINOAMERICANO.
APUNTES PARA UNA INVESTIGACIÓN

Para Alejandro Molina, el único *vigilante* que me caía bien.
Santiago E. Vásquez.
Universidad de Buenos Aires.

Introducción

El problema de los servicios de inteligencia (SI) y el espionaje es un tema poco indagado en la ciencia política en nuestro país, si bien se hallan trabajos en otras disciplinas que realizan importantes aportes. Esa falta relativa llama la atención, ya que la disciplina estuvo desde su creación en el pasado reciente intensamente abocada a la elucidación de los problemas referidos a la estabilidad del régimen democrático. Los SI y su relación con la institucionalidad continúa siendo un nudo de problemas relevantes para el funcionamiento de las democracias contemporáneas.

Los trabajos sobre este campo se han hecho desde perspectivas pluralistas y concepciones instrumentalistas sobre el Estado y sus instituciones que marcan el hiato que separan a la letra de la ley de las prácticas efectivas de los aparatos de inteligencia. Asimismo, también hay trabajos con distintos afanes, que hacen aportes interesantes acerca de problemas prácticos, pero dejan de lado una teorización más sistemática. Esta visión no permite ir más allá para dilucidar su función en el ejercicio de la dominación política.

La intención de este trabajo es limitada: busca establecer, de forma sucinta, posibles líneas de trabajo teóricas para una investigación futura y un abordaje politológico de mayor profundidad y sistematicidad, siempre en horizonte teórico crítico, acerca de los SI y el espionaje en el contexto sociohistórico argentino y latinoamericano. Para efectuar esta aproximación resultan de suma utilidad algunos de los elementos de la teoría relacional del poder y del Estado de Nicos Poulantzas y algunos de sus lectores.

Los problemas teóricos

Los servicios de inteligencia

La actividad de los SI y el espionaje consisten en el proceso de obtención consciente, clasificación, sistematización, interpretación y protección de información de información (Whitaker, 1999; Repalli y Camacho, 2018). Su objetivo es el procesamiento de datos e información para construcción de conocimiento para la toma de decisiones políticas en distintos ámbitos sociales estratégicos.

Es durante el s. XX, particularmente durante la Guerra Fría, que los Estados impulsan el despliegue de los servicios de inteligencia en el ámbito de la sociedad civil (Sánchez Pacheco, 2009) bajo organizaciones burocráticas, tecnificadas y especializadas de vigilancia y control social interno y defensa contra los otros Estados.

El debate con las concepciones pluralistas y neoinstitucionalistas

La cuestión de los SI y el espionaje en el contexto latinoamericano es un campo relativamente poco explorado. Sin embargo, y dado que se revela como un aspecto de mucha relevancia para los procesos políticos, es posible y necesario a establecer algunas líneas de interpretación teórica crítica.

Para establecer algunos lineamientos más adecuados sobre el fenómeno y los procesos de los servicios de inteligencia y el espionaje en el contexto sociohistórico nacional y regional es pertinente la concepción del Estado como determinado por relaciones contradictorias en sus dimensiones capitalista, burocrática y democrática (Alford y Friedland, 1991). De esta forma, se privilegia por un lado la perspectiva clasista, es decir, un enfoque que haga hincapié en el Estado concebido como la instancia de regulación del conflicto social (crisis políticas y económicas) fundamental entre las necesidades de la reproducción de las relaciones sociales de producción capitalistas y el poder de la clase obrera que desafía la hegemonía de ese orden; y por otro lado, la perspectiva organizacional o dirigencial, que hace foco en los procesos de burocratización del Estado, cuyo afán de centralización se enfrenta con organizaciones e intereses poderosos que fragmentan al Estado y desafían la capacidad de las elites¹.

Consideramos que estas dos coordenadas teóricas son pertinentes para el abordaje del tema que nos convoca, ya que el dominio específico de cada perspectiva permite pensar la cuestión de los SI, por lo pronto, como aparato represivo del Estado y, por lo tanto, como elemento dentro de esa instancia de dominación y expresión del poder de clase para mantener la lucha de clases dentro de los marcos institucionales necesarios para la reproducción de las relaciones sociales contradictorias y conflictivas de las sociedades capitalistas. Esta perspectiva también resulta interesante porque permite abordar este fenómeno a partir de la forma en que las relaciones capitalistas afectan a la eficacia democrática y la autonomía de la burocracia estatal.

No obstante, ello también sería fructífero incorporar el análisis de la dimensión organización o burocrática, propio de la perspectiva dirigencial, debido a que este obje-

1 No resulta menos importante la dimensión democrática del Estado en la que hacen hincapié las perspectivas pluralistas, pero teniendo en cuenta el objeto de estudio, los niveles de análisis y los dominios específicos de cada teoría a los que se refieren Alford y Friedland (1991), tal vez sea más pertinente incluir algunos elementos de este paradigma cuando se traten las luchas por la democratización y el control institucional de los servicios de inteligencia.

to reclama el estudio de las estructuras organizativas y su dinámica interna, mediante las cuales las elites políticas ejercen su dominio.

En el cruce de esas dos perspectivas, apoyándose predominantemente en la visión clasista, se haya el trabajo de Nicos Poulantzas sobre la teoría del Estado. Crítico de la ortodoxia marxista y comprometido políticamente con su tiempo, sus trabajos buscaron dar una renovación al paradigma teórico materialista del Estado. Sus conceptualizaciones son muy relevantes a nuestros fines, no libres de tensiones, contradicciones y deslizamientos (Sanmartino, 2020)².

En primer lugar, se haya la concepción relacional del Estado como una condensación material de relaciones sociales de fuerzas, cuyas luchas son capaces de “impactar y dividir, de hacer heterogénea la institución estatal” (*Ibid.*, p. 26), es decir, el Estado forma es una relación social, distinta del planteo del Estado como instrumento de la clase capitalista y también del Estado como sujeto autónomo. La dimensión relacional también opera en la teoría del poder, por lo que éste se halla subsumido al concepto de relaciones sociales de fuerza. Como dice Sanmartino (2020, p. 27) el poder según Poulantzas es un campo estratégico de oposición y antagonismo político.

En segundo lugar, la materialidad institucional del Estado es lugar desde donde domina la elite política y se organiza y unifica los intereses de la clase capitalista, estando ausente de esa dominación. En esa ausencia yace precisamente su autonomía relativa de la sociedad. De esta forma, tanto las contradicciones internas del bloque en el poder y las luchas de clases populares atraviesan al Estado. Este es pensado ahora como un campo estratégico de luchas y estas siempre están insertas en el campo estratégico de los aparatos del poder e incluso los desbordan.

El poder

En esta concepción (Poulantzas, 1978, p. 35-48) el poder no es reducible al Estado, sino que aquel siempre remite a la relación de clases, es decir las relaciones de producción. El poder yace en una red de relaciones entre los propietarios de medios de producción y trabajadores desposeídos. Contra lo que dicen los filósofos posestructura-

2 Poulantzas (1978: 159-160) deja de lado las concepciones del Estado Cosa-instrumento (concepción del estado como instrumento pasivo manipulado por una sola clase, que no le reconoce ninguna autonomía al Estado) y el Estado Sujeto (completamente autónomo, es la instancia racionalizante de la sociedad civil). En ambas el Estado es captado en relación de exterioridad respecto de la sociedad (las clases dominantes someten al estado o bien el Estado somete a las clases dominantes). El poder resulta así una cantidad en un juego de suma cero. Estas concepciones no pueden explicar el establecimiento de la política del Estado a favor de las clases dominantes ni puede dar cuenta de las contradicciones del Estado.

listas³, para Poulantzas el poder de clase no se reduce al Estado y siempre desborda los aparatos que él encarna. Por su parte, el Estado es un elemento central en la constitución del poder de clase en su existencia y reproducción. Así, donde se halla la lucha y el poder de clase, hay Estado y poder de clases.

Por otra parte, el poder de clases, central en una formación social dividida en clases y atravesada por la lucha de clases, sólo existe siempre de forma materializada en los aparatos-instituciones específicos, y consiste en la capacidad que poseen las clases sociales para efectivizar sus intereses económicos y políticos específicos, configurándose como un campo estratégico entre clases, fracciones de clases y otros grupos y movimientos. Esa capacidad de cada clase está en relación y depende de la de las otras clases a las que se opone.

En ciernes, el poder tiene un fundamento preciso que son las relaciones de producción y explotación propias de la sociedad capitalista, el lugar que ocupan las diferentes clases o fracciones de clase, etc. en los aparatos o dispositivos de poder y en el aparato del Estado mismo como unidad.

Para complementar la concepción poulantziana del poder es oportuno el aporte del sociólogo inglés Robert Jessop (citado en Santamartino, 2020, p. 168). Desde lo que él denomina enfoque estratégico-relacional, asevera que el poder es “la capacidad de una determinada fuerza para producir un evento que de lo contrario no ocurriría” (*Ibid.*, p. 175), y que se trata de una “[...] capacidad inherentemente relacional porque depende de la correspondencia recíproca entre capacidades [,] capacidades de la fuerza causal y las vulnerabilidades de aquel sobre la que la fuerza opera”. El poder es una capacidad que se insertan en relaciones sociales estructuradas, y el Estado es quien lleva a cabo acciones políticas (políticas estatales) específicas teniendo en cuenta capacidades y vulnerabilidades específicas.

La visión estratégico-relacional supone que los actores son reflexivos respecto de sus intereses y sus experiencias, y en su accionar en el marco de contextos de constricciones y oportunidades pueden cambiar las estructuras sociales. Creando recursos, reglas y conocimientos nuevos como también reformular sus cursos de acción en contextos estratégicos dados.

La división social del trabajo y burocracias

El almacén material del Estado es producto de la separación relativa entre la política y la economía en el capitalismo, la separación entre el Estado y la esfera de la sociedad civil. El fundamento de la organización del conjunto de aparatos institucionales

3 Poulantzas comparte la concepción de que el poder es una relación con los filósofos Michel Foucault y Giles Deleuze. Sin embargo, aquel critica la visión caricaturizada del marxismo de estos: su filosofía tiende a diluir el poder en situaciones microfísicas, que dejan de lado la relevancia del poder estatal y la lucha de clases en la sociedad capitalista.

del Estado capitalista, como pueden ser la administración, el ejército o la policía, yace en la especificidad de las relaciones de producción capitalista y la división social del trabajo que le es propia. Ello implica, a su vez, la separación entre el trabajador y los medios y el proceso de trabajo. La división del trabajo social capitalista es, dice Poulantzas, la división del trabajo intelectual y el trabajo manual. De esta manera, el Estado en su constitución material entraña la separación del trabajo intelectual del trabajo manual, efectuando la separación entre saber y poder y excluyendo a las clases desposeídas. Resulta relevante mencionar la función del Estado en la organización de los trabajadores intelectuales, las prácticas del saber y de la ciencia, mediante su materialidad institucional, ya que el ámbito de los SI ha sido históricamente objeto de la promoción de la especialización del Estado.

Las técnicas de poder vinculadas a la profundización de la división del trabajo en las sociedades capitalistas hallan su fundamento en la espacialización segmentada, calculada y continua con la que se constituyen mónadas sociales en la que se organiza y se ejerce poder sobre los individuos. Poulantzas afirma que esa individuación es producto de la materialidad institucional de las relaciones de producción y de la división social del trabajo. Formas de vigilancia y control cada vez más tecnificadas y especializadas.

Es importante remarcar en este punto la posición de este autor respecto de las formas de individuación y su inserción en la materialidad institucional del Estado. La individuación y la privatización de sectores sociales es la forma de ejercicio de poder totalitario moderno. El Estado, al ser el fundamento y la condición de posibilidad de la separación entre la esfera individual-privada y espacio público, marcado por el derecho y las normas jurídicas, no puede quedar al margen de la intervención en la esfera individual. Las prácticas y dispositivos institucionales del ejercicio de poder del Estado generan esa individualización y esa privatización de la sociedad y las incorpora a su estructura institucional. La individualidad forma parte del campo estratégico del Estado que la crea: lo individual es el correlato de lo público.

Los límites impuestos a la interferencia estatal en lo individual, que además se cristalizan en la esfera del Estado, están dados por las luchas de sectores democráticos y las relaciones de fuerzas entre las clases sociales.

Estas cuestiones que hemos repasado en la problemática del poder poulantziano puede resultar de mucha utilidad para el estudio del Estado al develar los aparatos y mecanismos de poder que encarnan en los SI, siempre teniendo en cuenta su materialización institucional en un determinado contexto sociohistórico y la correlación de fuerzas que lo enmarca.

A este respecto son importantes algunos aportes de Max Weber, en lo concerniente a la cuestión burocrática. Poulantzas descarta de plano nociones que en el alemán están latentes, como la idea de la organización monocrática, jerárquica y regulada por

normas del aparato del Estado que supone su tipo puro de dominación racional-legal (Weber, 1985), además de su concepción instrumentalista sobre la burocracia (211-212); en cambio, con relación a la división social de trabajo, ambas visiones son más compatibles. En ese sentido, Weber afirma que la burocratización es producto de la ampliación de intensiva y cualitativa del desarrollo de las tareas administrativas y, además, es la condición de posibilidad de la especialización de las funciones de la administración con acuerdo en consideraciones objetivas, aunque en los hechos, aclara el autor, no está libre de ambigüedades y se halle atravesado por intereses de poder.

Es sugerente, respecto a lo anterior, que Weber (1985, p. 217-221) también señale necesidad cada vez mayor de orden, protección y pacificación en todos los campos por parte de la sociedad como otro de los impulsos de la organización burocrática de la sociedad.

En lo referente al poder de la burocracia, Weber afirma que las burocracias tienden un funcionamiento de sesiones secretas y a formar profesionales cada vez más informados para mantener en secreto sus conocimientos y sus proyectos (*Ibid.*). En la estructura burocrática la secrecía comporta un carácter material, puesto que hay sigilo cuando los intereses predominantes se ven amenazados respecto del exterior. Así, la administración debe preservar ocultas las decisiones y los procesos más importantes, y en mayor medida los que son de carácter técnico. El secreto aumenta cada vez que aumenta la burocratización de los procesos sociales que le Estado busca incorporar y regular. Este autor también asevera que la burocracia busca un parlamento mal informado cuando se trata de obtener información de los expertos, e impotente ante sus intereses burocráticos.

En ese marco podemos pensar que el s. XX ha sido escenario de un desmesurado desarrollo burocrático, organizado, tecnificado y especializado de los servicios de inteligencia, principalmente para la persecución del enemigo interno (Withaker, 1999). Con el consecuente desarrollo de intereses burocráticos propios, muchas veces se autonomizaron de otros organismos estatales, incluso de la autoridad ejecutiva y el control parlamentario, generando conflictos e incluso crisis políticas. Es interesante añadir que, si de por sí las lógicas del funcionamiento burocrático tienden a autonomizarse y tiene la capacidad de seguir estrategias autónomas a las de un gobierno democrático, generando un funcionamiento secreto, ello se profundiza aún más en el caso de los organismos de inteligencia, donde la secrecía propia de su actividad amplía su campo táctico frente a otras esferas organizadas de la sociedad. Sobre todo, cuando se busque subsumir estos a otros intereses que pretendan reducir su autonomía y poder.

Otra línea de trabajo sobre burocracia, distinta de las lecturas canónicas de Weber, es la de Lina Buchely (2014). En consonancia con las observaciones poulantzianas sobre los aparatos-instituciones y ramas estatales, esta autora también va a apartarse de las lecturas convencionales del Weber del Estado, entendiendo la administración públi-

ca como una organización apolítica, basada en normas abstractas e impersonales, jerárquica, unitaria, técnica y agente de la estabilidad institucional y del desarrollo económico. Bajo esta visión se critica la idea del ejercicio del poder centralizado de la dominación política, cuyos procesos decisivos siguen ordenadamente el principio de mando jerárquico y burocrático, valiéndose de líneas de trabajo radicales cuestionan la idea de unidad, coherencia y sistematicidad de la administración del Estado.

En contraste con las lecturas convencionales, este plexo de interpretaciones alternativas pone de relieve que la administración estatal efectúa decisiones arbitrarias, ocultas tras la fachada del proceso burocrático y la especialización (una mímica burocrática); la aplicación arbitraria de las normas por los funcionarios de bajo rango y en contacto directo con los problemas, dada la imposibilidad de aplicar los códigos; y las características de la prácticas de los agentes de la administración burocrática y su interacción imprevisible y heterogénea con la población.

Otro aporte significativo para el estudio de las burocracias estatales en el contexto latinoamericano viene de la mano Oscar Oszlak. También crítico de las transferencias teóricas descontextualizadas, el autor postula un modelo teórico de relevancia para este trabajo. El enfoque histórico-estructural, al que pertenecen el marxismo y la tradición weberiana. Por un lado, los marxistas sostienen la existencia de una burocracia estatal que incorpora intereses particulares de la sociedad civil y, al satisfacer esas demandas corporativas exteriores, cuenta con los suyos propios. No obstante, esta burocracia debe mostrar una apariencia universalizante, lo que no quiere decir que muchas veces no cumpla con intereses de las mayorías, sino que lo hace en tanto garante de las relaciones capitalistas, en particular las que conciernen al control y la represión (Oszlak, 1977, p. 3-7). También se supone que la burocracia constituye un factor diferenciado y complejo, que cambia su rol frente a la sociedad civil, de acuerdo con el desarrollo del capitalismo y la dinámica de la lucha de clases.

La ley

El poder del Estado y su forma siempre estuvieron jurídicamente basados, sin importar el grado de violencia que se ejercía sobre las clases subalternas. Este hecho da por tierra con la concepción binaria que separa taxativamente la ley del terror, puesto que es mediante las mismas normas que se organiza la represión y sus modalidades y se crean los aparatos y dispositivos que la ejercen⁴. La violencia física organizada monopolizada por el Estado y ejercida a través de las instituciones y aparatos represivos sigue sien-

⁴ Este punto del trabajo de Poulantzas le vale otra crítica a la concepción del poder del autor de *Vigilar y Castigar*, puesto que en ella se asume que el poder ya no ejerce fundamentalmente sobre la violencia, sino mediante la interiorización de la modalidad del poder disciplinaria. De esta forma, la noción del ejercicio del poder ideológico y consensual subestima el rol de la violencia física organizada

do de suma importancia, a ojos de Poulantzas, para la reproducción de la dominación capitalista.

La ley presenta una doble cara. Por un lado, es un instrumento de creación de consentimiento para la legitimación de la dominación por parte de los dominados, como así también de organización y contención sus luchas. Por otro, cumple también un papel represivo que comporta positividad, que prohíbe, pero también permite, crea derechos y obliga a un hacer. Esto porque algunas intervenciones del Estado son compromisos materiales impuestos por las clases dominadas a las dominantes.

En este punto Poulantzas hace algunas precisiones sobre la relación entre el Estado y la ley que resultan de suma importancia para el tema que nos convoca.

1. El funcionamiento concreto de los aparatos-instituciones estatales no siempre está inscrita en la ley, puesto que se hallan prácticas que escapan al orden jurídico. Estas prácticas están dadas en el marco de la lógica de las relaciones de fuerza y las luchas que ellas concitan. La ley funciona en estos casos como una fachada.
2. El Estado muchas veces actúa al margen e incluso en contra de la ley. El sistema jurídico hace posible el respeto de ley misma mediante el poder del Estado. Poder materializado en dispositivos previstos para separarse de la ley que están dentro del funcionamiento estructural del Estado y que permiten las más violentas transgresiones para recomponer su dominación. Legalidad e ilegalidad son dos caras de la institucionalidad.
3. La ley moderna, como un corpus jurídico axiomatizado que da cohesión formal, también es un campo estratégico. Regula el ejercicio del poder político de los aparatos el Estado y amortigua el impacto de las crisis políticas para que no devengan en una crisis de Estado.
4. El derecho capitalista regula el ejercicio del poder respecto de las clases dominadas y estas materializan las luchas políticas de la clase trabajadora.

La cuestión de la regulación de la actividad de los SI también es materia de legislación y han tenido que ver en proceso de profundización de la represión, la vigilancia y en control en el marco de crisis políticas y crisis de legitimidad, en distintos procesos históricos. También es un ámbito de disputas sociales y políticas que le impusieron una

como acción mortífera de los cuerpos. Esta visión debería ser matizada en función de la preocupación que dejan ver algunos de los trabajos de Foucault sobre las técnicas del biopoder y su poder de vida y de muerte. Incluso cuando el estado no mata o impide morir, el Estado administra la muerte y el poder medico está suscrito en la ley (Poulantzas, 1978). Esto tiene relación con el poder tanatológico y la biopolítica.

regulación, por sectores y grupos que demandan mayor regulación democrática y mayor publicidad de este tipo de organismos.

El estado y su relación con las luchas políticas y sociales

El Estado es una condensación material de una relación de fuerzas, atravesado por la inscripción de la lucha de clases en su seno, cuya transformación se comprende respecto de la reproducción diferencial de la existencia de la sociedad capitalista (Poulantzas, 1978, p. 79). Se puede decir también él es un campo y proceso estratégico donde se entrelazan y articulan nudos de poder y contradicciones. La política es de esta manera un cálculo estratégico, la coordinación conflictiva de micropolíticas y tácticas no siempre cohesionadas.

El Estado tiene un rol central en la dominación política de las sociedades burguesas, puesto que constituye a la burguesía en clase dominante y organiza sus conflictivos intereses políticos a largo plazo del bloque en el poder, compuesto por diversas fracciones de la burguesía, pero articulada bajo la hegemonía de una de ellas. Puede cumplir ese rol a razón de que posee una autonomía relativa de los intereses particulares e inmediatos de las fracciones que componen la alianza, como así también de las relaciones de producción y de las luchas de clases. Esta separación relativa de la lucha de clases se materializa en la desigual distribución de las fracciones del capital y sus intereses en el espacio de dominación política, es decir, en distintos aparatos e instituciones del Estado. Cada una de ella es parte de la dominación política en la medida en que está presente en el Estado y cada aparato-institución o conjunto de ellos es, en cada formación social, la expresión de los intereses y del poder de esos componentes del capital. Así, el Estado es el juego mismo de las contradicciones y la organización de esos intereses divergentes, y no un poder exterior a ellos.

La noción poulantziana deja de lado la concepción del Estado como un disipativo o aparato jerarquizado y unitario, que distribuye el poder homogénea y jerárquicamente. Mas bien, su definición apunta a que el funcionamiento y las políticas estatales son el resultado de las contradicciones entre ramas y aparatos al interior del estado y al interior mismo de cada una de ellas.

Selectividad estructural/selectividad estratégica. Entre poulantzas y jessop

Los límites estructurales a la organización del Estado son inherentes a ella misma. A pesar de su apariencia de unicidad, coherencia y organización, las contradicciones internas del bloque en el poder y entre éste y las clases dominadas atraviesan el total de los aparatos y ramas del Estado y le imprimen su carácter conflictivo.

La selectividad estructural es un concepto que refiere a los limitaciones, rigideces u opacidades de los aparatos del Estados ante un cambio en la correlación de fuerzas, lo

que implica un impedimento a las clases o alianzas de clases subalternas de transformar el Estado una vez en el poder. Por eso, cuando se producen alteraciones radicales de las relaciones de fuerzas, estas se traducen de forma diferencial en las instituciones o ramas del Estado.

Sin embargo, el Estado no es simplemente un conjunto de políticas dispersas, sino que presenta unidad de aparato. Esta unidad y centralización esta inserta en la trama burocrática y jerárquica del Estado capitalista, producto de la división social del trabajo en el seno del Estado y su separación específica de las relaciones de producción. Esta unidad es establecida mediante la transformación del Estado en centros decisorios o instituciones-aparatos sólo permeables a los intereses de las fracciones del bloque en el poder y que constriñen determinados intereses y demandas ajenos u opuestos a los suyos. También influye en la constitución de esa unidad la conformación de una cadena de subordinación de unos aparatos sobre otros en lo que materialicen los intereses de la fracción dominante del bloque en el poder.

La organización burocrática y conflictiva del Estado le permite relocalizar el poder mediante desplazamiento de unos aparatos a otros. Asimismo, las contradicciones no sólo calan profundo entre distintas instituciones-aparatos, sino también al interior de ellas mismas (Poulantzas, 1978, p. 166-167).

Para profundizar y actualizar esta problemática podemos tomar las elaboraciones de Robert Jessop, un atento lector de Poulantzas (Sanmatino, 2020, p. 52-62). Él reformula su postura sobre la determinación en última instancia del Estado por la instancia social, yendo más allá del planteo del greco-francés⁵, arribando al concepto de selectividad estratégica. Afirma una autonomía decisional plena del subsistema político, vinculado de forma dinámica con un plexo heterogéneo de relaciones sociales, cuya unidad se constituye a través de prácticas contingentes. Así, el Estado, la economía y otros subsistemas preservan su unidad autopoiética, llevando al análisis hasta el problema de las formas de su vinculación específica para producir resultados.

Jessop plantea la teoría estratégico-relacional del poder. De esta manera el sistema estatal es al mismo tiempo el espacio de la estrategia y también el espacio de elaboración de la estrategia: en primer lugar, el Estado es un sistema de selectividad estratégica que permite la incorporación diferencial de estrategias, según sean más o menos compatibles de acuerdo con el régimen político imperante; en segundo lugar, es un lugar donde la dirigencia política diseña estrategias para darle unidad a las políticas estatales, atravesadas por luchas y conflictos; y en tercer y último lugar, el sistema estatal es concebido como

5 Jessop indica que, pese a que la necesidad de acumulación de capital atraviesa profundamente al Estado, la dirigencia política del Estado tiene la capacidad de incorporar otras funciones y demandas sociales para asegurar la integración institucional del Estado (Sanmatino, 2020, p. 59)

la condensación de relaciones sociales de producción, de limitaciones externas y de la sedimentación de la historia pasada.

De esa forma, la selectividad estratégica del Estado en el presente es la intersección de su selectividad en el pasado y las estrategias adoptadas para su transformación en el presente. Esto tiene importantes consecuencias, como asumir la reflexividad de los agentes y su capacidad para reformular sus tomas de posición estratégica, siempre en función de las tomas de posición de los otros actores.

Cabe añadir que las estructuras a las que se enfrenta el Estado a la hora de encarar políticas no son puramente restrictivas, sino más bien estratégicamente selectivas, y siempre se presenta un grado de apertura que dan lugar a políticas que desborden las rigideces estructurales. A razón de que los agentes no son unitarios y plenamente conscientes de las condiciones de la acción estratégica, no son totalmente capaces de efectuar sus estrategias tal como las piensan, y frente a la acción de los otros actores pueden recalibrar su estrategia política para conseguir el objetivo deseado (Jessop, 2015, en Sanmartino 2020, p. 177).

El estado y su vínculo con las luchas populares

Las divisiones y contradicciones internas al interior de las instituciones-aparatos del Estado también está atravesada, sobre todo y fundamentalmente, por las luchas de las clases populares. La autonomía relativa del Estado respecto de las fracciones del bloque del poder también implica la organización de las clases dominantes sobre las clases dominadas.

Las luchas populares siempre atraviesan al aparato estatal porque son ya ínsitas a la trama del Estado y están presentes en las instituciones-aparatos del Estado. Ellas siempre cristalizan en la organización específica burocrática del Estado y la reproducción en el seno de la división social del trabajo. No obstante, esta relación de dominación política se materializa de un modo diferente, ya que las clases dominadas no logran obtener el control de aparatos de poder, sino más bien en focos de oposición a al poder de las clases dominantes.

El estado y las políticas públicas

Tanto Oszlak como Guillermo O'Donnell (1982) dan aportes que siguen siendo valiosos para pensar la actualidad latinoamericana y argentina. Lo que impulsa su trabajo, y en buena medida también el nuestro, es su interés en conocer la expansión de la dominación y el control estatal cada vez más amplia, tecnificada y burocratizada sobre sectores de la sociedad civil a través de la represión y la organización corporativa. Lo que se busca con esa profundización de la penetración estatal es la pacificación social y la despolitización de los sectores populares.

Las políticas estatales son definidas por estos autores como el conjunto de acciones y omisiones que se manifiestan en una determinada modalidad de intervención del Estado en relación con un tema que demanda la atención social. En consonancia con ello, la esencia de las políticas estatales en la modernidad dice Jessop (citado en Santamartino, 2020, p. 168), es la producción y la reproducción de la separación entre el Estado y la sociedad. El Estado no está aislado, sino integrado a un conjunto de sistemas y subsistemas de la sociedad civil, y su acción depende su intervención en esas múltiples líneas de diferencia, ya que el Estado y las fuerzas sociales y políticas que encarnan definen su agenda de prioridades, amplían o reducen sus actividades, buscan mayor independencia o promueven el reparto del poder. De esta manera, la configuración institucional del Estado y su modalidad de intervención para lograr determinados fines.

Las políticas estatales son un punto privilegiado de observación del Estado en acción y como un proceso social en el que se cruzan distintas fuerzas sociales, tales como clases, fracciones de clases, organizaciones, grupos e individuos estratégicamente ubicados). Las políticas estatales deben ser abordadas de forma histórica, en tanto son una cadena de eventos en la que algunos eslabones son políticas públicas y adquieren significado al ser puestas en relación con el ámbito social en el que se insertan, los actores sociales que intervienen y sus expectativas frente a las de otros actores y las subsiguientes políticas.

Como ninguna sociedad puede dar solución a todos los problemas sobre los que los distintos clases, sectores y grupos demandan, la problematización de diferentes cuestiones depende de la organización, la estrategia, las alianzas, la movilización y la disposición de recursos que estos tengan para poner un tema en la agenda pública. Dicho de otra forma, la política estatal refleja las posiciones de poder en torno a una relación de fuerzas para problematizar ciertos asuntos. Las políticas también son conflictivas debido a que, incluso dentro del aparato estatal, organismos e instituciones de este poseen una variable grado de autonomía y discrepancia entre sí influyen en el proceso de toma de decisión. Debido a ello, la toma de posición del Estado tiene un carácter conflictivo, no es unificada y tiende de modificarse con el tiempo.

Oszlak y O'Donnell caracterizan, por todo ello, a la política estatal como nudos del proceso social, porque las políticas son agregados de toma de posición del Estado respecto de ciertas cuestiones que siempre se entretienen con la probable acción política de otros actores poderosos. La acción del Estado, su toma de posición a través de las políticas públicas, producen efectos y esos efectos son percibidos por otros agentes. De esta forma, la toma de posición del Estado determina muchas otras tomas de posición de otros actores.

Estatismo autoritario

El estatismo autoritario una nueva forma de Estado que consiste en la concentración de un conjunto de esferas de la vida social por parte del Estado articulada con la decadencia de las instituciones democráticas y la degradación de las libertades jurídicas. En ese sentido, el estatismo autoritario refiere a una crisis política y una crisis de legitimidad del Estado, que comporta un quiebre radical de las formas regulares de dominación burguesa. Esa mayor penetración estatal en la esfera privada no implica necesariamente el reforzamiento de los aparatos del Estado, sino que es un proceso dinámico de debilitamiento-reforzamiento. Al decir de este autor, ello comporta una derrota histórica de la clase obrera y los trabajadores y abre camino al proceso de fascistización.

El estatismo autoritario, cuyos componentes están parcialmente ya en los regímenes democráticos, conlleva la creación de un aparato-institución preventivo de las luchas populares y sus peligros, que busca preservar la hegemonía. Esta nueva forma de Estado condensa un conjunto de dispositivos permanentes y paralelos al aparato estatal oficial, demostrando el vínculo funcional entre ambos.

La modalidad del ejercicio del poder disciplinario del panoptismo, mediada por el desarrollo de modernas tecnologías automáticas, trae aparejado un régimen nacional de vigilancia policial (Witaker, 1999). Los SI estatales, organismo públicos y regulados por la legislación en cada caso sirvieron a la securización del espacio interior de los países: principalmente el espionaje y represión sobre sectores disidentes y las clases populares turbulentas. En ese sentido, las democracias liberales de occidente, si bien no son iguales, muestran sutiles matices con el totalitarismo, incorporando elementos como la creación discursiva de enemigos internos y subversión y desatando persecuciones irracionales, degradando así las libertades jurídicas y democráticas.

Conclusiones

Como decíamos al principio, el estudio de los SI desde la perspectiva del Estado, la burocracia y las políticas públicas es de suma relevancia para pensar ciertas dimensiones poco investigadas de democracias actuales. La relación de la organización burocrática de Estado, la sociedad y la democracia es el vínculo entre políticas estatales, sociedad civil y la mediación entre ambos que significa el ejercicio de la ciudadanía.

El desarrollo de los organismos civiles de inteligencia concitó la toma de posición por parte del Estado, en forma de políticas, y el despliegue de aparatos burocráticos, siempre en un contexto particulares y cambiantes de las relaciones de fuerzas y luchas políticas. En el contexto latinoamericano en general y el argentino en particular el problema de los servicios de inteligencia ha implicado, variablemente conforme a los proce-

tos políticos, una cada vez más profunda y amplia injerencia en ámbitos de la sociedad civil, especialmente para el control y la vigilancia de sectores populares en lucha y opositores políticos. Las modificaciones, con marchas y contramarchas según contextos más o menos represivos, de la vigilancia y la coerción estatal vía organismos de inteligencia son producto también de sectores políticos democráticos que pugnaban por la regulación legal y control democrático y contra la injerencia en las libertades democráticas y jurídicas. Luchas que han logrado imprimir en el estado, de forma limitada, sus demandas. De ahí la relevancia que le atribuimos a un futuro estudio más profundo de esta dimensión de las actividades de inteligencia.

Bibliografía

- Alford, R. y Friedland R. (1991) *Los poderes de la teoría. Capitalismo, Estado y Democracia*. Ed. Manantial.
- Bobbio, N. (2013) *Democracia y secreto*. FCE.
- Buchely, L. (2014) Más allá del modelo weberiano: el debate sobre las burocracias y el Estado. En *Las Burocracias*. Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes.
- Mattelart, A. (2009) *Un mundo vigilado*. Paidós.
- Nosetto, L. (2017) Los secretos políticos. Actualización teórica. *Studia Politicae*. UCC.
- O'Donnell, Guillermo (1984) Apuntes para una teoría del Estado. En Oszlak, O. (comp.): *Teoría de la burocracia estatal*. Paidós.
- Poulantzas, N. (1979): *Estado, poder, y socialismo*. Siglo XXI.
- Repalli, C. y Camacho, J. (2018) *Inteligencia criminal y las técnicas de análisis de inteligencia*. Lajuane.
- Sáin, M. (2015). La casa que no cesa. Infortunios y desafíos en el proceso de reforma de la ex SIDE. Octubre.
- Sánchez Pacheco, F. (2009) *La historia del espionaje*. LIBSA.
- Sanmartino, J. (2020) *La teoría del Estado después de Poulantzas*. Prometeo.
- Thwaites Rey, M. (2005) Estado: ¿Qué Estado?”, en Thwaites Rey, M. y López, A. (eds.), *Entre tecnócratas globalizados y políticos clientelistas. Derrotero del ajuste neoliberal en el Estado argentino*. Prometeo.
- Weber, M. (1985) Burocracia. En *Ensayos de Sociología Contemporánea*. Planeta. (Texto extraído de *Economía y sociedad*, Apartado III, Cap. IX, “Sociología de la Dominación”).
- Whitaker, Reg. (1999). *El fin de la privacidad. Cómo la vigilancia total se está convirtiendo en realidad*. Paidós.

MESA 18: INTELLECTUALES Y CULTURA COMUNISTA EN ALC EN EL CONTEXTO DE LOS MARXISMOS DEL SUR GLOBAL

COORDINACIÓN: ALEXIA MASSHOLDER, GABRIELA ROFFINELLI Y GABRIELA CURI AZAR

SOLIDARIDADES ANTIIMPERIALISTAS Y ANTIGUERRERAS DESDE AMÉRICA LATINA:
COMUNISTAS, REFORMISTAS Y SOCIALISTAS DURANTE LA GUERRA DEL CHACO (1932-1935)

Ernesto García
(UNLP – IdIHCS CONICET)

Introducción

En el presente trabajo nos proponemos analizar parte de las sensibilidades antiguerreras y antiimperialistas presentes en los debates e iniciativas que toman forma en las fuerzas de izquierda de América Latina durante la Guerra del Chaco (1932-1935) entre Bolivia y Paraguay. Nuestra principal hipótesis de trabajo es que estas sensibilidades acercan a diferentes sectores y tendencias políticas de izquierda en el contexto de la Guerra del Chaco, trazando solidaridades más allá del propio continente, interpretando la guerra como parte de las disputas interimperialistas propias de lo que la Comintern define como “Tercer período” del capitalismo.

Estudiaremos especialmente las posiciones que en torno del conflicto se producen en tres vertientes de izquierda: el Secretariado Sudamericano de la Internacional Comunista¹, algunos referentes del movimiento de la Reforma Universitaria y expresiones del movimiento intelectual centrado en la ciudad de Córdoba, específicamente en intervenciones de Deodoro Roca; y en algunas revistas socialistas argentinas cercanas a las posiciones de la Cominform. Nos interesa observar de qué manera estos sectores caracterizan la Guerra del Chaco, así como las iniciativas y acciones que desarrollan para frenar la confrontación o transformarla en una contienda civil de liberación al interior de cada país.

Las *Ligas Antiimperialistas* y la Primera Conferencia de los PC de América Latina

Una de las primeras iniciativas de la IC en América Latina es la creación, en 1924, de la Liga Antiimperialista Panamericana en México, que al año siguiente de su funda-

1 A partir de aquí la mencionaremos como IC o Comintern.

ción es rebautizada como Liga Antiimperialista de las Américas (LADLA). Como afirma Caballero (1988), luego de algunas experiencias frustradas y de corto alcance, como el Buró Latinoamericano entre 1919 y 1920, y el Buró Panamericano entre 1920 y 1921, la IC vuelve a fijar su atención en la región latinoamericana, desmintiendo la tesis tan conocida de que América Latina es “descubierta” recién en momentos del VI Congreso, es decir, hacia 1928.

El caso de la LADLA es uno de los antecedentes más interesantes de las iniciativas políticas y organizativas que, vinculadas con la IC, fomentan la unidad de concepciones antiimperialistas y latinoamericanistas, trazando a su vez solidaridades globales que se extienden más allá del continente americano. De esta forma, por ejemplo, en 1925 y 1926 la LADLA realiza una campaña por la independencia de Filipinas, apropiada por los Estados Unidos luego de su guerra con España en 1898. Esta acción se suma a otras que buscaron influir sobre acontecimientos del propio continente americano, como la campaña por la libertad de Julio Antonio Mella en 1925, las jornadas en solidaridad con Haití (ocupado por EEUU desde 1919) y la campaña en apoyo de Augusto César Sandino, en su lucha contra la invasión norteamericana a Nicaragua, mediante la creación del Comité Manos Fuera de Nicaragua (MAFUENIC) (Kersffeld, 2007a; 2007b).

Algunos de los más reconocidos miembros de la LADLA², como el mismo Mella (entonces presidente de la Liga), el argentino Manuel Ugarte³ o el peruano Haya de la Torre⁴ participan del Congreso Mundial contra el Imperialismo y la Opresión Colonial, celebrado en Bruselas en 1927, en el que se define la creación de la Liga contra el Imperialismo y por la Independencia Nacional (LCI o LAI, por sus siglas en inglés) (Petersson, 2005).

Sin embargo, el VI Congreso de la IC, realizado en 1928, modifica la estrategia del “frente único” por la de “clase contra clase”, lo cual lleva a que el accionar de la LADLA y de los propios Partidos Comunistas latinoamericanos se vea afectado en la política de funcionamiento que, hasta ese momento, contemplaba la necesidad de promover acuerdos con el reformismo obrero o con las burguesías locales (Camarero, 2007). Durante este nuevo período, las fuerzas políticas que no adscriben a los lineamientos de la

2 La LADLA participa también del Congreso Antiimperialista de Frankfurt en 1929. A fines de esta década y principios del 30, con el Golpe de Estado en Argentina, el asesinato de Mella en México en 1929 y las persecuciones contra el PC de ese país, se disuelve el Comité Continental de Organización de la Liga. A partir de allí, las Ligas Antiimperialistas que pudieron seguir funcionando a nivel nacional lo hicieron como una simple rama de los Partidos Comunistas locales, siendo el Congreso Antiguerrero de Montevideo en 1933 el evento de mayor importancia en el que participaron (Kersffeld, 2007a, 2007b).

3 Primer representante de la LADLA en el Comité directivo de la LCI

4 Posteriormente al Congreso de Bruselas se produce la ruptura definitiva de Haya de la Torre con la IC y con la LADLA, decantando en la formación del APRA. Sobre el tema ver Kersffeld, 2010.

Comintern son caratuladas como reaccionarias o fascistas y rechazadas por la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana, que se realiza en Buenos Aires en junio de 1929 (Massholder, 2020: 53).

La Primera Conferencia Comunista Latinoamericana, se realiza en Buenos Aires entre el 1 y el 12 de junio de 1929, y en ella se reafirma la validez de las conclusiones del VI Congreso de la IC para la región. De esta manera, las principales conclusiones de la conferencia son: i) reafirmar el postulado de que el capitalismo se encuentra en un “tercer período”, donde se agudiza tanto la explotación de los trabajadores como las contradicciones interimperialistas y el peligro de guerra, profundizándose también la lucha de clases; ii) que los principales imperialismos que confrontan por el dominio del mundo y también de la región latinoamericana son el estadounidense y el inglés; y iii) los países coloniales y semicoloniales representan elementos fundamentales de la inestabilidad capitalista. En esta conferencia también ocupa un lugar central el tema de la guerra -en cualquiera de las tres categorías definidas por la Comintern: guerra contra la URSS, guerra de liberación nacional y guerra interimperialista-, además de la posibilidad de que estallen conflictos entre países latinoamericanos, como el conflicto entre Paraguay y Bolivia que “era y es fomentado por el imperialismo inglés y americano”⁵.

La Conferencia señala que en los PC latinoamericanos existe una subestimación general de los peligros de guerra, provocada por un cierto localismo o provincialismo de los partidos, y por su aislamiento respecto de los problemas internacionales. Esto puede observarse, por ejemplo, en que “la experiencia de la guerra entre Paraguay y Bolivia⁶, peligro real, no ha hecho reaccionar a los partidos latinoamericanos de una manera efectiva, lo que representa para el conjunto del movimiento latinoamericano un peligro muy grave”⁷.

El Congreso Antigüerrero Latinoamericano

La Guerra del Chaco comienza en septiembre de 1932, y rápidamente el Secretariado Sudamericano de la IC y organizaciones vinculadas al mismo, como la

5 “La importancia de la Primera Conferencia Comunista Latino-americana” en *La Correspondencia Sudamericana*, no. 15, agosto de 1929, p. 6. En esta edición de *La Correspondencia...* se incluyen todas las resoluciones adoptadas por la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana.

6 Se refiere a los enfrentamientos militares de fines de 1928.

7 “Resolución de la Primera Conferencia Comunista Latino Americana, sobre la situación internacional, de Latino América y los peligros de guerra” en *La Correspondencia Sudamericana*, no. 15, agosto de 1929, p. 11.

CSLA, comienzan a organizar acciones antiguerreras. En noviembre *El trabajador latinoamericano*, órgano de prensa de la CSLA, publica un artículo titulado “La lucha antiguerrera del proletariado latinoamericano”,⁸ en el cual se anuncia la convocatoria del Congreso Antiguerrero Latinoamericano, a realizarse en febrero de 1933, en la ciudad de Montevideo.

En 11 de marzo de 1933, en la Casa de los Sindicatos de Montevideo, comienza a sesionar el Congreso Antiguerrero Latinoamericano. En el mismo, según *La Internacional*⁹, se reúnen 446 delegados y delegadas de toda América, de los cuales 362 eran obreros industriales, 12 campesinos y jornaleros, 4 artistas, 23 intelectuales y 45 estudiantes (Stefanoni, 2014a: 30). La comisión organizadora estaba a cargo del secretario de la CSLA, Miguel Contreras, la escritora Nydia Lamarque y el escritor uruguayo Bernabé Michelena, estos últimos respectivamente a cargo de los comités antiguerreros en Argentina y Uruguay.

El Congreso, en su concepción amplia de la unidad, la cual no se reduce únicamente a la unidad obrero-campesina, sino que incluye a sectores intelectuales y la pequeña burguesía de posiciones antifascistas, se encuentra inspirado por el movimiento Ámsterdam-Pleyel¹⁰, mediante el cual la Cominform comienza a revertir la política de “clase contra clase” propia del “Tercer Período”. El evento es presidido por el intelectual argentino Aníbal Ponce, quien pronuncia el discurso inaugural en el cual caracteriza la Guerra del Chaco como resultado de la confrontación global interimperialista. Ponce afirma que, en todo el planeta, se respira la certeza de una nueva conflagración mundial, pero que “en el sistema social en el que vivimos, lo asombroso no es la guerra, lo asombroso es la paz”, ya que “una sociedad fundada en la concurrencia no puede vivir ni prosperar sino aplastando cada día a algún nuevo rival” (Ponce, 1974: 199-200). Por eso:

8 “La lucha antiguerrera del proletariado latinoamericano” en *El trabajador latinoamericano*, núms. 51-52.

9 Nombre del periódico del PC Argentino en la época del Congreso Antiguerrero Latinoamericano.

10 Se conoce como “Ámsterdam-Pleyel” al movimiento europeo de lucha contra la guerra y el fascismo que abre paso a lo que el VII Congreso de la Comintern (1935) define como la estrategia de los “frentes populares”. El movimiento Ámsterdam-Pleyel responde al ascenso de la ultraderecha europea, con centralidad en Italia y Alemania, y se constituye a partir de dos iniciativas en las que ocupa el lugar central el referente comunista alemán Willi Münzenberg: el Congreso Internacional contra la Guerra y el Imperialismo (1932, Ámsterdam) y el Encuentro Antifascista (1933, París, Salón Pleyel). Estos eventos facilitan un acercamiento entre comunistas y socialistas, favoreciendo el retorno de posiciones frentistas y unitarias que la Comintern había abandonado en su VI Congreso de 1928 (Kersffeld, 2012: 240)

En este momento de la civilización humana no hay conflictos circunscriptos y cerrados. La guerra en China, la guerra en el Chaco, la guerra en Leticia,¹¹ son expresiones alejadas de un parejo proceso histórico que las vincula y explica, y que por lo mismo que las levanta a un plano idéntico exige para todas la misma solución (Ponce, 1974: 202)

De esta manera, el Congreso se asienta sobre una lectura general de la guerra como parte de las contradicciones interimperialistas propias del “tercer período” del capitalismo, como lo caracteriza la Cominform. En ese contexto, “dos de los imperialismos que se disputan hoy la hegemonía en el mundo han trasladado así, sobre el escenario de América, sus antagonismos irreconciliables”. De esta forma, Ponce concluye que “si las guerras actuales son la consecuencia necesaria del capital llegado a su fase imperialista, no hay otra manera de evitarlas sino destruyendo el sistema económico y social que las produce” debido a lo cual no es necesario ir a combatir a un enemigo fuera de las fronteras del propio país, sino más bien, apuntar hacia las burguesías nacionales “que secundan con su servilismo los designios imperialistas”. Mientras el capitalismo tenga en sus manos el control de las fuerzas productivas, piensa Ponce, podrá disponer de las masas para llevarlas a la guerra. Por esto, los pacifismos que depositan su esperanza en la Sociedad de Naciones o en los Tribunales de Arbitraje, distraen a las masas y las entregan maniatadas a la guerra. “Contra las guerras se lucha mediante acciones efectivas largamente preparadas: movilizándolo a las masas, deteniendo los trenes, paralizando los buques”, asevera Ponce (Íbid: 204).

El objetivo del Congreso es construir un frente único antiguerrero y antiimperialista, “dar a las masas de América las líneas directrices de una conducta eficaz, para que las fuerzas magníficas que guardan en reserva no se agoten en la dispersión y la anarquía” (Ponce, 1974: 205).

Sin embargo, y pese a sus intenciones de unificar a toda la izquierda contra la Guerra del Chaco, en el Congreso rápidamente se expresan las tensiones entre los sectores afines a la IC y la URSS, de un lado, y los sectores trotskistas y anarquistas por otro. Los sectores trotskistas, entre los cuales se encuentra la Liga Comunista Argentina, critican fuertemente la decisión de que el Congreso sea presidido por figuras intelectuales, y acusan a la Comintern de “arrastrar al proletariado tras las luminarias de salón de los parásitos intelectuales”. Por su parte, el anarquismo asiste al Congreso con su propia ponencia, en la que plantea la consigna de “Guerra a la guerra”, independientemente de quiénes

11 Conflicto militar en regiones selváticas peruano-ecuatorianas que se resolvió militarmente por la victoria de Perú, y diplomáticamente por el Tratado de Río de Janeiro de 1942 en el cual Ecuador pierde casi un tercio de su territorio.

sean sus contendientes, mientras que los sectores cercanos a la Comintern llaman a defender a la URSS frente a cualquier agresión imperialista o fascista. (Stefanoni, 2014b).

Nos interesa resaltar dos aspectos con relación al Congreso. En primer término, es importante notar que aun realizándose durante el período dominado por la táctica de “clase contra clase”, que desconfiaba de todos los sectores no obreros, tanto la organización como la presidencia del Congreso son encargadas a intelectuales como Lamarque, Michelena y el propio Ponce. Este hecho, como señalamos anteriormente, parece indicar que en América Latina tanto la experiencia de trabajo previo con las Ligas Anti-imperialistas, como la emergencia de la guerra, provocan una adopción menos sectaria de la táctica de la IC, lo cual, paradójicamente, es la razón principal que esgrimen las delegaciones trotskistas para retirarse del encuentro.

En segundo lugar, es posible afirmar que el objetivo central de constituir un frente único para coordinar acciones contra la guerra en el Chaco se ve frustrado debido a la emergencia de profundas diferencias políticas y teóricas, derivadas tanto de las diferentes tradiciones políticas de los sectores participantes, como de las tensiones propias del movimiento comunista mundial en la época.

La militancia antiimperialista y antiguerrera en la ciudad de Córdoba

Como sostiene Stefanoni (2014b), la ciudad de Córdoba reúne en esta época una serie de características particulares que la convierten en un terreno fértil para la proliferación de perspectivas antiimperialistas y de la militancia antiguerrera. Entre ellas, las más importantes a mencionar son: i) la existencia de un importante núcleo de antiguos reformistas universitarios como Deodoro Roca o Gregorio Bermann; ii) la presencia de un activo grupo de exiliados bolivianos de izquierda, como Tristán Marof y Alipio Valencia Vega, así como del joven comunista paraguayo Oscar Creydt; iii) la existencia de militancia socialista y comunista que, como vimos anteriormente, da a la temática antiguerrera un lugar central en su política, y iv) el papel progresista que en ese momento juega el diario local *La Voz del Interior*, al difundir posiciones obreristas y antiimperialistas. En este contexto, dos revistas emergen en la ciudad como expresión de los ideales antiguerreros: *América Libre* y *Flecha*, ésta última constituida como órgano del Comité Pro Paz y Libertad de América (CPPYLA).

Aunque ambas revistas aparecen en los momentos previos a la finalización del conflicto, tanto los sectores que las impulsan como gran parte de sus contemporáneos no sólo suponen que la guerra está lejos de terminar, sino que consideran probable que las confrontaciones se extiendan a todo el continente sudamericano, con la incorporación de nuevos países a los bandos en pugna. Ya para su tercer número, podemos ver

cómo la revista se concentra tanto en el panorama interno de Bolivia, donde los sectores políticos de exiliados han constituido el Partido Obrero Revolucionario (POR)¹², de orientación trotskista y que cuenta a Marof entre sus fundadores, como así también el modo en que otorga un lugar importante a los acontecimientos mundiales que revelan la continuación de la confrontación imperialista, especialmente la invasión italiana de Abisinia¹³. En el cuarto número, hay un llamado del CPPYLA contra la guerra en África, que contempla los dos elementos centrales de la política del Comité: la denuncia de la guerra imperialista y la convocatoria a un frente popular contra el fascismo y el imperialismo:

Frente al trágico instante que atraviesa el mundo a causa de la criminal aventura fascista de Mussolini en África, esta Entidad dará en el corriente mes un categórico manifiesto condenando esa guerra imperialista. Hará también un llamado a todas las organizaciones pacifistas y democráticas del país invitándolas a unirse en un frente común para contrarrestar los avances del fascismo y del imperialismo.¹⁴

Asimismo, el CPPYLA convoca a “un gran acto público a realizarse el 26 del corriente en Córdoba, el que tendrá proporciones nacionales” para repudiar las pretensiones imperialistas del fascismo italiano. Como podemos observar con la publicación de documentos del CPPYLA en *América Libre*, revista que además incluye en sus páginas publicidad para que sus lectores adquieran *Flecha*, los lazos entre ambas publicaciones, así como entre Marof, Oscar Creydt, Roca y otros intelectuales de izquierda radicados en Córdoba son sumamente intensos, aun proviniendo de tradiciones políticas diferentes.

En vinculación con este ambiente intelectual y político, Deodoro Roca, junto a otros antiguos reformistas universitarios, toma posición rápidamente en torno a los debates generados por la Guerra del Chaco, la cual se presenta como un desafío a la política de hermandad latinoamericana postulada por la Reforma de 1918. De esta manera, en el primer número de *América Libre*, se reconoce que los líderes “más inteligentes y honrados” del movimiento reformista “se lanzan nuevamente a la pelea”, y que “el gesto de los intelectuales cordobeses, formando el ‘Comité Pro-Paz de América’¹⁵ y dirigiéndose a todo el continente, “ha sido respondido con entusiasmo y calor”.¹⁶

12 “‘Nueva patria’ nuevas ideas. Contra ‘el mito de las generaciones’” en *América Libre*, no. 3, agosto-septiembre de 1935, p. 21-23.

13 “El conquistador de Abisinia” en *América Libre*, no. 3, agosto-septiembre de 1935, p. 24.

14 “Campana Antigüerrera. Acción Nacional” en *América Libre*, no. 4, octubre de 1935, p. 23.

15 Posteriormente rebautizado Comité Pro Paz y Libertad de América (CPPYLA)

16 “Los ‘del 18’, se lanzan de nuevo a la pelea” en *América Libre*, no. 1, junio de 1935, p. 6.

El Comité Pro Paz y Libertad de América se constituye en abril de 1935. Su manifiesto fundacional, “¡Por la paz de América!”, afirma que entre sus objetivos centrales se encuentra responder ante el momento de peligro que vive la región y “buscar los medios para determinar la cesación de una guerra que amenaza con hacerse, a breve plazo, guerra continental” (Roca, 1956: 231). Este mismo documento sostiene la necesidad de realizar “una intensa campaña de agitación a fin de organizar un vasto frente popular americano: *Por la paz del Chaco, por la defensa de las libertades democráticas en el continente y por su liberación del imperialismo*”. Como indica Bergel (2012), el CPPYLA puede filiarse en una familia de agrupaciones de intelectuales que, en la década de 1930, da cauce a una sensibilidad política antifascista; entre esas agrupaciones se destacan la Asociación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores (AIAPE), de orientación comunista, y la Acción Argentina, liberal-socialista.

Flecha publica su primer número, como órgano del CPPYLA, en noviembre de 1935. Allí incluye un artículo de Tristán Marof sobre la situación boliviana de la posguerra. Según el autor “el Chaco resultó una trampa magnífica y exterminadora de la mejor juventud boliviana”, aprovechada por “la feudal-burguesía” y el imperialismo para “evitar la revolución que en las entrañas del pueblo boliviano germina desde hace años”.¹⁷ En posteriores números de *Flecha*, pese a la finalización de la contienda bélica del Chaco, podemos encontrar más referencias a esta guerra, entendida como una muestra del tipo de conflictos y peligros que acechan al mundo en el contexto de las confrontaciones imperialistas. De esta manera, en el segundo número se publica un artículo de Teodoro Milhof sobre las consecuencias que implica, para la casta militar boliviana, la derrota en Boquerón, trazando un paralelismo con las consecuencias de la Batalla de Tsushima para la Rusia zarista, y afirmando que “Boquerón marca el principio del fin de la burguesía boliviana”.¹⁸ Asimismo, al igual que *América Libre*, *Flecha* da una importancia fundamental a la invasión italiana de Etiopía.

Con respecto al papel de Deodoro Roca en la militancia antiguerrera, un momento central en este sentido es el discurso “Los anglo-argentinos en el Chaco norteamericano”, que pronuncia en el acto del Partido Socialista¹⁹ realizado en el teatro Coliseo de Buenos Aires, en 1935. En esta intervención, Roca analiza la Guerra del Chaco

17 “Dos caminos en Bolivia: Revolución o reacción” en *Flecha*, no. 1, 2 de noviembre de 1935, p. 2.

18 “Boquerón, nuevo Tsushima” en *Flecha*, no. 2, 14 de noviembre de 1935, p. 2.

19 Deodoro Roca se afilia al Partido Socialista a inicios de la década del 30'. En 1931 es candidato a intendente de Córdoba por la alianza entre socialistas y demócratas progresistas. Para profundizar sobre este aspecto de la biografía de Roca, véase el estudio introductorio de Néstor Kohan a *Deodoro Roca, el hereje* (Roca, 1999).

como resultado de la confrontación interimperialista propia de las contradicciones del capitalismo mundial de la época²⁰:

La guerra en el Chaco es el encuentro cauteloso en un campo semicolonial de los dos grandes imperialismos rivales lanzados a la conquista de un combustible que es vital para la subsistencia de ambos imperios. En el Chaco no se combate por otra cosa. Ni siquiera por la defensa nacional. Y mucho menos por la afirmación de los derechos históricos. El Chaco sólo puede ser visto con luz de petróleo (Roca, 1965: 245)

En el mismo discurso, con notables similitudes con Ponce, Roca afirma traer desde Córdoba un mensaje pacifista “pero no del pacifismo recalentado de protocolo y de ‘Te-deum’, “Para provocar la paz, yo traigo un mensaje de guerra”, afirma. Para esto, Deodoro diferencia la guerra “como estado”, la cual puede terminar y encenderse nuevamente en las mesas de los diplomáticos, de la guerra “como proceso”, la cual “solo puede terminar con el régimen social, económico y político que la produce, como el árbol al fruto”. De estos dos tipos de guerra, el intelectual cordobés deriva dos tipos de pacifismo, uno que fabrica “conferencias, discursos, banquetes, ejércitos, armadas, armas. A la postre, guerras”, y otro que “encienden la guerra interior: contra la mentira, contra la opresión”. Este segundo tipo es el que propugna el CPPYLA, ya que es “el único pacifismo que puede conducir a la paz”, porque “se propone herir en sus raíces a la guerra” (Roca, 1956: 237).

El antiguerrerismo socialista: las revistas *Cauce e Izquierda*

En el conjunto de las revistas ligadas a los sectores de izquierda del socialismo, nos interesa repasar brevemente *Cauce e Izquierda*. La primera de estas revistas, *Cauce, tribuna del pensamiento marxista*, publica nueve números entre septiembre de 1933 y agosto de 1934, y es dirigida por el escritor y militante socialista (posteriormente comunista) Ernesto Giudici. En su cuarto número se presenta un artículo titulado “El imperialismo.

20 Como hemos mencionado, los vínculos entre los diferentes espacios antiguerreros cordobeses y sus publicaciones son prolíficos. Por ejemplo, como menciona Stefanoni (2014b: 185) es el mismo Marof quien publica en el primer número de *América Libre* “Los cuatro párrafos que ocultó la prensa” del discurso de Deodoro Roca en el teatro Coliseo de Buenos Aires. Esos cuatro párrafos fueron titulados “La política tradicional de la Argentina”, “El imperialismo británico y Paraguay”, “La Standard Oil y Bolivia” y “Paraguay y el negocio del petróleo”. De la misma manera, Marof es quien escribe el prólogo de *Secretos de Estado Mayor* (1936), el libro del periodista y militante comunista cordobés Ricardo Setaro quien, a su vez, escribe en *América Libre*.

La VII Conferencia Panamericana”²¹, en el que se caracteriza a Latinoamérica como un continente en disputa entre los diversos imperialismos, principalmente entre Inglaterra y EEUU, donde “ya se han visto los primeros efectos bélicos: la guerra Boliviano-Paraguaya y el conflicto latente de Colombia y Perú por la posesión de Leticia. Ambos ocultan con reivindicaciones ‘patrióticas’ el verdadero móvil de la matanza imperialista”.

Por su parte, *Izquierda, crítica y acción socialista*, cuyo consejo de redacción lo integran Carlos Sánchez Viamonte, Benito Marianetti, Bartolomé A. Fiorini y Urbano Eyras, edita nueve números entre octubre de 1934 y diciembre de 1935. En su quinto número, la revista incluye el artículo “La realidad del Chaco”, escrito “por un hombre joven de origen burgués y de nacionalidad boliviana, cuya relación y la de su apellido con los círculos gobernantes de Bolivia hacen que oculte su identidad bajo el seudónimo de Tupac Amaru”.²² En este apartado, el autor caracteriza el Chaco como un inhóspito “infierno verde”, donde “apiñados como bestias, enloquecidos por el hambre y la sed, la juventud tanto paraguaya como boliviana se han sacrificado en aras de intereses que no son suyos y sin otro objetivo que el hambre insaciable de los Casado, la Standard Oil y la Royal Dutch”. Frente a los numerosos encuentros y posicionamientos intelectuales en favor de la paz, el autor afirma que “el espíritu de solidaridad americana debe materializarse en los hechos y no en las palabras”.

También en la quinta edición de *Izquierda* se incluye un artículo titulado “El Partido Socialista y la Guerra del Chaco”, firmado por Rodolfo Aráoz Alfaro, en el cual podemos apreciar la disputa al interior del Partido Socialista, que es uno de los objetivos de la revista. Así, mientras informa que el periódico socialista *La vanguardia* publica el Manifiesto²³ que “un destacado núcleo de intelectuales cordobeses –iniciadores casi todos ellos del movimiento universitario del año 18- lanza a la consideración pública, sobre los antecedentes y el estado actual de la guerra del Chaco”, considera “reconfortante ver al pie de un documento tan sólido en el planteamiento de sus ideas básicas la firma de los más conocidos dirigentes del Partido Socialista local, y su llamado puede ser la piedra de toque para un vasto movimiento de agitación continental”. De esta manera, el Manifiesto, que “trasciende, con mucho, el limitado problema del conflicto armado para remontarse a la causa primera de todas las rivalidades de los países latinoamericanos: el imperialismo”, y la presencia entre los firmantes de dirigentes socialistas, se contraponen en la revista a la actitud oficial del propio Partido Socialista, que “ha sido prácticamente nula”, llegando incluso a que una importante figura del socialismo afirmara en un acto público que el Paraguay

21 “El imperialismo. La VII Conferencia Panamericana” en *Cauce*, no. 4, enero de 1934, p. 5. Artículo sin firma.

22 “La realidad del Chaco” en *Izquierda*, no. 5, abril-mayo de 1935, p. 25.

23 Se refiere al manifiesto fundacional del Comité Pro Paz y Libertad de América (CPPYLA) publicado en abril de 1935.

es “país agredido”, opinión que “implica una solidaridad no por inconciente (sic) menos imperdonable con el punto de vista del señor Saavedra Lamas”.²⁴

El sexto número de *Izquierda*, publicado en junio-julio de 1935, coincide con la firma del armisticio, aunque esto no impide que el imaginario antiimperialista y antiguerrero continúe ocupando un lugar importante en la revista, e incluso que sea relacionado con nuevos acontecimientos mundiales²⁵. En este sentido, por ejemplo, en un apartado titulado “Las mujeres contra la guerra”, la revista saluda la creación de la Agrupación Femenina Antiguerrera (AFA) “que se ha trazado un amplio plan de agitación antibélica como reacción contra la masacre del Chaco Boreal”.²⁶ Por su parte, en la sección “Notas internacionales”, se incluyen dos apartados. El primero de ellos, “Una guerra que termina...”, sostiene que “después de tres años de una matanza estúpida, se han avenido los gerentes de la criminal empresa a una negociación de la paz. El balance no puede ser más desconsolador. 70.000 muertos, 200.000 heridos”, no obstante lo cual, en la guerra acontecida hay un pequeño saldo favorable que es el aprendizaje de las masas indígenas, sobre sus propias capacidades de lucha: “la idea fatalista de las castas ha sufrido un rudo golpe [...]; la masa indígena ha dado un enorme paso hacia el despertar”. El segundo de los apartados revela cómo los rasgos antiguerreros, antiimperialistas y antifascistas convergen en el imaginario de la revista, y en las solidaridades que ésta traza entre diferentes luchas en el mundo. Su título, “... y una que está en ciernes”, se refiere a la invasión italiana de Abisinia, la cual da lugar a una guerra que “va a ser tan estúpida y acaso aún más criminal que la del Chaco”, pero probablemente más grave, ya que “no se trata del logro de alguna ventaja local [...]; en el presente caso estamos frente a una tentativa de violación tal de todo derecho internacional y de gente que hasta palidece la acción de los aventureros nipones en la Manchuria y en el norte de la China”.²⁷

La invasión italiana de Abisinia, en continuidad a la guerra del Chaco como centro de las disputas que advierten del peligro de una nueva guerra interimperialista en el mundo, es abordada en los siguientes números de *Izquierda*, al igual que en *Flecha* y *América Libre*. Así, en el séptimo número de *Izquierda* se incluye un artículo firmado por Enrique G. Broquen titulado “¿Qué busca Italia en Abisinia?”, en donde se analizan las causas económicas de la invasión italiana a Etiopía, y sus consecuencias a escala inter-

24 “El Partido Socialista y la Guerra del Chaco” en *Izquierda*, no. 5, abril-mayo de 1935, p. 27-28.

25 En esta edición el tema del armisticio es abordado de forma gráfica en la portada y contratapa de la revista. En la portada, se lee el mensaje “Armisticio...” y se representa a un soldado flaco y herido, con un hilo rojo de sangre; mientras que en la contratapa se lee “... y ganancias de la guerra del Chaco” siendo la figura representada un personaje obeso sentado en un sillón con el símbolo “\$” frente a un abundante banquete, donde el rojo de la sangre del soldado se repite en el pedazo de carne que es parte del banquete, así como en el cuchillo y la boca del personaje representado.

26 “Las mujeres contra la guerra” en *Izquierda*, no. 6, junio-julio de 1935, p. 4

27 “Notas internacionales” en *Izquierda*, no. 6, junio-julio de 1935, p. 18

nacional, al acelerar la competencia interimperialista, al mismo tiempo que “se ha hablado ya en el cercano oriente de un vasto movimiento reivindicador de las nacionalidades oprimidas de Asia y de África, que pondría en grave peligro todo el imperio colonial de la Europa”²⁸.

Consideraciones finales

Como hemos intentado reconstruir parcialmente, la guerra del Chaco provoca una reactivación de la militancia antiimperialista y antiguerrera en las fuerzas de izquierda latinoamericanas, las cuales interpretan el conflicto como parte de las contradicciones interimperialistas que se expresan en el resto del mundo.

La experiencia militante de la LADLA, así como la posibilidad concreta de una invasión estadounidense a los países latinoamericanos (especialmente en Centroamérica y el Caribe) constituyen tempranamente una sensibilidad y una conciencia antiimperialista en las fuerzas de izquierda. Desde esta perspectiva es asimilada la tesis de la confrontación interimperialista anglo-estadounidense, tal cual la postula la IC, lo cual configura un escenario fértil para acercar las luchas latinoamericanas con las de otros lugares del mundo que se enfrentan al imperialismo, al colonialismo y a la guerra. La Guerra del Chaco reactiva parte del movimiento reformista universitario a partir de la sensibilidad antiimperialista, la cual, como vimos en Deodoro Roca, es emparentada con posiciones anticapitalistas y socialistas, acercándose a los postulados de la Comintern. De igual manera ocurre con algunos sectores del Partido Socialista, los cuales polemizan al interior de sus propios partidos, a través de revistas como *Cauce e Izquierda*, en las que impulsan la militancia antiguerrera y antiimperialista.

La confluencia y las similitudes de los enfoques que estos tres espacios presentan, durante la guerra del Chaco, nos permite esbozar la hipótesis de que si bien, como sostiene Hernández, en el caso de las Ligas Antiimperialistas y de la militancia antiguerrera, el Congreso de Montevideo fue mas bien un punto de llegada, es también un momento en el que las sensibilidades antiimperialistas toman forma en la configuración de un espacio identitario latinoamericano que se reactiva posteriormente con las campañas contra la invasión italiana de Etiopía -donde ocupa un lugar importante la sección cubana de la Liga Antiimperialista-, la Guerra Civil Española o la ocupación japonesa de Manchuria. En este aspecto, es importante considerar la paradoja de que, si bien el Congreso Antigüerrero fracasa en la construcción de un frente único de toda la izquierda contra a la guerra, es posible encontrar una articulación de estas características en Córdoba, y en

28 “¿Qué busca Italia en Abisinia?” en *Izquierda*, no. 7, agosto-septiembre de 1935, p. 17-19

la militancia impulsada por el CPPYLA, *Flecha* y *América Libre*, que revelan vínculos profundos entre reformistas como Roca, trotskistas como Marof y comunistas.

La Guerra del Chaco, entonces, puede ser leída e interpretada como un momento que facilita el pasaje de la militancia antiimperialista y antiguerrera latinoamericana, a la militancia antifascista, desde la cual se enfocan acontecimientos posteriores. De la misma manera, con la Guerra del Chaco se instala una lectura general del momento histórico, advirtiendo especialmente el peligro de una nueva guerra mundial, provocada por la confrontación entre las potencias imperialistas y por la emergencia del fascismo.

Bibliografía

Fuentes primarias

Libros

- Ponce, Aníbal (1974 [1933]) “El viento en el mundo” en *Obras completas*, tomo 3. Buenos Aires: Cartago.
- Roca, Deodoro (1956) *El difícil tiempo nuevo*. Buenos Aires: Lautaro.
- (1999) *Deodoro Roca, el hereje*. Buenos Aires: Biblos.

Revistas²⁹

- América Libre* (1935)
- Cauce* (1933-1934)
- Flecha* (1935-1936)
- Izquierda* (1934-1935)
- La Correspondencia Sudamericana* (1926-27/1928-30)

Fuentes secundarias

- Bergel, Martín (2012) “Flecha, o las animosas obsesiones de Deodoro Roca” en Roca, Deodoro, *Obra Reunida. Vol. IV. Escritos políticos*. Córdoba: UNC.
- Bonzi, Antonio (2001) *Proceso histórico del Partido Comunista Paraguayo*. Asunción: Arandurá.

29 La totalidad ha sido consultada de forma digital en el archivo del CeDInCi, América Lee. Disponibles en <http://americalee.cedinci.org/>

- Caballero, Manuel (1987) *La Internacional Comunista y la revolución latinoamericana*. Caracas: Nueva Sociedad
- Camarero, Hernán (2007) *A la conquista de la clase obrera. Los comunistas y el mundo del trabajo en la Argentina 1920-1935*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Claudín, Fernando (1970) *La crisis del movimiento comunista*. París: Ruedo Ibérico.
- Hernández, Juan Luis (2016) “El movimiento comunista y la guerra del chaco (1932-1935)” en Jeifets Lazar, Jeifets Víctor y Urrego Miguel Ángel (coords) *Izquierdas, movimientos sociales y cultura política en América Latina*. Morelia: Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo y Centro de Estudios Iberoamericanos de la Universidad Estatal de San Petersburgo.
- Juárez, Laura (2013) “Raúl González Tuñón ‘en las alas de Crítica’ crímenes y ‘aventuras’ heroicas en la Guerra del Chaco” en *Aletria*, 23 (1), 97-110. Disponible en : http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.11050/pr.11050.pdf
- (2015) “Entre el corresponsal viajero y el escritor comprometido. Raúl González Tuñón en la Guerra del Chaco” en *Badebec*, 5 (9), 243-264. En Memoria Académica. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.11052/pr.11052.pdf
- Kersffeld, Daniel (2016) “El caso de la Liga Antiimperialista de las Américas” en *Revista Bordes*, UNPAZ.
- (2007a) “La liga antiimperialista de las Américas: una construcción política entre el marxismo y el latinoamericanismo” en *Políticas de la memoria*, p.143-148
- (2007b) “Tensiones y conflictos en los orígenes del comunismo latinoamericano: las secciones de la Liga Antiimperialista de las Américas” en *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Tel Aviv, vol. 18 p. 7-29
- (2010) “Latinoamericanos en el congreso antiimperialista de 1927: afinidades, disensos y rupturas” en *Journal of Iberian and Latin American research*, vol. 6 p. 151-163. Sidney
- (2012) *Contra el Imperio. Historia de la Liga Antimperialista de las Américas*. Buenos Aires: Siglo XXI
- (2013) “La conferencia antiimperialista de Buenos Aires en las definiciones ideológicas del comunismo argentino” en *Periferias. Revista de Ciencias Sociales*, vol. XXII p. 167-184
- Massholder, Alexia Guillermina (2020) *El Partido Comunista y sus intelectuales: pensamiento y acción de Héctor P. Agosti*. Buenos Aires: Luxemburg.
- Petersson, Fredrik (2017) “From Versailles to Bandung: Interwar Origins of Anticolonialism”, en Eslava Luis, Michael Fakhri y Vasuki Nesiah, *Bandung, Global*

- History and International Law: Critical Past and Pending Futures*, Cambridge: Cambridge University Press.
- (2005) “‘We are no visionaries and utopian dreamers’- Fragments and reflections regarding the League Against Imperialism” en *Comintern Working Paper/CoWoPa*, N° 1.
- Pittaluga Roberto, López Damipán y Ockier Ethel (2007) *Publicaciones políticas y culturales argentinas (1900-1986). Catálogo de microfilms series I, II, III*. Buenos Aires: CeDInCI
- Rahi, Arturo y Agüero Wagner, Luis (2006). *El Chaco paraguayo: una historia de despojos, renunciaciones, mutilaciones y entregas*. Asunción: F17.
- Reboursin, Olivier (2008) “Derribando algunos mitos: acerca de la Liga Argentina por los Derechos del Hombre en el nacimiento y desarrollo del ‘movimiento de Derechos Humanos’” en *Revista del CCC*, año 1, n° 3, Buenos Aires: CCC.
- Stefanoni, Pablo (2014a) “‘Guerra a la guerra’: comunismo, antiimperialismo y reformismo universitario durante la contienda del Chaco” en *Bolivian Research Review/Revista Boliviana de Investigación* vol. 11, n°1.
- (2014b) *Los inconformistas del Centenario: intelectuales, socialismo y nación en una Bolivia en crisis (1925-1939)*. Buenos Aires: Filo Uba.
- Wanschelbaum, Cinthia (2018) “El viento en el mundo de Aníbal Ponce. De liberal Sarmientino a marxista revolucionario” en *Revista Inclusiones*; Año: 2018 vol. 5 p. 11 – 29.
- Williams, Raymond (2009) *Marxismo y literatura*. Buenos Aires: Las cuarenta.

MESA 36: REPRESENTACIONES DE ALC EN LAS REVISTAS CULTURALES ARGENTINAS DEL SIGLO XX

COORDINACIÓN: ALEXIA MASSHOLDER Y NATALIA BUSTELO

LA "HORA AMERICANA" EN EL MANIFIESTO LIMINAR Y LAS REVISTAS ARGENTINAS DE LA REFORMA UNIVERSITARIA

Natalia Bustelo
CeDInCI/UNSAM/Conicet; UBA

En junio de 1918 una treintena de jóvenes irrumpía en el salón rectoral de la Universidad Nacional de Córdoba para protagonizar una revuelta que hoy se reconoce como el inicio simbólico de la Reforma Universitaria. Entonces comenzaba un movimiento que marcaría la vida estudiantil y, en parte política, de América Latina. Y ello responde a que durante gran parte del siglo XX los “reformistas” –que nunca dejaron de ser una reducida minoría frente a la masa de estudiantes que transitaba las aulas universitarias– estuvieron lejos de instalar la agenda de democratización universitaria, pero sí consiguieron introducir diversas “novedades” políticas y culturales y encontraron entusiastas y remotos seguidores. Una forma de nombrar esas novedades es identificarlas con la construcción simultánea de una *figura intelectual de estudiante* y de una *cultura política estudiantil*. Convencidos de que los “jóvenes que estudiaban en la universidad” debían adoptar la forma de un sujeto –o bien que debían reconocerse como “estudiantes reformistas”–, los líderes iniciales de la Reforma comenzaron a tramitar un movimiento y una específica intervención en el campo de la cultura y de la política. Y ello terminaría por construir a un estudiante que, desde grupos, revistas, mitines y manifiestos, participaba de las iniciativas de las izquierdas, lo que, a su vez, no podía más que renovar a esas izquierdas.

El movimiento reformista no se expresó en ensayos extensos ni en un puñado de grandes pensadores. Junto a las breves reflexiones de José Ingenieros, José Carlos Mariátegui, Julio Antonio Mella, Víctor Raúl Haya de la Torre y otros intelectuales latinoamericanos, se encontraron diversos estudiantes y jóvenes egresados –entre los que se contaron unas pocas mujeres– cuya intervención tuvo una desigual resonancia y se extendió en un vasto continente. Las revistas, telegramas, noticias, cartas y artículos a través de los que se iba articulando el movimiento fueron celosamente conservados por la primera generación de reformistas, que además editó las primeras compilaciones documentales

y nos legó algunas autobiografías. Pero lamentablemente esa política de memoria de la Reforma encontró pocos seguidores en los años posteriores y muchos de los fondos documentales de los primeros reformistas hoy están perdidos, dispersos o arrumbados en condiciones que no aseguran su pervivencia ni su posibilidad de consulta.

A distancia del vasto y diverso corpus que podía constituirse a partir de esos fondos, las investigaciones históricas que analizaron las prácticas e ideas del movimiento reformista tendieron a ceñirse a algunos de los documentos compilados por el argentino Gabriel del Mazo (1898-1969), líder inicial de la Reforma que en 1927 publicó una compilación en seis tomos que continúa siendo la más abarcativa y en 1941 editó otra que es de referencia. Sin explicitarlo ni reflexionar sobre ello, las aproximaciones historiográficas describieron el tipo de juvenilismo y de reclamos que componían la Reforma, así como el latinoamericanismo con el que se identificó, a partir de los documentos seleccionados por Del Mazo, un reformista que desde la década del treinta adscribía al radicalismo yrigoyenista e impulsaba junto con Haya de la Torre el latinoamericanismo aprista. Sin duda, Del Mazo construyó un corpus de fuentes amplio que buscó reflejar la diversidad de tendencias, pero también apostó por una hipótesis interpretativa que desafortunadamente la mayoría de las investigaciones no pusieron en duda.

A este problema historiográfico se suma otro sobre el que se detienen estas páginas. La mayoría de los documentos que la historiografía sobre la Reforma utilizó como su corpus documental tuvo una primera circulación en publicaciones periódicas editadas por estudiantes. El mismo Del Mazo consignó en cada tomo de sus compilaciones los datos hemerográficos de los artículos y notas que reprodujo. Entre los líderes iniciales de la Reforma que insistieron en que la política de la Reforma se había tramado en las revistas se encontró Guillermo Korn, hijo mejor de Alejandro Korn (1860-1936). En 1968, ante el cincuentenario del estallido de la Reforma, aquel fundaba en Caracas junto con Luis Aznar los *Cuadernos de La Plata* (1968-1972), una revista que erigió como maestro a Alejandro Korn y reactivó a la fracción socialista y antifascista de la Reforma. En el primer número, Guillermo Korn publicó un ensayo –reversión de uno ya publicado– en el que proponía que el ciclo de las revistas reformistas se había iniciado en Buenos Aires en 1915 con *Ideas. Órgano del Ateneo de Estudiantes universitarios* y se había cerrado en 1928 con el último número de *Valoraciones*, la publicación del grupo Renovación de La Plata. Según el artículo, las revistas reformistas en tanto “focos de política difusa, es decir, de preocupaciones políticas no estructuradas dentro de ninguno de los partidos políticos actuantes” tuvieron cierta continuidad en la tucumana *El Caraj* (1928-1929), las cordobesas *Facundo* (1935-1939) y *Flecha* (1935-1936) y la porteña *Sagitario* (1955-1956; 1958-1961) (Korn, 1968). A esta serie deberíamos incorporar a las dos revistas que dirigió Guillermo Korn, *Libertad Creadora* (1943) y los *Cuadernos de La Plata*. Por su parte, el joven que impulsó *Ideas*, José María Monner Sans (1896-1887), publicó en

1930 una historia del Ateneo y la revista, y varias décadas después publicó sus memorias (Monner Sans, 1930; 1976).

A pesar de esos señalamientos, sólo muy recientemente se asumió que la pregunta por los modos en que circularon los documentos relativos a la ideología de la Reforma y la reconstrucción de los sentidos que inevitablemente acompañaron a esa circulación son cuestiones fundamentales para evitar anacronismos y otras arbitrariedades historiográficas. En efecto, un conjunto de investigaciones inscritas en la historia intelectual, y específicamente en la historia de la edición, vienen mostrando que la lectura de los documentos no puede realizarse sin incorporar la reconstrucción de los grupos y publicaciones, pues ambos estuvieron lejos de ser vías neutrales de circulación de las ideas de la Reforma (Pita González, 2009; Bergel y Martínez Mazzola, 2010; Biagini, 2012; Tarcus, 2018; Bustelo, 2020). En lugar de cerrar un sentido en la lectura interna de los documentos reformistas destacados, su reinscripción en las revistas estudiantiles que los pusieron a circular nos abre a esa figura de intelectual del estudiante que señalábamos al comienzo, pues nos permite reconstruir la sociabilidad estudiantil, las polémicas, la pluralidad de participantes y los itinerarios político-culturales de las figuras involucradas. Asimismo, nos da pistas sobre la tarea de edición, sobre la relación entre las revistas y los breves pero recurrentes proyectos colectivos y también sobre el juego de vinculación y distinción con ideas y prácticas que no se reconocían reformistas.

Quienes emprendimos esas investigaciones no contábamos con algo así como un reservorio de la Reforma en el que las colecciones completas de las revistas estudiantiles aguardaban ser analizadas, sino que debimos recorrer hemerotecas y archivos públicos y privados para dar con algunos de los ejemplares de esas publicaciones que por las referencias de Del Mazo, Korn y otros reformistas sabíamos que habían sido centrales en los inicios de la Reforma. Además, a medida que íbamos recuperando la trama revisteril debimos proponer clasificaciones que permitieran identificar los diversos tipos de revistas y establecimos comparaciones y contrapuntos con otras publicaciones del periodo. Participando de esas tareas, la presente ponencia se detiene en las disputas que, durante la primera mitad del siglo XX, acompañaron la consagración del “Manifiesto liminar” como el texto fundacional de la Reforma.

El documento fundador de la Reforma

En diciembre de 1926, el Centro de Estudiantes de Medicina de la Universidad de Buenos Aires editaba, bajo el cuidado de Gabriel del Mazo, el primero de los seis tomos de *La Reforma Universitaria*. Ese tomo constó de doce ensayos de reformistas argentinos, anteceditos por la primera parte del manifiesto “La juventud de Córdoba

a los hombres libres de Sud América”. En nota a pie, Del Mazo aclaraba que había sido redactado en junio de 1918 y que se había repartido “en toda América, especialmente en las ciudades universitarias del país, Perú, Chile y Uruguay. Son las palabras liminares; la declaración de principios del movimiento estudiantil argentino, punto de partida de la gran campaña renovadora de nuestra generación en la América Latina”. Del Mazo abrió tanto el segundo como el quinto y sexto tomo –todos aparecidos a mediados de 1927– con la reproducción completa de ese manifiesto; allí introdujo una similar explicación a pie y consignó al final los nombres de los quince jóvenes cordobeses que lo firmaron. En 1941 preparó una nueva compilación de documentos reformistas, en este caso en tres tomos y extendida hasta 1940. Y el primer tomo también se abrió con “La juventud de Córdoba a los hombres libres de Sud América” y la misma explicación a pie.

Actualmente, ese documento se conoce como el “Manifiesto liminar”. Un notable acuerdo historiográfico lo identifica como el texto inaugural de la Reforma. Pero el acuerdo tiende a pasar por alto que su condición de tal es el resultado de una disputa político-cultural en la que estaban involucradas las compilaciones de Del Mazo y otros textos y líderes reformistas. Es decir, con su reproducción Del Mazo no realizaban una mera descripción del movimiento, sino que apostaba a una determinada definición y una orientación futura ligada al latinoamericanismo aprista. E incluso la primera compilación tuvo una inmediata respuesta. En 1927 el joven abogado Carlos Cossio (1903-1987) publicó *La Reforma Universitaria o la Nueva Generación*. Este extenso ensayo –aparecido en la editorial del Centro de Estudiantes de Derecho de Buenos Aires– acusaba a Del Mazo y otros líderes de sostener una posición “extrauniversitaria” y rechazaba la insistencia de colocar al manifiesto cordobés de junio de 1918 como el programa del movimiento. Coincidiendo con la agrupación Unión Universitaria que lideraba Adolfo Korn Villafañe (1894-1957), Cossio identificaba a la nueva generación y a la Reforma con una renovación de los estudios jurídicos y filosóficos guiada por el idealismo kantiano y vinculada, de modo mediado, a un nacionalismo antisocialista y aristocratizante que llegaba en la meditación de 1919. Y el mismo Korn Villafañe insistió en el desplazamiento del que sería el “Manifiesto liminar” y en esa definición de la Reforma en una compilación de sus artículos. Esta compilación apareció un año después que la de Cossio por el mismo sello estudiantil y fue prologada por el entonces presidente del Centro de Estudiantes de Derecho, Vicente Márquez Bello (Korn Villafañe, 1928).

Pero la ampliación del corpus recortado por Del Mazo no sólo permite advertir la disputa que se libró en el ámbito editorial y el éxito de su señalamiento de un determinado documento como el “Manifiesto liminar”, sino que además señala que esta disputa tuvo como precedente otra que se libró desde mediados de 1918 en el ámbito de las publicaciones periódicas estudiantiles. En efecto, la primera circulación del “Manifiesto liminar” fue en *La Gaceta Universitaria* que editaba la Federación Universitaria de

Córdoba. El 15 de junio de 1918, los federados protagonizaban la revuelta con la que evitaban la firma del acta que hubiera consagrado como rector a Antonio Nores, el representante de la fracción conservadora y clerical. Seis días después, esos jóvenes ponían a circular un nuevo número de *La Gaceta Universitaria* y su tapa reproducía el manifiesto bajo el título que consignaron las reproducciones de Del Mazo. Los firmantes eran los integrantes de la Junta Ejecutiva de la Federación Universitaria de Córdoba, pero ya entonces se sabía que el joven egresado de abogacía Deodoro Roca (1890-1942) era el responsable de esa estetizada prosa que nos legaría varias frases hoy célebres.

El manifiesto insistía en la legitimidad de la revuelta del 15 de junio y sintetizaba las demandas de la Federación. Poco después era reproducido en otras publicaciones estudiantiles y circulaba como separata. Aún no contamos con una historia de las gacetas universitarias publicadas por los estudiantes argentinos y los pocos números conservados son custodiados en diversos repositorios. Los pocos ejemplares conservados muestran que su formato era sumamente estable. Las revistas estudiantiles tendían a ser voluminosos tomos de aparición bimestral en los que se reproducían ensayos de los estudiantes. En cambio, las gacetas se componían de sólo ocho páginas, tamaño *tabloide* y papel de baja calidad; difundían cada semana o quincena notas breves –en su mayoría sin firma– y noticias del movimiento estudiantil. Bajo el título, la primera página solía llevar un editorial con el que los jóvenes tomaban posición en cuestiones del movimiento estudiantil, mientras que la última página tenía publicidades profesionales o comerciales así como breves reseñas de libros y revistas recibidos. *La Gaceta Universitaria* que se editaba en 1918 en Córdoba se había creado en mayo de ese año y el modo en que se presentó nos sugiere que no fue la primera. Desconocemos si previamente se editaron otras en Córdoba, pero sí contamos con ejemplares que muestran que desde 1917 se publicó en La Plata *La Gaceta Universitaria. Órgano del Centro Estudiantes de Ciencias Jurídicas y Sociales*, el que para el 1° de abril de 1919 contaba con 49 entregas.

Durante 1919, las movilizaciones masivas estudiantiles se trasladaron a la ciudad de La Plata y a la de Santa Fe. En ésta los estudiantes que en vinculación con la Federación Universitaria Argentina (FUA) –fundada en abril de 1918 para apoyar los reclamos cordobeses– reclamaban por la nacionalización de la universidad comenzaron a editar *La Gaceta Universitaria. Órgano de la Federación Universitaria*, del que aparecieron al menos seis números durante ese año. Además, entre septiembre y noviembre de 1919 se editaron, bajo el formato de las gacetas, dos números de *Tribuna estudiantil. Órgano de la Federación Estudiantil*. Por otra parte, a mediados de 1920, se comenzó a publicar *La Gaceta Universitaria. Órgano de la Federación Universitaria de Tucumán*, que alcanzó al menos seis números. Su sucesor fue el quincenario *La Voz Universitaria. Órgano oficial de la Federación Universitaria*, del que sabemos que se editó entre 1925 y 1931 pero ningún reservorio público conserva algún ejemplar.

En Rosario, aparecía en 1921 la gaceta quincenal *Tribuna Universitaria. Órgano de la Federación Universitaria de Rosario*, que en noviembre del año siguiente ya contaba con catorce entregas. En Buenos Aires, el 12 de octubre de 1920 apareció el semanario *La Gaceta Universitaria. Órgano de la Federación Universitaria de Buenos Aires*, del que, hasta donde sabemos, se editaron muy pocas entregas. Entre 1917 y 1918, esa federación había contado con un boletín bimestral de formato libro y 16 páginas. Las gacetas universitarias continuaron editándose a lo largo de la década del veinte y las siguientes. De ahí que no sorprenda que cuando a mediados de 1927 se refunde la Federación Universitaria de Rosario, ésta edite una gaceta de aparición quincenal que alcanzó al menos los tres números.

Desde su fundación, la FUA proyectó la edición de un órgano. Éste apareció por primera vez en 1920, año en que Del Mazo ejercía la presidencia de la Federación con Gregorio Bermann como secretario y continuaba la álgida “huelga grande” encabezada por los federados de La Plata. En lugar del formato de las gacetas, la FUA optó por la publicación de un boletín trimestral de 32 páginas. Su nombre fue *Boletín de la Federación Universitaria Argentina* y las cuatro entregas que alcanzó muestran que allí Del Mazo y otros reformistas libraron la batalla editorial más importante por erigir a “La juventud de Córdoba a los hombres libres de Sud América” en el “Manifiesto liminar”. Su primer número, fechado en agosto de 1920, reprodujo en la retirada de tapa la primera parte del manifiesto –la misma que aparecería en 1926 en el primer tomo de *La Reforma Universitaria*– junto a una escueta aclaración entre paréntesis: “Del primer manifiesto del movimiento de la Reforma universitaria: ‘La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Su América’, Junio de 1918”. El texto de Roca definía al movimiento por la ruptura de “la antigua dominación monárquica y monástica”, el inicio de una “Revolución” que involucrada a una “hora americana” y a una juventud que “vive siempre en trance de heroísmo”. Pero si todo ello podía ser cuestionado como un llamado grandilocuente y abstracto, ese y los siguientes números del *Boletín* se encargaron de ofrecer las precisiones políticas.

En efecto, a pesar de que se trataba de un órgano de una agrupación gremial, junto a la transcripción de resoluciones y de información sobre los reclamos de democracia universitaria y de hermandad entre los estudiantes del continente, la Federación saludó las iniciativas que, inscritas en las izquierdas, apoyaban a la Revolución Rusa e impulsaban la emancipación de la humanidad. El primer número se abrió con “La docencia emancipadora”, transcripción del discurso pronunciado por el abogado cordobés Saúl Taborda (1885-1944) en uno de los actos de la “huelga grande” de los reformistas platenses. Lejos de la limitación de la Reforma a la libertad de cátedra y al cogobierno universitario, Taborda ligaba el movimiento, por un lado, a una mordaz crítica a la democracia liberal por su bloqueo de la justicia social y, por otro, a una nueva hora

marcada por la emancipación de la humanidad. Una definición similar de la Reforma se advierte en el discurso de Deodoro Roca “La Universidad y el espíritu libre”, elegido por los editores del *Boletín* para abrir el segundo número, y en “¿Qué es la revolución?”, breve nota provenía del economista marxista Alfons Goldschmidt e inauguró el cuarto y último número del *Boletín*.

El reformista y anarquista Juan Lazarte (1891-1963) recordó esas definiciones revolucionarias en *Líneas y trayectorias de la Reforma Universitaria*, aparecido en 1935. Pero la historiografía sobre la Reforma lo convirtió en una voz poco audible, pues tendió a subrayar el moderatismo del movimiento estudiantil argentino. A las compilaciones de Del Mazo se sumaban en 1978 dos editadas por importantes sellos latinoamericanos y realizadas a partir de los documentos seleccionados por Del Mazo en 1941: una preparada por el socialista Dardo Cúneo para la Biblioteca Ayacucho y otra por el comunista Juan Carlos Portantiero para Siglo XXI. En el ensayo introductorio, éste último se lamentaba de la ausencia de una prédica argentina más radicalizada mientras que Cúneo sostenía que los textos reformistas no tenían nada de la “contagiosa literatura política que estimulaba la Revolución Rusa” (Cúneo, 1978). Esa ausencia es válida para muchos de los textos seleccionados por ambos, pero sólo cuando se los lee escindidos de las revistas donde aparecieron por primera vez. En efecto, si se amplía el corpus documental y se conciben al boletín y una serie de revistas estudiantiles editadas entre 1919 y 1922 como documentos, la distancia del bolchevismo es sumamente cuestionable.

En un detenido análisis de la prensa anarquista argentina, Andreas Doeswijk (2013) mostró que entre 1919 y 1921 nuestro país participó, con una intensidad mucho menor que Alemania o Italia, de un ciclo de conflictividad social identificable como el “trienio rojo”. El entusiasmo bolchevique no recorría únicamente a Taborda, Roca, Goldschmidt y los editores del *Boletín de la Federación Universitaria Argentina*. Un atento recorrido por repositorios diversos nos confirma que, a distancia del moderatismo político al que la bibliografía suele asociar a toda la juventud argentina, una minoría participó del trienio rojo impulsando la inscripción de la Reforma en la Revolución Social. En efecto, la lectura cruzada de *Insurrexit* –rescatada hace casi tres décadas por Horacio Tarcus (1997)– con una serie de publicaciones –que recuperamos con Lucas Domínguez Rubio (2017)– termina por iluminar una minoría radicalizada que se vinculó entre sí a través del canje de ejemplares, publicidades, breves reseñas elogiosas, la reproducción de algunas notas e incluso la fundación de una breve Federación de Estudiantes Revolucionarios.

La trama parece haber sido iniciada por la porteña *Bases. Tribuna de la juventud*, que bajo la dirección del joven socialista Juan Antonio Solari llegó a editar ocho números, el último fechado en junio de 1920. Esa trama fue seguida en Buenos Aires por: los 19 números de *Clarín. Órgano del Ateneo de Estudiantes Universitarios* (1919-1920), los

doce de *Insurrexit. Revista Universitaria* (1920-1922) y los dos de *Hoy* (1920). En La Plata la fracción reformista radicalizada editó unas pocas entregas de *Germinal* (1920) y de *Alborada. Órgano del Ateneo Estudiantil* (1920-1922) mientras que en Córdoba aparecieron cuatro números de *Mente. Revista de crítica social* (1920) y en Rosario algunas entregas de *Verbo Libre. Órgano del Centro Cultural Evolución* (1920), *La Antorcha. Órgano del Centro de Estudiantes del nuevo Colegio Nacional* (1921-1923) y *Germinal. Órgano de la Asociación estudiantil de la Escuela Nacional de Comercio* (1922-1924). Asimismo, desde Montevideo se sumaron a esta trama los primeros números, en su mayoría dobles, de *Ariel. Revista del Centro de Estudiantes "Ariel"* (1919-1930), fundada por el joven Carlos Quijano y dirigida por éste hasta 1923; en Santiago de Chile se editaron los órganos de la Federación de Estudiantes de Chile, primero *Juventud* (1911-1919) y luego *Claridad* (1920-1923).

La lectura cruzada no deja dudas, además, de que en Buenos Aires tanto el *Boletín de la Federación Universitaria Argentina* como varias de las mencionadas revistas estudiantiles libraran una decidida batalla contra la fracción reformista que encabezaba el hijo mayor de Alejandro Korn, Adolfo Korn Villafañe. Los *Cuadernos del Colegio Novecentista* (1917-1919) y la *Revista Nacional* (1918-1920) parecen haber sido las más decididas impugnadoras de la identificación de “La juventud de Córdoba a los hombres libres de Sud América” como el manifiesto inaugural de la Reforma. Su rescate permite precisar que durante la década del veinte, a diferencia de lo que ocurría en Córdoba, en Buenos Aires los estudiantes que se asumían nacionalistas, que cuestionaban a las revueltas como promotoras del caos y que impulsaban una vinculación de los estudiantes con los obreros que mantuvieran las jerarquías sociales se identificaban como reformistas.

Bajo el liderazgo de Korn Villafañe, los reformistas nacionalistas disputaron la definición de la Reforma y con ello la condición de “Manifiesto liminar” del texto escrito por Roca. En el marco de esa disputa, el *Cuaderno* de enero de 1919 difundió la nota “El maximalismo” del joven Tomás Casares y una carta pública de Korn Villafañe al obispo cordobés, dos textos con los que el Colegio condenó a los cordobeses por promover el “caos maximalista” y le esbozó al incipiente movimiento estudiantil una vía nacionalista y antiizquierdista que se conciliaba con el catolicismo. Asimismo, el manifiesto “El Colegio Novecentista y el conflicto universitario de La Plata” del noveno y último *Cuaderno* redujo la Reforma a una *Weltanschauung* antipositivista y les subrayó a los estudiantes de la Federación Universitaria de La Plata –quienes desde octubre protagonizaban la Huelga grande que apoyaba Taborda y el boletín de la FUA– que no habían entendido en qué consistía la Reforma. Por su parte, la *Revista Nacional* se encargó de impugnar la práctica de editar manifiestos estudiantiles: en su número cuatro-cinco (fechado en febrero de 1919) publicó “Dos manifiestos”, nota de Esteban Hernández

que cuestionaba los textos con los que los federados se definían a favor de los reclamos obreros en las huelgas de la Semana Trágica.

A pesar de esa impugnación a los manifiestos, fue a través de uno que esta fracción de la Reforma buscó desplazar al texto redactado por Roca. Ese manifiesto se tituló “Incipit vita nova”, lo firmó Korn Villafañe a mediados de 1920 y dio nacimiento a la Unión Universitaria, una agrupación estudiantil de la Facultad de Derecho, de la que la *Revista Nacional* se convirtió en su órgano. El rescate de las revistas estudiantiles vuelve a ofrecernos interesantes datos. Poco antes del estallido de la revuelta estudiantil cordobesa, en febrero de 1918, el cuarto *Cuaderno del Colegio Novecentista* había publicado “Incipit vita nova”, de Alejandro Korn, y el número inaugural de *Atenea. Publicación bimestral de la Asociación de ex alumnos del Colegio Nacional de La Plata*, fechado en marzo-abril de 1918, lo republicaba. El texto señalaba que finalizada la Gran Guerra la tarea de la juventud era una reconstrucción espiritual guiada por un socialismo antimarxista. Dos años después, en medio de la disputa por la definición política de la Reforma, el hijo de Alejandro Korn preparaba un manifiesto con el mismo nombre y otras tesis. Su “Incipit vita nova” distanciaba al movimiento estudiantil de las revueltas de 1918 para saludar la reflexión que habría llegado en 1919: la auténtica Reforma se iniciaba con una meditación estudiantil sobre la nación marcada por un nacionalismo antiliberal y católico.

Latinoamericanización de la Reforma

En septiembre de 1926 surgía *1918. Órgano de la Nueva Generación Sudamericana*. Este mensuario se presentaba como la segunda época de *Acción universitaria* (1924-1925), del que conservaba el mismo formato –compartido con otro boletín mensual, *Renovación*, que se editaba en Buenos Aires desde enero de 1923 bajo el impulso de José Ingenieros–. *1918* constaba de cuatro páginas, tamaño *tabloide*, plegadas en cuatro. Se inauguró con un editorial anónimo titulado “1918”. Allí se aclaraba que Sudamérica se ubicaba “al Sud del Río Bravo, límite geográfico y espiritual de las dos Américas” y se reconocía que desde 1923 la “contrarreforma” había logrado que en varias facultades se revirtiera la renovación institucional. De todos modos, el movimiento habría producido un corte irreversible:

Es evidente, de toda evidencia, que el año 1918 inicia una nueva época en la marcha del mundo. La divergencia notoria entre el ayer y el hoy, parece haberse pronunciado durante su curso. Mientras marca la clausura definitiva de las instituciones feudales, y la crisis del estadio burgués, anuncia también la oportunidad necesaria para intentar nuevas direcciones en el vivir de los

hombres. [...] Coincidiendo con esos indicios de mudanza y novedad, ha ido operándose en nuestro país la Reforma Universitaria, destinada a promover la emancipación espiritual de la juventud y a derramar la cultura por todos los surcos abiertos en el campo social.

Luego de distintas notas sobre el movimiento estudiantil sudamericano, *1918* reproducía la primera parte de “A los hombres libres de Sud América” con una aclaración casi idéntica a la que aparecería tres meses después en el primer tomo de la compilación de Del Mazo. La revista y la compilación se aunaban en la nueva insistencia de identificar al texto de Roca como el “Manifiesto liminar” y al movimiento con una preocupación latinoamericana. En cambio, como vimos, los libros de Cossio y Korn Villafañe desplazaban a aquel texto, optaban por la rivalidad nacionalista entre los países latinoamericanos y posponían al año 1919 el inicio del movimiento. Hoy sabemos que esta última operación tuvo tan poco éxito que en la década del treinta la fracción nacionalista comenzó a asumirse antirreformistas y sólo a partir de las preocupaciones de la historia intelectual su apuesta comienza a ser reinscrita en la historia de la Reforma. Todo ello a pesar de que las compilaciones de Del Mazo contaron con ensayos de Cossio y Korn Villafañe.

En el campo historiográfico, entre quienes cuestionaron más fuertemente el inicio de una nueva época que venían a proponer el “Manifiesto liminar”, *1918* y varios relatos reformistas se encuentra Tulio Halperin Donghi (1962). Su *Historia de la Universidad de Buenos Aires* recorre las características de la primera universidad laica del país, desde su fundación en 1821 hasta el presente de la edición del libro y en el capítulo tercero se ocupa, bajo el título “Reforma”, del movimiento reformista. El capítulo está dedicado, en realidad, a los reclamos de los estudiantes porteños desde comienzos del siglo xx hasta 1930, cuando se produce el golpe de Estado. Con esa periodización, Halperin Donghi sugiere que el corte de 1918 es un relato de los protagonistas del que la investigación histórica debería desconfiar y, al mismo tiempo, que la temporalidad del movimiento se subsumen a la política nacional. Los rasgos que explican la Reforma no serían tanto las revueltas de 1918 y de los años siguientes como las novedades universitarias de los años anteriores. La historiografía debería atender al crecimiento de la matrícula universitaria w permitió la visibilidad del estudiantado en las calles; a la fundación en cada facultad de Centros de Estudiantes a principios del siglo XX; y al ciclo de huelgas estudiantiles de 1903-1905 que cuestionaba tanto a un gobierno universitario vitalicio y poco interesado en la excelencia académica como a los profesores con escasa preparación. Retomando la tesis de Halperin Donghi, en la *Historia de las universidades argentinas* Pablo Buchbinder (2005) se distancia explícitamente del rescate del movimiento político reformista realizado en 1978 por Portantiero para subrayar la poca renovación institucional q logró el reformismo.

Desde ya, esas conclusiones atentas a la dimensión institucional de la Reforma no deberían cancelar las investigaciones sobre la dimensión político-cultural, es decir, sobre las características de un movimiento estudiantil cuyos reclamos de renovación universitaria tienen prolongados antecedentes, pero su identidad de izquierda se inaugura a fines de la década del diez. En ese sentido, antes de concluir subrayemos que el rescate, entre otros, de los cuatro números del mensuario *1918* invita a precisar el ciclo revisteril desde las que se conformó la dimensión político-cultural de la Reforma.

Los estudiantes editaron no sólo gacetillas, boletines y compilaciones, sino también revistas muy diversas. La búsqueda en los reservorios nos propone que la “política difusa” que, siguiendo a Guillermo Korn, se expresó en las revistas tuvo características compartidas por algunas revistas y rechazadas por otras. Y todo ello necesita de una taxonomía. En efecto, la mencionada trama de revistas filobolcheviques del trienio rojo y sus impugnadoras no fue la única. Ésta parece haber sido sucedida por una trama recorrida por la inscripción del reformismo en el latinoamericanismo antiimperialista o su distancia desde el antipositivismo socialista o el vanguardismo. Es en esa trama que *Renovación*, *Acción Universitaria* y *1918* se inscriben como entusiastas animadoras de la identidad latinoamericanista.

Bibliografía

Un gran número de revistas estudiantiles citadas se encuentra disponible en: <http://americalee.cedinci.org>.

Textos de época

Aznar, Luis (1963). *Valoraciones: órgano del grupo de estudiantes “Renovación”*. En AAVV, *Universidad nueva y ámbitos culturales platenses*. La Plata: Departamento de Letras.

Cossio, Carlos (1927). *La Reforma Universitaria o el problema de la Nueva Generación*, Buenos Aires, Centro de Estudiantes de Derecho.

— (1923). *El problema universitario*. Buenos Aires: Caracciolo y Plantié.

Cúneo, Dardo (comp.) (1978). *Reforma Universitaria*. Caracas. Biblioteca Ayacucho.

Del Mazo, Gabriel (comp.) (1941). *La Reforma Universitaria*, 3ts. La Plata: Centro de Estudiantes de Ingeniería.

—(comp.) (1926-27). *La Reforma Universitaria*, compilación y notas a cargo de Gabriel del Mazo, 6ts. Buenos Aires: Círculo Médico Argentino y Centro de Estudiantes de Medicina, Federación Universitaria de Buenos Aires.

- Korn, Guillermo (1968). "Filiación ideológica europea de la Reforma Universitaria", *Cuaderno de La Plata*, n° 1, La Plata, pp. 17-33.
- Korn Villafañe, Adolfo (1928). *1919 (Primera Parte)*. Buenos Aires: Publicaciones de la Editorial Reformista del Centro de Estudiantes de Derecho y Ciencias Sociales.
- (1922) *Disciplinas de la nueva generación. Cuaderno III: Los derechos proletarios (ensayo novecentista)*. La Plata: edición propia.
- (1920) *Incipit vita nova!, Alberdi, La nueva Argentina y La nueva Universidad*. Buenos Aires: Edición de Revista Nacional y de la Unión Universitaria de Buenos Aires.
- Lazarte, Juan (1935). *Líneas y trayectorias de la Reforma Universitaria*. Córdoba: Librería Ruiz.
- Monner Sans, José María (1930). *Historia del Ateneo Universitario (1914-1920)*. Buenos Aires: Mercatali (originalmente en *Nosotros* n° 252, mayo de 1930).
- Monner Sans, José María (1976). *Breves recuerdos de un largo pretérito*, Buenos Aires, Emecé.
- Portantiero, Juan Carlos (1976). *Estudiantes y política en América Latina (1918-1938). El proceso de la Reforma Universitaria*. México: Siglo XXI.

Textos críticos

- Bergel, Martín y Martínez Mazzola, Ricardo (2010). América Latina como práctica. Modos de sociabilidad intelectual de los reformistas. En Altamirano Carlos (Ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*, t. II. Buenos Aires: Katz.
- Biagini, Hugo (2012). *La contracultura juvenil. De la emancipación a los indignados*. Buenos Aires: Capital Cultural.
- Buchbinder, Pablo (2018). La Reforma Universitaria en vísperas de su centenario: notas sobre su historiografía. En *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, Tercera serie, n° 49, 176-196. Recuperado de <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/ravignani/article/view/13482/pdf>.
- (2005). *Historia de las universidades argentinas*. Sudamericana: Buenos Aires.
- Bustelo, Natalia y Lucas Domínguez Rubio (2017). Radicalizar la Reforma universitaria. La fracción revolucionaria del movimiento estudiantil argentino (1918-1922). En *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, vol. 44, n° 2. Recuperado en <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/achsc>.
- Bustelo, Natalia (2020). *Inventar a la juventud universitaria. Una historia político-cultural del movimiento argentino de la Reforma Universitaria (1900-1930)*. Buenos Aires: Eudeba.

- Candelari, María *et alli* (Ed.) (2008). *La Gaceta Universitaria 1918-1919: una mirada sobre el movimiento reformista en las universidades nacionales*. Buenos Aires: Eudeba.
- Ciria, Alberto y Horacio Sanguinetti (1968). *Los reformistas*. Buenos Aires: Jorge Álvarez.
- Doeswijk, Andreas (2013). *Los anarco-bolcheviques rioplatenses*. Buenos Aires: CeDIn-CI Editores.
- Halperín Donghi, Tulio (1962). *La Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba.
- Pita González, Alexandra (2009). *La Unión Latino Americana y el Boletín Renovación. Redes intelectuales y revistas culturales en la década de 1920*. México: Colegio de México.
- Tarcus, Horacio (2020). *Las revistas culturales latinoamericanas. Giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles*. Temperley: Tren en movimiento.
- (2018). Dí tu palabra y rómpete: el corto verano del Grupo Universitario Insurrexit y su revista. En Alejandro Eujanian (Ed.), *Dimensiones del reformismo universitario* (95-135). Rosario: HyA-UNR.
- Tarcus, Horacio (1997). *Insurrexit. Revista Universitaria (1920-1921)*. Lote, n° 8. Recuperado de <http://www.fernandopeirone.com.ar/Lote/nro008/rcinsurre.htm>.

FEMINARIA (1988-2007): INTERVENCIONES POLÍTICO-CULTURALES A TRAVÉS DE
REFLEXIONES LITERARIAS

Lucía Santilli y Karina Boiola

El objetivo de nuestro trabajo consiste en acceder a una clave hermenéutica del campo de intervención política del feminismo a partir de la propuesta editorial de *Feminaria*. Para volver inteligibles las particularidades de esta experiencia, es necesario hacer confluir diversas estrategias metodológicas, que conjugan cuestiones del orden de la materialidad de la revista, la historia intelectual y la crítica literaria. Por eso, una de las preguntas que guía nuestra indagación es cómo impacta la especificidad de “lo femenino” en el horizonte de expectativas que los actores del período tenían cuando hablaban de *feminismo* como parte de un proyecto en común. Con su testimonio de un presente lleno de expectativas, *Feminaria* funcionó como un punto de encuentro de trayectorias individuales y de proyectos colectivos, como un nexo entre algunas preocupaciones de orden estético y otras relativas a la identidad política del movimiento feminista, ya que articuló de diversos modos las relaciones entre la política y la cultura.

En este trabajo, ahondaremos primero en algunas herramientas teóricas útiles a la hora de abordar la cuestión *revisteril* y luego haremos un breve repaso por la materialidad de la revista. Luego, abordaremos específicamente la sección *Feminaria Literaria*, suplemento de la publicación dedicado íntegramente a la crítica literaria y a la difusión de la producción de escritoras e investigadoras contemporáneas a su publicación. Nuestro recorte se centrará en la relectura que se hizo en la revista de la historia literaria argentina, especialmente del siglo XIX, y las discusiones en torno al canon, dado que esa revisión del pasado literario fue un modo de alzar la voz en el campo de la crítica, en consonancia con la propuesta editorial de *Feminaria* de denunciar al sexismo vigente en todas las manifestaciones culturales y artísticas.

Acercamiento teórico a la cuestión *revisteril*

El *campo revisteril* (Tarcus, 2020) se constituye como campo de discusiones en torno a la política democrática y a las expectativas alrededor de un proyecto político. En este sentido, su especificidad no es un tema menor. Una de las claves interpretativas con las que se ha pensado el feminismo de las décadas de 1970 y 1980 en la Argentina partió del conocido lema *lo personal es político* (Trebisache, 2015). Este lema permite comprender los fundamentos de la recolección y diversidad temática de las revistas feministas como *Feminaria*. Se trata de un nuevo campo de preocupación e intervención política,

ligado a una especificidad del feminismo y del pensamiento en torno a la cultura. Por lo que habría que preguntarse, entonces, de qué modos se traduce, en el cono sur, esa consigna que proviene de los feminismos del norte.

Las revistas pueden servir como vía de acceso a la polifonía de una época, la cual no se desarrolla sin contradicciones. En ese sentido, las revistas permiten recuperar las polémicas y los diálogos entre las posiciones que, eventualmente, lograron prosperar y las que no. Como sostiene Beatriz Sarlo (1992), la publicación de una revista en América Latina se enmarca en “una necesidad y un vacío” (10). Al mismo tiempo, tiene una temporalidad efímera. “Lo que no lograron imponer, se muestra con la triste evidencia de un fracaso que fue, en su momento, una apuesta perdida” (10), afirma la autora al respecto. Patricia Artundo (2010) sugiere pensar a las revistas no como un instrumento para interpretar una experiencia histórica, sino como un objeto de estudio. Sostiene entonces que las revistas en Latinoamérica se afirman una vez concluidas las urgencias que exigía la batalla cotidiana de las guerras civiles, cuando la rapidez de la información ya no es la prioridad. Es así que la revista se abre camino como una forma más distanciada y reflexiva respecto de la exigencia política diaria. Se vuelve, por eso, más acorde con el tiempo de la elaboración intelectual y posibilita una forma particular de militancia política.

Según Fernanda Beigel (2010), esto ha sido un signo distintivo de la modernización latinoamericana. En este trabajo de investigación, entendemos el término *revistas culturales* como publicaciones de grupos que se propusieron postular una agenda y desplegar una política cultural mediante una intervención en el campo intelectual, es decir, pensamos a *Feminaria* como vocera de grupos feministas. Asimismo, Beigel sostiene que las revistas culturales constituyen un documento histórico de peculiar interés para una historia de la cultura, especialmente porque estos textos colectivos fueron un vehículo importante para la formación de instancias culturales que favorecieron la profesionalización de la literatura. De este modo, algunas revistas culturales cumplen una función de unificación de un colectivo. Las revistas permiten a los grupos ir más allá de sí, constituyen pequeñas comunidades de intelectuales y comunidades de lectores. Así, la revista se reconoce como un espacio de producción subjetiva, que posee una estructura de sociabilidad determinada.

Al respecto, nos preguntamos: ¿es posible pensar a *Feminaria* como un territorio fértil para la identidad femenina? ¿O feminista? De acuerdo con la perspectiva de Beigel (2010), las revistas -y, en general, el editorialismo programático- muestran de manera privilegiada las distintas inflexiones del proceso de autonomización de lo cultural en nuestro continente. Se refiere con eso a los alcances de los proyectos político-culturales que surgen en determinadas brechas que se producen en el *espacio de posibilidades* que transita en las relaciones del campo cultural con el campo del poder. De ese modo, en esa bisagra confluyen textos literarios con declaraciones de principios y se moldea una teoría feminista que da modulación a una parte del movimiento.

***Feminaria*: materialidad, temas y preocupaciones**

Fundada en 1988 y con dos ediciones al año, *Feminaria* mantuvo una línea editorial coherente en sus 30 números, con un último número doble, publicado después de un hiato de 6 años: el 30-31 se publicó en abril de 2007 (Mercader, 2021). Su consejo editorial inicial estaba compuesto por Lea Fletcher, Diana Bellessi, Alicia Genzano y Jutta Marx. Su editorial enuncia como objetivos “establecer redes cada vez más fuertes y extendidas entre mujeres”, “compartir teoría feminista de alto nivel, producida fuera y dentro del país” y “la definición de estrategias propias”. Abiertamente feminista, dice no limitarse a un único concepto de feminismo, por lo que se propone, tal como su editorial indica, compartir “teoría feminista de alto nivel”, esto es, teorías producidas dentro y fuera de la Argentina, ya que muchas de sus páginas se ocupan de traducir teorías del feminismo europeo y estadounidense.

En consonancia con los objetivos que plantea en su editorial, no todos los artículos que se publican en *Feminaria* expresan una línea teórica unívoca, por lo que esas colaboraciones ponen en evidencia problemas y fisuras, y dan lugar a contradicciones e interrogantes en el propio feminismo argentino, en artículos, entrevistas y miradas sobre congresos y encuentros. Encontramos en sus páginas, por ejemplo, críticas a la exclusión de las lesbianas en el movimiento de mujeres (año III, nro. 5), discusiones en torno al rol de feminismo en el contexto neoliberal (año V, nro. 8) y ensayos que cuestionan y complejizan la consigna *lo personal es político* (VI, nro. 11). Se evidencia, por ello, que la revista permitió articular críticas a consignas del feminismo desde dentro del propio feminismo, lo que le permitió discutir y proponer distintas visiones y posibilidades de agencia feminista a partir de las discusiones de sus páginas.

Sofía Mercader (2021) sostiene que *Feminaria* “es hija de su tiempo”, ya que, al momento de su publicación, en la década de los noventa, las discusiones pasaban menos por la retórica de la liberación y más por cuestiones de institucionalización y derechos de la mujer dentro de las estructuras básicas de la democracia. Además, señala que su mayor aporte fue una introducción a cuestiones teóricas que no se dio en otros países de habla hispana. Por ejemplo, en el número 19, del año 1997, se publica una traducción del primer capítulo del libro *Gender Trouble* (1990) de Judith Butler. La revista también realiza un relevamiento de materiales y bibliografía, en una sección especial que se llama “Bibliografía de/sobre la mujer argentina”, elaborada por Marx y Fletcher. También se incluyen testimonios y notas sobre las militancias del feminismo argentino, los espacios y los Encuentros Nacionales. En el número 2 de la revista se menciona, por ejemplo, el Primer Encuentro de Escritoras en la Argentina (1988). Y en adelante se publican reflexiones en torno a los Encuentros Nacionales de Mujeres, Encuentros Latinoamericanos, el Primer encuentro Feminista en la Argentina que se realizó en San Bernardo en 1989.

Además de las traducciones de teoría feminista producida fuera del país, se produce un espacio para dar sentido a un discurso propio, a la vez que reflexiones en torno a los problemas del feminismo, entre ellos, encontrar una voz propia, el lenguaje y el sexismo, y la enunciación de un sujeto feminista. No es casual que la editora de la publicación, Lea Fletcher -Doctora en Letras Hispánicas y crítica literaria estadounidense que residía en la Argentina desde 1981- haya trabajado con insistencia, en las páginas de la revista, la problemática relación entre la mujer y la palabra, y las desigualdades que se expresan en el uso de la lengua. En consonancia con lo que se propone en la editorial de la revista, esto es, “emancipar al lenguaje de cualquier elemento sexista”, en el número 3 de *Feminaria* Fletcher publica un artículo sobre las relaciones de poder en la comunidad lingüística que adelanta las discusiones actuales sobre el lenguaje inclusivo. La autora exhorta a revisar las prácticas vigentes en la comunidad académica -usar, por ejemplo, “hombre” como sinónimo de “humanidad” - y propone en 1989, tal como hoy en día lo hacen las militancias feministas, un fonema alternativo para la “o” del masculino universal. Además, en el número 6 se incluye un artículo de Fletcher sobre el temor femenino a tomar la palabra.

Por eso, sugerimos que hay un tema transversal en la trayectoria de la revista. La literatura y la crítica literaria confluyen en un mismo objetivo: tomar la palabra y contar la propia historia de las producciones culturales e intelectuales de las mujeres. Se trata de una reflexión que está acompañada por una marcada reflexión en torno a la especificidad de la palabra femenina, en particular de la palabra literaria. Por eso, hay numerosas discusiones sobre la creatividad femenina, el temor a la página en blanco, sobre si existe la literatura femenina o cuáles son sus alcances, si hay alguna diferencia entre la literatura escrita por mujeres y varones. Es decir, si la corporalidad tiene algún correlato en la escritura (año I, nro. 1; año 2, nro. 3). Como veremos, la relectura del pasado de la literatura argentina que propone *Feminaria* es parte de una operación que, a través de repensar y narrar la propia historia literaria, permite que las mujeres -críticas, investigadoras y escritoras- intervengan en discusiones disciplinares y estéticas del campo cultural y literario que les es contemporáneo, para así poder vencer ese temor a intervenir en la esfera pública y alzar la voz.

La literatura y su crítica como proyecto político

Uno de los modos de intervención política de la *Feminaria* fue una forma particular de intervención cultural, que puso el acento en el discurso literario y en su crítica. Desde sus inicios y especialmente a partir del número 7, en el que se inauguró el suplemento *Feminaria Literaria*, dedicado a la “teoría y crítica sobre la literatura de mujeres —particularmente las de América latina—, además de su poesía y narrativa inéditas en la Argentina”, la revista hizo hincapié en el análisis de las producciones culturales y la

escritura de mujeres “en el campo exclusivamente literario” (*Feminaria*, año 7, 1). De allí que una de las vertientes temáticas del suplemento fuera la discusión del canon de la literatura argentina -esto es, el sistema de inclusiones y exclusiones que determina qué obras se leen y se enseñan como imprescindibles (Bloom, 1994) - desde una crítica feminista del pasado y del presente. Ese movimiento estuvo en consonancia con ciertas visiones generadas por la crítica literaria posterior a la década de 1980, que adoptó “en-cuadros teóricos de la historiografía que permitieron nuevos acercamientos a las historias de la literatura argentina editadas hasta entonces” (Maradei, 2020: 42). En el ámbito académico, las intelectuales que escribían sobre mujeres y literatura argentina situaban a la literatura escrita por mujeres en una escena de crítica historiográfica al canon, que, como sugiere Maradei, fue “concebido no sólo desde el punto de vista del sistema de inclusiones y exclusiones, sino también de los interrogantes propuestos respecto de nuevos modos culturales y literarios de representación y experiencia, siempre en tensión” (2020, 61). En este contexto, se produjo una estrecha filiación entre el discurso crítico y la historia de la literatura, y esa crítica feminista se produjo en el contexto de una revisión de las condiciones de producción de la literatura.

Precisamente, esa relectura del pasado literario, en especial del siglo XIX, es una de las operaciones de intervención más importantes de *Feminaria*, dado que funcionó también como una crítica a la crítica literaria del presente. La revista se preguntó de qué manera la crítica canónica, realizada por varones, había fomentado -y aún fomentaba- la invisibilidad de las escritoras. Y también: ¿por qué no se leía la producción de mujeres? ¿Por qué muchas escritoras decimonónicas fueron olvidadas -el caso paradigmático fue el de Juana Manuela Gorriti- a pesar de haber gozado de una amplia difusión en su época y del reconocimiento de sus contemporáneos? ¿Cuáles fueron las operaciones que articularon esa crítica androcéntrica? ¿Qué consecuencias acarrearón, para las escritoras del presente, esos modos de leer y valorar la literatura hecha por mujeres?

En consonancia, *Feminaria* recuperó la obra de muchas escritoras del siglo XIX y colaboró en la difusión de poetas y narradoras contemporáneas, tanto en las antologías que se publicaban en el suplemento literario como en la selección de su catálogo editorial. Por ello, llevó a cabo una operación que, desde el orden de lo temporal, supuso un doble movimiento: por un lado, de recuperación de textos del pasado y, por otro, de difusión de los textos del presente. Asimismo, este último no se limitó a la ficción. A la par que críticas e investigadoras se abrían paso en las universidades y la crítica feminista comenzaba a disputar un lugar en la academia como disciplina, *Feminaria* también le abrió sus páginas a ese tipo de reflexiones. La revista se convirtió en una plataforma de reflexión teórica y de publicación de los trabajos y exploraciones que respondían a ese nuevo enfoque metodológico, por lo que en sus páginas se ensayaron nuevos modos de leer y pensar la literatura argentina.

Como dijimos, las reflexiones sobre la literatura del siglo XIX argentino tuvieron preeminencia en el suplemento y también ocuparon un gran espacio en las publicaciones de Feminaria Editorial. De la sección Feminaria Literaria participaron, por ejemplo, las críticas Liliana Zuccotti, quien en 1993 escribió sobre Juana Manso; Cristina Iglesia, figura fundamental del surgimiento de la crítica feminista del siglo XIX argentino, con un trabajo sobre Victoria Ocampo, y Graciela Batticuore, en 1997, con un ensayo titulado “Lectoras en diálogo en América finisecular”. Además, la historiadora Lily Sosa de Newton, pionera en la tarea de visibilizar a las mujeres en la historia argentina –y, en especial, a las escritoras–, fue una asidua colaboradora de la sección.

Asimismo, producto del proyecto de investigación dirigido por Iglesia “Mujeres y escritura. Argentina. Siglo XIX” -el primer proyecto de literatura de mujeres en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires-, en 1993 Feminaria Editora publicó *El ajuar de la patria. Ensayos críticos sobre Juana Manuela Gorriti*, compilado por Iglesia, quien también prologó el libro y escribió uno de sus ensayos. La obra incluye trabajos de Graciela Batticuore, Claudia Torre y Josefina Iriarte, Isabel Quintana, Francine Masiello y Liliana Zuccotti. Las ideas esbozadas en el prólogo de la obra están en consonancia con el enfoque se le dio en la revista al abordaje crítico de la literatura del periódico y con la línea editorial de la publicación, que buscaba visibilizar la labor intelectual, cultural y artística de las mujeres, tanto en la historia argentina como en su presente. Por lo que el objetivo de la compilación fue, precisamente, reflexionar sobre qué lugar ocuparon las mujeres y, específicamente, las escritoras, en los acontecimientos y problemáticas del siglo XIX. Una reflexión fundamental dado que “las mujeres siempre quedaban al borde de la escena” (4), como afirma allí Iglesia.

También en 1993, Feminaria Editora publicó la antología *La pluma y la aguja: las escritoras de la generación del '80*, a cargo de Bonnie Frederick, investigadora estadounidense de la Washington State University que investigaba el siglo XIX argentino y que tuvo una participación importante en la revista. En el prólogo a la edición, la autora destaca que “cada generación de escritoras se cree la primera: trabajan como si no tuvieran antecedentes y tienen que forjarse una identidad creativa a partir de cero” (3). Para combatir esa idea de vacío, la antología reúne a numerosas escritoras nacidas entre 1835 y 1860 que publicaban regularmente, consideraban a su escritura literaria y tuvieron cierto éxito en su época, aunque luego, destaca Frederick, quedaron en el olvido. Los géneros incluidos son poesía, memorias de viaje, poesía y conferencias, entre otros, y Frederick selecciona escritoras de diversa trayectoria y extracción social, ya que la antología incluye desde mujeres que debían trabajar para mantenerse a ellas y a sus familias, como Lola Larrosa de Ansaldo e Ida Edelvira Gutiérrez, a autoras como Elvira Aldao de Díaz, adinerada escritora santafesina que financió la publicación de las memorias de sus viajes europeos¹.

1 Tomamos la información sobre la trayectoria de Cristina Iglesia y la compilación de Frederick del capítulo todavía inédito: SZURMUK, M. y BOIOLA, K. “Crítica feminista de la literatura argen-

Más adelante, en el número 15 de *Feminaria*, Frederick publicó el artículo “Borrar al incluir: las mujeres en la historia de la literatura argentina de Ricardo Rojas” (1995), en el cual retoma su preocupación por cuáles fueron las operaciones que derivaron en la invisibilidad de las escritoras que su antología se ocupa de cuestionar. Allí, la investigadora analiza los modos en que Ricardo Rojas, autor de la *Historia de la literatura argentina*, obra fundante del canon literario nacional, abordó la producción de las mujeres del siglo XIX. Frederick abre el artículo con una pregunta y una certeza: “¿Por qué el recuerdo de las escritoras del siglo pasado se perdió durante las décadas tempranas del presente siglo? La respuesta es que las mujeres no escribieron su propia historia” (5). La investigadora aborda el capítulo que Rojas le dedica en su *Historia*, “Las mujeres escritoras”, a las autoras decimonónicas. Primero, Frederick destaca el carácter fundacional de Rojas como crítico que institucionalizó el canon definitivo de la historia de la literatura argentina y dice que su *Historia* fue “rara vez desafiada y regularmente consultada” (5). Luego, reconoce que Rojas les dedicó un espacio importante a las escritoras -un capítulo entero- y que esa mención tuvo como mérito preservar nombres y trayectorias que de lo contrario se hubieran perdido.

Sin embargo, Frederick dice que una mención no es un estudio serio, y que las escritoras que Roja incluye -Juana Manso, Juana Manuela Gorriti, Eduarda Mansilla, Josefina Pelliza, Clorinda Matto de Turner, entre otras-, se presentan, por un lado, aisladas, por fuera del contexto de sus colegas, como si no hubieran participado de las discusiones y movimientos literarios de la época. Por otro, la forma en que Rojas las nombra es generalmente desdeñosa y banal, visión que, para Frederick, impactó sin dudas en la lectura posterior que se hizo de esas escritoras. Por lo que la investigadora afirma que el modo en que se las incluyó -en un capítulo aparte, por fuera de su contexto histórico, y con una valoración inferior que sus colegas varones- terminó excluyéndolas del canon. “Rojas enseñó a la gente que lo leía”, dice Frederick, “que, aunque sí había escritura de mujeres, no era ‘buena’ ni ‘importante’ y se la podía olvidar sin disculpa alguna” (6). A partir del análisis de la operación crítica de Rojas, Frederick hace una lectura de la actualidad del campo crítico: todavía en la década de los noventa prevalecía la lectura que Rojas había hecho de esas autoras, una lectura que, sin dudas, debía ser discutida. Por eso, propone:

El caso de Ricardo Rojas y su historia presenta una clara enseñanza para las mujeres, especialmente para las estudiosas de mujeres. Siempre hay que cuestionar la historia canónica. No nos debemos dejar engañar por la mera inclusión de las mujeres; la inclusión genuina requiere que repensemos los valores históricos y el diseño de

tina del siglo XIX”, *Historia Feminista de la Literatura Argentina*, tomo I, Villa María: EDUVIM (en prensa).

los textos [...] Y la lección más importante de todas es que las mujeres no deben dejar que los varones sean los únicos que escriben la historia (Frederick, 1995: 7).

Es decir, la *inclusión genuina* supondría, de parte de quienes las investigan, dedicarles a estas escritoras los mismos criterios metodológicos que se usarían con la producción de sus colegas varones. Y, fundamentalmente, no dejar que la crítica androcéntrica sea la única disponible en los estudios del período. La reflexión de Frederick fue, sin dudas, una visión que prevaleció en *Feminaria* en torno a la lectura y la recuperación de la producción de estas autoras olvidadas.

Dos hitos de su editorial nos dan la pauta de esto. En 1994 se publicó *La mujer y el espacio público. Periodismo femenino en la Argentina del siglo XIX*, editado por Francine Masiello, crítica estadounidense cuya obra *Between Civilization & Barbarism* (1992) fue inaugural para la crítica feminista del siglo XIX argentino. Masiello recopila allí una selección de artículos de artículos de cinco diarios femeninos: *La Aljaba* (1830), *La Carmelia* (1852), *Álbum de Señoritas* (1854), *La Alborada del Plata* (1877, 1880) y *La voz de la mujer* (1896). La antología permitía, según Masiello, revisar las prácticas sociales de la mujer y los modos en que la política nacional y el mercado de consumo incidieron en los idearios de lo femenino de la época. Además, en 1994 Feminaria Editora publicó *Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX*, compilado por Lea Fletcher, directora de la publicación. El libro reunía las ponencias desarrolladas en el congreso homónimo que se llevó a cabo en Buenos Aires en 1992. La obra es de carácter multidisciplinar, con aportes de la crítica literaria, la historia cultural, la sociología, entre otras disciplinas, y está articulado alrededor de dos ejes; por un lado, el de las escritoras, basado principalmente en Gorriti y Mansilla, aunque abre el panorama a otros nombres y trayectorias. Por otro, el de los efectos de la vida sociopolítica y cultural en la vida de las mujeres y viceversa².

Luego de este recorrido, que hizo especial hincapié en las reflexiones de *Feminaria* en torno a la historia literaria argentina, podemos decir que contar el pasado con voz propia les permitió a las mujeres que participaron de sus páginas intervenir también en su presente de enunciación: en el campo disciplinar de la crítica, pero también en reflexiones más amplias que se abrían con la recuperación democrática sobre el lugar de las mujeres en la cultura, la sociedad y la política. En esa vuelta al siglo XIX, las reflexiones de Fletcher, Masiello, Frederick, Iglesia y su grupo leyeron críticamente el pasado de la literatura, señalando las exclusiones de las que fueron objeto las escritoras, lo que les permitió, a su vez, hacer un diagnóstico del presente y actuar en consecuencia. Si, como dice Frederick, se trata de apuntar a una inclusión genuina, la apuesta de *Feminaria* por recuperar autoras no podía caer en la operación crítica de Rojas de presentarlas por fuera de su contexto o

2 Tomamos la información sobre las publicaciones de Masiello y Fletcher en *Feminaria Editora* del capítulo mencionado más arriba de SZURMUK, M. y BOIOLA, K.

de elaborar un canon paralelo solo de mujeres. Esa reflexión, además, orientó también la difusión de escritoras contemporáneas que la revista incluía en su suplemento literario. Esa propuesta metodológica supuso un alzar la voz en el campo de la crítica literaria, una forma de tomar la palabra en un espacio específico -el de la literatura- que fue parte de los modos de intervención política que defendía la revista: señalar y combatir la visión patriarcal y sexista vigente en todos los ámbitos de la vida cultural y social.

Bibliografía

- ARTUNDO, P. (2010) Reflexiones en torno a un nuevo objeto de estudio: las revistas. En IX Congreso Argentino de Hispanistas, 27 al 30 de abril de 2010. La Plata, Argentina. Recuperado de: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.1028/ev.1028.pdf
- BEIGEL, F. (2003), Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana, Utopía y praxis latinoamericana (2).
- Feminaria* [En línea] (1988-2007) Recuperado de: http://res_publica.com.ar/Feminaria/
- LÓPEZ CABRALES, M. (2003). Un espacio para el feminismo argentino: *Feminaria*. En Luzelena, G. (coord.). Género y cultura en América Latina: Volumen II: Arte, historia y estudios de género. México: El colegio de México.
- MARADEI, G. (2020). *Contiendas en torno al canon. Las historias de la literatura argentina posdictadura*. Buenos Aires: Corregidor.
- MERCADER, S. (2021). El “nuevo feminismo” en México y Argentina a fines de siglo XX: un análisis comparativo de las revistas *fem* y *feminaria* (1976-2007), *Cuaderno de Letras*, 39. Recuperado de: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/index>
- SARLO, B. (1992). *Intelectuales y revistas: razones de una práctica*, América. *Cahiers du CRICCAL*, 9(10) París : Presses de la Sorbonne Nouvelle- París III.
- SZURMUK, M. y BOIOLA, K. (en prensa). *Crítica feminista de la literatura argentina del siglo XIX*. En Batticuore, G. y Vicens, M. (eds). *Historia Feminista de la Literatura Argentina*, tomo I. Villa María: EDUVIM.
- TARCUS, H. (2020). *Las revistas culturales latinoamericanas. Giro material y tramas de redes revisteriles*. Buenos Aires: Tren en Movimiento

AMÉRICA LATINA EN *LA PROTESTA. SUPLEMENTO SEMANAL*.
PRIMER AÑO, PRIMER TRIMESTRE

Nicolás Tacchinardi

Resumen

Este artículo revisará la importancia de América Latina en *La Protesta. Suplemento Semanal (LPSS)* durante el primer trimestre del primer año de publicación.

En primer lugar, resulta de suma importancia la reconstrucción de la imagen de América Latina según *La Protesta* para esclarecer la percepción del anarquismo en torno al orden mundial en el que se encuentra situado en tanto movimiento durante la segunda década del siglo XX. Creemos que parte del problema de diagnóstico respecto a la situación política y social que se le adjudica al anarquismo en la Argentina se debe a la falta de reflexión en torno a la cuestión latinoamericana, y es por ello que consideramos que la reconstrucción de la imagen de América Latina en *LPSS* nos permitirá esclarecer una serie de problemáticas que confluyen en el desplazamiento del anarquismo en tanto movimiento político fundamental en la Argentina.

Palabras clave: Anarquismo/América Latina/ *La Protesta. Suplemento Semanal*

Abstract

This presentation will review the importance of Latin America in *La Protesta. Weekly Supplement (LPSS)* during the first quarter of the first year of publication.

In the first place, the reconstruction of the image of Latin America according to *La Protesta* is extremely important to clarify the perception of anarchism around the world order in which it is located as a movement during the second decade of the 20th century. We believe that part of the diagnostic problem regarding the political and social situation that is attributed to anarchism in Argentina is due to the lack of reflection on the Latin American question, and that is why we consider that the reconstruction of the image of Latin America in *LPSS* will allow us to clarify a series of problems that converge in the displacement of anarchism as a fundamental political movement in Argentina.

Keywords: Anarchism/Latin America/ *La Protesta. Suplemento Semanal*

Introducción

Durante el primer trimestre del primer año de publicaciones del *Suplemento Semanal* de *La Protesta* se destacan tres ejes problemáticos de gran relevancia para el grupo editor: en primer lugar, se verifica una máxima preocupación por el análisis de los acontecimientos que tienen lugar en Rusia durante el gobierno bolchevique, temática que ocupa la mayor cantidad de artículos de dichos *Suplementos*; en segundo lugar se constata una preocupación casi similar respecto a la disputa entre las Internacionales Sindicales de Ámsterdam y de Moscú en torno a la dirección del movimiento sindical internacional; finalmente, se destaca la preocupación por la unificación sindical argentina que se intenta llevar a cabo por parte de los llamados *Apolíticos*, por un lado, y *Comunistas*, por el otro, y el rol que debería ocupar la FORAC o FORA del V congreso en este contexto.

Hay que destacar que a la hora de pensar América Latina, las preocupaciones fundamentales se encuentran vinculadas a reflexiones de dos tipos: por un lado, en torno al rol que debe ocupar el proletariado desde el sindicalismo en los países de la región; por el otro, en torno a la organización y los vínculos entre los anarquistas regionales. Es por ello que los momentos en los que Latinoamérica se vuelve relevante para los colaboradores del *Suplemento Semanal* de *La Protesta* (a partir de ahora LPSS) son, o bien a la hora de organizar congresos regionales, o bien a la hora de pensar el lugar que el sindicalismo debe ocupar en el marco de las disputas entre la Internacional de Moscú y la Internacional de Ámsterdam en su intento de unificación del sindicalismo mundial.

Si bien los artículos en los que el interés se centra en la región no ocupan un lugar destacado durante el primer trimestre de publicación del LPSS, hay algunos que requieren de atención, y son los que analizaremos en este trabajo.

Debemos destacar que, mayormente, a la hora de referirse a la región los términos empleados en los artículos para hacerlo cuentan con cierta ambigüedad que no nos han permitido, por lo menos en el plazo que llevamos de estudio de los suplementos, verificar si ciertamente los artículos se preocupan por los problemas regionales solamente, o si la preocupación es más extensa, pero esta oscura aclaración se esclarecerá en el apartado siguiente.

Los países Latinos

Caracteriza a la mayor parte de los artículos que demuestran presumiblemente una preocupación por América Latina la ambigüedad con la que se refieren al conjunto de países de la región. Y esto sucede porque la expresión empleada para referirse a ellos es la de *Países Latinos*. En la lectura de los enunciados en los que esta expresión es empleada

resulta difícil desambiguarla: ¿Se refieren con esta expresión a los países latinoamericanos? ¿O a los países cuya raíz lingüística es el latín, por lo cual se referencia con esta expresión también a algunos países europeos?

Esta expresión aparece por primera vez en el segundo número de LPSS, publicado el 16 de enero de 1922, en el artículo *Carta de París. El movimiento obrero Francés y la Internacional de Moscú* de M. Corn. En este artículo, por las problemáticas tratadas, parece claro que la expresión referencia a los países cuya raíz lingüística es el latín. La expresión es empleada al transcribir las resoluciones de una reunión de miembros del comité social-revolucionario francés ante la resolución del Comité Socialista Revolucionario que participo del Congreso Sindical Internacional de Moscú:

En el terreno internacional reconoce para los demás movimientos sindicalistas el derecho de obrar según sus condiciones históricas y económicas – pero exigen también para sí este mismo derecho. Considera que si la internacional sindical roja no se adaptara a diversas condiciones, se condenará a sí misma a la inactividad y a la muerte. Agrupará en torno suyo una parte del movimiento sindicalista revolucionario. En cambio, si no violara los rasgos originales de cada movimiento, si las dos columnas de la nueva internacional serán, por un lado el sindicalismo ruso y por el otro el sindicalismo revolucionario de los *países latinos* y anglo-sajones, no cabe duda que adelantará a pasos gigantescos en el camino de la revolución. (LPSS, 1922, N°2, P.8) [El destacado es nuestro]

Vemos que desde el enunciado mismo es posible desambiguar esta expresión en este artículo: si la oposición es entre países latinos y países anglo-sajones, entonces la expresión países latinos se refiere sin duda a los países cuyas lenguas tienen como raíz el latín, es decir, los países de habla hispana, francesa, italiana, etc. En este primer artículo podemos decir que a la expresión *países latinos* debe adjudicársele un significado amplio, es decir, esta expresión referencia tanto a los países latinoamericanos como a los países europeos, quizá incluso africanos, cuya lengua deriva del latín.

Sin embargo, esta expresión vuelve a aparecer en el número 9 de LPSS, publicado el 6 de marzo del año 1922, en un artículo de Luí Fabbri llamado *El “partido del proletariado”*. Y en este artículo, la expresión no es tan fácilmente desambiguable.

Fabbri escribe:

Los que conocen un poco la historia del socialismo recuerdan que el lenguaje de los actuales comunistas en los *países latinos* es poco más o menos el mismo de los socialistas de 1880, cuando estos se declaraban por la revolu-

ción y por la insurrección, por la conquista del poder por medio de la violencia – para destruir en seguida todo el poder político – pero entre tanto, transigiendo en el viejo programa revolucionario de la Internacional, sostenían que era necesaria la participación en las elecciones políticas y administrativas, sin más fin que el de sabotear al Estado desde adentro del mismo. (LPSS, 1922, N°9, P.2) [El destacado es nuestro]

En el párrafo citado la ambigua expresión se repite, ya sin posibilidad de darle una interpretación o bien amplia o bien estrecha. No queda claro si con la expresión se refiere a los comunistas latinos de América o a los comunistas de habla de raíz latina. De hecho, tampoco queda claro si esos países latinos son también los latinoamericanos o solamente los países europeos con lenguas de raíz latina. Notamos que en menos de un mes la expresión aparece en los primeros dos artículos que aparecen en LPSS que presumiblemente hacen referencia a cuestiones regionales. En este mismo número aparece otro artículo que hace referencia a problemáticas regionales, pero con un término que expresa un referente mucho más claro, que será el que analizaremos en el próximo apartado. Pero, de momento, al no poder desambiguar la expresión adjudicándole una interpretación precisa, nos parece conveniente dejar de lado este artículo para analizar la problemática que nos convoca hasta que encontremos herramientas que nos posibilitan esclarecer la cuestión.

La expresión vuelve a aparecer en el SSLP N° 10, publicado el día 13 de marzo del año 1922, en un artículo anónimo llamado *Sindicatos y partidos*. El contexto en el que aparece la ambigua expresión es el siguiente:

Los políticos comunistas no ven en los sindicatos más que un medio de cohesión de la clase trabajadora, que les servirá para mantener, desde su seno, una férrea disciplina, transformando su potencia revolucionaria en una simple fuerza electoral cuando se crean seguros en sus puestos directivos y cuentan con la docilidad y la sumisión de la mayoría.

Su propaganda unitaria se inspira en el mismo propósito dictatorial. La existencia de grupos ideológicos hostiles a toda política, esa corriente antipolítica que satura con su acción subversiva el movimiento sindicalista de los *países latinos*, representa el más grande obstáculo para la hegemonía del Partido Comunista. (LPSS, 1922, N°10: P.1) [El destacado es nuestro]

Nuevamente, la expresión se presenta en la flor de su ambigüedad. No existe allí ninguna posibilidad de establecer si el referente de *países latinos* incluye o excluye a Europa, o incluso hace referencia exclusivamente a los europeos no anglosajones.

Es por esta ambigüedad que, por el momento, para una mejor comprensión del rol adjudicado a América Latina según los colaboradores de LPSS quizá sea conveniente mencionar estos artículos, pues habiéndose publicado tan poco material acerca de dicha cuestión pasarlos por alto acarrearía una enorme pérdida, pero suspender su grado de importancia hasta que en el avance de nuestra investigación nos sea posible desambiguar esta expresión para tomarlos en consideración o no hacerlo.

Lineamientos para la organización del Congreso Anarquista Regional (1922)

El día lunes 27 de febrero del año 1922 Diego Abad de Santillán publica el primer artículo de LPSS en el que aparece una preocupación por la organización del movimiento anarquista a nivel regional de manera clara y concisa. Hasta el momento, los artículos publicados se preocupaban, o bien por la organización del movimiento anarquista local, sobre todo en su labor sindical, o bien por la organización del movimiento anarquista mundial, exceptuando presumiblemente los tres artículos mencionados en el apartado anterior. Sin embargo, en *Apuntes sobre el próximo Congreso Anarquista Regional* los límites geográficos superan la frontera nacional estableciendo límites estrechos.

Escribe Diego Abad de Santillán en la primera parte de su artículo:

Todavía no se levantó en el campo anarquista una voz que expusiera opiniones contrarias a la celebración de nuestro Congreso; al contrario, se ha convenido generalmente en la necesidad de una reunión de los anarquistas de la región Argentina, del Uruguay, y si fuera posible también del Paraguay y de Chile, conjunto de países que están más o menos vinculados desde el punto de vista de nuestra propaganda y que constituyen realmente una zona cuyo centro de gravitación revolucionaria es la Argentina. (LPSS, 1922, N°8, P.4)

En los primeros tres meses de publicación de LPSS, este es el artículo en el que más claramente se expone una preocupación por la organización regional. Vemos que se destaca el vínculo entre los anarquistas de los países de los países limítrofes atravesado por la labor propagandística, y el rol central que ocupa la Argentina como *centro de gravitación revolucionaria*. Notamos, además, que los vínculos que aparecen como destacados son los entablados entre los anarquistas argentinos y uruguayos, pero que hay una preocupación por hacer partícipes del congreso a los anarquistas de Chile y Paraguay. Resulta llamativo que en la mención resulten excluidos tanto Bolivia como Brasil. También podemos presumir a partir de la mencionada cita que el congreso regional fue convocado desde Argentina, y podemos suponer que la ausencia de la mención a Brasil

y Bolivia se debe a la falta de vínculos entre los anarquistas que organizaron el Congreso y los anarquista de esas naciones. Sin embargo, esta suposición por el momento es meramente especulativa, y debemos continuar con nuestras investigaciones para confirmar o rechazar esta hipótesis.

La intención que le adjudica al congreso Abad de Santillán es la de difundir ideas, estudiar los problemas que regionales, fijar lineamientos para acciones inmediatas, analizar errores del movimiento, y afianzar las relaciones de los anarquistas de la región. Aunque el rol fundamental que le adjudica al Congreso Abad de Santillán es fortalecer y acrecentar vínculos y relaciones entre los anarquistas de la región: “Nuestro congreso multiplicará las relaciones de los anarquistas de la región y de esa forma redoblabremos nuestras fuerzas y serían menos estériles las energías derrochadas ante las dificultades y los problemas actuales” (LPSS, 1922, N°8, P.4).

En la segunda parte del texto, Abad de Santillán reflexiona acerca de la organización anarquista, partiendo de la afirmación de que la mejor organización es la que parte de la actividad revolucionaria, puesto que la organización partidaria es indeseable (LPSS, 1922, N°8, P.4). Luego critica ciertas posturas que afirman que la organización anarquista deba ser subterránea y misteriosa, puesto que esa postura no responde más que a la exigencia de la propaganda y sólo esta misión puede tener (LPSS, 1922, N°8, P.4). Afirma que la preocupación por la clandestinidad de la organización es estéril, y justifica esa proposición aclarando que el objetivo de la organización anarquista no es la toma del poder político, sino la propaganda de las ideas ácratas (LPSS, 1922, N°8, P.4). Debemos destacar que este descrédito a la clandestinidad resulta por lo menos llamativos teniendo en cuenta la enorme persecución de la que fueron objetivo los anarquistas locales. Sin embargo, no es nada menospreciable el hecho de que, a raíz de estas persecuciones, el movimiento obtuviera una visibilidad incalculable.

Finalmente, en el último apartado del artículo, Abad de Santillán se preocupa por la divulgación del congreso y por el grado de participación de los anarquistas de la región en el mismo (LPSS, 1922, N°8, P.4). Afirma que quienes se ocupan de la organización del congreso consideran la necesidad de realizar labores propagandísticas para que se organicen agrupaciones que envíen delegados al congreso (LPSS, 1922, N°8, P.4). Sin embargo, sostiene que esas agrupaciones son dudosas, y que resulta más importante convocar a anarquistas que sean responsables que a agrupaciones fantasmas, puesto que hay una gran cantidad de *camaradas* que se toman la labor propagandística con mayor seriedad que las dudosas agrupaciones regionales (LPSS, 1922, N°8, P.4). Por eso propone lo siguiente:

La base de las representaciones en el Congreso regional no debe considerarse de acuerdo con los grupos, sino de acuerdo con los anarquistas. Se llama a

una reunión a todos los anarquistas regionales, tanto si acuden provistos de una credencial como si vienen en su propio nombre, estimamos que deben ser recibidos con los brazos abiertos. Este es además el único medio de que el congreso exprese fielmente el pensamiento y la fuerza del anarquismo en la Argentina. La agrupación se forma y es tal cuando llena una misión, pero cuando solamente se sostiene para tener derecho a emplear un sello cualquiera no hemos de caer en la ingenuidad de alabarla. Repetimos: vale más un hombre real que una agrupación problemática. Y por consiguiente, si el Congreso regional quiere concentrar a los anarquistas no tiene que caer en el error de medir el anarquismo con el canon de la agrupación. (LPSS, 1922, N°8, P.4)

Como se deja ver en nuestro análisis y en las citas recolectadas, la gran preocupación de Abad de Santillán es que el congreso se lleve adelante con la mayor convocatoria posible para estrechar lazos no solamente entre los grupos anarquistas regionales, sino también entre esos grupos e individuos no organizados en agrupaciones, y entre esos individuos anarquistas reacios a la agrupación. Las labores del congreso serían, por un lado, divulgativas, con la intención de reflexionar en torno a las situaciones por las que están pasando los anarquistas de los diferentes países de la región; y, por el otro, propagandísticas: dar a conocer las ideas y doctrinas ácratas. Resulta llamativo la apelación a la apertura del congreso y la propuesta de no clandestinidad de los anarquistas, tomando en consideración las persecuciones que sufrió el movimiento tras las leyes de Residencia y de Defensa Social. Sin embargo, Resultan razonables a la luz de la decadencia del movimiento en el momento en el que surge esta convocatoria.

Conclusiones

Durante el primer trimestre, LPSS no centra su preocupación en los acontecimientos regionales. Los artículos que se encuentran al respecto son pocos y bastante acotados. Por otro lado, en la mayoría de ellos los términos empleados para referirse a la región son ambiguos, y por lo tanto es por lo menos apresurado tomarlos en consideración para realizar un análisis pertinente.

El único artículo realmente relevante para realizar un diagnóstico de la importancia de América Latina para los colaboradores de LPSS es el publicado el 27 de febrero de 1922 y firmado por Diego Abad de Santillán. A partir del mismo, podemos considerar que la mayor preocupación durante este periodo consiste en intentar fortificar los vínculos entre los anarquistas de la región para poder realizar un diagnóstico de la situación del movimiento en la región y propagar las ideas ácratas.

Bibliografía

- Abad de Santillán, D. (1922), *Apuntes sobre el próximo Congreso Anarquista Regional en La Protesta. Suplemento Semanal N°8*, P. 4
- Anónimo, (1922), *Sindicatos y partidos en La Protesta. Suplemento Semanal N°10*, P. 1
- Corn, M. (1922), *Carta de París. El movimiento obrero Francés y la internacional de Moscú en La Protesta. Suplemento Semanal N°2*, P. 8
- Fabbri, L. (1922), *El “partido del proletariado” en La Protesta. Suplemento Semanal N°9*, Pp. 2-3

MESA 59: LOS SECTORES MEDIOS EN LA ESTRATEGIA NEOLIBERAL LATINOAMERICANA

COORDINACIÓN: FERNANDO TOYOS, BARBARA ESTÉVEZ LESTON, AGUSTÍN FERRARI, BRYAM HERRERA JURADO Y PABLO VILLARREAL

EL IMPEACHMENT A DILMA ROUSSEFF: EL GOLPE A UN LIDERAZGO SIN RECURSOS DE PODER

Lic. Lucas J. Fullana

Presentación

El 31 de Agosto del año 2016, luego de 13 años de gobiernos petistas, la Cámara de Senadores de Brasil daba por finalizado de manera anticipada el gobierno de Dilma Rousseff, quien había comenzado su segundo mandato apenas 1 año y 8 meses antes. Reelecta presidenta el 26 de Octubre de 2014 con el resultado más parejo en la historia democrática de Brasil, tuvo que atravesar crisis económicas, tensiones geopolíticas internacionales, fuertes movilizaciones, fragmentación de la coalición gobernante y graves denuncias de corrupción contra altos miembros de su partido y denuncias contra su figura por incumplimientos presupuestarios.

Mucho se ha escrito y analizado sobre la destitución de Dilma. Aquellos que estaban en contra de la misma la han calificado como un golpe de estado, o en la categoría que utilizó el Nobel Pérez Esquivel un “golpe blando”, similar al que ocurrió en Honduras contra Zelaya en el año 2009 y contra Lugo en Paraguay en el 2012. Para esta línea de pensamiento, el *Impeachment* contra Dilma significó un nuevo avance de sectores conservadores ligados a los Estados Unidos en la región, que derrotaban a un gobierno popular que no habían podido vencer en las últimas 4 elecciones presidenciales democráticas. Para aquellos que defendieron el *Impeachment*, este significó la reconstrucción de la democracia brasileña después de años de gobiernos izquierdistas, autoritarismo y creciente corrupción, que habrían llevado a Brasil a un estado de crisis económica, política y social.

En este trabajo intentaremos saltar aquella discusión. Focalizaremos en un análisis de las condiciones reales que posibilitaron que en uno de los países más relevantes del mundo se lleve a cabo un juicio político que concluya el mandato del jefe del ejecutivo nacional de manera anticipada. Entre las condiciones que vamos a analizar se

encuentran la constitución histórica y política de Brasil; desarrollaremos brevemente como fue moldeándose una “nueva clase media” durante los gobiernos petistas, y cuáles fueron los argumentos sociales, políticos, ideológicos y económicos para la quita del apoyo desde este sector social con un corrimiento de las demandas hacia una agenda más conservadora; el deterioro del liderazgo de Dilma luego de su reelección, con la pérdida de Recursos de Poder (RP) para resistir los embates conservadores; el rol de los medios de comunicación y las denuncias de corrupción en la imagen del gobierno en la ciudadanía, principalmente en los sectores medios urbanos; y el impacto de las políticas de ajuste. Finalmente, intentaremos arribar a una conclusión que nos permita pensar como influyó en ese contexto la dinámica legislativa – movilizaciones callejeras – minorías parlamentarias, cuando las tres se desarrollaban en su contra.

Como sucedía 24 años antes con el *Impeachment* a Collor de Melo¹, la sumatoria de todos estos componentes nos dan el marco para analizar uno de los sucesos políticos más importantes en América del Sur del Siglo XXI.

El diseño institucional de Brasil: Un Presidencialismo de coalición

Como la mayor parte de los países en América, el régimen de Gobierno en Brasil es presidencialista. Este tipo de gobierno ha sido estudiado a lo largo de los años desde la Ciencia Política, y en muchas de las investigaciones se concluye que su rigidez constituye un problema para los regímenes, ya que frente a las crisis de legitimidad de los liderazgos la única salida parecería ser la caída del propio régimen a través de un golpe de estado (Linz, 1988). En el caso que vamos a analizar, la rigidez del presidencialismo se convirtió en un problema severo. Apenas Dilma inició su segundo (y último) mandato, comenzaron a incrementarse las denuncias de corrupción, movilizaciones y ataques de la oposición, haciendo que su imagen disminuya notoriamente. La rigidez del presidencialismo obligaba a que durante 3 años y medio más, una Presidenta esté al frente del Ejecutivo con un índice de popularidad ínfimo, lo cual hacía imposible el ejercicio real del poder.

El tipo de régimen de Brasil ha sido denominado “*Presidencialismo de coalición*” por Sergio Abranches (1988). Esta forma de denominarlo hace alusión a que por la propia dinámica interna es prácticamente imposible que un solo partido pueda construir una mayoría propia que le permita ganar las elecciones y gobernar con mayorías legislativas. A lo largo de los años, los diferentes partidos que han accedido al gobierno han tenido que construir fuertes alianzas con partidos políticos con diferencias ideológicas

1 Primer presidente destituido por Juicio Político en el continente, presentó su renuncia el 29 de Diciembre de 1992 cuando ya había sido suspendido y el *Impeachment* ya estaba asegurado.

demasiado grandes, lo que se tradujo en participación en los gabinetes ministeriales y acceso al poder legislativo. Además, la necesidad de negociaciones constantes para la aprobación de leyes muchas veces incluía hechos de corrupción, lo que terminó minando el sistema en su conjunto. Malamud (2016) describe al sistema político brasileño con las siguientes tres características: “multipartidismo en el Congreso, bipartidismo en la presidencia y coaliciones en el Gabinete”.

El sistema presidencialista en Brasil posee particularidades que son necesarias rescatar para el análisis. Tomando en cuenta el trabajo de Mainwaring y Shugart (2002) donde analizan los presidencialismos en la región, Brasil constituye un modelo con una fuerte autoridad del presidente en materia legislativa, un rol *proactivo* tomando en cuenta sus capacidades de decreto, y una exclusividad en la introducción o declaración de urgencia en el tratamiento de los proyectos de ley², poderes que fueron creciendo especialmente con la Constitución de 1988³. Además, el Ejecutivo tiene cierta capacidad reactiva frente al Legislativo, con posibilidad de vetar algunas de sus iniciativas.

Por otro lado, la ausencia de un partido fuerte y mayoritario hace que las capacidades proactivas en términos legislativos tengan también un límite en la legitimidad de su uso si este se convierte en constante. Esto es lo que le sucedió a Collor de Melo, quien en su primer año de presidencia (1990) utilizó estas herramientas en un promedio de una cada 48 horas, lo que produjo que la Corte Suprema tenga que expresarse en contra de la insistencia del Presidente en el uso de sus atribuciones. De esta manera, los poderes proactivos y avalladores institucionales, sumado a las capacidades reactivas del presidente, tienen su contrapeso en la imposibilidad de formar una mayoría propia en el Congreso, necesitando el apoyo de la coalición para superar los obstáculos legislativos.

En el caso de análisis, vemos que la historia de Brasil rompe la lógica de que en los presidencialismos el ganador “se lleva todo”, ya que la dinámica de Presidencialismo de coalición incluye gabinetes ministeriales distribuidos entre aquellos partidos políticos que apoyaron al candidato. Además, la rigidez del presidencialismo no se resolvió con la caída del régimen, sino que en los dos casos de destituciones anticipadas la caída del presidente de Brasil no se produjo por el clásico golpe de estado militar.

La lógica propia del Presidencialismo de Coalición genera que tenga lugar una de las situaciones de parálisis que se utilizan para criticar el Presidencialismo. En este tipo de régimen, pueden darse momentos en los que la elección de un presidente con poco apoyo legislativo lleve a una disputa constante entre Ejecutivo y Legislativo que ocasione

2 Entre el 5 de octubre de 1988 (cuando la nueva Constitución entró en vigor) y mayo de 1995, los cuatro presidentes emitieron 1004 medidas provisionales: 147 con Sarney, 160 con Collor, 505 con Franco y 192 con Cardoso. (Mainwaring, 2002)

3 La Constitución de 1988 suma la posibilidad de establecer decretos legislativos para el Poder Ejecutivo, lo que no estaba permitido en la Constitución de 1946.

la parálisis del sistema. El Presidencialismo de Coalición confiere primeras minorías o incluso mayorías al Presidente si y solo si logra mantener la unidad de la coalición⁴. El PT, luego de gobernar durante 13 años, continuaba a merced de que una modificación del ambiente haga tambalear la coalición de gobierno, y con eso enfrentarse a amplias mayorías parlamentarias, produciendo entre los años 2016 y 2017 una parálisis calificada como “compás de espera” (Ribeiro, Vizoná y Cassota, 2016).

El siguiente párrafo de Mainwaring (2002) resume bien la situación de Brasil:

En pocas palabras, con frecuencia es difícil la combinación presidencialismo, sistema partidista fragmentado, partidos indisciplinados y federalismo robusto. Los presidentes pueden tener éxito en este sistema institucional y varios lo han conseguido; pero el sistema dificulta al presidente establecer bases confiables de apoyo.

La incorporación de los sectores medios a la construcción populista del PT

Luiz Inácio da Silva, conocido popularmente como Lula, llegó a la presidencia de Brasil el 1 de enero del 2003. Formó parte del denominado “giro a la izquierda”, “La Nueva Izquierda” (Natanson, 2008) o del “giro popular” (Dussel, 2009). Trabajador y sindicalista metalúrgico, en los años ‘80 lideró las principales huelgas contra la dictadura brasilera, años en los que se creó el Partido de los Trabajadores (PT)⁵. Su manera de relacionarse con sus seguidores, abocando a las emociones y basada en sus cualidades personales, construían en Lula una dominación típicamente carismática (Max Weber, 1992).

Luego de enfrentarse a la dictadura brasilera, Lula se presentó como candidato a presidente en las elecciones de 1989, 1994 y 1998, llegando en las tres a disputar el ballottage, derrotado por Collor de Melo en la primera, mientras que en las otras dos cayó frente a Henrique Cardozo. Pero hacia fines de los ‘90, en toda la región las políticas neoliberales mostraban sus límites, comenzando en Brasil en 1997 y con situaciones más dramáticas en Ecuador y Argentina años más adelante. A comienzos de siglo, los acontecimientos locales, regionales y mundiales creaban una “ventana de oportunidad” para poder aprovechar y mostrar las cualidades de líder para llegar a presidente (Nye, 2011).

4 Por ejemplo, en las presidencias de Collor de Melo en 1989 y Cardoso en 1994, a pesar de que las alianzas gobernantes tenían importantes primeras minorías parlamentarias, con 39,6% y 42,4% respectivamente, sus partidos políticos tenían minorías extremas en el Congreso: el PRN de Melo tenía tan solo el 4,2% de las bancas y el PSDB de Cardoso el 12,1%.

5 El PT en sus orígenes se ubicaba claramente a la izquierda en el plano ideológico y estaba conformado principalmente por sindicatos, intelectuales y grupos católicos provenientes de la Teoría de la Liberación.

Por otro lado, las demandas históricas de los trabajadores y los sectores de izquierda en Brasil se articularon en una cadena equivalencial con otras demandas, en una construcción política que podríamos caracterizar como populista según la definición de Laclau (2005). El PT lograba expresar las demandas de los sectores trabajadores, que veían perder sus trabajos y salarios en los '90, pero no lograba en un comienzo construir una fuerza potencialmente hegemónica con posibilidad de ser gobierno, para lo cual debía articular otros tipos de demandas. El núcleo del PT continuaban siendo los trabajadores sindicalizados de la CUT (Conferencia Única de Trabajadores), mientras el resto de los sectores bajos, medios y la burguesía nacional lo veían con desconfianza.

Con el desarrollo de las políticas neoliberales comenzaron a surgir otras demandas particulares, que el PT lograba ir reuniendo alrededor de la lucha contra el neoliberalismo. Se construía la idea de pueblo, articulando no solo las demandas de los trabajadores, sino que los sectores más postergados, las clases bajas, pobres y "sub-proletarios", históricamente enfrentados con los trabajadores formales, veían en Lula el modelo de ascenso social, a la vez que eran expulsados violentamente por las políticas neoliberales. Los campesinos del MST articulaban sus demandas por el acceso a la tierra en alianza, aunque siempre en tensión, con los trabajadores. Los sectores de clase media progresistas e intelectuales nacionalistas, ligados a las ciudades y con una ideología cercana a la social democracia y organizados muchas veces en movimientos estudiantiles, golpeados por la crisis económica comienzan a ver en Lula una opción de gobierno.

Pero la demanda más difícil de articular con las reivindicaciones de los trabajadores era la de la clase media tradicional y de los sectores industriales nacionalistas. A medida que las políticas neoliberales se desarrollaban, los sectores medios urbanos y la burguesía nacional veía como su poder disminuía frente a los grupos transnacionales y el capital financiero. Las demandas se orientaban a la necesidad de un rol más presente del Estado en la economía, la estabilidad macroeconómica que permita el aumento de los empleos y de salarios, con medidas proteccionistas, créditos y fomento del mercado interno. Para materializar esta alianza, los sectores industriales y la burguesía nacional se encontraban presentes a través de la candidatura a vicepresidente de José Alencar, del Partido Liberal. Para terminar de espantar los miedos hacia su orientación ideológica de izquierda y confirmar el acercamiento de sectores sociales más conservadores, Lula escribió su famosa "*Carta al pueblo brasileño*" semanas antes de las elecciones, afirmando que su presidencia respetaría todos los contratos de propiedad privada y compromisos para evitar los temores alrededor de su figura y terminar de afianzar su alianza con los sectores capitalistas.

Luego de la crisis de fines de los 90, los significantes flotantes de desarrollo y crecimiento económico pasan del bloque Neoliberal al bloque Desarrollista. El liderazgo de Lula lograba articular la multiplicidad de demandas individuales de importantes sec-

tores de la población en un bien colectivo (Fabbrini, 2009), constituyendo una idea de “pueblo” con posibilidades de convertirse en hegemónica por primera vez en décadas. Lula se encontraba listo para liderar un nuevo bloque de poder con una construcción populista y un liderazgo carismático.

La construcción del “lulismo” y el despegue de Brasil

Durante los dos mandatos de Lula da Silva, encontramos dos momentos bien marcados: en un primer momento, los dos años que dan inicio a su gestión se centran en la continuidad de las políticas neoliberales (altas tasas de interés, real sobrevaluado, metas de inflación) con algunas reformas destinadas a incluir a los sectores más desprotegidos (Hambre cero, Bolsa Familia), pero a partir del año 2006 se da paso a una gestión de estilo neodesarrollista en lo macroeconómico (aumento del rol interventor del Estado en el mercado, los salarios, el empleo y el tipo de cambio) con la profundización de las Políticas Públicas de redistribución e inclusión social (Merino, 2017).

De este modo, si el gobierno del PT asume se funda con un apoyo central en los trabajadores sindicalizados y los sectores medios progresistas, sus primeros años de gobierno van reorientando ese apoyo hacia los sectores más postergados de la sociedad. Las políticas sociales de Lula en contra del hambre y la pobreza, aumentando el salario mínimo y la cobertura social por parte del Estado, generaron un fuerte ascenso social de los sectores con menores ingresos. A su vez, los primeros escándalos de corrupción conocidos como “*mensalao*” van quitando el apoyo de los sectores medios, dando lugar a lo que algunos autores han denominado “lulismo” (Tible, 2013), concentrando cada vez más los apoyos partidarios en los sectores pobres de la sociedad brasilera.

Llegando al último año del segundo mandato de Lula da Silva, la situación marcaba claramente el surgimiento de una “nueva clase media”⁶. Según un informe del economista Marcelo Neri (2011), entre 2003 y 2011, 39 millones de brasileros y brasileras habían pasado a formar parte de lo que las estadísticas de Brasil denominan Clase C: personas que cuentan con un ingreso entre 1200 y 5174 reales, es decir entre 588 y 2540 dólares estadounidenses. Con estos índices, por primera vez en décadas Brasil poseía más del 50% de su población dentro de lo que se conoce como clase media, con 105,5 millones de personas. Nuevamente, el análisis de Tible (2013) nos da cuenta que este ascenso social se sintió más en el Nordeste que en el Sudeste, en la periferia que en el centro de San Pablo, en áreas rurales que urbanas, entre mujeres que hombres, entre

6 Para profundizar el debate sobre el sentido y origen de la expresión “nueva clase media” recomendamos ver el extenso trabajo de Moisés Kopper (2020), “Brasil: ¿cómo se “inventó” la nueva clase media.

negros y mulatos en comparación con los blancos; lo que nos indica que los gobiernos de Lula lograron que toda la economía y los sectores sociales puedan crecer, pero que el crecimiento se sintió más fuerte en los sectores más postergados históricamente.

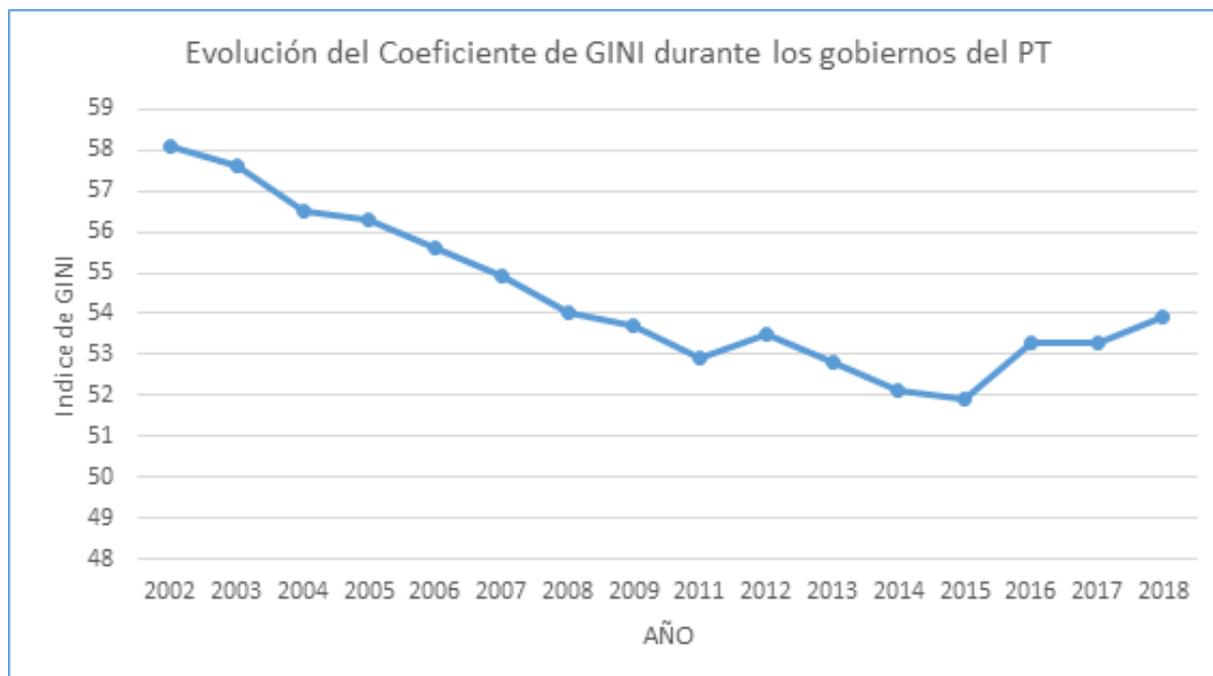
Tal vez la señal más clara de este proceso de crecimiento económico y desarrollo con inclusión, colocando a Brasil como uno de los países emergentes más relevantes del Siglo XXI, lo exprese la tapa de la revista *The Economist* del año 2009 que se titulaba “Brasil despegando”:



Dilma Rousseff: de la “nueva clase media” a la pérdida de apoyo social

Con este panorama, el 31 de octubre de 2011 Dilma Rousseff fue electa la primera presidenta de la historia de Brasil. El Brasil que recibía Dilma Rousseff distaba mucho del Brasil del año 2003 cuando Lula iniciaba sus 8 años de presidencia. Aunque los problemas de la desigualdad continuaban, podemos observar como el coeficiente Gini disminuyó notablemente durante los tres primeros periodos petistas, pasando de superar los 58 puntos en el año 2002, a perforar el piso de los 52 puntos en el año 2015, con un “estancamiento” durante el bienio 2014 – 2015, cuando comenzarían a agravarse las críticas al gobierno de Rousseff. Durante el año del Impeachment el coeficiente Gini

mostraría una fuerte retracción, continuando con este sendero negativo durante los últimos dos años del mandato de la presidenta depuesta a cargo de Michel Temer.



Fuente: elaboración propia en base a datos del Banco Mundial

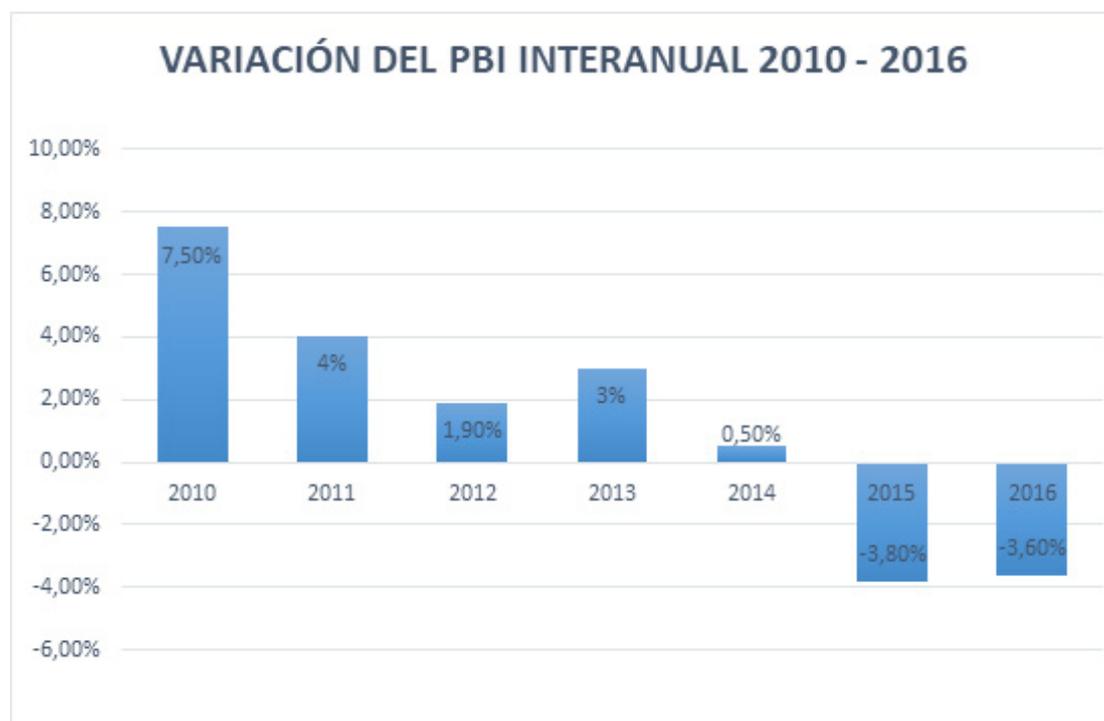
Hacia fines del 2012, Dilma tenía una imagen positiva que superaba el 70% según diferentes mediciones de opinión pública⁷. Brasil se preparaba para ser sede de dos grandes sucesos mundiales, el Mundial de Fútbol de la FIFA 2014 y los Juegos Olímpicos de 2016, mientras Dilma era elegida entre las tres mujeres más importantes del mundo por Forbes, junto con Merkel y Hilary Clinton. Durante su campaña presidencial, la candidata Rousseff se centró en abordar propuestas para erradicar la miseria de Brasil. En línea con esto, una vez en el gobierno lanzó el plan “Brasil sin miseria”, que buscaba beneficiar a familias con hijos que viven en condiciones de extrema pobreza. Con esta política, Rousseff buscaba que la miseria en su país se ubique por debajo del 2% de la población.

Pero a mediados del 2013, su imagen sufriría un enorme deterioro. Las sentencias del extenso juicio conocido como el “*mensalao*” habían declarado culpables a importantes e históricas figuras políticas del PT, y habían motivado las primeras movilizaciones callejeras en Julio del 2013. En el plano económico la desaceleración económica, el peligro de un proceso de devaluación del real e inflacionario y las críticas al estado de los

⁷ <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/dilma-imparable-tiene-una-imagen-positiva-del-77-nid1486243/>

<https://web.archive.org/web/20131118232805/http://www.acento.com.do/index.php/news/7641/56/Popularidad-de-Rousseff-sube-al-71-por-su-abierta-lucha-contra-la-corrupcion.html>

servicios públicos acentuaban la caída. A pesar de que el desempleo continuaba su línea descendente, pasando del 6,8 al 5,2%, al igual que la pobreza que también disminuía, el crecimiento del PBI del año 2013 fue del 3%, muy menor a los números de los años de Lula, y pasó a estancarse en apenas 0,5% en 2014, sumado a que la tasa de inflación por encima del 6% marcó un punto de fuertes críticas a la gestión económica por parte de los sectores medios.

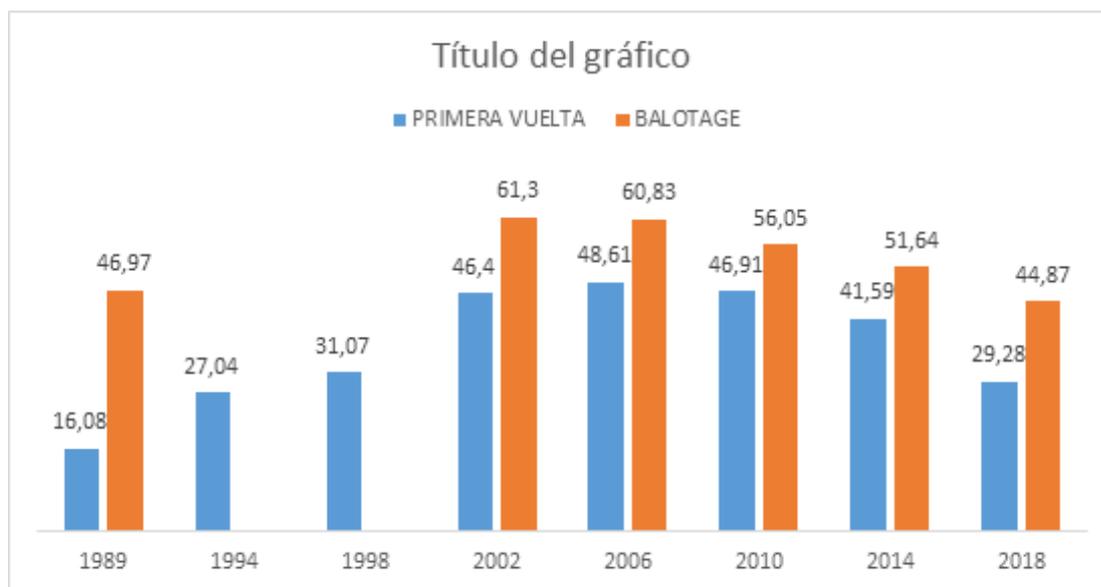


Fuente: elaboración propia en base a datos del Banco Mundial

A su vez, se comienza a desarrollar un corrimiento de las demandas hacia agendas más conservadoras, con el surgimiento de nuevas demandas sociales hacia la clase gobernante: ya no se pedía aumento del empleo ni disminución de la pobreza, sino que a las demandas de los sectores medios por la corrupción, la desaceleración económica y la inflación se sumaban las críticas al estado de los servicios públicos, frente a inversiones millonarias que se consideraban innecesarias para el desarrollo de los próximos eventos deportivos: Mundial de Fútbol 2014 y Juegos Olímpicos 2016.

Pero el golpe más duro a la imagen presidencial vendría de la investigación judicial conocida como “Operación Lava Jato”, iniciada en Marzo del 2014, que acusaba a dirigentes muy influyentes del gobierno, de diferentes partidos (entre los que se encontraba el PT en mayor medida) y a las empresas más grandes del país, como Petrobras, Odebrech, Camargo Correa y la constructora OAS.

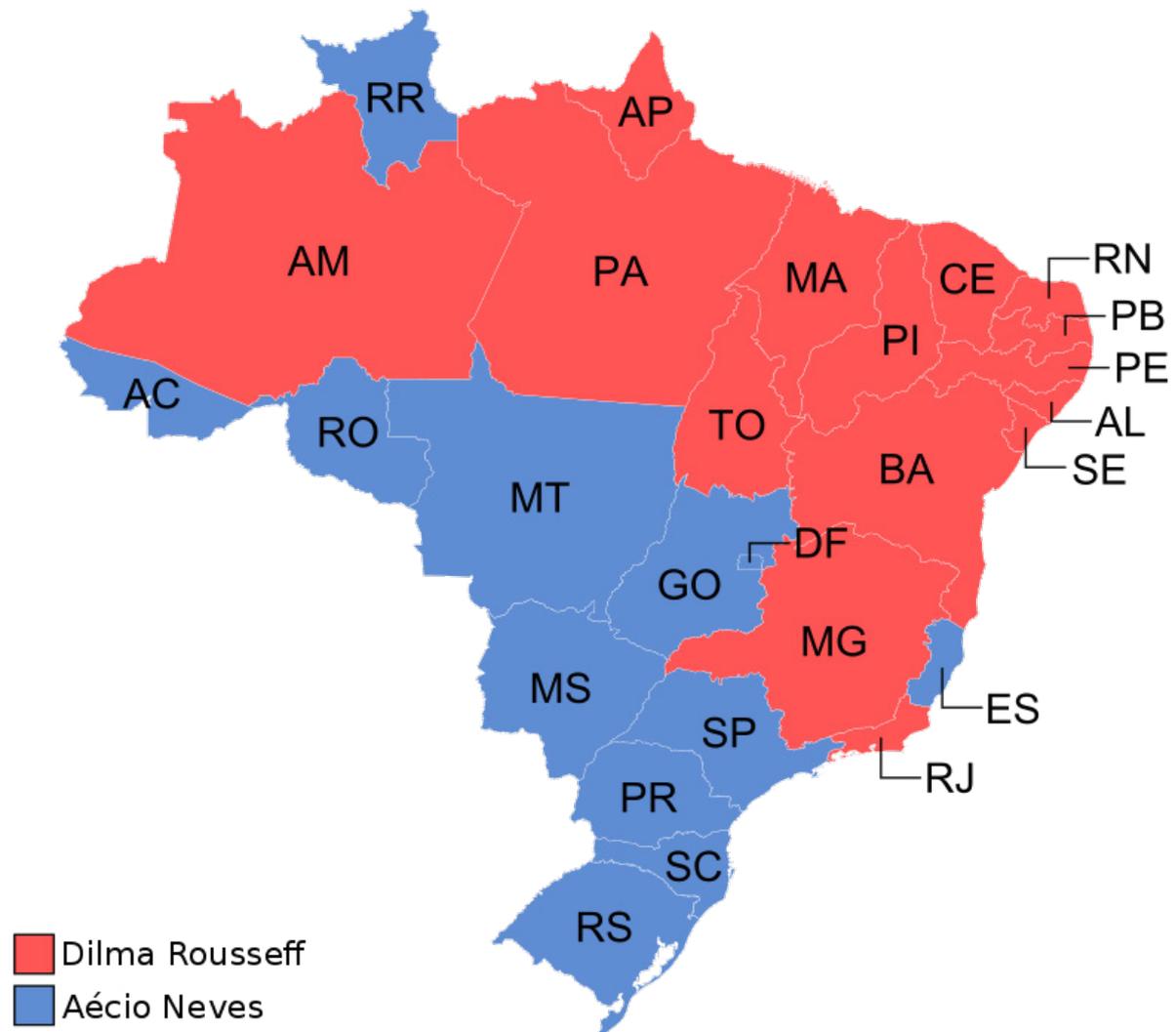
Sin embargo, con el apoyo del PT y de la alianza gobernante, Dilma se presenta para su reelección. Su vicepresidente volvía a ser Michel Temer, del PMDB. Luego de una victoria por 8 puntos en primera vuelta frente a Aécio Neves, las encuestas marcaban un empate técnico en el ballottage tras el apoyo a este último de Marina Silva, la candidata que había salido tercera con 21%. Pero Dilma logra ser reelecta el domingo 26 de octubre.



Fuente: elaboración propia en base a datos de las elecciones recolectadas por <http://electionresources.org/>

El análisis de estas elecciones nos da dos datos muy relevantes. Por un lado, Dilma triunfa en las elecciones a presidente más ajustadas de la historia brasilera, con una diferencia de tan solo 3,2%, que equivale a 3.5 millones de votos. Esto nos demuestra un juego de suma cero en el cual la oposición aumenta su poder al conseguir un fuerte apoyo electoral en oposición a la caída electoral del PT, lo que manifiesta el desgaste después de 12 años de gobierno del mismo signo político.

El otro dato relevante es la fragmentación del electorado brasilero. Dilma logró triunfar en la zona Norte y Nordeste del país, sacando en esta última región una diferencia de 13 millones de votos. Estas son las zonas más humildes del país. Pero en las zonas más desarrolladas, el triunfo estuvo en manos del candidato opositor: Centro – Oeste, Sur y Sudeste, con diferencias de 3 y 6 millones de votos en estas últimas dos.



Fuente: Wikipedia.org

El último dato que nos interesaría mencionar con respecto a la elección es la ampliación de las diferencias en numerosos centros urbanos, incluso la derrota en capitales de estados en los que triunfó en términos generales como en Belém, capital de Pará (PA); Palmas, capital de Tocantins (TO); o Belo Horizonte, capital de Minas Gerais (MG).

Dilma comenzaba su segundo mandato con escasos recursos de poder (Fraschini y Tereschuk, 2015). En cuanto a los recursos institucionales, el PT en el gobierno nunca se había planteado la reforma a la constitución ni modificaciones en el régimen de gobierno que le permita al presidente tener más poder sobre los gobiernos federales, el Poder Legislativo o Judicial. Luego de la reelección, Dilma estaba imposibilitada para volver a presentarse, por lo que el síndrome *“lame duck”* (pato rengo) podría hacer que el poder se vaya trasladando con los meses hacia otros líderes. El análisis de los recursos de estrategia política es otra muestra de los grandes obstáculos con los que se encontraría Dilma al comenzar su segundo mandato. Las críticas de los grandes medios de comu-

nicación, encabezados por la extensa cadena de multimedios Globovisión, habían sido constantes y en crecimiento, enfocando los casos de corrupción sobre los funcionarios y responsables del PT. Durante 2013 y 2014 los ataques se habían ido incrementando, aumentando fuertemente durante la campaña⁸. Pensar nuevos canales de comunicación directos con la ciudadanía era una necesidad imperiosa para defender y legitimar al liderazgo presidencial.



Apenas comenzado el 2015, su ministro de Comunicación Ricardo Berzoini anunció que el gobierno se preparaba para presentar el debate sobre una nueva ley de medios que no permita la existencia de oligopolios mediáticos. Esta sola alusión a la posibilidad del debate generó una fuerte crítica de diferentes sectores mediáticos, económicos y políticos, no solo en la oposición sino que incluso Eduardo Cunha, el líder del PMDB en el Congreso, se negaba al tratamiento. Durante el 2015 y una vez comenzados los procedimientos del Juicio Político, el ataque de los medios de comunicación

⁸ El dato más elocuente fue sin dudas la tapa de la revista *Veja*, que dos días antes del triunfo de Dilma en segunda vuelta titulaba *“Eles sabiam de tudo”*, acompañado con la foto en primer plano de Dilma y Lula en blanco y negro.

sobre las figuras de Dilma y Lula en particular, y altos funcionarios y responsables del PT, continuarían en crecimiento.

Por otro lado, Dilma debió disminuir notablemente la utilización de las cadenas nacionales, previamente utilizadas para evitar intermediarios en la comunicación. El 8 de marzo de 2015, cuando se inició la cadena nacional por el Día Internacional de la Mujer, se comenzaron a gestar cacerolazos espontáneos en diferentes partes del territorio. El 1 de mayo, Día Internacional del Trabajador y fecha simbólica para el PT, Dilma debió sustituir la utilización de la cadena nacional por temor a nuevas manifestaciones en contra de su figura. En cambio, difundió un mensaje por redes sociales, herramienta que comenzaría a utilizar cada vez con mayor frecuencia.

En abril del 2016, sucedió un llamativo caso que grafica la ausencia de este recurso de poder. La presidenta se disponía a difundir un video ya grabado a través de la cadena nacional el viernes 15 de abril de 2016, 3 días antes que la cámara de Diputados vote por el inicio del *Impeachment*. Pero finalmente se desistió de utilizar la cadena nacional frente a las denuncias de partidos opositores de que su utilización días antes de la votación era en realidad un abuso de poder en su propia defensa. Nuevamente, el video fue difundido a través de las redes sociales.

En ese contexto adverso, Dilma intenta su estrategia más audaz en la búsqueda de aumentar los poderes políticos con los que contaba su liderazgo: la presidencia en la Cámara de Diputados. Dicho espacio estaba destinado al PMDB, principal socio en la alianza de gobierno, cuya principal figura era el vicepresidente Temer y tenía en Eduardo Cunha al gran favorito en la previa para este puesto. Eduardo Cunha ganaría ampliamente la elección para la presidencia de la cámara, mostrando el aislamiento al que se sometía al PT, no solo de la presidencia sino que su jugada le valió también quedarse sin lugar en la Mesa Directiva, órgano que decide cuales iniciativas legislativas van a tener tratamiento preferencial. Sin estos lugares y con el desgaste de la derrota política, el PT no iba a poder presentar los proyectos de ley que necesitaba el gobierno para superar la crisis económica.

El diputado Cunha va a ser el promotor de diferentes iniciativas legislativas contrarias a los intereses de la presidenta, mientras que el Vicepresidente Temer va a negociar abiertamente un gobierno de transición a medida que el *Impeachment* avanza. En el Congreso, la tensa coalición de gobierno entre el PT y el PMDB tenía solamente el 26% de Diputados y el 37% de Senadores. Pero el dato más relevante es que con el recambio de 2014 iba a haber un aumento significativo en las bancas de los sectores religiosos, principalmente protestantes evangélicos, religión que compartía Cunha. A ese sector se va a sumar el aumento de grupos agrarios y conservadores nucleados en la bancada “de la bala”. Estos tres espacios son los que van a lograr articular el discurso más extremo contra Dilma, lo que se denominó el grupo de las 3 B: “Biblia, Buey y Bala”. El cambio

del humor social y la agenda legislativa era otro dato con el que el gobierno de Dilma no contaba para ejercer su poder político.

A pesar que durante la campaña electoral Dilma propuso la continuidad de las políticas sociales y la protección de los derechos laborales, su primer ministro de economía era un clásico liberal: Joaquim Levy. La situación económica era más delicada que la que se veía, con una economía estancada en cuanto al crecimiento, una inflación que alcanzaría las dos cifras en 2015 y un déficit público elevándose peligrosamente. Para disminuir estas últimas dos variables, el gobierno lanzó un plan de ajuste de políticas sociales que hizo aún mayor la contracción del PBI, con una caída del 3,8% para 2015, el peor resultado desde la crisis económica de 1996.

Pero el plan económico de Levy, además de agravar la situación económica, tuvo como consecuencia que Dilma perdiese un importante recurso de poder para soportar el intento de *Impeachment* en las calles en los meses siguientes: el apoyo popular – ciudadano para mostrar fortaleza frente a las cada vez más masivas manifestaciones opositoras. Por otro lado, la caída de la economía y las causas judiciales, con denuncias cruzadas de corrupción entre empresarios y políticos, hacían que la alianza con el poder empresarial se viera debilitada.

Por último, las causas judiciales, fogueadas por y desde los medios de comunicación, además de ser la principal denuncia contra la incapacidad de Dilma y la necesidad del cambio de gobierno, constituían una importante pérdida de los recursos financieros con los que contaba el gobierno. Petrobras, empresa mixta pero con control estatal, era la principal empresa de Brasil y la insignia del modelo desarrollista del PT. De esta manera, la causa *Lava Jato* no solo era la denuncia de corrupción que ponía en riesgo la continuidad del gobierno, sino que también impedía la reactivación económica, quitándole a Dilma la posibilidad de gestionar la empresa más importante del país, que junto con el Banco Nacional de Desarrollo eran los motores del gigante americano⁹.

Consideraciones finales

Vemos que Dilma Rousseff se encontraba en los primeros meses de su segundo mandato con un liderazgo muy debilitado con ausencia de recursos de poder, a su vez que la oposición se encontraba en crecimiento. Pero para que el *Impeachment* fuera exitoso, todavía hacía falta otras variables que van a suceder en simultáneo. Kathryn Hochstetler (2008) nos otorga una serie de factores de riesgo que se presentan como desafíos para los presidentes, pudiendo llevarlos a la caída anticipada. En su análisis se mencionan la insa-

9 Para tener una dimensión del conflicto, el desarrollo de la investigación hizo que la empresa tenga que suspender contratos con 23 de las empresas más importantes del país, con caída de la producción y pérdida de puestos laborales.

tisfacción frente a la aplicación de políticas económicas neoliberales, el involucramiento personal en casos de corrupción y la posición minoritaria en el Congreso.

Como vimos más arriba, el PT dependía de la fortaleza de la coalición de gobierno para ser mayoría, siendo su presencia extremadamente débil históricamente en ambas cámaras. En cuanto al involucramiento personal en las denuncias, la causa *Lava Jato* había demostrado un entramado de corrupción empresarial y político que afectaba la credibilidad de todo el sistema. Dilma no estaba particularmente denunciada en la causa, pero si toda la cúpula del PT, incluido el ex presidente Lula¹⁰. En este contexto, según la autora lo que marca el futuro del presidente es el juego entre Legislatura y protestas callejeras. Mientras la primera es el espacio propio de la democracia para dirimir los conflictos por el poder, la calle es el lugar donde la sociedad civil juega su papel, un rol que a lo largo de la historia va a resultar como la clave fundamental en el futuro del presidente enjuiciado.

Estas se retroalimentan positivamente, como ocurrió en Brasil donde la presión de la sociedad civil en las movilizaciones era cada vez mayor y arrinconaba al Legislativo hacia el *Impeachment*. Como también lo afirma Perez – Liñan (2007) el factor clave son las protestas populares. Pero no solamente pensando la movilización como un hecho, sino la posibilidad que la misma se convierta en una formación social amplia con representación de diferentes sectores sociales, y dirigidas directamente al presidente como líder del gobierno y del partido. Durante las mismas, los enormes muñecos de Dilma y Lula con trajes carcelarios mostraban el aumento de la violencia, adoptando una posición antagonista (Chantal Mouffe, 1999) en la discusión política entre un oficialismo en retroceso y una oposición cada vez más extrema que buscaba eliminar al enemigo izquierdista.



Reuters

10 Incluso la denuncia contra Dilma que le va a costar la destitución no va a ser por corrupción, sino por manipulación de las cifras fiscales, denominadas “pedaladas”.

La agenda de demandas se iba corriendo hacia la derecha, partiendo de demandas por empleo, inclusión y redistribución en los primeros años de Lula, a una agenda marcada por las denuncias de corrupción, la creciente violencia, la inflación, el estancamiento económico y el estado de los servicios públicos hacia el segundo mandato de Dilma. En este corrimiento, cobran un rol fundamental los medios de comunicación, quienes desde sus canales y tapas de diarios orientaban las denuncias de corrupción principalmente contra el PT, y convocaban y alentaban las masivas movilizaciones opositoras. La clase media histórica del Brasil se posicionaba en la vereda opuesta al gobierno de Rousseff, e incluso se involucraba en las protestas con apoyo manifiesto hacia la destitución de la presidenta en ejercicio.

Un escenario similar ocurrió en Brasil en 1992, cuando el presidente Collor de Melo debió enfrentar movilizaciones en la calle y el juicio político del Congreso, y finalmente fue destituido (Perez Liñan, 2009; Katheryn Hochstetler, 2008). En su momento también habían existido factores económicos (hiperinflación), denuncias de corrupción contra su persona y la ausencia de una coalición de gobierno mayoritaria, con porcentajes legislativos irrisorios: 8% en Diputados y 4% en Senadores, factor este último determinante según el análisis de Perez Liñan (2009).

El juicio político a Dilma fue, como Hochstetler (2008) los define en términos generales, fundamentalmente un proceso político de principio a fin. Pero analizando causas y consecuencias, podemos encontrar en ese acto que la flexibilidad de las instituciones permitió construir un híbrido entre presidencialismo y parlamentarismo que posibilitó la sustitución de un liderazgo sin la caída del régimen. Como agrega Pérez Liñan (2009), el *Impeachment* aparece en los casos de crisis presidenciales en América Latina como la herramienta que permite dirimir los liderazgos sin llegar a la ruptura del orden democrático, como había sucedido en décadas anteriores con los golpes de estado. La presidenta se encontraba sin los recursos de poder necesarios para enfrentarse a un cambio en el ambiente internacional y regional, superar la combinación de los tres factores de riesgo en simultáneo (insatisfacción con las políticas económicas, denuncias de corrupción y minorías parlamentarias) y resistir la embestida de Legislatura y protestas callejeras que se retroalimentaban. Durante 13 años en el gobierno con 4 elecciones presidenciales ganadas de manera consecutiva, el PT no había modificado la estructura institucional para aumentar la influencia del Ejecutivo sobre el resto de los poderes del gobierno, que ahora se articulaban en su contra. Los intentos por modificar la estrategia política de Dilma lejos de aumentar su posición relativa, aumentaron su aislamiento y la fragilidad del liderazgo presidencial.

Si la tapa de *The Economist* del año 2009 era gráfica sobre el despegue de Brasil, también lo eran las tapas de Enero del año 2016 que titulaba “La caída de Brasil”, como la tapa de Marzo que rezaba “Tiempo de irse”, ambas acompañadas con la foto de Dilma Rousseff en portada.



Como no podía ser de otra manera, analizando la realidad y el contexto, el liderazgo de Dilma llegaba a su fin.

Bibliografía:

- Abranches, Sérgio. (1988), "Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro". Dados, 31.
- Dussel, Enrique (2009) "Política para la liberación. Tomo ii." Madrid, Trotta.
- Fabbrini, Sergio (2009): "El Ascenso del Príncipe democrático. Quién gobierna y cómo se gobiernan las democracias", FCE, Buenos Aires.
- Fraschini Mariano y Nicolás Tereschuk (2015): "El príncipe democrático sudamericano. Liderazgos presidenciales en el Siglo XXI en la región", Eduvin, Villa María, Córdoba.
- Hochstetler, Kathryn (2008): "Repensando el presidencialismo: desafíos y caídas presidenciales en el Cono Sur", Ediciones Universidad de Salamanca América Latina Hoy, 49.
- Laclau, Ernesto (2005). "La Razón Populista", Fondo de Cultura Económica.
- Linz, Juan José: «Democracia: presidencialismo o parlamentarismo: ¿Hace alguna diferencia?», Presidencialismo VS Parlamentarismo, Materiales para el estudio de la Reforma Constitucional, Eudeba, Buenos Aires, 1988.

- Malamud, Andres. (2016). “¿Por qué retrocede la izquierda?”, Buenos Aires, editorial Capital Intelectual S. A.
- Mainwaring, Scott & Shugart, Matthew Soberg (2002): “Presidencialismo y democracia en América Latina: revisión de los términos del debate”, en Mainwaring y Shugart (comps.), *Presidencialismo y democracia en América Latina*, Buenos Aires: Paidós.
- Mainwaring, Scott (2002): “Multipartidismo, federalismo robusto y presidencialismo en Brasil”, en Mainwaring y Shugart (comps.), *Presidencialismo y democracia en América Latina*, Buenos Aires: Paidós.
- Merino, Gabriel (2017): “Del apogeo “lulista” a la destitución de Dilma: el devenir nacional popular neodesarrollista en Brasil”. *Revista Latinoamérica* 2018, México DF, México.
- Mouffe, Chantal (1999): “El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical”, Paidós; Buenos Aires.
- Natanson, José (2008) “La nueva izquierda: Triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolivia, Venezuela, Chile, Uruguay y Ecuador”, Buenos Aires, editorial Sudamericana S. A.
- Neri, Marcelo (2011): “A nova classe média. O lado brilhante da base da pirâmide”. Saravia, San Pablo.
- Nye Joseph S. Jr (2011). “Las Cualidades del Líder”, Paidos, Buenos Aires.
- Pérez Liñan, Aníbal (2009) “Juicio Político al presidente y nueva inestabilidad en América Latina” Fondo de Cultura Económica.
- Ribeiro, Pedro Floriano; Vizona, Amanda y Cassotta, Priscilla Leine (2016) “Brasil: Un país en compás de espera.” *Revista Ciencia Política*, Vol.36, n.1. Santiago, Chile.
- Tible, Jean (2013): “¿Una nueva clase media en Brasil? El lulismo como fenómeno político – social. *Revista Nueva Sociedad*, NUSO N° 243. Enero - Febrero 2013.
- Weber, Max (1992): “Economía y sociedad, Fondo de Cultura Económica, México.

EL PROBLEMA DE LAS CLASES MEDIAS EN USA
-REPERCUSIÓN PARA LOS PAÍSES LATINOS-

Aymara Miner- Socióloga
Lucas Carballo- Historiador

Introducción al problema de la Clase Media

La clase media es un concepto polisémico que debe ser definido desde un abordaje integral que integre aspectos cuantitativos y cualitativos; elementos económicos, culturales, políticos; y una tradición popular.

Describirlo como un concepto polisémico se debe a la gran cantidad de significados que podemos extraer de esa conjunción de palabras. Pero también es por la dificultad real que existe para identificar, en una población determinada con suficiente grado de homogeneidad, una franja que pueda ser distinguida como una clase, en sentido de totalidad.

Proponernos comprender la definición de este concepto nos entusiasma con la idea de comprender el funcionamiento de un sistema político que parece tener en su base a la clase media, tal como afirmaba Aristóteles, con su metáfora del *justo medio*, que los sistemas políticos que amplían la capa media social son más armónicos y estables.

En primer lugar, podríamos definir el aspecto material y cuantitativo del término. “Ser de” clase media representa formar parte de la franja de la población de una nación determinada, que obtuvo la cantidad de ingresos suficientes para superar la barrera de la pobreza y que se extiende hasta otro índice material que refleja la cantidad de bienes, muebles, inmuebles, renta o ahorro, que, sin ser dueña de los medios de producción o aún a partir de trabajo asalariado, llega hasta el límite superior de su poder adquisitivo.

Asimismo puede identificarse también en los estratos de pequeñas y medianas empresas, incluso con empleados a cargo, que existen dueños de empresas que por su capacidad de renta anual, no alcanzan a salir de la estructura proletaria de clase, más que por su autonomía en la toma de decisiones, que sigue igualmente atada a las necesidades económicas.

Desde la construcción de la ideología de clase, el término es más complejo todavía, pues en reiteradas oportunidades se han visibilizado actitudes y razonamientos tendientes a acrecentar la brecha de clase, aun cuando la propia clase media se viera perjudicada. Un ejemplo local al respecto está relacionado con el desprecio a los planes sociales dirigidos a los más pobres, cuando el financiamiento, exenciones impositivas y rescates bancarios por quiebra, no son cuestionados si los beneficiarios son grandes empresas.

La incidencia del capital en la conformación de las clases sociales es, en última instancia, absoluta. El desarrollo que este tiene dentro de una sociedad está establecido desde la estructura; es determinante. Pero también podemos identificar una lucha entre clases. De esta manera, una forma de reconocer una franja de la sociedad, puede ser por las reivindicaciones e intereses que ésta tiene y quienes los comparten.

En segundo lugar, abordamos su aspecto ideológico. El ex vicepresidente de Bolivia, Álvaro García Linera, ha esbozado una definición para la categoría clase media, que ha resultado muy representativa en la realidad mestiza latinoamericana, pero que expresa una problemática que puede extrapolarse a otras partes del mundo.

La clase media resalta, para el mencionado autor, el individualismo, las apariencias que son relacionadas a la portación de una cultura que le es propia, y una resistencia a los cambios, que también son cambios del sistema, que desconoce y apropia con relativa imprecisión. Y estos peligrosos hechos pueden querer conducirla hacia posiciones ideológicas extremistas, tales como el racismo o el fascismo, de los que la historia provee demasiados ejemplos.

El rol de la clase media parece ser el de dar centralidad a la lógica del capitalismo, para hacerlo subsistir en la medida que logra dar armonía al resto de la sociedad. Cabe preguntarnos acerca de cuál es el papel más preponderante de la clase media, si su uso como categoría dentro de la ciencia social como un segmento de la sociedad lo suficientemente homogéneo para ser abordado, o si es su poder ideológico en el uso discursivo asociado a procesos históricos y políticos lo que le dan preponderancia.

En definitiva lo que otorga cierto estancamiento en las relaciones de producción existentes, podría estar relacionado con el esfuerzo de las clases medias por preservar ese pequeño lugar de privilegio frente a las miserias de la pobreza, mientras sostienen y reproducen el cliché meritocrático mediante el cual ascenderían en su posición social, producto de su propio esfuerzo.

La construcción subjetiva de los valores de la sociedad norteamericana desde una perspectiva materialista

El ideario construido como imaginario colectivo sobre la clase media americana alimentado por Hollywood que ha resaltado desde la cinematografía de manera publicitaria, convertido en un ideal occidental que ha alimentado a varias generaciones y estratos sociales.

Sin embargo, desde una mirada sistémica y macroscópica, se alcanzan dos posibles hipótesis: en primer lugar el ascenso social a ese ideario de confort no es solo indeseado por los propios promotores del ascenso por la vía democrática, es decir, meritocrática

y asalariada -primando la cultura del esfuerzo y el trabajo sacrificado como elemento dignificante de la persona-, sino que además la amplitud de la brecha es necesaria para el sostén del sistema.

En segundo lugar, la igualdad material ponderada hacia ese ideario, es además imposible, dado que para alcanzar ese nivel de vida para toda la población mundial con los recursos existentes, sería necesario a parte de una revolución internacionalista de clases, al menos 6 planetas para solventar las necesidades desde este sistema de producción basado en el carbón.

La segunda aseveración lleva consigo la conclusión por consecuencia de que la lucha de clases no sería la única lucha para la igualación de medios y oportunidades, sino que restaurar la capacidad de regeneración de los recursos naturales, sería un objetivo sine qua non para garantizar nuestra existencia y nuestro confort en términos sostenibles.

El ala *izquierdista* del sistema político norteamericano, abraza los intereses antropocéntricos y clasistas del establishment, sin confrontar con la estructura piramidal de wall street, la mediocracia y los lobbies.

La identidad mitológica americana está representada por el hombre blanco, sajón, protestante, heterosexual y exitoso, que ante la crisis hegemónica, económica y global por la pandemia, realza una insurgencia de la sección más conservadora, en alegoría a la necesidad de establecer una primacía de unos sobre otros al interior de la sociedad de clases, y de Norte América sobre el mundo como sistema unipolar.

Los valores de la izquierda norteamericana, estarían sujetos a aspectos progresistas segmentados, como la libertad de expresión, la integración racial, la diversidad, el respeto a los derechos humanos, la igualdad entre hombres y mujeres, pero todos ellos son promovidos y aceptados desde la histórica perspectiva liberal y coyuntural, no estructural y mucho menos desde una perspectiva de lucha de clases.

El arraigo a la supremacía es fuerte, y las conquistas sólo alcanzan un carácter superficial y candidatos/as, con una doble moral en sus instituciones, mientras los pilares estructurales siguen intactos. Tal es el ejemplo del perfil de Obama y su secretaria de estado y ex candidata a Presidenta Hillary Clinton, que expulsaron del país a más indocumentados que en la gestión de Trump, sumando casi 3 millones de inmigrantes deportados, a pesar de la retórica xenófoba de este último, y la retórica inclusiva del primero.

Asimismo, Latinoamérica muestra una clara afición por el marketing norteamericano, como muestra la campaña publicitaria chilena en el plebiscito de 1988, claramente condicionada por estrategias de neuromarketing, utilizadas tanto en el SÍ a la continuidad del régimen pinochetista con el aval democrático del voto, como en el NO como oposición finalmente ganadora.

En ambos casos, la influencia del comercial, con personas altas, rubias, familias tipo felices comiendo snacks, da cuenta de la invasión de la construcción de subjetividad en los países latinos, afectando no solamente el consumo, sino también la construcción política de los pueblos.

El estado bipartidista y el Estado Profundo: transición en la política norteamericana. La elección de Hillary Clinton y Donald Trump y la renovación democrática de Biden. El *new welfare state*.

Es un dato poco novedoso el definir al sistema electoral estadounidense como bipartidista. De hecho existen más ejemplos a lo largo de latinoamérica, en los que el bipartidismo se convierte en una estructura de hecho, a causa de las coaliciones electorales y la baja calidad de los partidos políticos.

Pero Estados Unidos tiene el sistema bipartidista más sobresaliente del continente, hasta el punto de ser evocado como ejemplo para el funcionamiento democrático en los demás países. Sin embargo, este sistema está lejos de estar despojado de problemas, de confrontar opiniones entre sí es beneficioso o no, si promueve la estabilidad o no, si controla la corrupción o no, si produce agotamiento o no.

Quizás de lo que más seguros podríamos estar, es de que este sistema condujo a que, luego del estado de posguerra, anulara toda participación de las izquierdas asociadas al comunismo o socialismo en norteamérica.

Aunque es preciso mencionar que desde los últimos 5 años en Estados Unidos se ha dado un reverdecir de la idea del “socialismo” encarnado en la voluntad de los jóvenes, del feminismo y la lucha por la igualdad de derechos- de hecho en las últimas campañas, un sector adherido al partido demócrata se ha catalogado como “socialistas” -dentro de los límites de la democracia burguesa-, son el caso de Bernie Sanders, ex candidato demócrata a la presidencia, y Alexandria Ocasio-Cortez, electa legisladora por el distrito de Nueva York- demócratas y republicanos no se han diferenciado en su política exterior, ni han alterado las bases del establishment americano y transnacional, apoyando intereses diferentes a los anunciados en los discursos de o que podría llamarse *gobierno oculto o estado profundo* y ejecutando movimientos estratégicos cercanos a sus propios intereses como la carrera armamentista.

Los verdaderos depositarios del poder son los poderes locales y transnacionales, que a través del capital, indispensable, dirigen su voluntad sobre el modelo de dominación, y su plataforma es el Departamento de Estado, tanto en el ámbito de la economía, como en los demás, no menos favorables.

Los estados nacionales parecen estar entrando en la obsolescencia, ya que no manejan e imponen el orden mundial, sino que funcionan como administradores, gerenciadores, que facilitan la funcionalidad de un sistema perverso y esclavizante.

Al igual que América Latina, USA también se vio empapada de un show mediático y farandulesco cuando Donald Trump y Hillary sacaron a relucir de manera “políticamente incorrecta” los debates ardientes orientados que permitieron distraer a los votantes del crecimiento inmanente de las potencias de China y Rusia como candidatas a destronar la supremacía norteamericana.

La “oportuna” reapertura de las acusaciones a Hillary Clinton por sus descuidados mails comprometiendo información clasificada, las acusaciones de haber sido partícipes de la conformación del ISIS, y la devolución con denuncias de corrupción, permitieron finalmente un distrés y crisis hegemónica que pudieran cuestionar el sistema político pero nunca económico del País.

Por su parte, el entonces vicepresidente de la gestión de B. Obama y, reciente presidente electo Joe Biden, realizó una propuesta que ha desestabilizado a una buena parte de las especulaciones financieras a partir del desafío histórico de financiar con USD3,5 billones la recesión económica alimentada por la crisis sanitaria de Covid19, que hubiera significado el cierre de comercios y un aumento abrupto en los índices de desempleo.

Con la medida y el respaldo del sector demócrata y parte del republicanismo, Biden supone respaldar con este plan de rescate a sectores de familias con hijos menores de edad y reducir así el índice de pobreza infantil que oscila el 15%. Una familia de clase media compuesta por 2 padres y 2 hijos recibirá US \$5.600. A su vez, aquellos hogares cuyos ingresos sean menores a US \$25.000 por año verán reducidos sus impuestos en 20%.

“En tamaño y alcance, el esfuerzo de Biden es más parecido al gasto estadounidense en la Segunda Guerra Mundial o a los programas del *New Deal* de la era de la Depresión de Franklin Roosevelt”, relata BBC News Mundo, marzo 2021.

Los efectos de la emisión inédita de dólares como medida paliativa, y la respectiva contención del dólar, es cuestionada por los economistas al respecto de una futura expansión inflacionaria y consecuente devaluación, que podría implicar un vaciamiento de las arcas de respaldo en oro del dólar hacia el futuro.

Asimismo, esta medida de new welfare state en Estados Unidos, tiene repercusión material y simbólica hacia el sur del continente y hacia el mundo. Una posible lectura, podría estar atada a la necesidad de sostener un nivel de actividad de consumo que mantenga viva la producción de la industria en sus diferentes matices.

Por otro lado una serie de invitaciones a la cúpula del Gabinete gubernamental compuesto por mujeres como Kamala Harris, Lloyd Austin, funcionario *de color* como Secretario de Defensa e incluso un hombre con orientación sexual declarada como homosexual, Pete Buttigieg, Secretario de Transporte, marcan una acentuada diversidad

progresista, aunque todos ellos tienen en común una postura moderada que poco hace a las proposiciones que puedan implicar una transformación radical.

No es la primera vez que medidas paliativas o populistas sirven como distractores de cambios estructurales de efervescencia popular. La muerte de George Floyd en Minnesota; la gestión por demás deficiente de la pandemia de Trump y la decadencia de un sistema político-económico-filosófico que se alimenta de un magma de significaciones construido históricamente con adornos hollywoodenses, pero con pilares de barro en lo material, solo posterga la posibilidad de un desenlace revolucionario.

La reforma de la constitución chilena corrió la misma suerte, disipada en parte por la pandemia, pero también por la aprobación de la reforma, que requiere aclaraciones sobre el equilibrio de poder entre el ejecutivo y el congreso, y la intención de trabajar el documento frente a la mirada pública o a puertas cerradas, tiene como resultado un paliativo a la efervescencia social que exigía transformaciones de base, y por ende la perpetuación del modelo existente.

Conclusiones finales sobre la actualidad norteamericana y su relación con América latina

La carrera armamentista, tecnológica y mediática, tienen la capacidad de acción y disuasión en el mundo. A este respecto, la democracia cumple un rol persuasivo, simbólico y superestructural, que es válido hasta que el establishment se ve afectado, y es por la *fuerza* que se termina por definir el poder de acción a partir de la superioridad física. Es decir, que no ha variado a lo largo del tiempo más allá de sus métodos diplomáticos, superando aún la capacidad de acción de los organismos internacionales.

Para los países poderosos en recursos bélicos, la paz no es lo contrario de la guerra. La amenaza por superioridad de armas, náutica y nuclear sirven para evitar conflictos o para someter países.

América Latina es una región con bajo nivel de conflicto interestatal en general. El gasto en defensa implica la mitad del promedio mundial, con el 1,3% del PBI (2008), en contraste, en Estados Unidos el gasto militar oficial es del 3,1% del PBI, en Rusia el 4,3 y en Israel el 4,7%, lo cual deja a América latina en una clara desventaja con la parte norte del continente, sumado a su herencia en materia de mediación y resolución de conflictos, que hace poco probable la posibilidad de desatar un conflicto militar.

Sin embargo, las dictaduras militares, cívicas, institucionales, eclesiásticas y/o mixtas en la Región, han producido el mismo efecto de manera endógena, dentro de los límites territoriales de un estado, mostrando tolerancia y predisposición con los pobladores, hasta que se interponen en los intereses oligárquicos y las presiones interna-

cionales, dejando abierta la posibilidad de nuevas y futuras intervenciones, a pesar del descontento social que puedan mostrar en la actualidad.

Ejemplo de ello, son las postulaciones de sectores de derecha liberal más extrema como la candidatura de J.L. Espert por el Frente Despertar en 2019 en Argentina, que más allá de su humilde resultado, renovó en el vocabulario de los ciudadanos conceptos que parecían superados, pero sólo estaban dormidos. También es el caso de la reñida elección de Keiko Fujimori en Perú.

En la actualidad las inversiones en la industria armamentística están siendo acompañadas por la inversión en tecnologías de punta y recursos estratégicos. No caben dudas de que el conflicto entre China y Estados Unidos excede al origen del coronavirus, lo que está en juego es el control del 5G, y las tecnologías de información y comunicación de punta.

Pensando acerca de cuál puede ser el interés que pueden tener sobre el control de estos recursos, es imposible dejar de pensar en cómo se ha acelerado la digitalización del sistema financiero y financiarización del sistema económico desde hace unos años atrás, convirtiendo el sector de información y comunicación en un espacio de lucha directa.

Los medios de comunicación masivos, sumados a las redes sociales, son ámbitos especiales en donde se construyen visiones del mundo, y constituyen estructuras que forman subjetividades. El espacio de lucha reside en la capacidad de subordinar e imponer condiciones a la producción de datos, información y conocimiento. Lamentablemente en este aspecto debemos señalar la debilidad de América Latina en cuanto participa minoritariamente de los capitales financieros abocados al desarrollo de estas tecnologías.

Desde este punto de vista, lo que sigue estando en disputa es la soberanía, en este ámbito, la informacional y/o comunicacional y del conocimiento. Es en otro terreno donde los Estados Unidos buscan asegurar su primacía, tanto regional como global, amenazada por el crecimiento de China y Rusia.

Con esto nos arrimamos a las siguientes conclusiones. En primer lugar que las clases medias están construidas bajo un ideario de prácticas y símbolos, que la hace apaisar las posibilidades de convertirse en masa crítica junto a la clase proletaria aunque esté más cerca de esta última y se viera beneficiada de sus resultados.

También que las elecciones bipartidistas no implican en uno u otro caso más que una diferencia superficial, en tanto las estructuras de poder existentes siguen pesando sobre toda América y el Mundo como inamovibles y, en caso de existir una disposición transformadora real, el uso de la fuerza sigue siendo un recurso de aplicación vigente.

Finalmente el efecto dominó que se produce de norte a sur encuentra ciertas fisuras en su contraparte oriental, que abarca gran parte del mercado e inversión en los países latinos, codeando una carrera de mercados para llegar pronto al reparto de un posible nuevo orden mundial.

Para encontrar alternativas al respecto, América Latina deberá hacer uso de la abstracción y de sus recursos administrativos y de intercambio opacados por la dominación imperial, y co crear soberanía en tanto la disputa comercial en el sistema mundo actual, se encamina a eclosionar y dejar huérfano un modelo productivo con fecha de caducidad.

Bibliografía de referencia

- Linera, A. G. (13 de Enero de 2020). *Nodal*. La curva de elefante y clase media. Obtenido de <https://www.nodal.am/2020/01/curva-de-elefante-y-clase-media-por-alvaro-garcia-linera/>
- Ansaldi, W. y Giordano, V. (año 2, número 4, 2012): PRESUPUESTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA EL ANÁLISIS SOCIO-HISTÓRICO DEL PROCESO DE FORMACIÓN DE LOS ESTADOS LATINOAMERICANOS. Revista de Estudios ISHIR, Unidad ejecutora CONICET, Buenos Aires, Argentina.
- Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. (Agosto 2006) Documento inicial. Los cambios de los sectores dominantes en América Latina bajo el neoliberalismo. La problemática propuesta. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires.. ISBN: 987-1183-56-9
- Gimenez, P. (26 de Marzo de 2018). *Nodal*: Las grandes mayorías unidas y universalizadas o divididas y dominadas. Obtenido de <https://www.nodal.am/2018/03/las-grandes-mayorias-unidas-universalizadas-divididas-dominadas-paula-gimenez/>

RECONFIGURACIONES SUBJETIVAS EN EL MARCO DE LA OFENSIVA NEOLIBERAL- CONSERVADORA EN ARGENTINA (2008-2019)

Ernesto Schtivelband

Introducción

A finales de la primera década del siglo XXI, se inició en América Latina una serie de golpes de Estado llamados “suaves o blandos” en contraposición a las dictaduras tradicionales del siglo XX. En algunos países, los grupos conservadores y las élites financieras y políticas optaron por recurrir a las interrupciones de los regímenes democráticos para reinstaurar el modelo neoliberal, hondamente cuestionado en los años precedentes en gran parte de la región. El caso de Argentina, sin embargo, se presentaba con características novedosas. Allí, los sectores neoliberales que condujeron el país en los noventa, replegados luego de la crisis de 2001-2002, retornaron al gobierno nacional mediante elecciones en 2015 y luego revalidaron su apoyo en 2017.

Lo que llama la atención de aquel proceso es que una parte mayoritaria de la sociedad se viera seducida nuevamente por el modelo neoliberal, habida cuenta de su fracaso anterior. Porque si resulta evidente, como afirma el psicoanalista argentino Jorge Alemán (2016), que “los ricos nunca atentan contra ellos y votan por quienes los saben custodiar” (p.79), no está tan claro por qué grandes sectores de las clases medias y bajas *decidieron* adherir y votar a un proyecto que ya los había perjudicado severamente –y que lo volvería a hacer.

El presente trabajo –que forma parte de una investigación en curso– pretende contribuir a la inteligibilidad de este fenómeno indagando en *la configuración de la subjetividad de quienes han sido capturados por el discurso neoliberal*, a partir de algunos aportes del posmarxismo y la izquierda lacaniana (centralmente la categoría de goce para pensar la relación entre política y afecto). Bajo el supuesto de que las disposiciones afectivas que en algunas ocasiones colaboran en vitalizar y en otras obstaculizan los procesos políticos de cambio *operan también en tiempos largos*, se propone identificar posibles puentes entre la renovada preferencia por las políticas neoliberales expresada, por ejemplo, en los resultados eleccionarios de 2015 y 2017, y la adhesión de los sectores medios a los reclamos de la dirigencia agropecuaria en 2008.

La elección de este último caso –objeto de una investigación previa– responde a la manifestación durante el conflicto por las retenciones móviles de *una inflexión y reconfiguración de la subjetividad* de una parte importante de la clase media porteña que, caracterizada fundamentalmente por el rechazo a la política durante los años noventa,

se vio involucrada y participó en manifestaciones en apoyo a los productores rurales aunque no tenía intereses económicos o de otro tipo con el campo. Proceso de reconfiguración que, se sospecha, siguió en marcha en la década siguiente –exacerbado y transfigurado a la vez– en la emergencia de *nuevas formas de servidumbre voluntaria*.

Siguiendo esta hipótesis, a continuación se toma como caso de análisis lo que se dio en llamar la “militancia del ajuste”. En base a un conjunto de materiales gráficos y audiovisuales, se busca esbozar las primeras consideraciones acerca del impacto de la formación discursiva neoliberal en la subjetividad de un sector de la clase media porteña en la escena política de los últimos años. Posteriormente, se expone parte del análisis realizado sobre el conflicto desatado en marzo de 2008, en torno al alza de las retenciones a la exportación de mercancías agrarias.

Militando el ajuste. El discurso de la (nueva) servidumbre voluntaria

Se puede tomar como disparador un video que circuló a principios de 2019 en las redes sociales.¹ En las imágenes se ve a dos hombres que están pensando en la crisis económica del país. Uno de ellos posee una planta que, en sus propias palabras, no ha funcionado durante meses. El otro es un jubilado que gana un poco más que la mínima pero que, según dice, no le sobra nada. “Tengo una fábrica que hace cuatro meses no tiene trabajo. Pero sé del déficit fiscal, entonces lo entiendo y lo sigo apoyando”, comienza el primero. “Yo lo apoyo, lo sigo apoyando porque sé que las medidas que están tomando son medidas de fondo. Una Argentina que hace 70 años que está en crisis, no la podés corregir en cuatro años”, le dice su interlocutor. “No se puede vivir toda la vida de prestado y ahora hay que sufrir”, concluye el más joven.

Expresiones como estas se multiplicaron durante los cuatro años del gobierno de Mauricio Macri. Sin embargo, la problemática que ponen de manifiesto no es precisamente novedosa. Ya en 1548, aunque en un escenario evidentemente distinto, Étienne de La Boétie (2008) se preguntaba con asombro, frente a lo que consideraba un “escándalo de la razón”, por la inclinación de los muchos hacia *la servidumbre voluntaria*: “cómo pueden tantos hombres, tantos pueblos, tantas ciudades, tantas naciones soportar a veces a un solo tirano, que no dispone de más poder que el que se le otorga, que no tiene más poder para causar perjuicios que el que se quiera soportar y que no podría hacer daño alguno de no ser que se prefiera sufrir a contradecirlo” (2008: p.45).

1 <https://www.infotechnology.com/online/El-video-de-Instagram-de-Macri-donde-se-afirma-que-la-culpa-la-tienen-los-argentinos-20190307-0001.html>

El filósofo renacentista proponía como primera hipótesis la cobardía: “Si dos, tres y hasta cuatro hombres ceden a uno, nos parece extraño, pero es posible; en este caso, y con razón, podríamos decir que les falta valor” (2008: p.47). Este razonamiento sería retomado y desarrollado tiempo después. En el pensamiento político de Hobbes, por ejemplo, el miedo está en la raíz del contrato social, en el sentido de que hace que el hombre abandone el estado de naturaleza para encontrar seguridad y librarse de la amenaza de muerte violenta. La célebre ilustración del frontispicio del *Leviatán* (1651) muestra la amenazante figura de un gigante que lleva en su mano derecha una espada y en la izquierda un báculo de obispo, como estrategia visual para evitar la siempre presente amenaza de una guerra civil (Bredenkamp, 2007),

Pero para La Boétie, esta imagen hubiera representado el opuesto exacto de la figura del soberano. Desde su perspectiva, no se trataba “de un Hércules o de un Sansón, sino de un único hombrecillo”, por lo que descartará rápidamente la suposición que había deslizado en un primer momento. “Dos hombres, y quizá diez, pueden temer a uno. ¡Pero que mil, un millón, mil ciudades no se defiendan de uno, no es siquiera cobardía!” (2008: p.47). En esta cuestión resulta interesante contraponer al dibujo del *Leviatán* otra ilustración, mucho menos famosa, publicada en la revista mexicana *Nexos*.² Describe el acto de coronación de un soberano. Sobre un fondo verde esmeralda se recortan en blanco un conjunto de hombrecitos. Son ocho exactamente, todos semejantes. El primero empezando por la derecha, subido a un gran banquito, saluda con el brazo en alto. Ha sido elevado a autoridad máxima por los demás. La secuencia continúa así. Abajo, el segundo hombrecito le dirige un aplauso al que recibirá los atributos de mando. A su espalda, los tres siguientes le extienden una corona gigante. Por fin, el último trío, cargando con esfuerzo un enorme y pesado garrote, lo entrega a modo de cetro.

¿Cuál es el resorte que los ha impulsado a un sometimiento aparentemente insensato? Objetada la hipótesis de que los hombres obedecen sencillamente forzados u obligados, bajo el efecto del terror, por el miedo a la muerte, La Boétie va a proponer que el secreto de la servidumbre voluntaria se encuentra en la costumbre, la ilusión y el interés.

En relación con este último, La Boétie afirmaba que “gracias a la concesión de favores, a las ganancias, o ganancias compartidas con los tiranos, al fin hay casi tanta gente para quien la tiranía es provechosa como para quien la libertad sería deseable” (2008: p.68). Sin embargo, si bien es un aspecto más a ser considerado, lo cierto es que durante el mencionado conflicto de 2008, una parte de los sectores medios se subordinó a los productores agropecuarios sin que mediara interés alguno. Lo mismo se puede decir de los dos hombres del video. Resulta evidente que al menos el dueño de la fábrica obra en contra de sus propios intereses.

2 <https://www.nexos.com.mx/?p=14088>

En cambio, podría pensarse que, tal como cuenta La Boétie de Mitrídates, “quien se habituó a ingerir veneno” (2008: p.55), una multiplicidad de notas publicadas en los últimos años en distintos medios de comunicación serían las responsables de haber vuelto *costumbre* el sufrimiento. Notas que *militaban el ajuste*. Esas que advertían sobre el peligro de ver partidos de fútbol gratis desde el celular o la tablet,³ proponían vacacionar en carpa o con extraños como forma de ahorrar en viajes y alojamiento,⁴ aconsejaban comer tierra como método para adelgazar,⁵ tomar caldo de huesos para mantener una alimentación saludable⁶ y reemplazar el aceite por grasa de cerdo, más sana y barata.⁷ O las que, con un semblante más solemne y palabras más serias, hablaban del sacrificio portugués y prometían claves de la recuperación de un país con problemas similares a la Argentina.⁸ La lista es enorme, tan grande como el peso de la maquinaria comunicacional.

Al respecto, numerosos analistas han señalado el papel central que desempeñan las corporaciones mediáticas en la tarea de allanar –a fuerza de garrotazos– el terreno de la subjetividad social. Por ejemplo, Ricardo Forster escribía esto en *Página/12*:

Cada vez más se ve el mundo a través de los dispositivos mediáticos, cada vez más la experiencia de la realidad no la hace cada uno sino que es generada en los laboratorios de la industria del espectáculo y la comunicación. Somos dichos y contruidos por estos lenguajes tecnológicos que despliegan las 24 horas del día sus tentáculos informativos y sus infinitas maneras de ficcionalizar el mundo en el que vivimos. Sin darnos cuenta somos hablados por un Gran Otro que se inmiscuye en lo más profundo de nuestra intimidad y organiza nuestra representación del mundo.⁹

Hay quienes también extienden esta crítica al terreno de las redes sociales en Internet. En una entrevista publicada en la revista *Nuestras Voces*, el neurobiólogo y científico social Gernot Ernst opinó lo siguiente cuando se le preguntó por el apoyo de la gente a la derecha: “El contexto social actual es el caldo de cultivo para esto. Internet literalmente bombardea con mierda los cerebros de las personas”. Y agregó: “Las redes sociales están plagadas de pseudo argumentación, generan egoísmo y con ellas es fácil

3 *Clarín*, 7/4/18.

4 *Clarín*, 28/1/18 y 20/7/17.

5 *Clarín*, 13/1/19.

6 *Clarín*, 26/11/17.

7 *Clarín*, 11/05/18

8 *La Nación*, 3/5/19.

9 <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-297926-2016-04-27.html>

burlarse de asuntos realmente serios, como una tragedia humana, un acto de corrupción política, y la lucha de un grupo de personas por sus derechos”.¹⁰

Es interesante notar cómo resuena el *Discurso sobre la servidumbre voluntaria* – muy anterior al surgimiento de las modernas tecnologías de la información y comunicación– en estas formulaciones. La Boétie advertía hace más de cuatrocientos setenta años sobre el mecanismo de la ilusión por el cual se llega a creer que algo es cierto, sin serlo: “Los reyes de Asiria, y después los de Media, no aparecían en público sino al anochecer, con el fin de que el populacho creyera que en ellos había algo sobrehumano y de crear esta ilusión en aquellos que alimentaban su imaginación con cosas que jamás habían visto” (2008: p.64).

Los de Forster y Ernst son argumentos conocidos y repetidos en los últimos tiempos.¹¹ Pero aun considerando el poder de los medios para imponer agenda, configurar marcos de percepción o reforzar creencias sociales, no debería pasarse por alto el hecho de que estas tecnologías también son producidas por las relaciones sociales que a su vez contribuyen a organizar. Ya hace varios años Sergio Caletti (2000) había interpretado que sus “éxitos” y su capacidad de consolidación “se asientan precisamente en su capacidad para “materializar” –y por cierto extender, a favor de ciertos agentes y estrategias– tendencias sin embargo definidas en el seno de la propia vida social, en la práctica de sus luchas e, incluso, de sus configuraciones imaginarias, y no definidas por efecto de imposición de un algo radicalmente exterior” (p.64). En todo caso, se podría considerar que los medios masivos de comunicación poseen la capacidad, si no de determinar desde afuera, sí de desplegar, consolidar y amplificar la orientación y las reglas de las relaciones sociales que se condensaron en ellos, reforzando así los modos de vinculación de los sujetos con el mundo.

Ahora bien, si la servidumbre voluntaria no supone necesariamente la imposición coactiva de un poder exterior sobre la vida de un grupo social, se actualiza la pregunta de La Boétie: ¿por qué los hombres llegan a desear la sumisión en la que viven? Para poder dar con otras claves de análisis que permitan responder a esta pregunta resulta conveniente recurrir al concepto psicoanalítico de *goce*. Según Yannis Stavrakakis (2007), a lo largo de los últimos años el psicoanálisis, y especialmente la teoría

10 <http://www.nuestrasvoces.com.ar/el-salon/diablos-la-gente-apoya-la-derecha/>

11 Se puede citar, entre otros, la investigación de Ernesto Calvo y Natalia Aruguete (2020) sobre el funcionamiento de las redes sociales, quienes enfatizan la intencionalidad política de gran parte de la información falsa que se consume: “Detrás de las *fake news* hay un acto político, ejercido por los usuarios de alto rango (autoridades de la red) con una finalidad política o por los usuarios de bajo rango como parte de la chicana nuestra de cada día” (p. 22). En este mismo sentido, Maurizio Ferraris (2019) señala en su libro sobre la posverdad que hoy la gente ha dejado de creer en el Más Allá o en la brujería pero “está convencida de que las vacunas provocan autismo, y lo difunde no a través de un boca a boca limitado por definición, sino empleando medios de comunicación de una potencia infinita” (p. 5).

lacaniana, se han convertido en uno de los recursos más importantes en el contexto de la actual reorientación de la teoría política y los análisis críticos contemporáneos. Aunque la noción lacaniana de subjetividad, dice, ha sido reconocida como el punto de partida por excelencia para la apropiación sociopolítica de Lacan, desde su punto de vista, son sus conceptos sobre el nivel objetivo los que revelan específicamente una mayor importancia para la teoría política.

Propone que la dimensión más radical de la teoría lacaniana consiste, no en reconocer el hecho de que el sujeto está marcado por una falta irreductible (falta de *jouissance*, de un goce real, pre-simbólico, que se postula como una completud perdida, falta que sólo puede llenarse con objetos socio-simbólicos de identificación), sino en darse cuenta de que el mismo orden socio-simbólico, el Otro objetivo, también está estructurado en torno a un vacío central. La consecuencia, dice, es que el sujeto sólo puede constituirse en sujeto de la falta desde el momento en que el Otro completo que podría garantizar su constitución plena está ausente. El sujeto de la falta, no obstante, no deja de desear su completud ausente. Es el hecho de que está marcado por la falta lo que postula la completud como perdida pero posible de ser deseada. Es en el incesante intento de llenar la falta en el Otro con el fin de adquirir la base de una identidad estable, que el sujeto recurre a la fantasía: “Si la condición humana está marcada por una búsqueda de un goce perdido/imposible, la fantasía ofrece la promesa de un encuentro con esta preciosa *jouissance*, un encuentro que es fantaseado como capaz de recubrir la falta en el Otro y, en consecuencia, de colmar la falta en el sujeto” (2007: p.77). Sin embargo, Stavrakakis subraya que este sentido beatífico de la fantasía debe ser combinado con el de la categoría lacaniana de síntoma. Si la fantasía produce la sustentabilidad de una determinada construcción, sólo puede hacerlo presentando al síntoma como una intrusión extraña e inquietante. Así, la proyección imaginaria de un orden social armonioso puede mantenerse únicamente si todos los males existentes son atribuidos a algún agente particular que “roba nuestro goce” (Miller, 2010; Žižek, 2007).

Para iluminar esto se podría mirar a través de las configuraciones imaginarias, fantasmáticas, de quienes, como el que posee la planta que no ha funcionado durante meses, han sido “capturados” por el discurso sobre la militancia del ajuste. En comentarios publicados en blogs o en testimonios recogidos por los medios durante la campaña presidencial de 2019 se observa una gran cantidad de personas que aseguran que su situación económica empeoró durante los cuatro años del gobierno *Cambiamos* pero lo seguirían apoyando. Una docente que marcha contra Vidal pero la votaría en 2019; una jubilada que votó a Macri, le sacaron la pensión, pero no se arrepiente; un ingeniero en alimentos que se quedó sin trabajo hace seis meses y acepta como necesario que al laboratorio que lo empleaba le fuera mal; un señor que dejó de comer asado pero dice no interesarle; un vecino de Ciudad Evita que sigue

apostando al cambio a pesar de que no le alcanza el sueldo para llenar la heladera. Del mismo modo, se puede observar como estos testimonios están atravesados por un rechazo profundo hacia el peronismo y el proceso kirchnerista en particular. Se identifica a los gobiernos peronistas con la corrupción, el autoritarismo, la intolerancia, la demagogia, la inmoralidad y la falta de justicia. También se les atribuye el atraso cultural, la explotación de la pobreza y la ignorancia. Dos ejemplos sintetizan el imaginario arraigado en el antiperonismo de estos sectores medios: “Después de cuatro años no podés recomponerte de doce años de dictadura política como hubo con el kirchnerismo”; “Han robado el país, y ahora quieren volver, después de los cuatro años de sacrificio. No, no quiero eso”.

¿Por qué en lugar de cualquier otra cosa estas personas prefieren sufrir? Como una suerte de servidumbre voluntaria, sostiene Alemán (2016), “los sujetos son capaces de atentar contra sus propios intereses vitales (...) para preservar un goce absurdo, sin sentido” (p. 71). El análisis de una serie de viñetas y otros materiales humorísticos ofrecen alguna pista al respecto. Por ejemplo, una producción del grupo de humor “Alegría” que circuló por las redes sociales durante el gobierno de *Cambiamos*. La imagen muestra a un hombre arrodillado con la cabeza dentro de una gran prensa. Un río de sangre corre por el costado y tiñe de rojo el piso. Junto a él, un verdugo aprieta con fuerza la manivela mientras dice: “Es un poco de ajuste... ¡Pero están presos Boudou y De Vido!”. Se podría imaginar al dueño de la fábrica largando una carcajada. En la risa que desencadena el chiste se muestra ese exceso de satisfacción que Lacan llamó plus de goce: una recuperación parcial del goce perdido, robado por otros. ¿De dónde proviene? ¿Del hecho de que los ex funcionarios acusados de corrupción estén presos? ¿O, más bien, la satisfacción que experimenta procede del hecho de que los beneficiarios de las políticas que aplicaron los “corruptos” ya no pueden irse unos días de vacaciones o comprarse un coche como antes? La pregunta se responde con uno de los clásicos cuadros de Daniel Paz & Rudy, publicado en *Página/12* por la misma época. Hay dos oficinistas conversando. Uno dice: “Antes, no podía encontrar mesa porque el restaurante estaba lleno de negros”. “¿Y ahora?”, pregunta el otro. “Ni idea... hace dos meses que no como afuera”, remata el primero. “No le jodía la corrupción, le jodía la igualdad”, reza, apócrifa, la placa roja de Crónica.

La cercanía semántica entre los vocablos “gozar” y “joder”, subrayada por Néstor Braunstein (2006) en su libro sobre el concepto de goce, permite conectar estas escenas con otra, recuperada través de una fotografía extraída de la web. Data del año 2008, pleno conflicto por las retenciones móviles. Un grupo de personas se movilizan por las calles de Buenos Aires. Se ve una bandera argentina flameando. Llevan, en el frente, un gran faldón hecho de cartón corrugado. En letras blancas, de imprenta, se lee: “¡Con El Campo No Se Jode!”.

El proceso de reconfiguración subjetiva *neopolítica*

En primer lugar es importante señalar que el fenómeno en cuestión no constituye una absoluta novedad sino que expresa la continuidad de un proceso que se viene gestando hace más de 40 años. Desde la última dictadura cívico-militar, el rumbo y la forma que adquirió la gubernamentalidad trazaron las líneas de un proceso de reconfiguración subjetiva que de un modo complejo, pero cada vez más subordinado a la lógica neoliberal, sentó las bases para la constitución de una ciudadanía dispuesta a asumir pasiva o voluntariamente una serie de medidas y restricciones, como las políticas de ajuste, que en otros tiempos habrían sido resistidas con vehemencia. En los primeros años de la transición democrática, profundizando la negación de la condición agonal de la política y limitándola a una puesta en escena para la rutinización de los procedimientos más básicos de la democracia liberal. Durante la década del noventa, impulsando la desarticulación entre el espacio público y los asuntos de interés común, que quedaron en manos de técnicos y políticos profesionales. El conflicto por las retenciones móviles significó la apertura de un tiempo público durante el cual se vio posibilitada la constitución de una nueva subjetividad política, inscripta en el particular momento de su aparición. Específicamente, se trató de un momento que evidenció cierto resquebrajamiento de la hegemonía neoliberal. De modo que las circunstancias concretas que posibilitaron la configuración de un espacio público-político en el transcurso de los sucesos de 2008, fueron distintas a las que habían conducido al eclipsamiento de la política que extendió su sombra desde la década del noventa hasta bien entrados los años dos mil.

En el marco de un complejo proceso de repolitización en la región, la ampliación de la preocupación por los asuntos comunes, que en la Argentina llegó a involucrar a sectores que hasta poco tiempo atrás se habían autoexcluido de la esfera pública, permitió la emergencia de un tipo de subjetividad que se propone denominar *neopolítica*. La acuñación del término remite, de manera tensa, a una doble caracterización: por un lado, alude a la incorporación de esos actores a la esfera pública y su involucramiento en discusiones y controversias de índole político, pero por el otro, sugiere la persistencia, en la subjetividad de esos mismos actores, de disposiciones afectivas provenientes de una configuración de larga data –cristalizadas en una identidad de clase media asociada a posiciones con un fuerte componente antiperonista (Adamovsky, 2009)– sobre las cuales operaron durante la década del noventa modos de identificación y participación ciudadana configurados por el modelo neoliberal.

Particularmente durante el conflicto por las retenciones móviles, se asistió no solo a una disputa de ingresos entre el Gobierno nacional y las entidades agropecuarias sino, además, a una lucha respecto de la significación del conflicto que comprometió a un amplio abanico de actores. Una serie de voces representantes de los diversos secto-

res involucrados (funcionarios, dirigentes rurales, actores sociales o políticos de peso) confluyó en una esfera pública sometida a una fuerte tensión producto de la oposición entre modos contradictorios de apreciar la situación y la deliberación abierta acerca de cuestiones tales como la política fiscal utilizada por el Gobierno nacional, la elaboración e implementación de las políticas públicas o los alcances y los límites en la relación entre Estado y mercado.

Los medios masivos de comunicación intervinieron haciendo circular y cristalizando una serie de opiniones y creencias, que lograron interpelar a una parte importante de los argentinos, entre ellos, a un sector de la clase media porteña con débil o ausente preocupación por los asuntos públicos. Concretamente, la emergencia de un discurso en el cual “la esencia de la argentinidad”, “la defensa de la institucionalidad”, “la voluntad de diálogo”, aparecían amenazadas por “el autoritarismo gubernamental” y “la violencia política”, contribuyó a crear las condiciones para la adhesión de esos sectores medios a los reclamos de “el campo”.

Frente a este panorama, en el transcurso de la investigación surgieron dos interrogantes: ¿en qué términos pensar la participación de una parte de los sectores medios en apoyo al sector agrario? y ¿cómo caracterizar a esa nueva figura subjetiva que se manifestó en este proceso? Para darles respuesta, se trabajó con entrevistas a personas pertenecientes a los sectores medios urbanos de la ciudad de Buenos Aires que adhirieron o participaron de los reclamos de la dirigencia rural durante el período que duró el conflicto, así como también con registros de intervenciones públicas de políticos, funcionarios y dirigentes agropecuarios, comentarios publicados en blogs y testimonios recogidos por los medios durante el conflicto.

Un repaso por las declaraciones de los dirigentes agropecuarios al periodismo durante los primeros días del conflicto muestra cómo el discurso contra las retenciones móviles se construyó inicialmente sobre un conjunto de reivindicaciones sectoriales vinculadas a “la pérdida de la rentabilidad”, “la falta de una política agropecuaria de largo plazo” o “la falta de atención a los problemas de las economías regionales”. Si bien la recurrencia de este tipo de expresiones pudo favorecer la articulación de los reclamos de cada fracción del sector en una demanda unificada, no parece ser el factor fundamental en el desencadenamiento de la adhesión de una parte de la clase media urbana –que no tenía intereses económicos o de otro tipo con “el campo”– al reclamo del empresariado rural. La cuestión referida a las retenciones y la renta agraria, a pesar de haber sido el detonante del conflicto, casi no apareció explícitamente mencionada por los entrevistados.

Entonces, ¿qué es lo que hizo que esas personas subsumieran su voz en las expresiones de los productores rurales? Una primera respuesta podría ser que los dirigentes agropecuarios intentaron inscribir gradualmente el reclamo en contra de las retenciones en un discurso en el que se pudiesen incorporar demandas de otros sectores sociales. Los

aportes de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe (1987) permiten echar luz sobre la articulación entre los reclamos de los productores del campo y las demandas de los habitantes de la ciudad. Se explicaría por la misma lógica equivalencial que unificó al conglomerado de ruralistas inicialmente: una serie de demandas acumuladas (seguridad, lucha contra la inflación, denuncias de corrupción gubernamental) comenzaron a percibirse como equivalentes a los reclamos contra las retenciones en su rechazo común a “la mentira”, “la agresión”, “el atropello” encarnados en el Gobierno nacional. En esa coyuntura, “campo” dejó de ser el significante que encarnaba aquel conjunto de demandas insatisfechas de los productores rurales, y empezó a funcionar como aglutinador de las diferentes reivindicaciones. Así, los sectores medios urbanos, cuyas actividades económicas no habían sido afectadas por las retenciones móviles, pudieron verse representados en el discurso del empresariado rural y se sintieron con posibilidad de expresar su descontento.

De todos modos, persistiría el interrogante acerca de por qué las enunciaciones por parte de los dirigentes agrarios impactaron de un modo en que el Gobierno nacional, a pesar de que también buscó insistentemente interpelar a la clase media presentando datos y razones de peso, no pudo hacerlo. Se podría argumentar que las entidades ruralistas ocupaban lugares sociales de alta concentración de poder económico y simbólico. Sin embargo, Cristina Fernández también poseía la eficacia simbólica para construir y definir la realidad sociopolítica con su lenguaje, sus palabras y sus clasificaciones. Las intervenciones públicas que hizo la expresidenta durante el conflicto muestran cómo destinó gran parte de sus intervenciones públicas a rebatir los argumentos esgrimidos por el discurso rural (por ejemplo, cuestionando el pretendido carácter confiscatorio de las retenciones). No obstante, no solo no pudo corroer la unidad entre sectores medios y dirigencia agraria, sino que, por el contrario, cada intervención suya –o de cualquier otro integrante del Gobierno– parecía reforzarla aún más.

Por otra parte, si bien la mayoría de los entrevistados encontró argumentos para justificar su adhesión a los reclamos de “el campo” (replicadas casi literalmente de las intervenciones públicas de los dirigentes agropecuarios y de las construcciones que hacían los medios), ciertas ambivalencias detectadas en las intervenciones¹² hacen pensar que la eficacia de la interpelación del discurso “pro-campo” o “anti-gobierno nacional” (vale decir, lo que permitió “convencer” a la clase media de sumarse a la protesta), radicó en que no solo se limitó a operar a nivel racional. Logró hacerlo además en la *dimensión*

12 Gran parte de las intervenciones de los entrevistados aparecen atravesadas por una serie de tensiones que se expresan en ciertas contradicciones o ambivalencias respecto de los motivos que suscitaron la participación. Por ejemplo, la ambivalencia entre el interés general y la búsqueda del bien particular se manifestó en el relato de muchos entrevistados que enunciaban cierta solidaridad con los reclamos de la dirigencia rural al mismo tiempo que dejaban ver su fastidio por el desabastecimiento de los supermercados.

afectiva de su subjetividad, movilizando ciertas disposiciones que se pusieron en juego en el proceso de identificación que condujo a la constitución de una identidad colectiva en torno de las demandas del agro. Esto se evidencia en la presencia recurrente de enunciados que dejaban traslucir la persistencia de una configuración afectiva con una larga sedimentación, delineada en buena medida a partir del antagonismo entre peronismo y antiperonismo. Enunciados que expresaban no solo la preocupación por el desabastecimiento de productos para el consumo, sino también el temor a que el Estado continuara inmiscuyéndose en la economía y la vida privada de las personas, a perder aquello que efectivamente se tiene o a sufrir los embates de políticas de tipo redistribucionista.

Las entrevistas permitieron sacar a la luz aspectos que quedarían ocultos desde una lectura enfocada en los aspectos más racionales. Particularmente, se puede vislumbrar no solo por qué el Gobierno nacional no pudo desarticular la unidad entre sectores medios y dirigencia agraria, sino también por qué cada nueva intervención gubernamental terminaba fortaleciéndola. Frente a la conformación de un conglomerado de sectores sociales diferentes a partir de la articulación equivalencial de demandas en torno del reclamo original de los productores agropecuarios, el Gobierno aparecía como “lo excluido” de la nueva identidad diferencial, “un “exterior” que amenazaba la identidad del “interior”. Así, lo que quedaba por fuera de la frontera de exclusión no solo eran “la mentira”, “la agresión”, “el atropello”, sino también todo aquello que atentaba contra los derechos a la propiedad, a la libre empresa y a la libre actividad económica, encarnados en el modelo del “empresario de sí mismo”.

Por otra parte, como el grado de unificación que podía existir entre los diferentes sectores no era la expresión de una esencia común subyacente, sino el resultado de una articulación política contingente, la identidad construida en torno a las demandas del agro, al fundarse en lo que dejaba afuera, en “lo excluido”, se definió fundamentalmente a partir de lo que “no era”: no era la intervención del Estado, el dirigismo económico, la creciente fiscalización de los negocios o el avance contra la propiedad privada y la libertad de empresa.

Se ve así por qué, más que exponer reivindicaciones propias del grupo, los sectores medios manifestaron su apoyo a “el campo” con consignas del tipo “el campo somos todos” y otras creencias tales como “el campo es la patria”, que lo equiparaban con la esencia de la argentinidad. Ahora bien, ¿con qué país, con que patria, se identificó a “el campo”?

Aunque convendría no perder de vista que la identificación del campo con la patria se inscribe en tiempos largos en la historia del país (el modelo idílico de “el granero del mundo” de principios del siglo XX avasallado por el industrialismo de mediados del siglo), en el conflicto por las retenciones, la identificación se encaminó fundamentalmente a restituir una Argentina que se percibía como

amenazada con el fracaso del modelo neoliberal. Desde la perspectiva de Laclau (2005), la conformación de una identidad colectiva en torno de los reclamos de “el campo” no descansó exclusivamente en el reconocimiento de una parte de la clase media porteña en los argumentos del discurso que identificó al campo con la patria sino que encontró parcialmente su raíz en una relación compartida con los productores del agro hacia un goce encarnado en un objeto contingente –el significativo “patria”–, que pasó a ser la representación de una plenitud mítica. Ese discurso reintegró imaginariamente algo del goce perdido bajo la creencia de que la completud de la sociedad se alcanzaría “eliminando” al otro que “no nos permite ser plenamente nosotros mismos”.

De este modo, antes que en alguna cualidad común preexistente o en un conjunto de razones compartidas, los lazos que unieron a ese conjunto heterogéneo de individuos en un grupo se crearon a partir del rechazo a las políticas impulsadas por la presidenta de la Nación. Se condensó –se cargó emocionalmente– en su figura (y en el Gobierno en general) el conjunto de todos los males que aquejaban a la sociedad (corrupción, inseguridad, desempleo, etcétera). El argumento imaginario fue que si se retiraba la Resolución 125 la sociedad podría recuperar el orden amenazado y se solucionarían todos los problemas. Finalmente, la habilitación de un canal institucional a través del cual el conflicto pudo adoptar una forma *agonista* impidió, aun con serias dificultades, que tomara un rumbo antagónico (Mouffe, 2007).

De esta forma, el discurso de “la patria” como plenitud imposible habilitó la irrupción del contenido individualista y antiplebeyo característico de la identidad de la clase media argentina, así como supuso la reactualización de un tipo de subjetividad propia del orden neoliberal. Ambos componentes –el antiperonista y el neoliberal– confluyeron en un denominador común que configuró la subjetividad de una parte de la clase media porteña, para la cual la fantasía de una “vida buena” o una “sociedad justa” pasaría por la defensa y la reivindicación de las libertades individuales por sobre la construcción de la comunidad, la preeminencia de la lógica del mercado, el rechazo a la política como vía de regulación de la vida social y el odio por el otro en tanto amenaza de la propia existencia. En este sentido, se puede sostener que la nueva subjetividad política y las formas de intervención que se pusieron en escena durante el conflicto, evidenciaron cierta politización o involucramiento en los asuntos públicos, pero expresaron, por sobre todo, un rechazo rotundo a cualquier forma de intervencionismo estatal que suponga formas de redistribución social. Esa “fobia al Estado” (Foucault, 2007), que cobró forma en la defensa a ultranza del principio de libertad individual, hace que esta figura aparezca como base de intervenciones que podrían pensarse como características de un conservadurismo restaurador.

Algunas conjeturas a modo de cierre

¿Qué posibles puentes podrían tenderse entre el proceso de reconfiguración subjetiva que tuvo su expresión más nítida en el conflicto agropecuario de 2008 y la renovada preferencia por las políticas neoliberales expresada poco tiempo después?

Si bien es apresurado para conclusiones definitivas, el análisis realizado hasta aquí muestra que en la escena política 2015-2019 se asiste, por un lado, a una exacerbación de ciertos rasgos característicos de la denominada subjetividad neopolítica en 2008. En particular, persisten y se profundizan aquellos rasgos asociados más estrechamente al orden neoliberal junto a aquellos otros propios de la tradición individualista y antiplebeya característica de la identidad de un sector de la clase media argentina. Al mismo tiempo, la exacerbación de dichos rasgos se presenta desplazada, desdibujando la voluntad de participación política de estos sectores que había caracterizado la escena del 2008 y habilitando la emergencia de lo que puede denominarse nuevas formas de servidumbre voluntaria. Aquí la palabra voluntad habría que desligarla de la definición tradicional, propia del racionalismo ilustrado. No se trata ya de la capacidad humana de decidir libremente lo que se desea o no, sino de una voluntad orientada por una lógica de “autovaloración de sí” que el neoliberalismo ha logrado introducir en el sujeto a través de distintos dispositivos de rendimiento y goce, que escapan a su conciencia. En concreto, refiere al abandono del discurso de la buena vida –expresión del deseo de un estado presente o futuro de disfrute– y su relevo por un discurso sacrificial a través del cual se acepta la frustración del disfrute propio a condición de obturar el de los demás. Estos rasgos aparecen enlazados a la efervescencia de los discursos del odio y la legitimación de la desigualdad, tramitados tanto desde ámbitos gubernamentales como desde distintas esferas de la sociedad civil.

A partir de esta conjetura se puede volver a observar la foto. Son más de ocho, todos idénticos. Ahí están el hombre de la cabeza prensada, su futuro verdugo y el oficinista recién salido de un restaurante. Llevan garrote, llevan corona. Hay uno que aplaude. Se ve también a los vecinos del video imaginando que si se retiraba la Resolución 125 –o mejor: si renunciaba la presidenta– la sociedad podría recuperar el orden amenazado y se solucionarían todos los problemas. El goce se había refugiado en la fantasía de regreso mítico al país previo al '45 o a los años dorados del consumo menemista, donde el Estado no intervenía en la vida privada de los ciudadanos. En la coyuntura 2015-2019, la manera de gozar del que tiene parada la fábrica es sacrificarse a condición de que el otro no goce. Como se sacrifica el oficinista con tal de que los negros no puedan acceder a comer en un restaurante como antes. Ya no se movilizan en grandes números, pero demuestran una enorme voluntad de sacrificio que configura una nueva forma de servidumbre voluntaria materializada en el discurso de los medios sobre la militancia del ajuste.

Bibliografía:

- Adamovsky, E. (2009). *Historia de la clase media argentina. Apogeo y decadencia de una ilusión, 1919-2003*. Buenos Aires: Planeta.
- Alemán, J. (2012). *Soledad: Común*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Alemán, J. (2016). *Horizontes neoliberales en la subjetividad*. Buenos Aires: Grama.
- Calvo, E. y N. Aruguete (2020). *Fake news, trolls y otros encantos. Cómo funcionan (para bien y para mal) las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Braustein, N. (2006). *El goce. Un concepto lacaniano*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Bredenkamp, H. (2007). "Las estrategias visuales de Thomas Hobbes". En Springborg, P. (ed.), *The Cambridge companion to HOBBS'S LEVIATHAN*, Cambridge University Press, pp. 29-60.
- Caletti, S. (2000). "Videopolítica, esa región tan oscura. Notas para repensar la relación política/medios". En *Constelaciones de la Comunicación N° 1*, Fundación Walter Benjamin.
- Ferraris, M. (2019). *Posverdad y otros enigmas*. Buenos Aires: Alianza.
- Foucault, M. (2007). *Nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: FCE.
- La Boétie, E. (2008). *El discurso de la servidumbre voluntaria*. Buenos Aires: Terramar.
- Laclau, E. y Ch. Mouffe (1987). *Hegemonía y estrategia socialista*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Laclau, E. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: FCE.
- Miller, J-A (2010). *Extimidad*. Buenos Aires: Paidós.
- Mouffe, Ch. (2007). *En torno a lo político*. Buenos Aires: FCE.
- Stavrakakis, Y. (2007). *Lacan y lo político*. Buenos Aires: Prometeo.
- Žižek, S. (2007). "¡Disfruta a tu país como a ti mismo!". En *El acoso de las fantasías*, Buenos Aires: Siglo XXI.

A FACETA CONVERSADORA DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: DA QUEDA DE CONSUMO À ADESÃO AO BOLSONARISMO

Paulo Ricardo Zilio Abdala
Docente e Pesquisador da Escola de Administração da UFRGS
Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora

RESUMO:

El surgimiento de un gobierno nacional declarado autoritario y conservador en Brasil debe entenderse junto con las transformaciones económicas que se han producido en el país en las últimas décadas. Al considerar este lapso, uno de los elementos que emerge es la adhesión de la llamada nueva clase media (NCM), antigua simpatizante del PT y celebrada por la opinión pública por su ascenso como consumidora, al proyecto bolsonarista. Para avanzar en la comprensión de este fenómeno, es necesario comprender la estrecha relación entre consumo y comportamiento político en la clase media, tarea a que se propone en este ensayo. Antes de continuar, es importante aclarar que he estado estudiando la temática desde 2012. En mi tesis doctoral sostuve que la idea del surgimiento de un NCM era una estratagema para la organización de una agenda positiva con consensos transitorios de problemas sociales durante la fase de ascenso del péndulo económico, especialmente entre 2008 y 2012. La base de la estratagema se constituyó a partir de dos interfaces: la académica / teórica, basada en la teoría de la estratificación, y la gubernamental, basada en acciones en torno al fomento del consumo. Desde entonces, advertí que el fenómeno fue transitorio y principalmente impulsado por el uso de un momento macroeconómico favorable, incluso en el apogeo de su celebración. Esta conclusión fue posible a partir de la dialéctica del consumo, propuesta por Álvaro Vieira Pinto. Para él, el consumo solo puede entenderse en su relación dialéctica con el trabajo, la producción y las clases sociales. En este sentido, existe una distinción esencial en América Latina entre los consumidores, para quienes el consumo es un derecho y un acto común de la vida cotidiana, y los no consumidores, para quienes el consumo es un acto cargado de ansiedad debido a la incertidumbre sobre la posibilidad de pagar. Según el autor, el no consumidor solo se convierte en consumidor en los momentos en que sube el péndulo económico, exactamente como sucedió hasta 2014, cuando el inestable pacto de fuerzas que apoyaban al Petismo se disolvió con la crisis económica y política que culminó en el golpe que sacó a Dilma Rousseff del poder. Siguiendo a la tesis de José Nun, la clase media en América Latina se guía por una conciencia política conservadora, siempre en busca de intereses económicos inmediatos. Esto explicaría su inclinación

al autoritarismo cada vez que percibe amenazas a su nivel de vida (y dado que no si siente amenazado por la violencia fascista). Remontándonos a los tiempos actuales, la actualización de la tesis implicaría entender que la abrupta caída del consumo de los no consumidores, luego de experimentar años de expansión de su nivel de vida, sumado al lava-jatismo y las acusaciones mediáticas de corrupción que supuestamente explicaría en parte la pérdida de su poder adquisitivo, es lo que llevó a la adhesión al proyecto que mejor se vendía como la superación de múltiples crisis, el bolsonarismo.

Introdução

A ascensão de um governo nacional com projeto declaradamente autoritário e conservador no Brasil precisa ser compreendida ao largo das transformações econômicas ocorridas no país nas últimas décadas. A partir deste recorte temporal, um dos elementos que despontam é a adesão da denominada nova classe média (NCM), outrora apoiadora do petismo e celebrada pela opinião pública por sua ascensão como consumidores, ao projeto bolsonarista. Para avançar na compreensão deste fenômeno, faz-se necessário entender a estreita relação entre consumo e comportamento político nos estratos inferiores da classe média, tarefa proposta neste ensaio.

Antes de prosseguir, é importante esclarecer que venho estudando a temática da chamada NCM brasileira desde 2012. Em minha tese de doutorado (Abdala, 2014) defendi que a ideia da emergência de uma NCM foi um estratagema para a organização de uma agenda positiva com consensos sociais transitórios durante a fase de ascensão do pêndulo econômico, especialmente entre 2008 e 2012. A base do estratagema foi constituída a partir de duas interfaces: a acadêmica/teórica, a partir da teoria da estratificação, e a governamental, a partir de ações em torno do incentivo ao consumo.

Já alertava desde então que o fenômeno era transitório e majoritariamente impulsionado pelo aproveitamento de um momento macroeconômico favorável, mesmo no auge de sua celebração. Esta conclusão teve como fundamento teórico a categoria de dialética do consumo, proposta por Vieira Pinto (2008). Para ele, o consumo só pode ser compreendido em sua relação dialética com o trabalho, a produção e as classes sociais. Por este prisma existe na América Latina uma distinção essencial entre consumidores, aqueles para os quais consumir é um direito e um ato banal do cotidiano, e não consumidores, aqueles para os quais consumir é um ato carregado de ansiedade pela incerteza sobre a possibilidade de pagar. Segundo o autor, o não consumidor só se torna consumidor nos momentos de ascensão do pêndulo econômico, exatamente como ocorreu até o ano de 2014, quando o pacto instável de forças que apoiavam o petismo se dissolveu com a crise econômica e política que culminou no golpe que retirou Dilma Rousseff do poder.

Segundo tese clássica de Nun (1967), a classe média na América Latina se orienta por uma consciência política conversadora, sempre em busca de interesses econômicos imediatos. Isso explicaria sua inclinação ao autoritarismo sempre que percebe ameaças ao seu padrão de vida (e uma vez que não se vê ameaçada pela violência fascista). Voltando aos tempos atuais, a atualização da tese implicaria em compreender que a queda abrupta no consumo os não consumidores, após vivenciarem anos de ampliação de seu padrão de vida, somado ao lavajatismo e as acusações midiáticas de corrupção que supostamente explicariam em parte a perda de seu poder aquisitivo, levou a adesão ao projeto que melhor se vendeu como a superação das múltiplas crises.

Nova Classe Média Brasileira e a Dialética do Consumo

A classe média é uma temática polêmica do ponto de vista teórico. Com frequência é tratada como um dos mais espinhosos assuntos para a teoria social em geral e para o marxismo em específico. Como meio para encaminhar o assunto neste artigo, sigo a solução apontada por Wacquant (2019) para quem a questão deve ser abordada prioritariamente do ponto de vista histórico, a partir do estudo real das práticas de classe, sendo os espaços sociais intermediários, por sua própria natureza, propícios para serem recordados e agrupados de maneiras distintas e opostas a partir do ponto de um determinado ponto de vista político e ideológico.

Tal alerta pode ser transposto para o estudo da NCM brasileira, considerada por muitos como o sinal mais forte de uma suposta ascendência social e econômica dos estratos mais baixos da distribuição de renda durante, principalmente, a primeira década dos anos 2000. Mas antes de adentrar nos fatos que ajudam a conhecer mais especificamente do que falamos quando falamos em NCM no Brasil, é preciso compreender a construção social criada em torno do fenômeno.

Conforme analisei em minha tese de doutorado, o surgimento de uma NCM no Brasil fez parte da composição de um estratagema voltado para a organização de uma agenda positiva em torno do momento positivo da economia, celebrado como desenvolvimento (Abdala, 2014). Tal estratagema foi erguido em torno de dois pilares centrais, um de contornos teórico-acadêmicos e outro de matriz tático-governamental. O termo estratagema expressa o sentido dado por Schopenhauer (1923) para referir-se a maneiras pelas quais as pessoas argumentam para vencer debates mesmo sem estarem convictas de sua posição.

Do ponto de vista da academia, proliferaram trabalhos de ideólogos mais ou menos alinhados ao governo federal enaltecendo, cada um da sua maneira, uma suposta ascensão social pelo consumo. Uma das referências semanais é o trabalho de Marcelo

Neri a frente do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), autodefinido como um centro que “busca contribuir para o desenvolvimento inclusivo brasileiro conectando a pesquisa aplicada ao debate na sociedade e à implantação de políticas públicas” (CPS/FGV, *online*). Entre 2008 e 2012, o CPS/FGV e Marcelo Neri produziram uma série de pesquisas e publicações sobre o tema, enaltecendo a redução da desigualdade, o novo momento do desenvolvimento e a ascensão social pelo consumo de um enorme contingente de pessoas que estavam “realizando o sonho de subir na vida” (Neri, 2011). As publicações tinham um tom que misturava análise tendenciosa de dados para reforçar uma tese previamente formada com afirmações caricatas de apelo popular. Neri ganhou muito espaço na mídia, sendo importante na popularização do estratagema. Em 2012 foi recompensado por seu esforço com um cargo no Governo Federal, tornando-se ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, ligado à Presidência da República, cargo que ocupou até 2014. Além de Neri, cabe mencionar Jessé Souza como outro pesquisador importante na propagação do imaginário em torno da ascensão social pelo consumo (Souza, 2010), além, é claro, de diversos outros pesquisadores de menor propagação midiática que fizeram eco a essa tese política, contribuindo para seu fortalecimento.

Neste ponto é importante fazer um resgate conceitual para escapar dos equívocos e descaminhos do debate nos termos propostos. A NCM é uma categoria que remete ao trabalho seminal de Wright Mills (1951), no qual ele descreve o crescimento de níveis hierárquicos médios nas grandes corporações burocráticas. Este fenômeno, novo até então para o capitalismo ocidental, representava uma transformação significativa, na medida em que mesmo profissionais antes autônomos, como médicos, engenheiros e advogados, assumiam cargos como funcionários em grandes estruturas organizacionais – também públicas. O papel central desses funcionários de nível médio relaciona-se com a organização da máquina social, atividades administrativas voltadas para a coordenação das pessoas que produzem.

No que tange à dimensão tático-governamental, diversas ações foram realizadas pelo Governo Federal no sentido de incentivar o consumo em massa, produzindo e reforçando a tese de que estaria ocorrendo uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, o que por sua vez justificaria a emergência de uma NCM. Conforme Dweck, Chaves e Chernavsky (2013), as táticas utilizadas pelo poder público contemplaram: (1) crescimento do poder de compra do salário mínimo; (2) Programa Bolsa Família; (3) política de expansão de crédito; (4) simplificação e desoneração tributária; (5) desoneração ao consumo; e (6) ampliação ao acesso de serviços públicos como complemento ao mercado e por meio de parcerias público privadas.

Este conjunto de ações teve efeitos significativos entre os anos de 2008 e 2013, porém não sem consequências importantes nos anos vindouros, manifestados em uma

crise duradoura e profunda. Os dados reforçam o alerta que já fiz em outras oportunidades, mesmo em meio ao auge do debate (Abdala, 2012), sobre a necessidade de problematizar o fenômeno por outra perspectiva, capaz de explicá-lo em sua relação com a totalidade. Para avançar nas reflexões sobre o estratagema da NCM recorreremos à proposição de Vieira Pinto (2008) sobre a dialética do consumo.

Vieira Pinto constrói o argumento de “Sociologia do Países Subdesenvolvidos”, publicado pela primeira vez em 2008 e escrito em 1975 na forma de cadernos em torno da ocultação do “vale das lágrimas”, figura de linguagem utilizada para definir as desigualdades sociais intransponíveis no contexto do país subdesenvolvido e das maneiras como a “ciência” atua para ocultar o “vale”. Sem considerar a realidade do subdesenvolvimento, definida por Vieira Pinto (2008) como a ausência generalizada de soberania, o trabalho intelectual ajuda a esvaziar a luta pela transformação das condições de vida indignas de grande parte da população: os habitantes do “vale das lágrimas”. O desenvolvimento funcionaria, então, como uma narrativa de ocultação mantida e reforçada pelo trabalho de ideólogos - cientistas sociais e outros intérpretes.

Entre as maneiras de ocultar as diferenças sociais se encontra o consumo, termo com entendimento imediato no senso comum e que, aparentemente, dispensa definição. No entanto, para compreender seu conteúdo lógico implícito é preciso reconhecer que o entendimento corrente se expressa por meio de estatísticas e outros termos matemáticos e econômicos. Para Vieira Pinto (2008), essas operações descritivas são um problema à priori porque pressupõem a adoção de alguma definição teórica não explicitada.

Nesse sentido, para ampliar o conceito de consumo é preciso considerar sua essência material, composta por momentos dialéticos representados por dois verbos: consumir - ação humana envolvida no fabricar, no fazer o objeto, o bem, a mercadoria consumível; e consumir - ação que “[...] representa a aniquilação, a negação do consumido pelo aproveitamento que dele o homem faz, com isso destruindo-o, obrigando-o a fabricar outro objeto igual ou melhor do que o anterior” (Vieira Pinto, 2008, p. 307-8). Não há como consumir sem consumir, nem há motivos para consumir sem consumir. Portanto, o trabalho é central. A atividade positiva do trabalho é produzir bens; já sua atividade negativa é possibilitar, a partir do salário, o consumo que faz a mercadoria desaparecer. Portanto: “o ciclo compra-consumo-sumiço-fabricação-de-outro-exemplar-venda-compra é sustentado pelo trabalho e revela outro importante aspecto que a análise do processo explicita, a saber, o caráter humano, tanto o positivo, o fazer, quanto o negativo, o desfazer, o consumir”. Essa relação inclui, também, o gastar e desgastar. Consumir é desgastar o objeto no uso; para tanto, é necessário gastar valores econômicos. Para obter dinheiro, é preciso desgastar a si mesmo, consumindo a própria existência. Esse ato de negação de si mesmo é positivamente remunerado com dinheiro na forma de salário (Vieira Pinto, 2008, p. 309).

Considerando a relação entre consumo e classes sociais, Vieira Pinto (2008, p. 321-2) elabora a distinção fundamental entre o consumidor e o não-consumidor:

O consumidor para quem o consumo é um hábito social que exerce continuamente e em relação a tudo quanto lhe apetece, considera-se naturalmente instalado nessa condição em virtude de um direito que lhe é inerente e que pratica livremente, sem indagar se todos os homens dele gozam igualmente. [...] O não-consumidor, para quem o consumo é um ato excepcional, para quem a compra de um objeto, às vezes de uso banal ou imperceptível para a classe dominante, reveste-se de um estado psicológico de esperança, de ansiedade e frequentemente de dúvida sobre a sensatez da decisão, tem de ser, obrigatoriamente, o indivíduo que não está tranquilamente consciente do direito de consumo de tal coisa.

Essas proposições possibilitam compreender os consumidores da NCM como não-consumidores. Além disso, para consumir e desgastar mercadorias, é preciso gastar dinheiro. Para tê-lo, o ser humano se desgasta mais e mais e o faz em troca de garantir o fluxo acelerado de consumo que propulsiona a sensação de incorporação do valor dos bens que possui. Na tentativa de antecipar o prazer produzido pelo consumo, o indivíduo faz empréstimos, pagando juros. Como uma montanha russa que acumula energia, o juro da dívida, entendido agora como desgaste reproduzido continuamente sem nenhum tipo adicional de consumo, garante a reprodução ampliada da negação de si mesmo, sem que este consumo de si tenha como contrapartida a energia repositora, psíquica ou física, do consumo da mercadoria. A dívida é, nesse sentido, um desgaste do ser pelo trabalho, agindo em condição inercial até ser parada pelo pagamento, o que representa adiar um possível consumo imediato (Vieira Pinto, 2008).

Adicionalmente, é preciso considerar que o consumo é um elemento importante para a auto definição como classe média. O'Dogherty (2002, p. 11), ao estudar famílias da classe média brasileira, descobriu que o consumo é um elemento de associação social não somente nos momentos de bonança, mas também durante as crises e recessões. O consumo permite a sensação imediata e superficial de proximidade ou afastamento a outros grupos na estrutura social do modo de produção capitalista. Por isso, para a autora, “o projeto de classe de atingir distinção social e modernidade global através do consumo engaja a classe média na reprodução local das desigualdades”.

O sonho do consumo, de mudar de vida, de obter acesso ao consumo, ou, nas palavras de Vieira Pinto, de tornar-se efetivamente consumidor na periferia do capitalismo, traz para as camadas mais pauperizadas preocupações específicas em termos políticos. Bradshaw, Campbell e Dunne (2013, p. 206) defendem a ideia de que a relação en-

tre produção e consumo é política, “já que mesmo uma pitada de sal tem que ser coletada por alguém em algum lugar”, ainda que o consumidor comum não tenha consciência deste fato. Tal ocultação é sustentada pela academia, já que grande parte dos estudiosos de marketing, comportamento do consumidor e antropologia do consumo, mesmos os que se dizem críticos, ignoram a política existente no consumo, contribuindo para seu selecionamento a partir da valorização de elementos culturais e simbólicos (Bradshaw, Campbell e Dunne, 2013).

No caso das classes médias, a tese da motivação pela defesa do interesse econômico ou da possibilidade de consumir sendo não-consumidores é fator preponderante da inclinação política, como será argumentado a seguir.

Da Queda do Consumo à Adesão ao Bolsonarismo

A discussão sobre a inclinação política das classes médias é antiga, importante e recorrente, uma vez que o contingente de pessoas localizadas nos estratos intermediários da distribuição de renda é capaz de decidir os rumos de uma nação. Saes (1985), em um livro exclusivamente dedicado ao tema, inicia lembrando que os grupos médios são secundários no processo político maior, considerando que não fazem parte do antagonismo entre as classes fundamentais. Entretanto, como elemento secundário, são sempre influenciados pela maneira como se constituem, nos diversos momentos históricos, o conflito entre as classes trabalhadoras e burguesas, ou seja, são diretamente dependentes da conjuntura ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Ele afirma que:

A história do capitalismo central e periférico do século XX revela que agentes sociais secundários podem tornar-se, em certas circunstâncias, agentes políticos importantes. Mais especificamente, as classes antagonicas, seja a burguesia, seja o proletariado, podem conceder aos grupos médios uma função na concretização das políticas do antagonismo de classe. A rigor, a oposição entre as classes abre aos grupos médios duas possibilidades políticas (SAES, 1985, p. 18).

Assumindo essa posição, resta evidente a importância assumida pelo consentimento e apoio das camadas médias “para concretização de uma certa política de classe”. Não se trata, entretanto, de homogeneizar as posições de um contingente tão heterogêneo, mas de apreender seu movimento de oscilação a partir de sua posição na totalidade do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil. Retornando para o tema em tela, com o devido recorte temporal realizado, resta questionar quais elementos expli-

cam a transição do apoio ao Partido dos Trabalhadores para o apoio ao Bolsonarismo nas camadas médias de menor renda, os aqui caracterizados como não-consumidores.

A hipótese com a qual trabalho parte da centralidade do consumo, não por mera conveniência teórica ou por adesão as teses que associam grupos médios com aspirações de consumo, mas por observação dos movimentos históricos associados à emergência e queda do estratagema da NCM. Foi através do consumo que se sustentou o argumento da ascensão social e sua queda pode explicar a guinada conversadora.

Historicamente, a explicação encontra sustentação nas teses de Nun (1967). Segundo ele, na América Latina a classe média é mais heterogênea, pois seu crescimento não foi precedido por uma etapa de desenvolvimento econômico e expansão da democracia, típica do momento de ascensão das grandes burocracias nos países centrais. Tal movimento permitiu um maior protagonismo das camadas médias que tiveram muitas de suas demandas sociais satisfeitas, amortecendo sua participação no antagonismo social.

Outra maneira de explicar o mesmo fenômeno seria a partir da Teoria Marxista da Dependência conforme postulada por Ruy Mauro Marini. Para Marini (1991), foi o ingresso dos países periféricos nos circuitos de um capitalismo emergente que possibilitou a transição nos países centrais para um regime de acumulação centrado na mais-valia relativa. Em outras palavras, foi a exportação de bens primários produzidos nos países dependentes, como os grãos provenientes do Brasil, que permitiram uma transição mais consistente rumo à industrialização, absorvendo grandes contingentes advindos de áreas rurais. O aumento da produção, também voltada para exportação rumo aos países dependentes, teve como efeito a redução do preço dos bens de consumo, por sua vez permitindo que o trabalhador nos países centrais tenha um duplo papel: como produtor e como consumidor. Ou seja, o consumo da classe trabalhadora tem importância na realização das mercadorias.

Por sua vez, nos países dependentes o trabalhador não chegou a exercer o duplo papel, com seu consumo não tendo importância substancial na realização das mercadorias. O regime de acumulação permaneceu centrado na mais-valia absoluta, sendo esta mais uma faceta da superexploração e da dependência. Como economias fundamentalmente exportadoras que são, relegam o trabalhador a um papel delimitado a sua função no processo produtivo, descolando as esferas da produção e da circulação. Claro que há consumo, porém não como processo elementar da atividade econômica. Tal constatação reforça a tese de que a NCM pode ser caracterizada, do ponto de vista da política do consumo, como não-consumidores. São não-consumidores, pois não consomem como um direito e são não-consumidores, pois não tem importância central como consumidores no movimento das engrenagens econômicas.

Tal contexto faz com que as camadas médias latino-americanas apenas atinjam consenso em termos reativos ou negativos ao responder a situações ameaçadoras a sua condição de existência. Nun (1967) é explícito ao afirmar que a história da América Latina demonstra como os grupos médios são capazes de atitudes extremas, como apoiar golpes, entendidos neste contexto como medidas extraconstitucionais de exercício de poder voltadas para a manutenção do status quo. Ou seja, são capazes de se inclinar ao autoritarismo se necessário para avançar em suas condições materiais, ou proteger avanços pregressos.

Passando agora para o recorte específico deste trabalho, apresento a seguir um conjunto de dados que reforça a tese de que os não-consumidores aderiram ao bolsonearismo como tentativa de manter a condição material atingida durante os governos do PT. Um consenso transitório baseado em uma reação negativa extrema para manter seu status quo. O que não fica evidente nesta transição política, e que ressalto nas considerações finais, é que a propalada inclusão via consumo nunca ocorreu de fato. No fim, o estratagema que ajudou a catapultar a popularidade do PT durante alguns anos acabou acelerando seu próprio fim de ciclo, iniciando um novo momento, tendo como marco o golpe de Michael Temer.

Passo agora para uma análise de dados que ajudam na ilustração do argumento.

No Brasil, o conceito mais utilizado para definir a Nova Classe Média foi criado por uma comissão formada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) em 2012. Apesar de também se basear no grau de vulnerabilidade, os limites do estrato foram definidos de maneira relativa. A população brasileira foi dividida em 100 partes de acordo com a renda familiar per capita, e a classe média foi definida como aqueles de domicílios com renda classificada entre o 34º e o 82º percentil, ou seja, entre R\$ 291,00 a R\$ 1.019,00 mensais de renda familiar per capita (Brasil, 2012). Isso representava 53% da população, ficando abaixo dos 20% mais ricos e acima dos 27% mais pobres.

Entre 2004 e 2012, o índice de consumo das famílias apresentou crescimento acima de 3,9% ao ano, reduzindo-se para 2,9% em 2013 e 0,9% em 2014 (Gomes e Cruz, 2014). O período de desempenho positivo pode ser explicado, em grande parte, pelo crescimento do mercado e do preço internacional das commodities, fato responsável por gerar um superávit na balança comercial brasileira que possibilitou o financiamento do incentivo ao consumo e o investimento em infraestrutura (Martins, 2013).

Entre 2005 a 2011, os ganhos comerciais do Brasil aumentaram em mais de um terço, pois a demanda por matéria-prima da China e de outras partes do mundo aumentou o valor das principais exportações. No final do segundo mandato de Lula, a exportação de bens primários dentre as exportações brasileiras subiu de 28 para 41%, a de bens manufaturados caiu de 55 para 44%; no final do primeiro

mandato de Dilma, as matérias-primas eram responsáveis por mais da metade do valor das exportações. Mas de 2011 em diante, os preços das principais mercadorias entraram em colapso: o minério de ferro caiu de 180 dólares para 55 dólares a tonelada, a soja de aproximadamente 40 dólares a saca para 18 dólares, o petróleo cru de 140 dólares para 50 dólares o barril (Anderson, 2016). De 2005 a 2015, o total de débitos controlados pelo setor privado aumentou de 43% para 93% do PIB, com empréstimos aos consumidores atingindo o dobro do nível dos países vizinhos. Quando Dilma foi reeleita, em 2014, os pagamentos de juros no crédito mobiliário estavam absorvendo mais de 1/5 da renda média disponível dos brasileiros (Anderson, 2016).

O que se desenha a partir dos dados é uma crise econômica somada a um cenário de desgaste e esgotamento da capacidade de consumo das famílias, o que dificultou a adoção de medidas anticíclicas. Do lado dos indivíduos, a consequência mais direta até os dias de hoje é o aumento do endividamento das famílias. Recente notícia indica que em julho de 2021 o percentual de famílias endividadas chegou a 71,4%, a maior alta da série histórica iniciada em 2010 (Nitahara, 2021). Entre essas, 25,6% relatam ter alguma dívida em atraso.

Do ponto de vista político, a adesão ao bolsonarismo ocorreu majoritariamente entre brancos com mais de 5 salários mínimos de renda mensal e detentores de diploma de ensino superior. Entretanto, o estrato que nos interessa observar é o que recebe até 5 salários mínimos, acumulando 61% dos votos de Bolsonaro para presidente.

Pinheiro-Machado (2020) demonstra a modificação do discurso de não-consumidores, assumindo posições radicalizadas para demonstrar seu descontentamento com a crise. Segundo ela, a confiança em Bolsonaro, “o capitão” também se relaciona com o status profissional deste contingente, ocupando posições informais e instáveis na divisão social do trabalho, enquanto pressionados pelo endividamento. O discurso anti sistêmico, ainda que seja apenas bravata, encontrou identificação entre aqueles que não se sentem protegidos socialmente por um Estado Neoliberal que não oferece qualquer direito ou garantia para os profissionais da economia de plataforma e dos “bicos”.

Antes da eleição havia uma crença de que Bolsonaro seria capaz de tirá-los do buraco no qual estavam se afundando cada vez mais. O candidato do mercado, aliado com o economista da Escola de Chicago Paulo Guedes, de grande renome entre os que circulam nos mercados financeiros, seria a pessoa mais indicada para acabar com a corrupção dos governos PT e devolver a eles o poder de compra.

Praticamente passados três anos da eleição o que se percebe é o esgotamento prematuro do arranjo social que elegeu Bolsonaro. Do ponto de vista que interessa aqui,

o dos não-consumidores, resta claro sua incapacidade em cumprir com as promessas de campanha. Apesar da pandemia ter efeito desconhecido e impossível de estimar nos resultados econômicos, o que se evidencia é uma crise de amplo espectro e múltiplas dimensões. Notícias indicam que a classe média brasileira chegou ao mesmo patamar de 10 anos atrás, encolhendo 4% na distribuição de renda do país (Alvarenga e Martins, 2021). O índice atual de rejeição do presidente também tem aumentado neste grupo, atingindo 56% entre os que ganham até 2 salários mínimos e 56% nos que ganham entre 2 e 5 salários mínimos (G1, 2021).

Considerações sobre a Incerteza

Sendo este um trabalho em andamento, sua conclusão é apenas um espaço aberto de reflexões. O estratagema da NCM explica, em parte, a eleição de Bolsonaro, principalmente entre as camadas mais baixas da denominada classe média. A elevação artificial e provisória dos não-consumidores ao status de consumidores teve consequências subjetivas e objetivas.

Primeiro é preciso pontuar que a esperança de viver o sonho de mudar de vida foi super estimulada sem qualquer tipo de consideração sobre a necessidade de cautela, já que ninguém falava sobre uma possível retração ou dificuldade futura da economia. Era como se não houvesse amanhã. O consumo foi incentivado como política pública, como pauta corriqueira na mídia, como se a realidade nacional tivesse finalmente mudado. O crédito dava vazão aos sonhos, já que as parcelas então caíam no bolso e havia expectativa de ainda melhorar mais. O que ninguém contou para essas pessoas é que o destino de suas vidas não estava em suas mãos e que seu futuro dependia de fatores macroeconômicos totalmente alheios a qualquer ação dos governantes locais.

Tal constatação leva diretamente ao segundo ponto. De maneira objetiva, o endividamento recorde das famílias é uma herança maldita de uma fatura movida por moinhos de papel. Isso coloca as pessoas em um espiral de contradições no qual as pessoas consomem a si próprias ao trabalhar para reproduzir sua vida.

O bolsonarismo, no meio tempo, surgiu como esperança de algo novo, de uma retomada do padrão experimentado antes. Emergido em meio a uma crise naquele ponto já sistêmica e mundial nada fez para melhorar a condição de vida dos não-consumidores, neste ponto muitos já desiludidos com o futuro, mais uma vez.

Rerreferências:

- Abdala, P. (2012). A nova classe média e a dialética do consumo. *REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 2(3).
- Abdala, P. (2014). Organização do conceito “Nova Classe Média”, dialética do consumo e superexploração renovada do trabalho. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração, UFRGS, Porto Alegre.
- Alvarenga e Martins (2021). Classe média ‘encolhe’ na pandemia e já tem mesmo ‘tamanho’ da classe baixa. G1. In: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/17/classe-media-encolhe-na-pandemia-e-ja-tem-mesmo-tamanho-da-classe-baixa.ghtml>
- Anderson, P. (2016). A crise no Brasil. São Paulo: Blog da Boitempo.
- Bradshaw, A.; Campbell, N.; Dunne, S. (2013) The politics of consumption. *Ephemera*, v. 13, n. 2.
- Brasil. SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Perguntas e respostas sobre a definição de classe média. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=12100>. Acesso em 10 Jun. 2012.
- Dweck, E.; Chaves, M.; e Chernavsky, E. (2013). O modelo de desenvolvimento brasileiro: análise de seus fundamentos e o papel das macropolíticas federais. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, XVIII, Montevideu, Uruguai, Anais Eletrônicos, Pen-Drive.
- Gomes, G; CRUZ, C. (2014). Vinte Anos de Economia Brasileira 1994 / 2014. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI. Brasília. Disponível em: <http://www.aben.com.br/Arquivos/252/252.pdf>. Acesso em 08 de Abr.
- Mills, W. (1951). *White collar: the American middle class*. Oxford Press: New York.
- Marini, R. (1991) *Dialéctica de la dependência*. Ruy Mauro Marini Escritos, Unam, México, Disponível em: http://www.mariniescritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm. Acesso em 19 Ago. 2012.
- Martins, C. E. (2013) O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: FILHO, N.A. (org.). *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Ipea: Brasília, p. 15-48.
- Neri, M. (2011). *A Nova Classe Média: o Lado Brillhante da Base da Pirâmide*. São Paulo: Saraiva.
- Nitahara, A. (2021). Endividamento das famílias bate recorde em Julho. (2021). Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-em-julho>

- Nun, J. (1967) "The middle-class military coup," pp. 66-118 in Claudio Veliz (ed.), *The Politics of Conformity in Latin America*. London: Oxford University Press
- O'Dougherty, Maureen. (2002). *Consumption intensified*. Duke University Press.
- Pinheiro-Machado, R., e Scalco, L. M. (2020). From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 10(1), 21-31.
- Saes, D. (1985) *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A.
- Schopenhauer, A. (1923). *The art of being right*. Disponível em: <http://www.sjsu.edu/people/stephen.jerbic/courses/econ100w/s0/Shchopenhauer%20Art%20of%20Being%20Right.pdf>. Acesso em 19 abr. 2014.
- Souza, J. (2010). *Os batalhadores brasileiros: NCM ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Wacquant, L. J. (2019). *Making class: The middle class (es) in social theory and social structure*. In *Bringing class back In*(pp. 39-64). Routledge.
- Vieira Pinto, Á. (2008). *A sociologia dos países subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do "vale das lágrimas"*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Zirker, D. (1998). Jose Nun's "Middle-Class Military Coup" in contemporary perspective: implications of Latin America's neoliberal democratic coalitions. *Latin American Perspectives*, 25(5), 67-86.

MESA 60: DESIGUALDADES Y ESTRUCTURA SOCIAL EN ALC:
CONTINUIDADES Y CAMBIOS EN EL SIGLO XXI

COORDINACIÓN: FERNANDO TOYOS, BARBARA ESTÉVEZ LESTON, AGUSTÍN FERRARI,
BRYAM HERRERA JURADO Y PABLO VILLARREAL

EL CONSUMO DE CARNE COMO INDICADOR DE LAS DESIGUALDADES SOCIALES.
(ARGENTINA, 1996-2020)

Christian Nahuel Barrios (Dto. Cs. Sociales-UNQ)
Luis Ernesto Blacha (IESCT-UNQ/CONICET)

Introducción

La implementación de políticas neoliberales en Argentina durante la década de 1990 va a implicar un conjunto de transformaciones sociales caracterizadas por un incremento de la desigualdad. El vínculo con los alimentos va a sufrir grandes cambios a partir de este período, convirtiendo el acceso a nutrientes en un factor de exclusión social. Surgen nuevas formas de hambre en el siglo XXI, que combinan el exceso de calorías (kcal) con la degradación de los nutrientes presentes en los alimentos. Una problemática que también afecta a un país como Argentina que produce 10 veces la cantidad de kcal necesarias para sostener a su población pero donde conviven la desnutrición con el exceso de peso y el acortamiento en la talla. (Galicía et. Al, 2016, p.138)

Un proceso que es caracterizado como una transición nutricional en donde se combinan factores económicos con pautas culturales vinculadas que abarcan el tamaño de la ración, la forma de preparación, el origen de las grasas consumidas y las preferencias de ciertas comidas que impactan directamente en la cantidad de kcal per cápita disponibles. (Poulain, 2021, p.708) Estos cambios no impactan de la misma manera en todos los sectores sociales y comienza a consolidarse una tendencia donde hay una mayor presencia de los carbohidratos simples a medida que se reducen los ingresos. (ENNyS, 2007) Además, hay una ruptura de los lazos sociales que se encontraban presentes en la conformación de la dieta. La capacidad de la dieta para explicar los vínculos sociales, está mostrando en esta transición nutricional hay una tendencia hacia una sociedad menos inclusiva. (Warde, 2016, p.22)

A diferencia de otros países latinoamericanos, Argentina se caracterizó por tener un patrón alimentario unificado donde pobres y no-pobres entendían la comida de la

misma manera (Aguirre, 2004). Más allá de las diferencias entre grupos sociales hay una calidad nutricional compartida que caracteriza a la mesa de los argentinos. No es que todos los actores sociales comieran lo mismo pero las relaciones sociales permitían acceder a nutrientes a través de una dieta típica. Este patrón alimentario unificado es un indicador importante porque permite caracterizar la igualdad del entramado social a partir de un carácter omnívoro compartido. Los diferentes sectores pueden acceder a una dieta con productos variados y suficientes como para abastecer las necesidades nutricionales de la población en general. En esta coyuntura, la carne ocupa un rol muy importante, tanto desde el punto de vista nutricional como desde lo simbólico.

El avance del modelo del agronegocio y la implementación de las políticas neoliberales llevan a la ruptura de este patrón alimentario unificado en dos grandes canastas básicas: una propia de los hogares pobres y otra característica de los no-pobres. En los primeros hay más carbohidratos simples provenientes de tubérculos, panificados, grasas y azúcares refinados. Mientras que en los segundos hay más frutas, verduras y alimentos frescos en general. Si bien el siglo XXI se va a caracterizar por una degradación de la calidad nutricional de los alimentos consumidos en todos los actores sociales, estos cambios no afectan a todos los actores por igual. Como dan cuenta Zapata et al. (2019), existe un notable aumento del consumo de embutidos y fiambres, que se combina con la mayor presencia de los panificados en la dieta de los argentinos. El rol social que ocupa la carne en la dieta de los argentinos comienza a ser reemplazado por productos cárnicos semielaborados -embutidos, hamburguesas, chacinados, etc.-. Son alimentos procesados y ultraprocesados según la clasificación NOVA que remiten a una degradación en la cantidad de nutrientes que contienen. A pesar del elevado consumo per cápita de kcal, superior a la media mundial, en Argentina no es posible asegurar el acceso a nutrientes recomendado por los organismos especializados (SAN, FAO, OMS).

La producción y el consumo de carne vacuna se convierten en indicadores válidos para reconstruir el impacto de la malnutrición y convertirse en un indicador de desigualdad social. Lo llamativo es cómo un consumo que mostró cierta estabilidad a lo largo del siglo XX, comienza transformaciones muy significativas a partir de la implementación de políticas neoliberales en la década de 1990. Un proceso que continúa hasta nuestros días, cuando en diciembre de 2020 se registró el consumo de carne vacuna por habitante más bajo de los últimos 100 años, con 49,7 Kg/año (CICCRA, 2020). Esta ingesta representa casi el 50% del promedio de la década de 1980 y es un elemento clave para abordar las importantes transformaciones en el vínculo con los alimentos que llevan a la exclusión social.

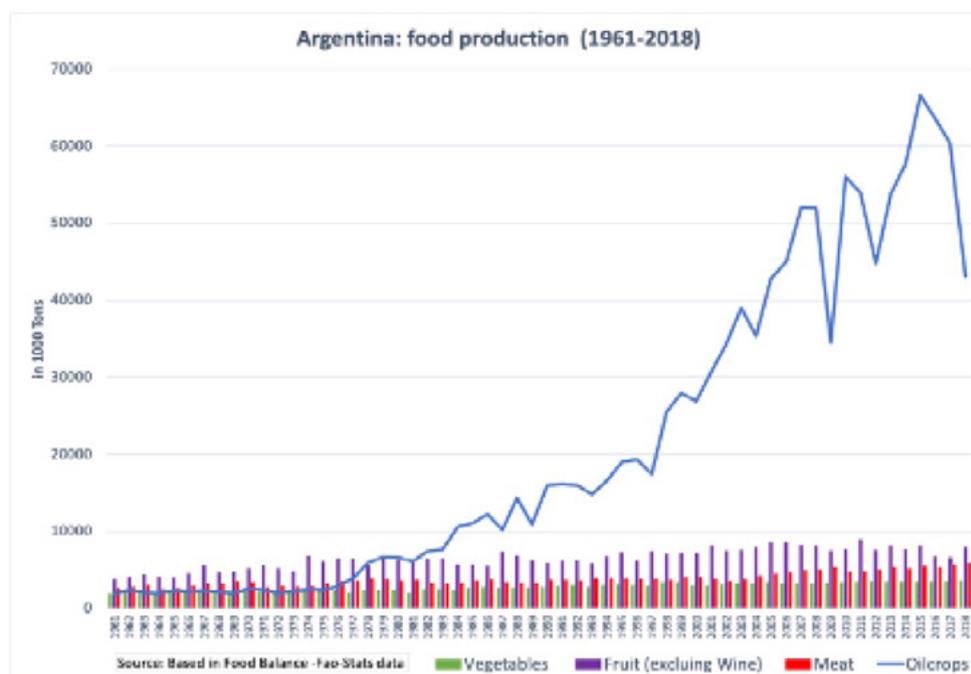
1. Una dieta que combina abundancia y carencia

El análisis de la composición de la dieta en la Argentina del siglo XXI es un elemento central para abordar tanto la desigualdad como los cambios y continuidades en su estructura social en las últimas 3 décadas. Es paradójica la presencia del hambre en un país que logró consolidar hace más de 100 años un vínculo estable con los alimentos y que se presenta ante el mundo como un productor muy eficiente de bienes primarios agropecuarios. Una Argentina agroexportadora que, a finales del siglo XIX se consideraba así misma como “El Granero de Mundo”, se fundamenta en la fertilidad diferencial de la región pampeana. A partir de un conjunto de prácticas -económicas, sociales, políticas y culturales- ha podido alternar entre ciclos agrícolas y ganaderos, de acuerdo a la variaciones de precios en el mercado mundial. Sin embargo, las transformaciones que implementa el modelo de agronegocios desde mediados de la década de 1990, que resulta en la expansión del monocultivo de soja, producen cambios muy significativos en el mundo rural que modifican la oferta de alimentos.

Desde mediados de la década de 1990 hay 5 millones de hectáreas que pasan de la ganadería a la agricultura, reflejando la expansión del cultivo de soja transgénica y su paquete tecnológico que permiten un importante incremento en la productividad. El monocultivo se convierte en el principal uso del suelo y actividades tradicionales como la ganadería o la lechería son desplazadas a ámbitos extra-pampeanos o confinados a pequeños ámbitos de producción intensiva (feed-lot). El objetivo no es sólo satisfacer las demandas del mercado mundial sino que también se busca una tasa de retorno de la inversión que sea muy atractiva para el capital financiero. En especial porque con el monocultivo de soja pueden obtenerse hasta 2 campañas por año, demandando menos inversión y logrando mayores ganancias. En contrapartida, la ganadería bovina va a exigir ciclos mucho más largos que tienen costos fijos más elevados y la convierten en menos atractiva.

No todos los productos agrícolas van a crecer con la misma velocidad en la región pampeana. A pesar de no ser los que mayor rendimiento por hectárea, las oleaginosas van a convertirse en el cultivo por excelencia del modelo de agronegocios. De ser un producto marginal hasta finales de la década de 1970, va a ocupar cada vez más hectáreas desde mediados de la década de 1990. Incremento que se explica a partir de la incorporación de semillas genéticamente modificadas que son resistentes a los pesticidas. Es así como la primera campaña con soja genéticamente modificada (la variedad Round Up Ready de Monsanto) es autorizada en 1996 e inicia un proceso que continúa hasta nuestros días. Su importancia es tal, que aún produciendo más toneladas de maíz que de soja, este último cultivo permite mayores ganancias con menor inversión. Además, tiene la particularidad de poseer la totalidad de la cadena de aminoácidos, y el cuerpo humano los asimila de forma muy parecida a lo que sucede con la carne vacuna.

La gran diferencia de los márgenes brutos de producción de granos y ganadería es un factor clave para entender el avance del monocultivo de soja que lleva a la producción ganadera a regiones extra-pampeanas, donde las condiciones ecológicas para la explotación son menos favorables. El acelerado aumento de los precios internacionales de los commodities agrícolas a mediados de los '90, hace de la producción de oleaginosas uno de los elementos más atractivos del mundo rural y se promueve una resignificación de diversos actores sociales que incluyen a los pooles de siembra, los contratistas y las grandes compañías transnacionales de comercialización de granos y semillas. Ningún producto del mundo rural logra una extensión tan importante y tan acelerada como la soja en Argentina.



Estos cambios en el modelo productivo afectan un elemento central de la dieta argentina: la carne vacuna. La producción ganadera necesita de por lo menos 2 años hasta que los vacunos alcanzan un peso con valor comercial y este menor rendimiento lleva a que se realice en tierras con menor fertilidad y en el menor espacio posible. Es así como el modelo de feed-lot permite explicar de qué manera la producción ganadera mantiene cierta estabilidad aún cuando hay una agriculturización de la región pampeana. La soja también se utiliza como forraje rico en proteína para la alimentación animal y es parte de los cambios tecnológicos que afectan a la producción ganadera desde finales del siglo XX. El crecimiento de engorde a corral (feed-lot), se beneficia de la mayor productividad de la agricultura que abarata los alimentos balanceados. Estos sistemas dan cuenta de una inversión de capital en las unidades que se complementa con nueva maquinaria que facilita el ensilaje de pasto. Son cambios que se implementan en tierras de menor productividad, como resultado de la relocalización ganadera, donde el engorde a corral surgirá como un complemento para mantener la producción en un lugar más pequeño y a su vez mantener una relación positiva en cuanto a los ingresos financieros.

Según los últimos datos disponibles -referentes a la campaña 2019/2020- una hectárea cultivada produce 2927 kg de soja, 7554 kg de maíz y 2939 kg de trigo. (Dirección de Estimaciones Agrícolas, 2020) Es parte de una tendencia a nivel mundial donde el maíz se convierte en “el medio más eficaz para producir energía, y la soja, el más eficaz para producir proteínas.” (Pollan, 2016, p.135) Sin embargo, se ponen en cuestión tanto la soberanía como la seguridad alimentaria. Se trastocan las reglas que convertían a los alimentos en “buenos para comer” y que pasan a ser “buenos para vender” porque es el marketing de la oferta industrializada la referencia que guía la composición de la dieta (Aguirre, 2004). Quienes experimentan inseguridad alimentaria moderada tienen que tomar decisiones drásticas con respecto a los alimentos que van a obtener, viéndose obligados a reducir su calidad o la cantidad de alimentos que consumen debido a la falta de dinero u otros recursos que permitan el acceso. La implementación de políticas neoliberales y el agronegocio en nuestro país, produjo una coyuntura que abarca tanto problemas de sustentabilidad en la producción, de acceso en la distribución y de comensalidad.

No es sólo por el avance del agronegocio que incrementa la producción de proteínas y kcal sino que el caso argentino es significativo porque presenta un punto de partida distinto en su transición nutricional respecto de otros países del Sur Global. (Popkin et. al, 2019) Hay un patrón alimentario unificado que permite reconocer una estabilidad de lazos sociales en la conformación de la dieta, que se romperá durante la década de 1990. (Aguirre, 2004) Si bien todos los actores no comían lo mismo, es posible identificar una oferta alimentaria capaz de acceder a proteínas de alto valor biológico sustentado en un consumo per cápita de carne vacuna que estaba entre los más altos del mundo. El origen de estos cambios en la conformación de la dieta pueden rastrearse, entre otros factores como la mayor incidencia de las empresas transnacionales de alimentos, en el desplazamiento de la hacienda que se inicia en la década de 1990 que conlleva un descenso del 9,5% en el stock ganadero. (IPCVA, 2006, p. 25).

Es así como el indicador de la Disponibilidad de Alimento per Cápita (DPC) en Argentina sufre importantes transformaciones. Los aportes del complejo de semillas oleaginosas y el maíz pasan de representar el 13% en 1963 al 57% en 2013 (CICPES, 2017: 3). Mientras en 1963 la soja era un cultivo casi inexistente en el país, en 50 años va a presentar el 44% del total de semillas oleaginosas. Es parte de una comoditización de la producción de alimentos fundamentada tanto en los incrementos de los rendimientos por hectárea como en la superficie destinada a la agricultura. (Warde, 1997) La mayor incidencia del capital financiero permite explicar cómo la soja es el cultivo con mayor superficie sembrada, a pesar de que el maíz es el que tiene el mejor rendimiento por hectárea. Sin embargo, es posible identificar una menor participación del ingreso en la compra de alimentos que se reduce a nivel general del 28,8% en 1996 y al 22,6% para 2018 (ENGHo, 2019). Sin embargo, en los hogares pobres el gasto en alimentos llegan a representar el 36% del ingreso mientras que en los quintiles más altos es el 14,8%.

Más allá de que se incrementen significativamente las exportaciones, las kcal diarias per cápita disponibles a nivel nacional se mantienen estables. Lo que va a variar es su composición nutricional porque el incremento de productividad que permite el modelo de agronegocios no afecta por igual a todos los sectores del mundo rural. Los cambios en la composición de la oferta alimentaria van a estar determinados tanto por aquello que se produce como por los vínculos sociales que sustentan este proceso. Si bien muchas de las kcal se obtienen de la soja son proteínas de alto valor biológico -que el cuerpo asimila de forma parecida a lo que sucede con la carne vacuna- el principal diferencial en la dieta de los argentinos es el porcentaje de la dieta compuesto por carbohidratos así como su calidad (simples o complejos). La calidad nutricional en los alimentos a los cuales se accede es otro indicador de desigualdad social. Hay un fuerte vínculo entre el mayor consumo de carbohidratos simples provenientes de alimentos ultraprocesados y la baja de ingresos, que se fundamenta a partir del paladar del consumidor pero también de una oferta que está diseñada para gustar y que no demanda casi nada para el comensal. No sólo desaparecen muchos de los lazos sociales que estaban presentes en los alimentos sino que éstos cada vez tienen menos capacidad explicativa de aquello que podemos comer, tanto por las limitaciones en la oferta como por los cambios en las preferencias del consumidor.

2. La carne como indicador de desigualdad

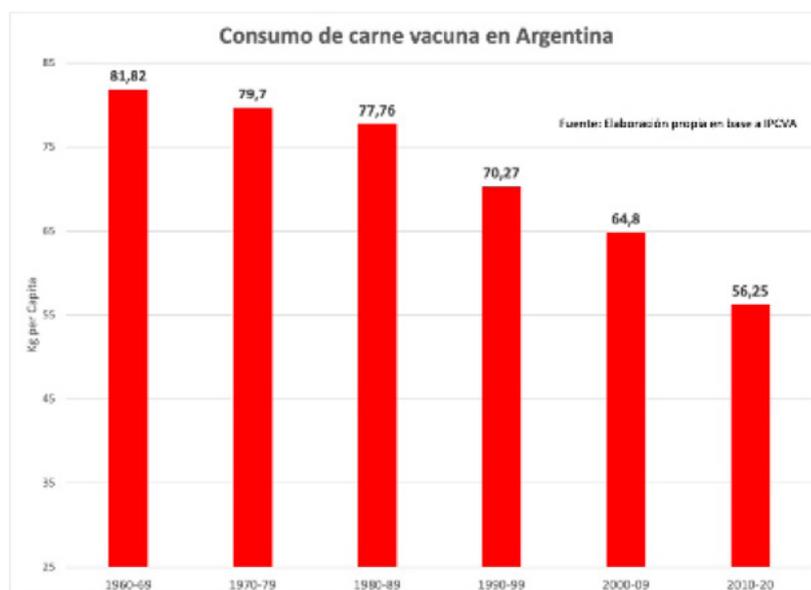
Los frigoríficos en la Argentina del siglo XXI comprenden alrededor de 500 plantas industriales de diversas magnitud que reflejan una multiplicidad de agentes de comercialización. La cadena de producción ganadera está formada por diversos actores: proveedores de insumos sanitarios, reproductores, criadores, transportistas, etc. A su vez, entre los productores hay diferentes especializaciones: aquellos que desarrollan la actividad completa (desde la cría a la invernada) y quienes integran circuitos de criadores complementados por uno o más invernadores. Dentro de este último hay dos perfiles distintos: los productores que terminan el animal a campo y los feed-lot que trabajan con hacienda de remanentes de tambos (vacas de conserva o machos holando-argentinos destinados a faena). Es un universo complejo que se asienta en Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba e incluye tanto la integración completa como la posibilidad de múltiples combinatorios entre criadores e invernadores que resultan en costos y productos diferenciados. En el 2005, el valor bruto de la producción de la industria frigorífica fue de unos 14.260 millones de pesos corrientes, que representan alrededor de 4,21% del valor bruto de la producción de la industria manufacturera total y casi el 14,2% del valor total de la producción de la industria de alimentos y bebidas. (IPCVA, 2007, p.16).

Desde el punto de vista de la disponibilidad para el consumo interno, el caso argentino es muy significativo. En el país existe una Disponibilidad Interna per Cápita (DPIC) de unos 114 kg al año mientras que en el ámbito internacional esta disponibilidad es de 42 kg. (CICPES,

2017, p.18). El consumo de carne en Argentina es un componente de la dieta que combina elementos culturales, sociales, productivos y hasta geográficos particulares. La carne vacuna es un gran indicador para estudiar las transformaciones en la mesa de los argentinos, debido a su importancia histórica y productiva en el ámbito nacional. Su importancia deriva tanto de su aporte de proteínas de alto valor biológico como por el rol socio cultural que se le atribuye:

Ciertos alimentos, en todas las culturas, tienen una importancia peculiar, a la vez social e individual. Parecen comportar al mismo tiempo posturas colectivas y psicológicas. Parecen cargados de implicaciones sociales, así como de emociones, de poderosos afectos. Sin ninguna duda, ése es el caso de la carne. (Fischler, 1990, p.114)

Una vez faenada la carne, el cuarto delantero es consumido por los sectores de mayores ingresos (que es más barato debido a su contenido grasoso), mientras que el cuarto trasero va para los sectores de medios y altos ingresos (carne mucho más magra y con menor porcentaje de huesos). Sin embargo, la reducción en su consumo está mostrando un desequilibrio que lleva a la ruptura de este carácter igualitario que caracterizaba a la sociedad argentina hasta las últimas décadas del siglo XX. Según los datos disponibles en el IPCVA el consumo de carne vacuna fue reduciéndose hasta alcanzar en el 2020 en diciembre de 2020 su mínimo histórico: 50,4 kilos anuales per cápita. Tal como muestra el siguiente gráfico:



Las principales causas de la declinación en el consumo per cápita son tres: el cambio de precios relativos entre carne vacuna y productos sustitutos, el agro-

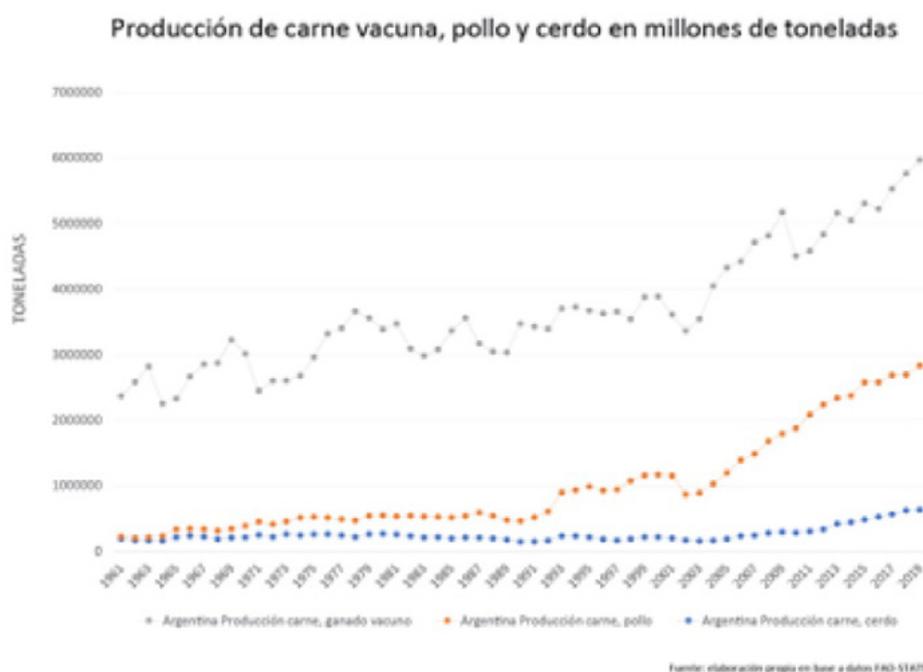
negocio que commoditiza muchos de los alimentos típicos de la dieta argentina y la ruptura del patrón alimentario unificado donde el salario mínimo vital y móvil cada vez puede comprar menos productos de la canasta básica de alimentos. Sin embargo, merece destacarse que aún con esta importante merma en el consumo per cápita de carne vacuna, la ingesta promedio en Argentina supera las recomendaciones de las Guías Alimentarias para la población Argentina (GAPA, 2016) y se encuentra entre las más altas del mundo. Estos consumos elevados tampoco aseguran el acceso a nutrientes básicos ya que las frutas, legumbres y vegetales se reducen de forma significativa. Es así como la primera edición de la Encuesta Nacional de Nutrición y Salud (ENNyS, 2007) destaca que el déficit de hierro en los niños menores de 2 años que llega a 34% de los individuos de ese universo, al 30,5% de las mujeres embarazadas y al 19% de las mujeres en edad reproductiva. A partir de las Encuestas Nacionales de Gasto de Hogar (ENGHo, 1996, 2004, 2012), puede identificarse cambios en el origen ese hierro y mientras en 1996 la carne y el huevo representaban el 45% del aporte de hierro, para 2012 van a ceder al 31%. En este mismo año los panificados y galletitas van a aportar el 28% para el hierro como resultado de la implementación de la Ley 25630/02 que hace obligatorio el enriquecimiento de las harinas de trigo comercializadas en Argentina. A su vez, este mayor aporte del hierro por parte de los panificados también se fundamenta en su mayor consumo desde la década de 1990.

Hay también un cambio en los cortes más populares. Según los datos disponibles en el Instituto de Promoción de la Carne Vacuna Argentina (IPCVA, 2005), en las últimas décadas hay un mayor consumo de los cortes más económicos que son los que poseen mayor porcentaje de grasa. Mientras que en los hogares con ingresos altos el mayor aporte porcentual de grasas está en los quesos, en los hogares de menores ingresos esa función la cumplen las carnes porque los cortes consumidos son más grasosos. Una tendencia que se incrementa a medida que se reducen los ingresos del hogar. El consumo de grasas saturadas también muestran un aumento significativo en los quintiles superiores, superando el 10% de las kcal diarias per cápita. Esta cuestión no es menor ya que excede las recomendaciones formuladas por la FAO en 2010.

En este contexto comienzan a cobrar fuerza los sustitutos naturales de la carne vacuna para atenuar los efectos de las variaciones cíclicas y el estancamiento de la producción. Uno de ellos va a ser la carne aviar, su explosivo despegue se debe a diferentes factores: la apertura económica que trae aparejada la década de los noventa permitió la incorporación de tecnología que permitió el mejoramiento genéticos de las aves; el aumento de la eficiencia de conversión del alimento en carne que acoto el tiempo estimado del proceso productivo; al igual que en el caso de los feedlot, el gran aumento de productividad del maíz impactó directamente

en la avicultura ya que es su componente principal de alimentación; finalmente las mejoras en materia sanitaria evitaron riesgos en el negocio.

Tanto en la producción como en el consumo de los tipos principales de carnes (vacuna, pollo y porcina) hay una serie de transformaciones caracterizadas por un marcado descenso de la carne vacuna en favor del pollo y un leve ascenso de la carne porcina (CICPES, 2017, p.20). Si el abordaje tiene en cuenta la tasa de crecimiento de la producción mundial de carnes fue de 2,9%, mientras que en la Argentina sólo alcanzó al 1,3%. Estos valores por debajo de la media mundial refleja el estancamiento de la producción ganadera argentina durante el período analizado. Mientras que la producción avícola muestra cierto dinamismo, porque mientras que a nivel mundial a una tasa anual del 4,9%, en el ámbito local lo hizo al 7,9%. (Reca, 2016, p.341)



En el 2010 la producción de carne aviar era de 1652 miles de tn, mientras que la producción de carne vacuna era de 2626 miles de tn. En el 2017, la producción avícola llega a las 2115.7 miles de toneladas, mientras que la producción ganadera pareciera estancarse en las 2844 miles de toneladas. La mayor incidencia de la carne aviar en la mesa de los argentinos permite dar cuenta de su creciente participación en el consumo total y que puede explicarse por la evolución de su precio relativo. Son cambios que van a tener importantes consecuencias para la composición de la dieta argentina, convirtiendo el acceso a nutrientes en un factor de desigualdad social. No es sólo una cuestión de posibilidades económicas, sino que la oferta está condicionada a partir de las transformaciones del mundo

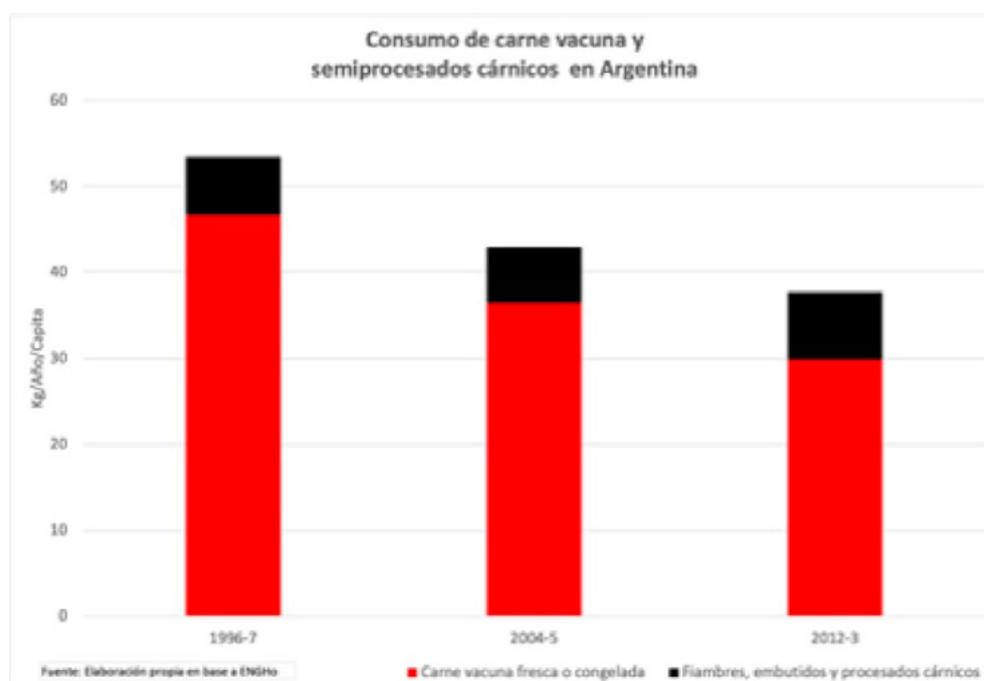
rural que impone el modelo de agroengocios que atentan contra la seguridad y la soberanía alimentaria.¹

A pesar de que Argentina tiene la suficiencia (existencia de alimentos en cantidad y variedad para cubrir las necesidades de la población), la estabilidad (un flujo constante de alimentos en todas las estaciones) y la autonomía (se producen recursos suficientes para la alimentación de toda la población), no es posible garantizar la seguridad alimentaria. En especial porque la sustentabilidad se encuentra en crisis a partir del avance del agronegocio que pone en cuestión el abastecimiento futuro de alimentos. A su vez, la equidad tampoco está garantizada, como lo demuestra el informe de la tarjeta alimentaria elaborado por la UCA (2021). Las hogares con menores recursos económicos son quienes sufren con mayor impacto la agriculturización de la región pampeana que impiden el acceso a nutrientes críticos.

Esta crisis alimentaria deriva en un problema de malnutrición y en una alta incidencia de enfermedades crónicas no transmisibles según se desprende de las Encuesta Nacional de Factores de Riesgo (ENFR, 2019). Es necesario destacar que estas problemáticas no solo afectan a Argentina sino que también la malnutrición en todas sus formas es la principal causa de problemas de salud a nivel global. Así como también, las enfermedades no transmisibles representan una de las mayores amenazas para la salud y el desarrollo humano en todo el mundo, especialmente en los países en vía de desarrollo, por sus consecuencias sanitarias, económicas y sociales. Dichas diferencias nutricionales impactarán en los cuerpos de los ciudadanos argentinos, aunque en mayor medida a los sectores con bajos ingresos, como demuestra las ENNyS (2007, 2009), existe un fuerte vínculo entre la baja de ingresos y la mayor ingesta de productos azucarados. La sociedad argentina se caracteriza por un fuerte aumento de ENFR tales como: diabetes, enfermedades cardiovasculares, distintos tipos de cánceres, enfermedad renal, respiratoria. Pero también diversas formas de malnutrición: aquellas asociadas a carencias nutricionales (anemia, desnutrición) y otras relacionadas con excesos, como el sobrepeso y la obesidad. Estas enfermedades cobran mayor relevancia en el contexto actual atravesado por la pandemia de COVID-19, ya que la diabetes, la hipertensión y las enfermedades cardiovasculares aumentan el riesgo de padecer complicaciones y morir como consecuencia del coronavirus.

1 La FAO (2011) sostiene que la inseguridad alimentaria se puede definir en dos categorías generales: inseguridad alimentaria crónica; inseguridad alimentaria transitoria. Argentina es un país posicionado en la segunda categoría, ya que a pesar de tener la capacidad para satisfacer las kcal que necesita la población, presenta una merma en su calidad nutricional. La inseguridad alimentaria estacional ocurre cuando se da un patrón cíclico de falta de disponibilidad de alimentos y acceso a los alimentos. En nuestro caso, dicha inseguridad, está relacionada con el fuerte avance de las oleaginosas y particularmente la “sojización” de todo el territorio argentino.

En esta coyuntura hay un entorno alimentario que presenta una oferta de alimentos con alta densidad calórica y baja calidad nutricional, caracterizado por su gran contenido de sal, grasas y azúcares. Éstos han reemplazado el consumo de alimentos naturales como frutas, verduras, y granos integrales que aportan fibra, vitaminas y minerales entre otros nutrientes beneficiosos para la salud. La carne juega un rol muy importante porque aporta, además de proteínas de alto valor biológico, vitaminas (del complejo B y específicamente B12) y minerales (hierro, fósforo y zinc) y también algo de grasa. Las proteínas participan en la formación, mantenimiento y reparación de todos los tejidos del cuerpo (músculo, órganos internos, piel, pelo, uñas). Los resultados del desplazamiento de la carne en la dieta tradicional argentina, basado en un alimento fresco y mínimamente procesado, fue desplazada por una dieta basada cada vez más en alimentos ultraprocesados.



Es una coyuntura donde los alimentos saludables se consumen por debajo de la recomendación de las GAPA (2016) y los alimentos no recomendados se consumen muy por encima de las recomendaciones que contienen estas guías. El consumo de productos cárnicos semielaborados se triplicó en el transcurso de los últimos 20 años, aumentando en un 180% en 2013 con respecto a 1996. Mientras que el consumo de fiambre aumentó en 2013 un 11% con respecto a 1996 segundos se desprende de las ENGHo. El aporte de grasas proveniente de alimentos mínimamente procesados como la carne vacuna e ingredientes culinarios procesados disminuyó en los últimos 20 años, mientras que aumentó el aporte proveniente de alimentos procesados y productos ultraprocesados. Las comidas listas para consumir son la principal fuente de grasas, seguidas por panificados y galletitas, embutidos y fiambres y aderezos. Por otra parte, en cuanto al aporte de gra-

sas saturadas se encuentra en la misma situación, los principales aportadores dentro de los alimentos mínimamente procesados son la carne y la leche, estos fueron reemplazado por la ingesta de productos ultraprocesados.

3.- Conclusiones

La composición de la dieta es un indicador de desigualdad social que va más allá de la coyuntura económica y la capacidad productiva. Se consolidan patrones de consumo que no aseguran el acceso a nutrientes críticos por más que se superen los requerimientos energéticos recomendados. El hambre adquiere nuevas formas donde el exceso de peso -que incluye tanto al sobrepeso como a la obesidad- se convierte en factores de exclusión social porque hay una ingesta insuficiente de nutrientes como muestra la mayor incidencia de la baja talla y la obesidad en la población más pobre.

La ruptura del patrón unificado trajo como consecuencia un aumento del exceso de peso, sobrepeso y obesidad como factores de desigualdad social. Es de destacar que esto afecta en mayor medida a las personas que se encuentran por debajo de la línea de pobreza. Según las ENNyS (2007 y 2019), en los adultos la obesidad es un 20% mayor en la población de ingresos más bajos, lo cual confirma la asociación de la obesidad a la pobreza. En este contexto, las enfermedades crónicas no transmisibles constituyen una epidemia global y representan la principal causa de muerte prematura y de discapacidad, y causa el 60% de todas las muertes a nivel mundial. En Argentina, son responsables del 73,4% de las muertes, del 52% de los años de vida pérdidas por muerte prematura, y del 76% de los años de vida ajustados por discapacidad. (ENFR, 2019) Analizar las desigualdades nutricionales, tomando como parámetro el consumo de carne, permite dar cuenta de cómo la malnutrición y la reducción del consumo de proteínas de alto valor biológico están conectados.

La sojización de la región pampeana -que se extenderá a gran parte del país- tiene un impacto muy profundo en la disponibilidad de alimentos en Argentina. El avance de la agricultura sobre zonas dedicadas a la ganadería, son parte de esta coyuntura donde hay una desigualdad nutricional. Las kcal que aportaban las proteínas de alto valor biológico comienzan a ser reemplazadas por alimentos ultraprocesados ante el estancamiento sectorial del modelo ganadero. Aún cuando el sistema de *feed-lot* trae aires frescos, respondiendo a la demanda del mercado interno, no es suficiente como para garantizar el acceso a la población.

Hay un fuerte vínculo entre la merma en el consumo de carne y la mayor incidencia de los alimentos ultraprocesados en la dieta argentina. Ambos tienen calidades nutricionales distintas pero también cumplen funciones diferentes en la mesa de los ar-

gentinos. Una coyuntura que se agrava porque también los cortes de carne vacuna que tienen mayor popularidad incrementan su cantidad de grasa. Es un contexto donde la desnutrición convive con la obesidad y el acortamiento en la talla que reflejan la carencia de nutrientes. Son importantes los estudios críticos que aborden la nutrición de la población como una cuestión problemática que debe desnaturalizarse para así promover políticas públicas de acuerdo a las recomendaciones contenidas en la GAPA.

No son sólo cambios productivos que se inician en los usos del territorio sino que hay una ruptura cultural que redefine identidades al momento de sentarse a la mesa. Son elementos claves que deben tener en cuenta las políticas públicas vinculadas con el acceso a los alimentos, para que las transformaciones en la dieta puedan promover la inclusión social.

Glosario:

CICPES: Centro de Investigación en Ciencias Políticas Económicas y Sociales.

DPC: Disponibilidad de Alimento Per Cápita.

ENFR: Encuesta Nacional de Factores de Riesgo.

ENGHo: Encuestas Nacionales de Gasto de Hogar.

ENNyS: Encuesta Nacional de Nutrición y Salud.

FAO: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación.

GAPA: Guías Alimentarias para la Población Argentina.

IPCVA: Instituto de Promoción de la Carne Vacuna Argentina.

NOVA: Sistema de clasificación de alimentos

OMS: Organización Mundial de la Salud.

SAN: Sociedad Argentina de Nutrición.

UCA: Universidad Católica Argentina.

Fuentes:

CICCRA. (2020). Informe económico mensual. Buenos Aires, cámara de la industria y comercio de carnes y derivados de la República Argentina. Documento N° 239- Diciembre.

Dirección de Estimaciones Agrícolas, 2020

GAPA. (2016). Guías alimentarias para la población Argentina. Buenos Aires, Ministerio de Salud de la Nación.

IPCVA. (2005). El consumo de carne vacuna en la Argentina. Buenos Aires, TNS Gallup-IPCVA.

- IPCVA. (2006). Lineamientos para la formulación de escenarios del mercado de carne vacuna en la Argentina. Buenos Aires, Convenio UCA-IPCVA.
- IPCVA. (2007). Mecanismos de formación de precios en los principales subcircuitos de la cadena de ganados y carnes vacunas en la Argentina. Buenos Aires, CEPAL-IPCVA.
- ENFR. (2019). 4° Encuesta Nacional de Factores de Riesgo. Resultados preliminares. Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC)- secretaría de Gobierno de Salud. En : <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-Tema-4-32-68>.
- ENGHo. (1996). Encuesta nacional de gastos de hogares 1996-1997. Base de datos de gastos de consumo e ingresos. Instituto nacional de estadística y censos. Dirección de Estudios de ingresos y gastos de los hogares. República Argentina. Disponible en: <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Institucional-Indec-BasesDeDatos-4>
- ENGHo. (2004). Encuesta nacional de gastos de hogares 2004-2005. Base de datos de gastos de consumo e ingresos. Instituto nacional de estadística y censos. Dirección de Estudios de ingresos y gastos de los hogares. República Argentina. Disponible en: <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Institucional-Indec-BasesDeDatos-4>
- ENGHo. (2012). Encuesta nacional de gastos de hogares 2012-2013. Base de datos de gastos de consumo e ingresos. Instituto nacional de estadística y censos. Dirección de Estudios de ingresos y gastos de los hogares. República Argentina. Disponible en: <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Institucional-Indec-BasesDeDatos-4>
- ENGHo. (2017). Encuesta nacional de gastos de hogares 2017-2018. Base de datos de gastos de consumo e ingresos. Instituto nacional de estadística y censos. Dirección de Estudios de ingresos y gastos de los hogares. República Argentina. Disponible en: <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Institucional-Indec-BasesDeDatos-4>
- ENGHo. (2019). Encuesta Nacional de Gastos de los Hogares 2017-2018. Informe de gastos. Buenos Aires, Instituto Nacional de Estadística y censos (INDEC).
- ENNyS. (2007). Encuesta nacional de nutrición y salud. Documentos de resultados. Ministerio de salud. Presidencia de la nación.
- ENNyS 2. (2019). 2° Encuesta Nacional de Nutrición y Salud. ENNyS2. Resumen Ejecutivo. Ministerio de Salud y Desarrollo Social. Presidencia de la Nación. Secretaría de Gobierno de salud. Disponible en http://www.msal.gov.ar/images/stories/bes/graficos/0000001565cnt-ennys2_resumen-ejecutivo-2019.pdf
- Zapata, M; Rovirosa, A; Carmuega, E. (2016). La mesa Argentina en las últimas dos décadas: cambios en el patrón de consumo de alimentos y nutrientes (1996-2013). CABA: CESNI.

Referencias bibliográficas:

- Aguirre, P. (2004). Ricos flacos y gordos pobres. La alimentación en crisis. Buenos Aires: Claves para Todos, Capital Intelectual.
- Díaz, D; Goldberg, A; Rosa, F. (2017). Dimensiones de la seguridad alimentaria en el nuevo escenario global: ¿el mito del plato vacío?. Evolución de la disponibilidad de alimento per cápita en Argentina y en el mundo entre 1963 y 2013. Buenos Aires: Documentos de trabajo del CICPES. Inst. de Estudios Sociales N°13/2017.
- FAO. (2011). La seguridad alimentaria: información para la toma de decisiones. Publicado por el Programa CE-FAO.
- Galicia L, López de Romaña D, Harding KB, De-Regil LM, Grajeda R. (2016). “Tackling malnutrition in Latin America and the Caribbean: challenges and opportunities.” *Revista Panamericana de Salud Publica*, 40(2), pp. 138–46
- Fischler, C. (1995). El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Poulain, J.-P. (2021). Food in transition: The place of food in the theories of transition. *Sociology*, Vol. 69 (3), pp. 702–724
- Pollan, M. (2016). El dilema omnívoro. En busca de la alimentación perfecta. España: Editorial Debate.
- Popkin, B y Corvalan, C. (2019). Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality. *The Lancet*, 15 de diciembre, pp.1-39 [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)32497-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)32497-3).
- RECA, L; LEMA, D. (2016). El consumo de carnes en Argentina 1950-2012. *Desarrollo Económico*, vol. 5, No. 2019 (Septiembre-Diciembre 2016), pp. 339-359.
- Tuñon, I; Poy, S; Salvia, A. (2021). La tarjeta ALIMENTAR a un año de su implementación. Una caracterización sociodemográfica, socioalimentaria y socioeconómica de los hogares destinatarios. Documento de investigación-Barómetro de la Deuda Social Argentina. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Educa.
- Warde, A. (1997). Consumption, food and taste. *Culinary Antinomies and Commodity Culture*. Londres, Sage Publications
- Warde, A. (2016). *The Practice of Eating*. Cambridge, Polity Press.

TENDENCIAS RECIENTES, EN LA ESTRUCTURA SOCIAL LATINOAMERICANA

Eduardo Chávez Molina

Resumen

Lo que va a leer es un intento de detallar un esquema interpretativo, que permite observar los límites estructurales, de las intenciones políticas para mejorar las condiciones de vida de la población de la región, y disminuir indicadores de pobreza, y/o mediciones sobre la desigualdad social en el actual contexto de pandemia.

Para ello retomo un análisis de clases socios laborales propios de la región, adaptado a los esquemas internacionales que suelen no reflejar las heterogeneidades en las relaciones laborales predominantes en los países latinoamericanos, donde las ocupaciones asalariadas y autónomas están segmentadas en sectores de alta y baja productividad, con condiciones de trabajo y remuneraciones desiguales.

Es por ello que la matriz particular de la desigualdad social en la cual se organiza una mirada sobre la estructura social latinoamericana, tiene los límites propios de sus condiciones económicas, del nivel de divergencias productivas, del nivel de presión de las clases ocupacionales organizadas en torno a la actividad y su nivel de organicidad entendida como la institucionalización de los conflictos vinculado a la fortaleza estatal para procesarlos.

La propuesta se base en una adaptación del esquema internacional de origen europeo, para tener en cuenta tal heterogeneidad. Con base en esta adaptación, utilizo datos de encuestas nacionales de hogares de algunos países latinoamericanos, cuyas bases pueden ser homologadas, caracterizando sus estructuras de clase y analizando la asociación entre pertenencia a una clase y condiciones de vida. Nuestros resultados indican que esta versión modificada del esquema de clases mejora las caracterizaciones de las estructuras de clases, así como nuestra comprensión de los fundamentos estructurales de la pobreza y la desigualdad de ingresos en América Latina.

Eduardo Chávez Molina: Doctor en Ciencias Sociales, Investigador del Instituto Gino Germani (IIGG), Universidad de Buenos Aires, Coordinador del Grupo de Investigación Desigualdad y Movilidad Social en el IIGG, y director del Departamento de Sociología, en la Universidad Nacional de Mar del Plata

Palabras Claves: Clases sociales, América Latina, Desigualdad Social, Heterogeneidad estructural

Introducción

Las condiciones estructurales nos muestran la firmeza y la regularidad de ciertos elementos de la economía y la vida socio-política latinoamericana que la da una identidad determinada y en razón a ello, los impactos económicos, las situaciones climáticas y ambientales, las transformaciones de origen endógeno o exógeno impactan de acuerdo a esa matriz particular de la región.

Es por ello que la matriz particular de la desigualdad social en la cual se organiza una mirada sobre la estructura social latinoamericana, tiene los límites propios de sus condiciones económicas, del nivel de divergencias productivas, del nivel de presión de las clases ocupacionales organizadas en torno a la actividad y su nivel de organicidad; y la institucionalización de los conflictos vinculado a la fortaleza estatal para procesarlos.

En estos tiempos de pandemia y (auto) enclaustramientos y distancias obligadas o precautorias, nos permiten en algunos casos, observar las condiciones diversas que genera los efectos del COVID-19 en la estructura social, ya que sus implicancias son diversas de acuerdo a la posición de clase de diversas poblaciones en la región, y de acuerdo al territorio de nuestra heterogénea Latinoamérica.

Bajo esa matriz que parece perdurable, se explican las singularidades de Latinoamérica y el Caribe, donde la mayor peligrosidad de la pandemia recae en aquellos segmentos sociales que muestran mayores debilidades ocupacionales en términos de protección laboral y peores condiciones de vida. Aunque la muerte por el COVID afecta principalmente a la población adulta mayor, los niveles de contagio son ascendentes en las poblaciones más jóvenes, y ello incide principalmente en personas, hombres y mujeres del continente, que deben trabajar en condiciones precarias, poco seguras, pauperizadas, en muchos casos dependientes del movimiento de personas, y que además viven en viviendas más pequeñas, en muchos casos hacinadas y hacinados, y en hábitat más insalubres y peligrosos.

Las dificultades se expresan en los datos recientes¹, en la región ha aumentado sus indicadores de pobreza y desocupación y en el mismo período, aumentado sus valores de desigualdad social², expresada en medidas resúmenes de ingresos, además de las proyecciones negativas de sus PBI, registrando caídas históricas en casi todos los países de la región.

Pero también es cierto que la desigualdad social latinoamericana presenta diferencias cualitativas, no sólo numéricas, donde la distribución de ingresos está supeditada a

1 CEPAL (2010), *La Hora de la Igualdad, Heterogeneidad estructural y brechas de productividad: de la fragmentación a la convergencia*, capítulo 3, Santiago de Chile.

2 Lustig, N., Neidhöfer, G. y Tommasi, M. (2020). *Impactos distributivos de corto y largo plazo de COVID-19 en América Latina* (No. 2013). Universidad de Tulane, Departamento de Economía.

las condiciones de la heterogeneidad estructural, y la capacidad de presión de las y los actores involucrados en cada clase ocupacional.

En ellos un movimiento continuo de procesos de cambios en las protecciones laborales, modificaciones tecnológicas, logísticas, organizacionales, transformaciones de las contrataciones que impactan sobre la precarización y pauperización laboral, pero en ellos, la contracara: la organización sindical y su potencial capacidad de poner límites al amparo de la institucionalidad estatal.

Dicha situación puede apreciarse con creces cuando vemos la distribución de ingresos por clases ocupacionales en los países de latinoamérica, algunos países de la región presentan mejor distribución en relación a otros, y generalmente donde la heterogeneidad estructural es menos pronunciada en términos relativos que otros países, por ejemplo la mejor distribución de los países del Río de la Plata, en relación a los países andinos o centroamericanos.

A continuación veremos cómo se arma la justificación de la hipótesis principal del artículo: a mayor heterogeneidad estructural, mayor desigualdad social, a mayor igualdad mayor proceso organizativo de las clases subalternas, expresada de asalariados y asalariadas del sector servicios primero, industrial después.

El proceso de incompletitud de los ingresos, observado principalmente en el sector informal (lo vamos a enfocar principalmente en aquellos trabajadores en establecimientos de baja productividad y cuenta propias no calificados, sin protección de la seguridad social), conlleva a la producción de bienes y servicios en muchos casos, sin certificaciones, de baja calidad, y tareas limitadas en la complejidad, que se articula con el sector formal, en franco proceso de pauperización en determinados momentos coyunturales, en un proceso orgánico de vinculación de formales/informales junto con bienes y servicios.

Ese proceso de “amalgamiento”, permite por un lado la perduración de las actividades informales, como su vez permiten ser acciones económicas de refugio con entradas y salidas relativamente fáciles ante las crisis, pero también ante los cambios tecnológicos que impactan principalmente sobre saberes no estructurados en los ámbitos laborales.

Y esta situación paradójica, se da en los ámbitos urbanos y rurales, con la misma fuerza; en el campo por la mecanización y complejidad de los cultivos, principalmente de exportación, y en las ciudades, el hiato entre actividades calificadas y no calificadas, articuladas en establecimientos de alta o baja productividad.

La aparición de empleos recubiertos bajo la figura de autonomía laboral, o colaborativos, dados ante de la pandemia, producto de la “uberización” de prácticas laborales es una continuidad sobre aquellas actividades desprotegidas e informales, pero que ahora se enmarcan en un proceso de mayor organización y de cobertura empresarial, aunque la misma despoje cualquier acto contractual con las y los trabajadores. Es aquí

una particularidad distinta a otras regiones del planeta, las actividades ligadas a los llamados empleos de plataforma, su pasaje a este tipo de actividades tiende a “formalizar precariamente”, ya que eran actividades que se realizaban bajo el formato más crudo de la informalidad, y muchas de ellas, en prácticas “cara a cara”, que ahora se desenvuelven colectivamente.³

La comparación de datos cuantitativos

Una forma de observación es a través de la composición de la estructura social de la región según las ocupaciones de las personas, que se expresan en las clases socio-ocupacionales, y que ha dado tanto que hablar en el mundo académico, a través de los trabajos de, Erickson, Goldthorpe, Portocarrero⁴ y de Erick Olin Whrigh⁵, entre otros; y en América Latina los trabajos contemporáneos de Solís, Boado,⁶ Espinoza, Barozet, y Méndez,⁷ Chávez Molina, Cobos⁸ por nombrar algunos.

En América Latina la información es heterogénea, dispersa e irregular en términos temporales, a diferencia de lo que ocurre en otras regiones, como la Unión Europea principalmente, donde la homogeneidad de la información estadística que relevan permite las comparaciones sin mayores dificultades, y hace de ello un proceso de comparación plausible.

Por lo cual lo que veremos a continuación hace referencia a un esfuerzo estadístico mayor, que es la armonización de un conjunto de bases de datos de diversos países latinoamericanos, diferenciando en ellos fuertes heterogeneidades, como los países de Centro América, Caribe y México; los países andinos, y por otro lado el Cono Sur más Brasil.

3 Chávez Molina, E. (2021) La desigualdad continua y los efectos de la COVID-19 en la estructura social. La perspectiva de la heterogeneidad estructural en Latinoamérica, en *Incertidumbres en Tiempos de Pandemia.*, Comp. Juan Minguijón Pablo y David Pac Salas, Editorial Delta, Zaragoza, España. (En prensa)

4 Erickson, R., Goldthorpe, J., & Portocarrero, L. (1979). Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies. *British Journal of Sociology*, 30(4), 415-441.

5 Wright, E. O. (1997). *Class counts: Comparative studies in class analysis*. Cambridge University Press.

6 Solís P. y Boado M. (2016) Y sin embargo se mueve. Estratificación y movilidad intergeneracional de clase en América Latina. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Espinosa Yglesias.

7 Espinoza, V., Barozet, E., & Méndez, M. L. (2013). Estratificación y movilidad social bajo un modelo neoliberal: El caso de Chile. *Laboratorio*, (25).

8 Solís, P., Chávez Molina E. y Cobos, D. (2019). Estructura de clases, heterogeneidad del mercado laboral y condiciones de vida en América Latina. *Revista de investigación latinoamericana*, 54 (4); LARR, Pittsburgh, USA.

Para ello se ha recurrido a un elemento principal de combinación comparativa, que es la articulación de los esquemas, a través de la homologación de los códigos ocupacionales, en muchos casos diversos, para poder realizar una correspondencia de las ocupaciones, y concluir en un esquema de clases comprable. Para América Latina se han seleccionado sólo aquellos países en los cuáles es posible utilizar el Código Internacional Uniforme de Ocupaciones de la OIT 2018: México, Nicaragua, El Salvador, Guatemala, Perú, Ecuador, Colombia, Argentina, Brasil, Chile y Uruguay. Se han utilizado para ello las encuestas de hogares.

El análisis comparativo

Tomando el cuenta la génesis del análisis comparativo, que por cierto está presente en cualquier mirada humana, nos dirigirá necesariamente a la lectura sobre la capacidad en las ciencias sociales de sistematizar herramientas de observación que de cuenta en forma eficaz de aquellos elementos disímiles o similares que permiten apreciar cuán parecido se es o no.

La observación sobre los acontecimientos sociales, interrelaciona técnicas de investigación, mediciones y teoría, o viceversa, que implica problemas para la sociología en general. Como bien lo ha planteado Cicourel “Es importante preguntarnos si las pretensiones de conocimiento se basan en métodos que se corresponden con las teorías y los datos recogidos o si las técnicas de investigación y escalas de medida en que se basan estas pretensiones tienen poco más que una relación de metáfora con dichos datos y teorías”. Es por ello el peligro de hasta qué punto la observación no pueda transformarse sólo en retórica.⁹

Es allí que nuestro trabajo se va a inscribir, en ámbitos que aparecen como tan distantes para ser comparables, pero con la generación armonizada de variables que permitan que las medidas puedan ser utilizadas en estos registros tan distintos como pueden ser Argentina y España, pero que pondrían ser otros países en la comparación. Como

9 Plantea Cicourel, tomando de Herbert Hirschberg dichas ideas, es necesario entender el tipo de observación que se está poniendo en juego: cifrados y descifrados. “Cifrado es un sistema axiomático formalizado, abstracto que solo comprende en términos lógicos como *a, y, no*, y símbolos seleccionados arbitrariamente como \$, %. Estos sistemas son útiles porque permiten deducciones y pruebas en operaciones claras, guardando de los errores que acompañan con frecuencia al empleo de términos descriptivos. Los sistemas matemáticos, cuando son cifrados, se componen de meros símbolos, verdades lógicas o tautologías.” (Cicourel 2011: 52). En tanto que un sistema axiomático descifrado comprende términos descriptivos, además de lógicos. Reemplazar los símbolos y verdades lógicas de un sistema axiomático cifrado, abstracto, como plantea Cicourel por términos descriptivos y enunciados empíricos conduce a un sistema descifrado. Cicourel, A. V. (2011). Método y medida en sociología (Vol. 7). CIS.

así se han utilizado un sinnúmero de sistemas axiomáticos comparables entre países, como el CASMIN, o los indicadores de IDH. Pero la comparación no está hecha necesariamente para que la medida nos diga posiciones ordinales o intervalares, sino más bien, que la puesta en hipótesis empírica de la heterogeneidad estructural pueda ser observada.

Los estudios comparativos internacionales de estratificación social y movilidad de clase

Los mismos se basan en esquemas de clase concebidos para países industrializados. Uno de estos esquemas, el esquema EGP desarrollado por Erikson, Goldthorpe y Portocarrero, se ha convertido en un estándar en el campo (Chávez Molina 2021). El uso de este esquema en otras regiones del mundo, incluida América Latina, ha sido crucial para el análisis comparativo. Sin embargo, este esquema puede no reflejar heterogeneidades en las relaciones laborales predominantes en los países en desarrollo, donde las ocupaciones asalariadas y por cuenta propia están segmentadas en sectores de alta y baja productividad, con condiciones de trabajo y remuneración desiguales. Proponemos una adaptación del esquema EGP para tener en cuenta dicha heterogeneidad. Basados en esta adaptación, sometido a diversas pruebas de coherencia y homologación empírica en un trabajo anterior, utilizamos datos de encuestas nacionales de hogares tanto de Argentina como España, caracterizamos sus estructuras de clase y analizamos la asociación entre la pertenencia de clase y las condiciones laborales. Nuestros resultados indican que esta versión modificada del esquema de clase EGP mejora las caracterizaciones de las estructuras de clase, así como nuestra comprensión de los fundamentos estructurales de la pobreza y la desigualdad de ingresos en América Latina¹⁰.

Esta adaptación intenta resolver las deficiencias de la aplicación de este esquema a condiciones de alta heterogeneidad estructural en los mercados laborales, como las observadas históricamente en América Latina, lo cual convierte a esta característica en un componente de observación de los procesos distributivos.

El otro camino conceptual a resolver es la problemática de la comparación, tomando en cuenta la explicación de Sartori, hacer una comparación es confrontar una cosa con otra¹¹. Es un acto que realizamos en nuestra vida cotidiana pues constituye un ejercicio básico de la actividad cognoscitiva. Hacerlo entre fenómenos sociales y casos específicos como los países, nos permite interpretarlos, comprenderlos y expli-

10 Marqués Perales, I., & Chávez Molina, E. (2019). Relevancia de la heterogeneidad socioeconómica: Estudio comparativo entre América Latina y Europa basado en la adaptación del Esquema EGP. *Papers: revista de sociologia*, 104(2), 0225-245.

11 Sartori, G. (1994). Comparación y método comparativo. In *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 29-50). Alianza.

carlos a partir de distinciones y similitudes. Sin embargo, según este autor, la principal razón por la que es útil la comparación es para ejercer un control sobre las generalizaciones que establecemos. Comparar nos permite ejercer un control (verificación o falsación, propio de la ciencia, y el formato hipotético) sobre la regularidad que se ha establecido, evaluando si la generalización se corresponde con los casos sobre los que se ha aplicado: controlar comparando.

De allí, nos surge la pregunta que debemos hacernos es respecto a qué propiedades y/o características ciertos hechos sociales son comparables o no entre sí. En este sentido, comparar implica analizar similitudes y diferencias en los límites, puesto que los fenómenos deben contar tanto con características en común, como con aspectos radicalmente diferentes. La comparación debe realizarse en los límites de similitud y diferencia., como es posible ante situaciones tan heterogéneas como es la realidad latinoamericana, más allá de que la literatura regional lo agrega como un todo homogéneo.

La situación previa a la pandemia

Hay que partir de un registro comparativo y estadístico, que nos permite delinear qué se ha modificado, y por qué tal movimiento, en un marco estructural, en el cual se desenvuelven las relaciones capital-trabajo.

En ese sentido, la primera observación empírica, la tabla 1, vemos con un mayor nivel de desagregación (aunque no completa por la extensión del artículo), algunas particularidades, una mayor presencia de la Clase I y II de Servicios en Argentina, Chile y Uruguay (empresarios, directivos del sector público y privado, gerentes, profesionales de alta calificación, principalmente), y también en los mismos países una mayor presencia de actividades administrativas y comerciales, rutinarias.

Las y los trabajadores independientes, aparecen con mayor fuerza en Ecuador, El Salvador y Nicaragua; como así también los pequeños propietarios agrícolas, incluyendo a Guatemala, en esta categoría socio-ocupacional están los pequeños aparceros, las unidades derivadas de unidades familiares, y los pequeños predios organizados por comunidades indígenas.

Los asalariados manuales calificados tienen mayor presencia en Chile, Argentina, Guatemala y México; en tanto que los trabajadores manuales no calificados, de ámbitos urbanos principalmente, presentan una mayor proporción en Argentina, Brasil, Chile, México y Uruguay; caracterizados además por bajos ingresos, y mayores niveles de desprotección laboral.

Tabla 1: Clases ocupacionales según esquema adaptado Solís, Chávez Molina, Cobos, para países seleccionados América Latina¹²

Esquema SCHC	Argentina	Brasil	Chile	Ecuador	El Salvador	Guatemala	México	Nicaragua	Perú	Uruguay
I+II. Clase de servicios	24,6	18,8	23,9	18,7	17,3	15,8	19,2	12,6	15,6	20,7
IIIa+b. No manual de rutina	18,3	15,1	16,5	6,9	11,4	6,9	13,5	8,7	11,1	17,8
IVa+b. Independientes no agrícolas	15,5	19,6	12,6	21,9	20,9	16,8	17,0	29,3	30,4	18,2
IVc. Pequeños propietarios agrícolas	0,5	6,8	1,7	7,6	5,8	11,3	2,8	10,7	10,5	2,5
V+VI. Manuales calificados y semi calificados	17,2	14,6	18,5	12,4	16,4	18,3	17,9	11,0	8,6	15,0
VIIa. Trabajadores manuales de baja calificación	23,2	19,5	20,2	17,8	18,7	12,1	22,4	14,0	13,8	21,8
VIIb. Asalariados agrícolas	0,6	5,5	6,7	14,8	9,5	18,8	7,2	13,7	9,9	4,1

Fuente: elaboración propia en base a encuestas de hogares en países seleccionados y datos homologables.

Las condiciones de desprotección laboral en Latinoamérica y Argentina en particular, es una constante, que está más allá incluso, de las leyes regulatorias y las políticas destinadas al sector. Está en la propia arena del capitalismo, y su carácter periférico, en el cual se desenvuelven las actividades económico –productivos, y que desde mediados de la década de los 50, a través de autores como Prebish¹³,

12 **I+II. Clase de servicios:** incluye a I.a. Patrones y grandes directivos, I.b. Profesionales asalariados y pequeños patrones, I.c. Profesionales por cuenta propia, II. Supervisores

IIIa+b. No manual de rutina: incluye a IIIa. Trabajadores no manuales de rutina, IIIb+. Trabajadores en ventas de grandes comercios; y IIIb-. Trabajadores en ventas de pequeños comercios.

IVa+b. Independientes no agrícolas, incluye a IVa. Pequeños patrones; IVb+. Trabajadores independientes calificados; IVb-. Trabajadores independientes no calificados (sin agrícolas)

IVc. Trabajadores independientes agrícolas y IVc. Pequeños propietarios agrícolas

V+VI. Manuales calificados y semi calificados, incluye a V+VI+. Trabajadores manuales calificados en grandes establecimientos; y V+VI-. Trabajadores manuales calificados en pequeños establecimientos

VIIa. Trabajadores manuales de baja calificación, incluye a VIIa+. Trabajadores manuales no calificados en grandes establecimientos; y VIIa-. Trabajadores manuales no calificados en pequeños establecimientos

VIIb. Trabajadores asalariados agrícolas.

13 Prebisch, R. (1983). Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. El trimestre económico, 50(198 (2), 1077-1096.

Pinto¹⁴, y se lo ha llamado la “heterogeneidad estructural”, y cuya reactualización teórica, ha surgido en el presente siglo, de la mano de Salvia¹⁵, Chena¹⁶, Cimoli¹⁷ y Chávez Molina¹⁸, entre otros.

Hay dos ideas que sería interesante señalar, el carácter estructural de la heterogeneidad productiva, y el carácter sistémico de la baja productividad, expresada en la informalidad, que además se caracteriza por la ausencia de regulaciones estatales. Veamos estos puntos con atención, tomando en cuenta la alta desigualdad distributiva del ingreso y la riqueza en América Latina (mayor propensión en América Central, y el Caribe, junto a los países andinos, y Brasil, y en menor propensión los países del cono sur a excepción de Chile). Lo que aparece: actividades de baja productividad y bajos niveles de ingresos de quienes participan allí en relación a aquellos que tienen mayor productividad y sus ingresos junto a las protecciones sociales son mayores.

La heterogeneidad estructural se entiende como “la coexistencia de sectores, ramas o actividades donde la productividad del trabajo es alta o normal [es decir, similar a la que alcanzan las economías de los países centrales], junto con otras en que la productividad es mucho más baja [respecto a las registradas en las economías centrales]”¹⁹.

Para la tradición de autores estructuralistas pareciera ser que la inadecuación tecnológica –producto de rol subordinado-, el consumo suntuario, la inserción internacional –extractiva de materias primas renovables y no renovables principalmente- y la falta de un tejido productivo desarrollado suficientemente son la causa de las restricciones de ahorro y divisas que sufren las economías de la región. Esto deriva, primero, en una acumulación insuficiente de capital y, luego, en una conformación estructural heterogénea. En este marco, la concentración del ingreso es una consecuencia de la heterogeneidad estructural y de las cuasi rentas que obtienen los sectores modernos mediante el sistema de precios relativos²⁰.

14 Pinto, A. (1969). Diagnóstico, estructura y esquemas de desarrollo en América Latina. Escuela Latinoamericana de Sociología-FLACSO.

15 Salvia, A. (2016). Heterogeneidad estructural y marginalidad económica en un contexto de políticas heterodoxas. En Claves sobre la marginalidad económica y la movilidad social. Segregación urbana y cambios macroeconómicos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires (Argentina): Editorial Biblos.

16 Chena, P. I. (2010). La heterogeneidad estructural vista desde tres teorías alternativas: el caso de Argentina. Revista: Comercio Exterior, Bancomext, Ciudad de México.

17 Cimoli, M., & CEPAL, N. (2005). Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina.

18 Chávez Molina, E. (2013). Desigualdad y movilidad social en un contexto de heterogeneidad estructural: notas preliminares. Chávez Molina, Eduardo (compilador); Pla, Jélica (colaboradora): Desigualdad y movilidad social en un contexto de heterogeneidad estructural: notas preliminares. Chávez Molina, Eduardo (compilador); Pla, Jélica (colaboradora): Desigualdad y movilidad social en el mundo contemporáneo. Aportes empíricos y conceptuales. Argentina, China, España y Francia. Buenos Aires: Imago Mundi.

19 Pablo Chena, Op. Cit. P. 99.

20 Pablo Chena, Op. Cit. P. 102.

En tanto para las corrientes neo-estructuralistas no todos los sectores tienen la misma capacidad para inducir aumentos de producción y promover la expansión de otros, al generar empleos de alta productividad se debe colocar, entonces, en el plano de la inadecuada composición sectorial de la producción de la periferia, respecto a las tendencias tecnológicas mundiales y a la demanda global. En una concepción shumpeteriana de la dinámica económica, “el cambio tecnológico explica el cambio estructural con la aparición de nuevos productos y sectores”²¹. Las economías que son capaces de absorber los nuevos paradigmas y trayectorias tecnológicas modifican la composición sectorial de su industria y difunden el cambio tecnológico al resto de la economía”. Aquellos países que no asimilen estos nuevos paradigmas tecnológicos sufrirán de heterogeneidad estructural, bajos salarios y un crecimiento restringido por la balanza de pagos.

Es por ello, que conceptualmente, se entiende la heterogeneidad estructural bajo un aspecto relacional, en base a los diferenciales en la productividad aparente del trabajo entre sectores o ramas de actividad y entre tamaños de compañías. Por otra parte, hay un fuerte vínculo entre productividad e ingresos, con lo cual una elevada heterogeneidad estructural está acompañada siempre por una desigual distribución del ingreso.

Como se sabe, la productividad del trabajo se calcula al considerar el valor agregado por cada trabajador ocupado. En otras palabras, se calcula utilizando el valor que tiene la canasta de bienes producidos por cada trabajador (precio por cantidad) menos sus respectivos costos de producción directos, en otras palabras el producto se mide sobre la base del producto bruto real generado en el sector (PBO) y el trabajo según las horas laboradas en él²².

Como apreciamos en el gráfico 1, la inclusión de países Europeos, es para ilustrar la capacidad explicativa de la heterogeneidad estructural, y para ello la información que presentamos se sitúa en países seleccionados de América Latina, su nivel de productividad, comparada por el tamaño de establecimiento y en relación a las unidades económicas de 100 ocupados. Allí apreciamos rápidamente diferentes características, países donde las brechas son menores por tamaño de establecimiento, como Francia y Alemania, y además la desigualdad medida a través de Gini es más bajo, que España e Italia, mayor heterogeneidad y relativa mayor desigualdad. En América Latina, para países seleccionados, Argentina presenta el doble de heterogeneidad que España por ejemplo, pero su brecha es mucho menor que Brasil Chile, Perú; y más parecido a México. Si observamos además que las distancias con las unidades más pequeñas, hasta 5 ocupados, lugar además donde se encuentra la mayor cantidad de trabajadores y trabajadores en situación de pobreza en América Latina, las brechas de productividad son muy elevadas en relación a Europa.

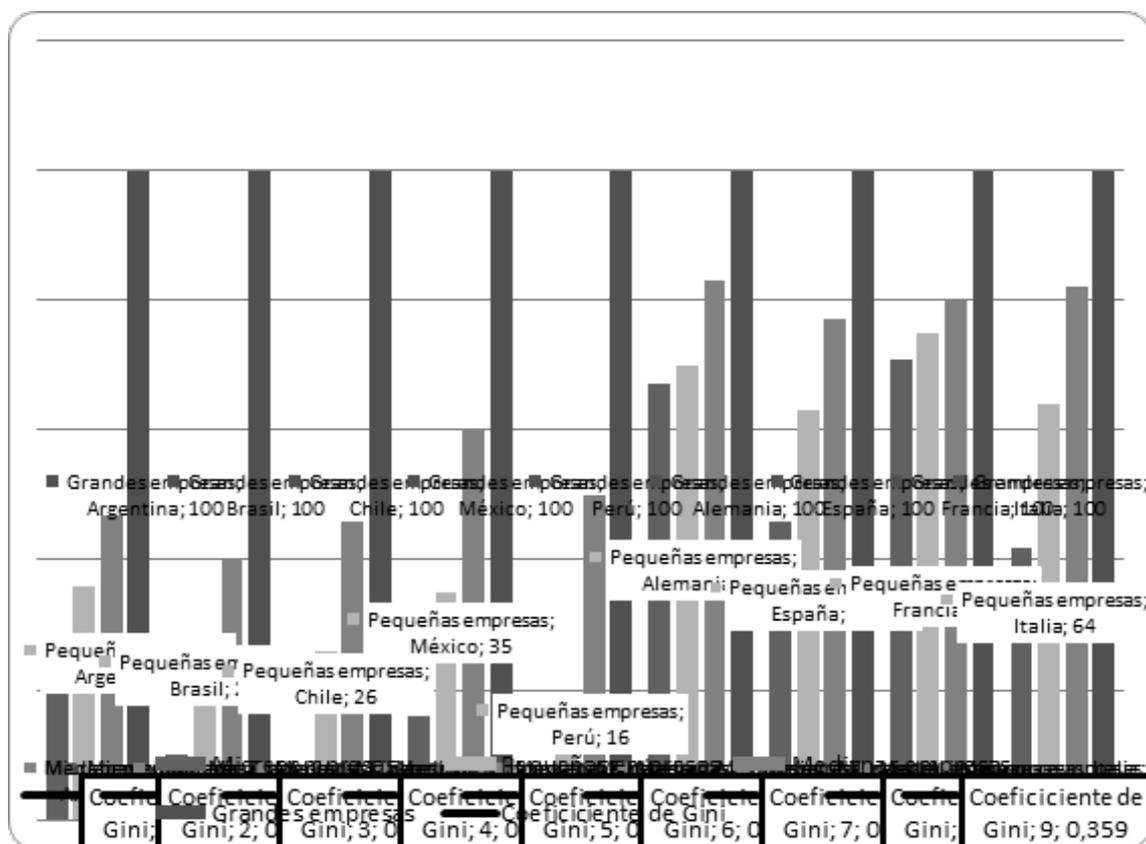
21 CEPAL, Op. Cit. P. 94.

22 CEPAL, Op. Cit. P.96

Más allá de la simplificación, en el sentido que hay ramas y sectores de tamaños menores con altísima productividad, podemos apreciar claras diferencias entre los diferentes países de América Latina, y su relación con los países Europeos, mostrando claramente brechas elevadas comparativamente.

Ahora si a esos datos, le agregamos la desigualdad relativa observada con el coeficiente de Gini, nos muestra una alta simetría en países con brechas elevadas, y altos niveles de desigualdad distributiva, en relación a quienes muestran menores brechas y un coeficiente de Gini reducido.

Gráfico 1: nivel de productividad por tamaño de empresas, y coeficiente Gini Relativo por país seleccionado



Fuente: Cepal 2011 y Banco Mundial 2021.

Como se puede deducir, bajo el postulado teórico de la heterogeneidad estructural, se da cuenta del primer concepto que condiciona y a partir del cual se estructuran las ocupaciones y los resultados distributivos. Obviamente primero configurado a partir de dicho entramado endógeno, pero que a partir de un factor exógeno como la pandemia, vamos a ver que tiende a expresar con mayor fuerza las condiciones de la heterogeneidad.

Por otro lado, está el papel de las regulaciones del Estado, más ligado a la forma de intervención estatal, de cuyas raíces históricas debe amalgamar la asalarización como

forma moderna de interacción capital/trabajo, y por otro lado, una serie de actividades fragmentadas en forma sectorial, urbano-rural cuya característica principal, es la incompletitud del ingreso, en términos de dar cuenta de satisfacciones plenas en nuestras sociedades actuales. Ligado a ello, los procesos de emancipación femenina, se encuentra con un marcado proceso, de exclusión y ligada a actividades de baja o nula productividad, o tareas del cuidado hogareñas pagas o no pagas desprotegidas y de baja calificación, que sufren principalmente las mujeres jóvenes²³.

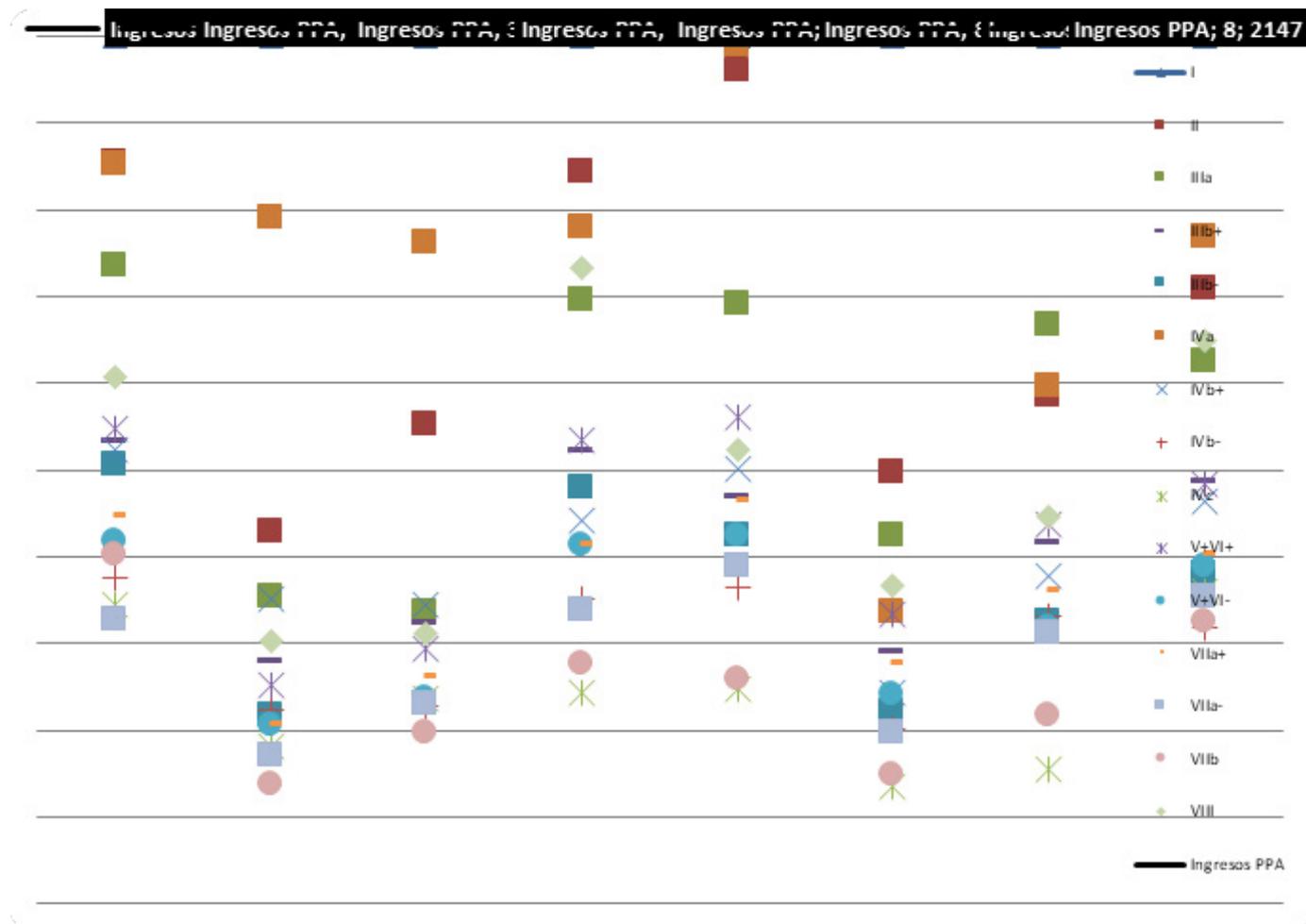
En tanto en el análisis comparativo, lo que nos permite observar las diferencias y similitudes entre los países de América Latina son los esquemas de clases ocupacionales, modificada en relación a los clásicos esquemas europeos, que no captan adecuadamente la heterogeneidad estructural, y también la dificultad para observar las descalificaciones del sector servicios y del sector industrial, en determinadas ramas de la economía. Esta acción comparativa realizada nos permite apreciar por un lado las distancias de ingresos medido en USD PPA de las diferentes clases ocupacionales con respecto a la clase directiva, y luego las comparaciones distributivas endógenas de las clases ocupacionales por país. Y por otro lado, las deferencias de ingresos PPA de las clases directivas captadas en las encuestas de hogares, que aunque presenta serias dificultades por la forma de captar la información de ingresos, nos presenta datos valiosos para comparar.

Así es como vemos el caso de las distancias de ingresos de Argentina y Uruguay, ya que entre clases es menor que el resto de los países analizados, parten del coeficiente 0.30 y donde la mayoría de las clases ocupacionales se centran entre esos valores y 0.60, a diferencia de Brasil, Chile, México entre otros cuyas distancias son mayores con respecto a los ingresos de las clases directivas, donde además se aprecia como lo vimos en el uso del coeficiente Gini, mayores desigualdades distributivas.

Aunque también al presentar los datos del gráfico 2 se aprecian ciertas paradojas, los países que presentan menores distancias distributivas relativas, muestran diferencias significativas de los ingresos medidos en dólares PPA, es el caso de Uruguay en relación a Argentina; por otro lado entre los países que presentan mayores distancias distributivas, se destacan los altos ingresos de las clases directivas de Chile y Brasil, y los menores ingresos de México. Los países andinos y de América central, tienden a tener valores parecidos, tanto en las distancias distributivas como en las medianas de ingresos de sus clases directivas.

23 Mathias, G., & Salama, P. (1986). El estado sobredesarrollado: De las metrópolis al tercer mundo. Editorial Era.

Gráfico 2: Distancias de las clases socio-ocupacionales en relación a las clases Directivas (Clase I), y mediana de ingresos de la clases directivas por países seleccionados de América Latina



Elaboración propia según bases de datos de hogares de los países seleccionados, posibles de comparación.

Conclusiones

Sin lugar a dudas, lo que agrava es lo que ya existía frágilmente. En América Latina es relevante la proporción de trabajadores asalariados manuales, los de servicios de rutinas y especialmente las y los empleados de comercio. También es característica de nuestra región la expansión del trabajo por cuenta propia. Este rasgo también ha sido vinculado a la heterogeneidad estructural, ya que representa en muchos casos una actividad de refugio para los trabajadores que no encuentran cabida en el sector formal.

Eso conforma un mapa excepcional de la estructura socio-laboral donde además tiene un rol no menor en ciertas regiones las actividades rurales, no sólo las dedicadas a

la producción de bienes exportables, y los ligados al mercado interno, sino que también a economías de subsistencia.

Asimismo, se completa un cuadro heterogéneo de acuerdo al tipo de inserción ocupacional de trabajadoras y trabajadores, tomando en cuenta dos factores: el nivel de productividad de la unidad económica, y la capacidad de presión cuando las pujas distributivas se institucionalizan, principalmente por la capacidad organizativa sindical. A pesar que los datos que presentamos muestran un esquema general de clases en América Latina, y con mayor o menor plausibilidad pueden emularse en aquellos países cuyos datos no son comparables con los presentados, podemos apreciar algunas características propias de la región: las y los trabajadores de establecimientos de más de 10 ocupados, presentan mejores salarios, y mayor protección laboral, por la existencia de contratos laborales, que aquellos trabajadores de menos de 10 ocupados, tanto en el sector industrial, como de servicios. En el primer grupo es donde se encuentra la mayor cantidad de trabajadores calificados, profesionales, y así también, una mayor sindicalización, en relación a aquellas y aquellos trabajadores en establecimientos de menor productividad.

Y en la actual coyuntura, producto de las medidas paliativas para morigerar el efecto dañino del COVID-19, la/os ocupados en establecimientos de baja productividad y ya sea en su forma de patrones, cuentapropistas o asalariados, presentan mayores dificultades de seguridad en sus ingresos en este periodo de pandemia.

Por lo cual se da un proceso continuo de ocupaciones con bajo niveles productividad, dificultad de acceso a proceso de modernización económica y tecnológica y que se ven más afectados a diferentes procesos, como las puja distributiva y factores exógenos como la pandemia, el cambio climático y los trastornos ambientales derivado de ellas; epicentro de situaciones de marginalidad y pobreza, que caracterizan nuestra región.

MARIÁTEGUI, QUIJANO E AS LUTAS DE CLASSE INDOAMERICANAS DO SÉCULO XXI:
APONTAMENTOS SOBRE EQUADOR E BOLÍVIA

Leandro Galastri¹

Introdução

No continente americano, no conjunto de suas sociedades pluriétnicas, não é possível criticar com alguma profundidade o fenômeno social do racismo sem associar sua renitência à questão dos antagonismos das classes sociais. Na América Latina, o marxista peruano José Carlos Mariátegui foi, de longe, quem mais tratou de tal associação em suas últimas consequências. São bem conhecidos os textos nos quais ele aprofunda essas reflexões, embora tenha se ocupado centralmente das questões indígenas, dos povos autóctones das Américas.² Mariátegui demonstra como a penúria material e cultural das populações herdeiras do império incaico se deve diretamente ao regime de propriedade da terra e como o racismo colonial e *criollo* foi e continuou sendo utilizado para perpetuar os regimes de escravidão e servidão impostos aos indígenas, camponeses em sua grande maioria.

Para Mariátegui, apenas a liquidação do que ele chama de “feudalidad” poderia assentar as bases econômicas, sociais e políticas para a resolução do “problema das raças e da terra”. A colonização da América Latina significou o retrocesso, o morticínio e a dispersão, em diversas tribos agrícolas, de povos como o Quéchuas e o Aztecas. Para Mariátegui, o preconceito da inferioridade das raças indígenas justificou, para o colonizador branco, a máxima exploração da força de trabalho dos povos autóctones, quando não a simples eliminação física: “Boa parte de nossos burgueses e *gamonales* sustenta calorosamente a tese da inferioridade do índio. O problema indígena é, em seu juízo, um problema étnico cuja solução depende do cruzamento da raça indígena com raças superiores estrangeiras” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 29), uma tese que Mariátegui não considera sequer digna de debate.³

1 Professor de Ciência Política da Unesp/Marília. E-mail: leandro.galastri@unesp.br

2 Principalmente nos ensaios segundo (“O problema do índio”) e terceiro (“O problema da terra”) de sua obra-prima “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana” (MARIÁTEGUI, 2010, pp. 53-114) e em “El problema de las razas en la América Latina” (MARIÁTEGUI, 1974, pp. 21-86). Uma interessante análise sobre as contradições e avanços da reflexão mariateguiana a respeito da questão negra pode ser lida em Forgues (2020, pp.199-218).

3 Quijano (2014, p.770) problematiza os usos que Mariátegui faz das categorias “raça” e “etnia”, apontando tanto a originalidade do marxista peruano no uso do segundo termo em intercâmbio com o primeiro quanto, ao mesmo tempo, certa ambiguidade em tal utilização.

Para o imperialismo norte-americano ou inglês, as terras indoamericanas teriam um valor econômico muito menor se a força de trabalho contida nelas não fosse explorada em regime de semi-servidão ou precário assalariamento rural (MARIÁTEGUI, 1974, p. 26). A condição para que a indústria açucareira peruana no início do século XX, por exemplo, pudesse concorrer com a de outros países detentores de técnicas mais avançadas, bem como a compensação para os elevados fretes para sua exportação, eram garantidos justamente pelo baixíssimo valor da mão-de-obra autóctone.

O racismo *criollo* aparece como elemento central das relações de dominação e exploração das classes camponesas. Funciona como obstáculo para a construção de uma verdadeira “questão nacional”, de luta por autonomia em relação aos países de capitalismo central, nos países americanos com grande proporção de população indígena, o que Mariátegui considera ser um problema também presente nos continentes asiático e africano. Assim, nesses países, o racismo das burguesias e aristocracias fundiárias locais “contra os índios, tanto contra os negros e mulatos”, está no mesmo nível do desprezo que os imperialistas estrangeiros brancos sentem por essas populações: “o sentimento racial atua nessa classe dominante em um sentido absolutamente favorável à penetração imperialista” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 27). Um sentimento, segundo o pensador peruano, que se estende também a grande parte das classes médias, que imitariam a aristocracia e a burguesia em seu desdém pela “plebe de cor”, a despeito de sua própria e característica mestiçagem.

Mas Mariátegui refuta o perigo reacionário de reivindicar um retorno *tout court* ao passado das etnias do império incaico e suas relações políticas, ou qualquer “fé messiânica” na restauração das sociedades locais pretéritas. Para ele, apenas transformações nas condições econômicas e sociais contemporâneas (principalmente o regime de propriedade da terra) poderiam fazer com que a massa indígena se elevasse material e intelectualmente. É nessas mudanças que estariam as possibilidades reais da ideia de emancipação nacional, ou “o dinamismo de uma economia e uma cultura que tragam consigo o gérmen do socialismo” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 31).

Importante lembrar que Mariátegui destaca a coincidência entre as reivindicações indígenas e as causas populares em geral nos países com grande participação demográfica das populações autóctones:

Em países como o Peru, a Bolívia e [...] o Equador, onde a maior parte da população é indígena, a reivindicação do índio é a reivindicação social e popular dominante. Nesses países, o fator raça se entrelaça com o fator classe de uma maneira que uma política revolucionária não pode deixar de levar em conta. O índio quéchua ou aimará vê seu opressor [...] no branco” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 32).

Nessas sociedades, a estabilidade das relações de força repousaria sobre a aliança entre o latifúndio “feudal” e a burguesia mercantil. O primeiro seria o inimigo a ser abatido primeiro, o que deixaria sem forças a segunda. Além disso, é justamente a aristocracia fundiária o pilar das relações de exploração e opressão da massa indígena e camponesa. Assim, para o marxista peruano, uma política socialista realista, que saiba atuar sobre as características concretas dessas formações sociais, tem a obrigação de converter o fator raça em elemento revolucionário.

Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1999), a ideia de “raça” é o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos. A posição de centro hegemônico do nascente capitalismo mundial permitiu aos europeus, em particular ocidentais, impor a ideia de raça na base da divisão mundial do trabalho e do intercâmbio entre as regiões, bem como na “classificação social e geocultural da população mundial” (QUIJANO, 1999, p. 12). Permitiu, ainda, à Europa manter plena hegemonia na elaboração intelectual deste processo histórico e mitificar seu próprio papel nele:

A modernidade, como padrão de experiência social, material e subjetivo, era a expressão da experiência global do novo poder mundial. [...] Sua racionalidade foi produto da elaboração europeia, [...] foi a expressão da perspectiva eurocêntrica do conjunto da experiência do mundo colonial/moderno do capitalismo (QUIJANO, 1999, p. 13).

A questão da “raça” e o conseqüente fenômeno do racismo são o pilar da permanência e reprodução, na América Latina, do que Quijano classifica de “colonialidade do poder”, que seria “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” (QUIJANO, 2009, p. 73). Trata-se da imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como articulação desse padrão de poder, classificação que atua em cada uma das dimensões da existência social, originando-se e mundializando-se a partir da colonização da América. Para Quijano, a percepção das relações econômicas de poder no Peru presente nos “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana”, bem como as implicações do que Mariátegui apresentava como o “fator raça”, são indispensáveis para desenvolver contemporaneamente essas questões (QUIJANO, 2014, p. 769).

Quijano enxerga no marxismo de Mariátegui uma proposta de “racionalidade alternativa”, em oposição à “racionalidade eurocêntrica” que impediria reconhecer a heterogeneidade histórica, cultural e subjetiva desenvolvida na América Latina desde a conquista espanhola (QUIJANO, 1995). Assim, Mariátegui assume a tarefa de elaborar uma proposta autônoma frente ao cientificismo evolucionista da socialdemocracia herdeira da Segunda Internacional, bem como diante da opção bolchevique marxista-leninista da dé-

cada de 1920: “Mariátegui procura constituir na América Latina o que Sorel havia feito na França: um pensamento filosófico político vinculado à herança intelectual de Marx, que parte dela, mas mantém sua autonomia intelectual” (QUIJANO, 1995, p. 41).

Mas também com respeito ao próprio Sorel, Mariátegui guarda sua independência teórica, partindo das condições concretas e das relações sociais de força em presença no Peru de sua época. Ele assume o filósofo francês mais como uma referência para o sentido de sua própria reflexão e para a elaboração de uma proposta própria, que se apoiaria em algumas proposições sorelianas. Quijano sustenta que tal proposta não é sistematicamente exposta em nenhum de seus textos, mas suas ideias matrizes, as de uma racionalidade alternativa àquela do Ocidente, se delineiam seguindo o ritmo de seu pensamento, o movimento de suas indagações (QUIJANO, 1995, p. 42).

Tal racionalidade alternativa provém, antes de tudo, de Marx. Contém os pressupostos de que o conhecimento é um produto histórico-social, ou seja, sempre referido a um universo intersubjetivo historicamente constituído, sendo parte de um complexo no qual ação e transformação estão associadas. As propostas teóricas de Marx sobre a sociedade e o poder são assumidas como orientação central de suas indagações gerais. Por meio delas, no entanto, desvela a originalidade da formação histórica da América Latina, a qual não é possível compreender apenas com base na experiência europeia.

Para Quijano (1995, p. 44), a tensão subjetiva individual que Mariátegui considerava necessária para participar na luta revolucionária, para o envolvimento nos intentos de transformação da sociedade, é o elemento que dirige sua atenção para as ideias de Sorel, bem como para o “neohegelianismo liberal” de Croce e Gobetti para, num movimento semelhante ao do Gramsci dos *Cadernos do Cárcere*, proceder a uma assimilação crítica dessas matrizes filosóficas com base na estrutura dialética do pensamento de Marx.

Sugiro, por isso, que o mais característico em Mariátegui é, precisamente, o projeto de elaborar uma racionalidade integradora dessas fontes heterogêneas. E isso não diz respeito apenas à sua liberdade em relação a suas fontes intelectuais. São tão ou mais importantes os elementos vivenciais e intelectuais que provém da própria experiência histórica, material e subjetiva, que correm pelas veias profundas da experiência latino-americana, que não apenas convergem para o mesmo canal das fontes intelectuais anteriores, mas que as modulam, em determinado sentido as transformam na constituição dessa racionalidade alternativa” (QUIJANO, 1995, p. 45)

É esse esforço de integração de suas fontes intelectuais e experiências de vida em uma “racionalidade alternativa” que faz possível rejeitar qualquer acusação de ecletismo

em Mariátegui. Trata-se, antes, de um modo de elaboração da realidade a partir do centro de sua historicidade. Esta não se desenvolve na América Latina ao longo de uma linha homogênea e linear do tempo, mas é um processo constituído por elementos históricos heterogêneos e que não podem ser apreendidos de outra forma. No Peru, e na América Latina, se trata então da questão de “como incorporar às ideias da revolução socialista um sentido dotado da mesma força mobilizadora para uma população com universos subjetivos heterogêneos e até conflitivos” (QUIJANO, 1995, p. 46). Aqui, o problema “racial” e/ou “étnico” é questão axial da heterogeneidade cultural, de modos e de fontes de produção de sentidos e formas de vida material e simbólica.

Algumas questões sobre as lutas contemporâneas na América Latina

Embora os pertencimentos étnicos na América Latina tenham se tornado demograficamente menos homogêneos se levarmos em consideração o início do século XX, ser pobre, subalterno, despossuído ou explorado nessa região do mundo significa, ainda, ser não-branco. E vice-versa. A América indígena, ou “Indoamérica”, ainda se enfrenta com muitas das contradições desveladas e combatidas por Mariátegui na década de 1920. O levante zapatista no sul do México em 1994 foi o último grande exemplo do século passado, cujo crepúsculo foi caracterizado pelas agruras sociais aprofundadas pela ascensão do neoliberalismo.

Na aurora do século XXI a América do Sul testemunhou a chegada ao poder de governantes, partidos e propostas políticas que se reivindicavam francamente contrárias ao neoliberalismo vigente, que se colocavam à esquerda desse regime político-econômico vigente na região desde a década de 1990. A dita “onda progressista” durou, mais ou menos, até meados da segunda década, quando assédios direitistas em série e movimentos abertamente golpistas foram minando, uma a uma, aquelas experiências.⁴ Honduras, Paraguai, Equador, Argentina, Uruguai, Brasil e Bolívia sofreram rodopios à direita que

4 Vários sinais indicam que sucessivos governos dos Estados Unidos atuaram, direta ou indiretamente, na desestabilização desses regimes, fomentando a insurreição civil das elites e classes médias por meio da chamada “guerra híbrida”, uma combinação de métodos de guerra não convencionais para agitar setores mais conservadores de uma população, com o uso de grupos armados paramilitares - ou milícias, e da “lawfare”, prática de perseguição jurídico-política sistemática justificada pelo pretexto, ideologicamente incontestável, do “combate à corrupção”. Sobre a guerra híbrida, ver a reportagem do diário eletrônico independente NSNBC (2012): “US-Military Logic behind Syrian Insurgency. The ‘Special Forces Unconventional Warfare’ manual TC 18 01” (<https://nnsbc.wordpress.com/2012/02/15/us-military-logic-behind-syrian-insurgency-the-special-forces-unconventional-warfare-manual-tc-18-01/>); o próprio documento das forças armadas estadunidenses (DE-

recolocaram essas sociedades nos trilhos do ultraliberalismo econômico e, em alguns casos, do conservadorismo social de laivos neofascistas.

Recentemente, um kirchnerismo enfraquecido pela vulnerabilidade econômica retornou ao poder na Argentina em 2019 e, em plena pandemia da COVID-19, o MAS (Movimento ao Socialismo) venceu novamente as eleições presidenciais na Bolívia, aproximadamente um ano após o golpe militar que havia derrubado Evo Morales⁵. O governo chavista venezuelano, por sua vez, resiste ainda a tentativas cotidianas de golpe patrocinadas pelo governo dos Estados Unidos, pelas elites locais e, mais comumente, pela associação dos dois.

Em meio a essa conturbada história política recente, movimentos populares se destacaram pelo protagonismo nas lutas de classes intimamente associadas a questões étnicas em seus países. Nesse texto, pretendo apresentar brevemente as características de dois deles, os movimentos indígenas-camponeses de Equador e Bolívia.

Equador

A história recente do movimento indígena no Equador tem um precedente importante em 1944, quando é fundada a Federação Equatoriana de Índios (FEI). Nela foram articuladas reivindicações de classe, como acesso camponês à terra, com demandas étnicas centradas na cultura quéchua. Em 1986, a história da luta indígena no país conheceu novo momento marcante com a fundação da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador – Conaie (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 179).

A Conaie nasceu e se desenvolveu em contexto de aprofundamento das políticas neoliberais, na virada das décadas de 1980 e 1990, agregando movimentos indígenas de todo o país (regiões costeira, andina e amazônica). A organização surgia, assim, a partir da estruturação de diferentes organizações indígenas regionais, congregando a maior parte das organizações indígenas do país e seus diferentes grupos étnicos. Em maio de 1990, promoveu um levante abrangente, no qual milhares de índios protestaram contra suas condições sociais de vida, inaugurando nova etapa na atuação política das organi-

PARTMENT...2010): “Special Forces-Unconventional Warfare”, em <https://nsnbc.files.wordpress.com/2011/10/special-forces-uw-tc-18-01.pdf>; e ainda KORYBKO (2018). Sobre a “lawfare”, uma rápida e objetiva abordagem é oferecida por MASCARO (2020) em <https://aterraeredonda.com.br/lawfare-uma-introducao/>.

5 Um impressionante relato da violência sofrida pelos parlamentares do MAS durante o golpe de Estado de 2019 é feito pela cientista política e ex-senadora do partido, Adriana Salvatierra, na entrevista “La discriminación y el racismo se convirtieron en voluntad de Estado”, em <https://www.telesurtv.net/opinion/La-discriminacion-y-el-racismo-se-convirtieron-en-voluntad-de-Estado-20200812-0039.html>. (SALVATIERRA, 2020).

zações indígenas. Constava do programa de reivindicações do movimento, além da denúncia do caráter opressivo e excludente do sistema econômico em vigor, a fundação de um “Estado Plurinacional” em oposição ao modelo uninacional (SOUSA; FERRAZ, 2016, p. 78).

Várias manifestações e iniciativas políticas foram lideradas pelo movimento indígena sob a coordenação da Conaie ao longo de década de 1990, como “La marcha por la Vida” e a campanha dos “500 Años de Resistência Indígena y Popular”, em 1992; “La Movilización por La Tierra, em 1994; participação na campanha eleitoral em 1996; “Jornadas de Lucha”, em 1997 e 1999, além, finalmente, dos “Levantes” de 2000 (SOUSA; FERRAZ, 2016, p. 78). Tais movimentos apresentavam reivindicações que contemplavam toda a sociedade equatoriana e marcaram a ascensão do movimento indígena na cena social do Equador:

Essas manifestações baseavam-se em uma dupla estratégia: por um lado, lutas não institucionalizadas, via ações de massa e de protestos de forma aberta e direta contra o Estado; por outro lado, ações institucionalizadas buscando, por dentro do sistema político, realizar as mudanças que possibilitassem, na visão de parte da militância, implementar o projeto político do movimento indígena (SOUSA; FERRAZ, 2016, p. 78)

Essa revigorada atuação do movimento indígena equatoriano e tomada de consciência dos povos originários ocorreu por meio da associação da memória histórica através, por exemplo, da focalização da crítica às celebrações dos 500 anos da invasão colonial ocidental e da memória imediata de uma invisibilização crônica das demandas indígenas e das classes populares, severamente castigadas pelas políticas econômicas neoliberais.⁶

A reivindicação da instituição do Estado Plurinacional permitiu que um debate de décadas pudesse se concretizar em um programa político de demandas ao Estado existente. A ideia incluía modificações estruturais no modelo econômico que viabilizassem um modelo de economia mista, ao mesmo tempo em que denunciava o caráter colonial e excludente da forma política vigente. Encontrava-se aí a chave que permitiu combinar as demandas próprias do movimento indígena e as das classes sociais subalternas. A crescente mobilização nacional convergiu para a formação, nos anos de 1995 e

⁶ Essa intensificação da mobilização camponesa-indígena adquiriu contornos continentais: “Não por acaso ocorre, em 1990, a primeira ‘Marcha pelo Território e pela Dignidade’, na Bolívia, convocada pelos povos indígenas do oriente boliviano ou o levante em armas, em 1º de janeiro de 1994, dos indígenas zapatistas liderados pelo EZLN na selva Lacandona de Chiapas; enquanto, já em 1996, na Bolívia, ocorria a segunda ‘Marcha pelo Território, pelo Desenvolvimento e pela Participação Política dos Povos Indígenas’ (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 181).

1996, do Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Nuevo País (MUPP-NP), que combinou movimentos indígenas e urbanos. No mesmo ano de 1996, o MUPP-NP concorreu às eleições locais e conseguiu importante representação nos municípios e no Congresso Nacional (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 182).

O “Pachakutik”, como ficou conhecido, nasceu como um partido político alternativo, com um programa que assimilava as várias demandas dos diferentes atores sociais envolvidos em seu processo de criação, com pontos que postulavam, por exemplo, oposição ao modelo neoliberal e “a quem o sustenta”, aliança política e social antineoliberal, democracia “autenticamente” participativa, interrupção das privatizações, fortalecimento das empresas públicas e cogestão com as comunidades e setores organizados, não pagamento da dívida externa, redistribuição da riqueza e do poder nos níveis social e territorial (PLAN..., 2006). Fica clara a afirmação da necessidade da mudança do caráter do Estado centralizado e homogêneo para outro de tipo descentralizado e nacionalmente plural, em que o impulso do funcionamento econômico não seja o lucro, mas uma lógica comunitária tendo o bem-estar como prioridade. Para Sousa e Ferraz (2016, p. 85-86),

apesar de a proposta política do Pachakutik-NP buscar refletir o conjunto das forças sociais que o compunham, percebe-se [...] o predomínio de proposições originais do movimento indígena, cada vez mais compartilhadas por outros sujeitos políticos e servindo de núcleo primordial de um projeto de caráter global do conjunto dos grupos subalternos do país.

A Conaie seguiu sendo, no entanto, a principal referência das organizações populares no choque e/ou interlocução com o Estado, reforçando e consolidando sua legitimidade, aumentando seu reconhecimento como representante do movimento indígena e das classes e grupos sociais subalternos do Equador, e transformando o movimento indígena em “fator real de poder” (DÁVALOS, 2001, p. 190).

Tanto em seu discurso quanto em suas formas organizativas, o movimento indígena equatoriano sofreu uma série de transformações qualitativas ao longo da década de 1990. Tais transformações foram tomando corpo na sociedade, que acabou por incorporar os indígenas como um poderoso ator social no cenário nacional. Desde os levantes do início da década de 1990 até a criação e participação nas eleições do partido político Pachakutik, o movimento indígena equatoriano agregou à luta pela terra, característica das décadas de 1950 a 1980, a luta pela plurinacionalidade, o que significava questionar a própria estrutura jurídica do Estado (DÁVALOS, 2001, p. 190).

O ápice desse desenvolvimento de forças ocorreu em janeiro de 2000, quando foi anunciada a dolarização da economia pelo então presidente Jamil Mahuad, medida que fez parte de seu pacote neoliberal do combate à inflação e socorro a bancos privados. No

dia 20, os movimentos populares tomaram o Congresso Nacional e a Corte Suprema de Justiça. Milhares de populares, coordenados principalmente pela Conaie, marcharam em direção ao Palácio do Governo e destituíram Mahuad, que fugiu do país. O poder foi ocupado de forma relâmpago por um triunvirato do qual faziam parte o presidente da Conaie e o coronel Lucio Gutierrez. No dia seguinte assumia o vice-presidente Gustavo Noboa. Gutierrez é eleito presidente em 2002.

Os próximos anos continuariam a conhecer grandes mobilizações populares antineoliberais, que culminaram na queda de Gutierrez em 2005. Em 2006, Rafael Correa vence em segundo turno as eleições presidenciais com seu movimento “Aliança País”, apoiado pela Conaie, outros movimentos indígenas, setores da esquerda e organizações populares. Correa instala um processo constituinte e aprova em 2008, por referendo popular, a nova Constituição, com numerosos avanços nos direitos sociais e culturais do povo equatoriano. Além disso, promoveu uma auditoria da dívida externa que, entre 2008 e 2011, poupou o equivalente a 7 bilhões de dólares, investidos em políticas sociais e aumento do salário mínimo, o que resultou em uma diminuição geral de 30% nos índices de pobreza desse período (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 187).

Em 2017, o ex-vice-presidente de Rafael Correa, Lenín Moreno, foi eleito para sucedê-lo pelo partido Aliança País. Rapidamente, porém, Moreno abandonou os princípios da chamada “revolução cidadã” promovida por Correa e passou adotar ortodoxos princípios neoliberais na condução da economia nacional, fazendo com que o país regressasse em relação aos avanços sociais obtidos anteriormente. O governo de Moreno também perseguiu Correa, promovendo uma investigação que o condenou, sumariamente, a oito anos de prisão por “corrupção”. O ex-presidente vive, hoje, exilado na Bélgica. No momento em que este texto é escrito, o Equador aguarda pela definição, por meio de recontagem de votos, do candidato que disputará o segundo turno das eleições de 2021 com o líder candidato correísta, o economista Andrés Arauz.

Bolívia

A estrutura econômica da Bolívia, da qual tiveram de partir as ações recentes do do governo popular de Evo Morales, tem as seguintes características:

- 1) Uma economia de base natural, pouco integrada ao mercado, camponesa e com fortes traços comunitários, incluindo cerca de 40% da população;
- 2) uma economia de base familiar, forte em áreas urbanas, ligada ao mercado, abarcando cerca de 35% da população;
- 3) uma economia de base mercantil, calcada em tecnologias mais sofisticadas e contando com mais divisão do tra-

balho, dela formando parte as indústrias mineira e petrolífera, abarcando 25% da população (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009, p. 15).

Na Bolívia, o neoliberalismo chegou oficialmente em 1985, com o presidente Víctor Paz Estenssoro, que aplicou as notórias políticas de privatização de empresas públicas (nesse caso específico, concessões às empresas estrangeiras, as “capitalizações”) justificadas pela suposta ineficiência dos serviços e empresas estatais (ineficientes em vários casos, pois permanentemente sucateadas pelos próprios governos). A “abertura econômica” foi feita entregando-se o controle da economia ao capital transnacional. As consequências sobre a sociedade, embora, como lembram Klachko e Arkonada (2017, p.105), “não sejam patrimônio (exclusivo) dos governos neoliberais”, foram trágicas: “apenas o departamento de La Paz continua, em 2002, 50,9% de pobres”.

Há antecedentes históricos recentes que são importantes para se considerar a trajetória política e social no país que desembocou na eleição de Evo Morales, em 2005. Entre meados das décadas de 1980 e 1990 atuou no país o Exército Guerrilheiro Túpac Katari (EGTK). Junto à utilização das contribuições teóricas do marxismo e do leninismo clássicos e latino-americanos, o EGTK também se utilizou das experiências organizativas tradicionais dos povos nativos Aymara e Quechua, dos camponeses e dos operários sindicalistas. Essa insurgência armada reivindicava um Estado indígena que retomasse modos de organização sócio-comunitários socialistas e questionava as políticas neoliberais já então em curso no país (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 105).

O EGTK atuava tanto no âmbito da legalidade institucional quanto fora dela. No primeiro caso, organizava grupos de formação política junto aos trabalhadores mineiros, operários e indígenas, participava em atividades de organizações de trabalhadores, como congressos sindicais e práticas coletivas de resistência ao neoliberalismo, publicação de revistas e livros que articulavam, no estudo teórico, o marxismo e o indigenismo. A dimensão ilegal ou clandestina das atividades centrava-se no treinamento militar para ações de guerrilha, com o objetivo de organizar a sublevação das comunidades indígenas (LINERA, 2018, p. 11).⁷

Outro importante antecedente mobilizatório ocorreu em agosto de 1990, quando a país testemunhou a “Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade”, que daria visibilidade nacional e relevância política para o movimento indígena. Foi um impulso para que as reivindicações ligadas à diversidade étnica boliviana conseguissem se institucionalizar e alcançar um público de massa, para além dos debates entre intelectuais, políticos e ativistas. A “marcha” evidenciou uma ampliação de movimentações sociais

⁷ Diversos dirigentes do EGTK foram presos em 1992 e passaram vários anos na cadeia, entre eles o ex-vice-presidente boliviano Álvaro García Linera.

e políticas que tinham, agora, base também em identificações étnicas. Desenvolveu-se uma nova agenda política que incluía as demandas pelo reconhecimento institucional da diversidade étnica, dos diferentes povos indígenas como sujeitos coletivos de direito (e não apenas individuais). Além disso, essa nova demanda se conectava com a reivindicação da propriedade coletiva do território, bem como do uso de seus recursos naturais conforme suas tradições. As coletividades indígenas, dessa forma, reforçaram a luta por sua igualdade econômica, social e política. Assim, os movimentos indígenas acrescentavam a questão da etnicidade às suas lutas, sem negar, por sua vez, sua condição simultânea de classe camponesa (GUIMARÃES, 2009, pp. 89-91).

Finalmente, dois momentos centrais de luta de classes na Bolívia marcaram esse processo de inflexão da sociedade boliviana para o protagonismo dos movimentos indígenas populares na política nacional. O primeiro, a “Guerra da Água” de 2000, em Cochabamba, se caracterizou por uma intensa mobilização popular contra os planos de privatização dos serviços de abastecimento e irrigação pelo presidente Hugo Banzer, em benefício da empresa estadunidense Bechtel. Houve massivas lutas sociais e confrontos com as forças de segurança, sendo os camponeses o pilar central da resistência. O governo foi derrotado e retirou a concessão. Um dos principais efeitos da vitória popular, nesse caso, foi a organização política que se consolidou entre os populares: “um dos saltos qualitativos (...) é a constituição de uma instância de organização unificada, que respeita e responde às assembleias populares” (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 106).

O segundo desses momentos foi a chamada “Guerra do gás”, em 2003. Foi um ciclo de confrontação popular contra a privatização dos hidrocarbonetos do país para a empresa australiana Pacific LNG, que exploraria e exportaria o gás pelo porto chileno de Tarija. Formaram-se jornadas insurrecionais indígenas e populares nos meses de setembro e outubro, concentradas nas cidades de El Alto e La Paz. Nessa insurreição popular desempenharam papel central as organizações de bairros, as “juntas vicinais”, as organizações sindicais e indígena-camponesas. As forças repressivas enviadas pelo presidente Sanchez de Lozada deixaram 75 mortos nas fileiras populares. Para enfrentar a repressão, trincheiras foram construídas no meio das ruas, mantidas pelo alto grau de organização popular. Em 17 de outubro, o presidente renunciou e fugiu para os Estados Unidos (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 109).

Dessa forma e com esse histórico acumulado das lutas recentes, se formou na Bolívia um novo sujeito político plural que é composto, em seu “núcleo duro”, pelo movimento indígena e camponês, que resolve e supera a “falsa dicotomia entre classe e identidade”. Nessa perspectiva metodológica (mas, na vida real, fundamentalmente política), a luta de classes atravessa os conflitos bolivianos e se entrelaça com as reivindicações dos povos originários, fundindo a luta pela terra com aquela pelo reconhecimento de suas culturas e tradições e desembocando em uma estratégia popular de luta de libertação

nacional (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 161). É por esse caminho que o líder camponês do movimento cocalero e representante do partido Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS_IPSP) chega ao poder na Bolívia em 2005.

Há um processo de transformação em curso na Bolívia iniciado, portanto, em 2000, com a luta dos setores populares contra a privatização da água, que passou pelo acúmulo de forças desses setores e a vitória eleitoral de Evo Morales e do MAS (Movimento ao Socialismo). A partir daí, iniciou-se o que Linera (2019) chamou de uma relação “tensa e criativa” entre o Estado e as reivindicações dos movimentos populares, no sentido de se tentar avançar na “unidade plurinacional e popular boliviana”. Trata-se de constatar que, nesse período, houve a formação de um bloco popular notadamente indígena, camponês e operário. Faz parte do projeto de construção da hegemonia desse bloco na Bolívia mover-se em direção ao que se chama de “socialismo comunitário do bem-viver”. A base desse projeto encontra-se, num primeiro momento, no processo de industrialização e nacionalização das indústrias dos setores estratégicos do país e a soberania de seus recursos energéticos.

Linera (2019, p. 17) enfatiza o que considera ser “a consolidação de uma estrutura estatal plurinacional, autônoma”, cujas solidez e estabilidade se encontrariam “na unidade do povo boliviano e suas organizações indígenas-camponesas, operárias, comunitárias e populares”. Em geral, a estratégia aparece como a construção de uma identidade indígena-camponesa na Bolívia, em que a condição “indígena” raramente se separa da condição “camponesa” e que o qualificativo étnico com frequência aparece primeiro. Isso significa que, para falarmos de qualquer vontade “nacional-popular” no país, tanto uma condição – “nacional” – quanto a outra – “popular” – estão atreladas à condição indígena. Em seus próprios termos, é uma proposta plurinacional descolonizadora, que constrói “uma *única nação estatal*, na qual convivam *múltiplas nações culturais* e povos (LINERA, 2019, p. 19, grifos do autor).

Na dimensão da política institucional, a opção é formada por variadas formas plurais de democracia, que incluem as práticas de democracia representativa, direta e comunitária, além da descentralização do poder pela prática da desconcentração territorial e das autonomias regionais. Assim, o Estado plurinacional, a autonomia, a industrialização dos recursos naturais e uma economia plural formariam os pilares da “Revolução Democrática e Cultural” na Bolívia (LINERA, 2019, p. 20). Por fim, o governo de Evo Morales se denomina um “governo de movimentos sociais”, em que Linera enumera setores sociais que constituem uma espécie de vanguarda sem hierarquia – mas nessa ordem - da nova relação de forças na Bolívia: indígenas, camponeses, trabalhadores, operários, comunidades e estudantes (LINERA, 2019, p. 59).

Essa experiência de governo popular na Bolívia sofreu uma interrupção de aproximadamente um ano, entre o golpe civil militar que depôs o presidente Evo Morales

em novembro de 2019, utilizando extrema violência contra os políticos e partidários do MAS e a população mais pobre do país, e a vitória e posse do candidato do partido Luís Arce, ex-ministro de Morales, em novembro de 2020. O país agora procura retomar os trilhos do desenvolvimento político e social que caracterizou a primeira gestão do MAS, numa situação agravada pela pandemia de COVID 19.

Considerações provisórias

Vimos acima, ainda que em breves traços, como o movimento indígena foi a coluna vertebral de intensos processos de luta étnico-classista em parte importante da Indoamérica andina. São movimentos e organizações populares movidos por suas memórias de lutas ancestrais ou, como diria José Carlos Mariátegui, “elementos de socialismo prático” (2010, p. 69) presentes, sobretudo, em sua relação material e simbólica com seus territórios. O resgate de sua plurinacionalidade, aliás em constante redefinição, articula e constitui os interesses indígenas em um bloco nacional popular de luta e resistência antineoliberal, para o qual o reconhecimento estatal de suas culturas, idiomas, símbolos e tradições próprias não se separa do embate pelas condições materiais de sua existência e reprodução de suas vidas, como bem demonstraram suas lutas nos últimos 500 e tantos anos. O estudo mais aprofundado e detalhado da evolução das questões étnica e camponesa da América Latina, em chave de resistência ao capital, requer a consolidação do que Antonio Gramsci chamou de uma “historiografia dos subalternos”, que dê conta da identificação dialética entre história e política e funcione como instrumento de emancipação progressiva das classes populares indoamericanas.

Referências

- DÁVALOS, Pablo. **YUYARINAKUY**. “Digamos lo que somos, antes que otros nos den diciendo lo que no somos”. Quito: Abya Yala, 2001.
- DEPARTMENT of the Army. **Special Forces-Unconventional Warfare**, 2010. Em <https://nsnbc.files.wordpress.com/2011/10/special-forces-uw-tc-18-01.pdf>, acessado em 5/06/2020.
- FORGUES, Roland. Mariátegui e a questão negra. In: RUBBO, Deni Alfaro; ADOUE, Silvia (Orgs). **Espectros de Mariátegui na América Latina**. Marília: Lutas Anticapital, 2020, pp. 199-218.
- GUIMARÃES, Alice S. A emergência das identidades étnicas na Bolívia contemporânea: processos e atores. In: DOMINGUES, José M.; GUIMARÃES, Alice S.;

- MOTA, Aurea; SILVA, Fabricio P. da (orgs). **A Bolívia no espelho do futuro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 75-104.
- GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES, José M.; MANEIRO, Maria. Bolívia: história sem fim. In: DOMINGUES, José M.; GUIMARÃES, Alice S.; MOTA, Aurea; SILVA, Fabricio P. da (orgs). **A Bolívia no espelho do futuro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 13-26.
- KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LINERA, Álvaro G. **O que é uma revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LINERA, Álvaro G. **Tensões criativas da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideología y política**. Lima: Amauta, 1974.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, 2010.
- MASCARO, Alysso L. **Lawfare: uma introdução**, 2020. Em <https://aterraeredonda.com.br/lawfare-uma-introducao/>, acessado em 13/10/2020.
- NSNBC. **US-Military Logic behind Syrian Insurgency. The “Special Forces Unconventional Warfare” manual TC 18 01**, 2012. Em <https://nsnbc.wordpress.com/2012/02/15/us-military-logic-behind-syrian-insurgency-the-special-forces-unconventional-warfare-manual-tc-18-01/>, acessado em 5/06/2020.
- PLAN de Gobierno Democrático del Estado Plurinacional, 2006. Em http://www.llacta.org/organiz/pachakutik/plan_de_gobierno_2006.pdf, acessado em 25/05/2020.
- QUIJANO, Aníbal. El marxismo em Mariátegui: una propuesta de racionalidad alternativa. In: ALCÁZAR, David Sobrevilla (org.). **El marxismo de José Carlos Mariátegui**. Lima: Universidad de Lima; Empresa Editora Amauta S.A., 1995, pp. 39-47.
- QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza! **Ecuador debate**. Quito: Centro Andino de Acción Popular, 1999, pp. 141-152.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 73-118.
- QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y Horizontes: De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

- RUBBO, Deni Alfaro; ADOUE, Silvia (Orgs). **Espectros de Mariátegui na América Latina**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.
- SALVATIERRA, Adriana. “La discriminación y el racismo se convirtieron en voluntad de Estado”, em <https://www.telesurtv.net/opinion/La-discriminacion-y-el-racismo-se-convirtieron-en-voluntad-de-Estado-20200812-0039.html>, 2020. Acessado em 10/02/2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SOUSA, Adilson A. de; FERRAZ, Cristiano. Movimento indígena no Equador: do movimento étnico para o movimento étnico-popular. **Novos Temas**, n. 14-15, 2016, pp. 77-93.

PUENTES Y TRANQUERAS EN LAS TRAYECTORIAS EDUCATIVAS DE EGRESADOS DE
ESCUELAS TÉCNICAS EN ARGENTINA. EFECTOS DE CLASE SOCIAL DE ORIGEN Y LA
INSERCIÓN LABORAL (2009-2017)

Sebastian Lemos¹ (IIGG UBA- CONICET)

Introducción²

A partir del cambio de rumbo económico iniciado en 2003-2004, Argentina, al igual que varios países de Latinoamérica, experimentó un crecimiento significativo de su economía, una disminución de la desocupación y de la informalidad laboral en co-relato con una recuperación de la actividad industrial nacional (Filmus, 2019).

En tal contexto, el Estado Nacional promovió la recuperación de la educación técnico profesional, modalidad con profunda relación en estos procesos económicos. Particularmente, esta había sufrido un desfinanciamiento producto de una serie de políticas que llevaron a una reforma global educativa, cuya mayor expresión fue la Ley Federal de Educación (N° 24.195) del año 1993 (Sautu y Najmias, 2006) que promulgó su eliminación³. Contrariamente, a partir del 2005 con la sanción de la Ley de Educación Técnico Profesional, y posteriormente la Ley de Educación Nacional en 2006, comenzó un proceso de puesta en valor de la ETP mediante la promoción estatal de su mejora continua a través de la asignación del 0,2% del presupuesto anual del Estado Nacional con el objetivo de articular vínculos entre el sistema productivo y el educativo de manera de volver a adecuar la oferta formativa a la realidad económica regional; etc. (Miranda, 2006).

Sin embargo, mientras que el sistema educativo, y la ETP en particular, se ha ampliado considerablemente en términos cuantitativos también ha generado circuitos diferenciales que las familias y jóvenes apropian de manera variada según su clase social de origen, por ejemplo. Resulta, así como algunos autores definen al sistema educativo como fragmentado (Tiramonti, 2004), segregatorio (Veleda, 2009) o devaluado (Jacinto, 2018). Por su parte, el mundo laboral, a pesar de

1 Licenciado en Sociología UBA. Maestrando en investigación en Ciencias Sociales (FSOC UBA). Dirección: Dr. Pablo Dalle. Codirección: Mg. Carolina Najmias.

2 Esta ponencia constituye un avance de mi tesis de maestría referenciada en la nota anterior.

3 En esta nueva organización las ETP fueron convertidas en Polimodales con orientación en Producción de Bienes y Servicios o en Ciencias Naturales, en las que se implementaría un Trayecto Técnico Profesional de un año para otorgar el título de técnicos, lo cual reestructuró su curricula y le quitó su histórico carácter diferencial, a la vez que minimizó su presupuesto e inversión en infraestructura (Riquelme, 2004)

las mejoras narradas al comienzo, ha concentrado su precariedad en los primeros años de los jóvenes al salir del secundario, dando lugar a la dificultad de inserción laboral juvenil, aunque también a la flexibilidad y la inestabilidad (Busso y Perez, 2014). A su vez, el nuevo milenio ha difuminado la linealidad de las trayectorias/transiciones educación-trabajo (De Ibarrola, 2005) promoviendo las desigualdades de origen en los logros educativos y ocupacionales y la influencia recíproca entre estos mundos, tanto por la formación que la educación ofrece para la inserción laboral como las posibilidades de continuar estudios que permiten el contar con una ocupación.

En tal escenario, a pesar de estas mejores macroeconómicas y la mayor inversión en ETP, resulta relevante preguntarnos acerca de las nuevas oportunidades educativas/laborales que habilita tal opción educativa puesto que durante el siglo pasado dicha modalidad era visualizada como un fuerte mecanismo de movilidad social ascendente al ofrecer mejores herramientas para obtener puestos laborales calificados y permitía, a su vez, una mejor base para continuar estudios superiores, respecto a otras modalidades del nivel secundario (Gallart, 1987). En contraposición, el nuevo contexto nacional y latinoamericano exige una indagación al respecto en la medida que la democratización del acceso al nivel medio (Kessler, 2014) ha traído a la escena nuevas formas de desigualdad que se chocan con un mercado laboral cada vez más segmentado y diferenciado (Fernández Huergo, 2010 y Jacinto, 2018). Además, en consonancia, frente a nuevos mecanismos de cierre social excluyente, las familias de clase trabajadora cuentan con menos recursos materiales y simbólicos para lograr niveles educativos elevados, y alcanzar ocupaciones de mayor prestigio (Dalle, 2016).

Bajo este horizonte, este trabajo busca una aproximación sociológica a este panorama mediante un estudio de estratificación social en dos ámbitos donde se suponía que la ETP otorgaba ventajas: el sistema educativo y el mercado de trabajo. Específicamente, el **objetivo** de la ponencia radica en analizar los efectos de la clase social de origen y la inserción laboral de egresados de escuelas técnicas en Argentina sobre sus trayectorias educativas, atendiendo específicamente a sus chances de graduarse del nivel superior y abandonar estos mismos. El universo de análisis corresponde a estudiantes que en 2009 cursaban el último año de ETP en Argentina y se analizan sus trayectorias hasta 2017.

Para perseguir mencionado objetivo, en primer lugar, explicitaremos nuestra perspectiva teórica, luego realizaremos un breve recorrido en torno a los antecedentes sobre la temática. Posteriormente expondremos nuestra metodología, fuentes de información y estrategias de análisis para dar lugar al análisis de los datos y finalizar con algunas reflexiones en torno a los resultados.

2. Perspectiva teórica

La perspectiva de trayectorias se detiene en analizar cómo la estructura social se expresa en el nivel del micro-cosmos social colocando a la agencia en el centro de la escena (Mayer y Tuma, 1990). De esta manera, “la noción de trayectorias permite vincular el tiempo individual (las vidas individuales) con el tiempo histórico (las fuerzas sociales que moldean la individualidad)” (Trevignani, 2019: 463). En tal sentido nuestra perspectiva se monta en comprender como estos procesos educativos son atravesados por los condicionantes de origen social y como se ven intervenidas por eventos significativos, las inserciones laborales. Así, la preocupación central radica en indagar en qué medida las trayectorias están asociadas a los orígenes sociales.

Las variadas tradiciones teóricas sobre las clases sociales coinciden en que determinada “situación de clase” establece probabilidades típicas de existencia y de destino personal sobre la base del poder y la apropiación de recursos económicos escasos. La pertenencia de clase configura chances y estilos de vida en base a condiciones materiales de existencia producto de “herencias” económicas, así como también visiones del mundo, relaciones sociales y legados culturales (Wright, 1997 y Dalle, 2016).

En cuanto al sistema educativo, existen al menos tres posturas que discuten en torno relación entre orígenes sociales y trayectorias educativas. Mare (1981) y su teoría de la “selectividad social creciente” plantean que el peso del origen social es mayor en los primeros años de las trayectorias educativas que en las etapas más avanzadas porque las personas de clases populares que alcanzan niveles educativos altos presentan una selectividad social por un conjunto de características no observadas (habilidades, expectativas, motivación, etc.) que les permiten compensar sus desventajas socioeconómicas. Hout y Raftery (1993) argumentan que la expansión educativa incorpora a todo el abanico de las clases sociales, donde estas van incrementando su participación relativa en los niveles de educación progresivos, pero se mantiene el nivel de desigualdad relativo entre ellas en la graduación del nivel más elevado. Encontramos también a Bourdieu y Passeron (2003) quienes priorizan el papel decisivo del capital cultural y conciben que la desigualdad persistente es el resultado de que las clases privilegiadas tiendan a perpetuar la transmisión de capital cultural a través de exámenes que buscan legitimar la cultura meritocrática y del valor de los títulos directamente proporcionales a su exclusividad, pues valen más cuanto más excluyentes son.

Nuestro estudio no adopta exclusivamente una de estas perspectivas, sino que se encuentra inspirado en una combinación de ellas de manera tal de concebir a la educación como una “importante avenida de movilidad social para los estratos más

bajos que no heredan privilegios, y contribuye a la transmisión de la desigualdad entre generaciones dado que está desigualmente distribuida entre los estratos” (Shavit, Yaish y Bar Haim, 2007 en Jorrat, 2010: 573).

Por su parte, la problemática de la inserción laboral juvenil abarca diversos aspectos. Numerosos estudios sobre el tema coinciden en que el deterioro de la inserción laboral juvenil es más el resultado del empeoramiento general de los mercados de trabajo que de una cuestión específicamente juvenil (Jacinto, 2010 y Miranda, 2006). Por otro lado, otros autores analizan las desventajas que presentan los jóvenes frente a los cambios en la economía y en la organización del trabajo, señalando que padecen la mayor parte de las consecuencias de las variaciones cíclicas del desempleo y que debido a sus condiciones de ingresantes al mercado laboral no poseen las capacidades de resistir a tales vaivenes (Rees, 1986). En adición, algunas teorías sostienen que un inicio de temprano de la carrera ocupacional puede afectar diferencialmente los logros futuros y tener efectos a lo largo plazo en las trayectorias educativas de las personas, hecho que ha sido señalado tanto por el paradigma de los cursos de vida (Elder, 1994) como por estudios de estratificación del mercado de trabajo (Piore, 1975).

En tal contexto, los estudios sobre el inicio de las trayectorias ocupacionales otorgan centralidad al origen social puesto que los jóvenes no cuentan un background laboral suficiente que les permita acceder a empleos (Hout, 2015). En tal sentido, no todos los jóvenes acceden al mercado laboral de la misma manera, a pesar de tener formaciones similares (Eckert, 2002). El origen social transmite a los jóvenes modelos de socialización impartiendo estilos de vida, gustos, aspiraciones y expectativas que delimitan su capacidad de moverse en el mundo del trabajo propiciando tipos y momentos de ingreso al mercado laboral (Goldthorpe, 2012). A su vez, las necesidades económicas de las familias moldean las decisiones laborales que toman los jóvenes en sus primeros años posteriores a culminar la educación obligatoria. Por ejemplo, se evidencia que muchos jóvenes de clases bajas enfrentan urgencias de corto plazo que los presionan a desertar tempranamente del sistema escolar, les impiden retomar sus estudios y los obligan a aceptar cualquier empleo para poder generar ingresos indispensables para su hogar (Weller, 2005). De esta manera, las trayectorias laborales no solo son disímiles en función del origen social, sino que se conjugan y afectan las oportunidades educativas.

Retomando los párrafos anteriores, podemos atisbar que las perspectivas teóricas recorridas atienden a cambios notables en el mundo educativo y laboral que distan del panorama del apogeo de la ETP en Argentina. Así, la tensión entre la formación y el empleo, y su relación recíproca, se complejiza cuando se atiende la dimensión social.

3. Antecedentes: clases sociales, educación e inserción laboral en Argentina

Encontramos relevantes antecedentes que indagan la relación entre origen social y logro educativo. En primer lugar, aunque la matrícula se ha expandido notablemente en los últimos años, la permanencia y graduación del nivel secundario continúa siendo un problema para Argentina. Si bien en 2006 se sancionó la Ley de Educación Nacional (N° 26.206), que planteó la obligatoriedad de la escolarización hasta el nivel secundario y habilitó el acceso de nuevos sectores sociales al nivel (Kessler, 2014), persistió la desigualdad en el interior del sistema educativo resultando en que factores como la clase social de origen continúen siendo variables explicativas del abandono y el rezago escolar (Boniolo y Najmias, 2018).

En cuanto al nivel superior, Jorrot (2010) y Alcoba (2014) muestran que, a pesar de la expansión del sistema educativo, las desigualdades respectivas al logro educativo según orígenes sociales no se redujeron, sino que se mantuvieron constantes en el tiempo. En esta línea, Rodríguez (2016) también halla pautas similares y destaca que la mayor reproducción entre orígenes y destinos educativos, se cristaliza en la base y en la cúspide de la estructura educativa. Plotno (2015) concluye que, aunque es menor que el de la educación familiar, la clase social de origen ejerce un efecto importante sobre las chances de acceso y graduación en el nivel superior.

En torno a la cuestión laboral, algunos estudios (Otero, 2012) evidencian que más allá del sector social de los egresados, las familias procuran evitar que los jóvenes trabajen ya que comprenden que esto influye negativamente en la continuidad en sus estudios. Sin embargo, Alcoba (2014) encuentra que la inserción laboral juvenil en Argentina aún conserva huellas de los orígenes sociales, pues son las clases privilegiadas quienes presentan una inserción laboral tardía y quienes menos combinan estudios con presencia en el mercado laboral. Esta situación se conjuga, a su vez, con una desigualdad de oportunidades laborales con los que cuentan los jóvenes, a pesar de que han logrado obtener un mismo diploma secundario (Filmus, et al.; 2001). Además, dinámicas como la rotación laboral se encuentran más presentes en las trayectorias de jóvenes de clases populares, quienes tienen serias dificultades para preservar un empleo en comparación a los de clases medias-altas (Pérez et. al., 2013) y son estos quienes no cuentan con un capital socio-educativo que les permita acceder a un buen primer empleo tendiendo a conseguir empleos precarios ubicándose en un segmento muy desfavorecido del mercado de trabajo (Jacinto y Chitarroni, 2010).

Ahora bien, ubicándonos ahora en la ETP, ésta presenta una mayor dificultad en lo que remite a la permanencia y la graduación en comparación con otras modalidades. En tal sentido, Austral (2019) observa que tal modalidad presenta mayores niveles de no promoción y repetición, junto con altas tasas de abandono escolar en los últimos años.

Frente a esto, Martínez Mendoza y Álvarez (2018) destacan que las trayectorias dentro del nivel secundario técnico son fuertes determinantes de la graduación de este nivel, así como de sus posteriores estudios superiores.

Respecto a estos últimos Sosa (2016) señala que los egresados de esta modalidad presentan una mayor tendencia a la continuidad de estudios superiores que el conjunto de egresados del nivel. Lucarini, Luro y Rapoport (2015) especifican esta cuestión aportando evidencias sobre que los egresados de ETP que continúan estudios superiores provienen en su mayoría de hogares donde sus padres alcanzaron también el nivel superior. Otro estudio (Lemos, 2020b) aporta resultados similares y profundiza en que las desigualdades son aún más fuertes cuando se tratan de estudios universitarios puesto que las clases altas y medias se gradúan en mayor proporción que las clases populares, aunque estas últimas logran acceder considerablemente a estudios superiores, sobre todo a carreras que tienen vinculación con contenido técnico.

En lo que respecta a la inserción laboral, tanto estudios con décadas de antigüedad (Gallart, 1987) como algunos más recientes (Sosa, 2015) señalan que los egresados de ETP presentan ventajas respecto al mundo del trabajo en comparación con egresados de otras modalidades, gozando de mayor estabilidad y protección social. Específicamente, Álvarez (2019) destaca que tres cuartas partes de los egresados de esta modalidad pertenecen a la población económicamente activa y que existe entre ellos un elevado nivel de jóvenes que estudian y trabajan simultáneamente. Por otro lado, Corica y Alfredo (2021), mediante un análisis cualitativo, consideran que la ETP no brinda herramientas universales y que las inserciones laborales de estos jóvenes dependen de su capacidad de agencia en función de su posición en la estructura de clases, lo cual entra en consonancia con lo hallado recientemente por Sosa (2021) quien encuentra que, a mayor clima educativo del hogar, mejores y más tardías inserciones laborales por parte de los jóvenes en cuestión.

4. Datos y métodos

En esta ponencia analizamos datos secundarios de una encuesta de panel aplicada a estudiantes que en 2009 cursaban el último año en ETP y fueron re-entrevistados en 2011, 2013 y 2017, en el marco del “Programa de seguimiento a Estudiantes y Graduados” del INET.

El “Programa de seguimiento a Estudiantes y Graduados” comenzó en 2009 con un Censo Nacional, que comprendió a todos los alumnos del último año de ETP del país, 44.433. Buscaba información relativa a características sociodemográficas, educativas y ocupacionales. En 2011 se llevó a cabo la Encuesta Nacional de Inserción de Egresados, que indagó en una muestra probabilística de 9.382 egresados/as de ETP, su rendi-

miento final en la ETP, su inserción educativa y laboral. Finalmente, en 2013 y en 2017 se realizó la Encuesta Nacional de Trayectorias de Egresados, aplicada a una muestra también probabilística de participantes previos acerca de su continuidad en los estudios y su actividad laboral. En la primera onda se encuestó a 4.500 casos y en la segunda 1.543 casos (Alvarez, 2019). Así, contamos con datos de panel de 1.543 casos durante ocho años, lo cual nos permitirá abordar longitudinalmente nuestro objetivo⁴. Es menester destacar que dado el carácter probabilístico de nuestra muestra el universo de análisis responde a todos los estudiantes de ETP de Argentina que en 2009 cursaban el último año de tal modalidad en todas sus orientaciones: mecánica, agropecuaria, construcción, química, electrónica, energía, informática, comunicación, administración, otras de servicios e industriales⁵.

La estrategia de análisis se nutre del uso de regresiones logísticas binarias proponiendo dos modelos. El primer modelo corresponde a las chances de finalizar estudios superiores, mientras que el segundo indaga el abandono de estos estudios.

Utilizamos la lectura del coeficiente exponencial Beta (Exp B) que permite analizar las chances relativas (odd ratios) de graduarse/abandonar estudios entre la categoría de referencia de cada una de las variables independientes y sus demás categorías. Adoptamos la modalidad paso a paso para introducir variables independientes en función de nuestros intereses teóricos y analizar los resultados entre bloques. El orden fue el siguiente (i) sexo; (ii) clase social de origen; (iii) momento de inserción laboral (vi) vinculación de la inserción laboral con la ETP y (v) Formalidad de la inserción laboral.

5. Las variables de los modelos

La tabla 1 explicita los modos en los que se construyeron las variables dependientes (relativas a la trayectoria educativa) y las variables independientes, mostrando los indicadores seleccionados, sus componentes, las categorías de dichas variables, sus frecuencias absolutas y porcentuales.

Como hemos mencionado anteriormente, las variables dependientes hacen referencia a los estudios superiores concentrándonos en la graduación de los mismos y el abandono de tales. Es importante aclarar que en cada regresión logística binaria los casos

⁴ Las cifras presentadas en los cuadros y tablas a lo largo del escrito responden a la aplicación de un ponderador que extrapola los resultados de la última toma de datos (2017) a los casos del censo inicial en 2009.

⁵ Esta última categoría hace referencia a modalidades vinculadas a las siguientes temáticas: Gastronomía; Salud; Seguridad, Ambiente e Higiene; Turismo y Hotelería, Actividades Artísticas Técnicas (servicios) y Madera y Mueble; Cuero, Textil e Indumentaria (industriales)

varían de acuerdo al recorte poblacional de cada modelo. En la tabla que presentamos a continuación se encuentran calculados sobre la totalidad de los casos.

Tabla 1. Indicadores, categorías, componentes de las categorías, frecuencias absolutas y porcentuales de las variables utilizadas en los modelos.

Variables	Indicadores	Categorías	Componentes de las categorías	Frec.	%
Graduación del nivel superior		Si		8.186	18,4
		No		36.247	81,6
Abandono del nivel superior		Si		17.817	40,1
		No		26.616	59,9
Sexo		Varón.		30.663	69,0
		Mujer.		13.770	31,0
Clase social de origen	-Carácter Ocupacional -Calificación de la tarea -Categoría Ocupacional -Tamaño del establecimiento	Clase alta, media-superior y media-media.	1. Empresarios grandes y medianos (+40 empleados). 2. Directivos y gerentes de nivel alto. 3. Profesionales autónomos 4. Empresarios Pequeños (6 a 40 empleados). 5. Funcionarios y directivos de nivel medio. 6. Profesionales Asalariados.	4.797	10,8
		Clase media-inferior.	7. Microempresarios (1 a 5 empleados). 8. Técnicos, docentes y trabajadores de la salud. 9. Empleados administrativos de rutina	13.016	29,3
		Clase popular calificada.	10. Obreros calificados de industria manufacturera. 11. Obreros calificados de los servicios asociados a la industria 12. Trabajadores de comercio y los servicios personales calificados 13. Obreros calificados de la construcción.	17.954	40,4
		Clase popular no calificada.	14. Obreros no calificados de la Industria. 15. Obreros no calificados de los servicios asociados a la Industria 16. Obreros no calificados de la construcción 17. Trabajadores de comercio y servicios personales no calificados. 18. Servicio Domestico 19. Trabajadores cuenta propia no calificados	8.666	19,5
Momento de Inserción Laboral	-Situación laboral informada en 2011, 2013 y 2017.	Inserción temprana	Primer empleo en 2011 o antes	21.675	48,8
		Inserción intermedia	Primer empleo entre 2011 y 2013	10.460	23,5
		Inserción tardía	Primer empleo posterior a 2013	8.810	19,8
		Inserción nula	Aun no obtuvo su primer empleo	3.488	7,9
Vinculación de la inserción Laboral con la ETP	Vinculación entre el trabajo desempeñado en el primer empleo y los estudios cursados en ETP.	Directa		18.216	44,5
		Intermedia		14.007	34,2
		Nula		8.722	19,6
Formalidad de la Inserción laboral.	Percepción de: -Vacaciones pagas. -Obra Social -Aguinaldo	Formal	Tiene todos los beneficios.	20.673	50,5
		Informal	No tiene todos los beneficios.	20.272	49,5
TOTAL				44443	

Fuente: Elaboración propia en base a datos del SEGETP (INET)

En cuanto a la clase social de origen, se operacionalizó tomando dos dimensiones del Clasificador Nacional de Ocupaciones (CNO) del INDEC, el cual retoma el operativo en cuestión del INET: carácter ocupacional y calificación de la tarea. Se incorporaron además la categoría ocupacional y el tamaño del establecimiento siguiendo el esquema de Dalle (2012) el cual consiste en una adaptación a la estructura ocupacional actual de Argentina del esquema utilizado por Germani (1963). Se construyeron cuatro categorías: clase alta, media superior y media-media; clase media inferior; clase popular calificada, y clase popular no calificada⁶. Para conocer la clase del hogar se evaluaron los datos del máximo aportante del hogar declarado por los encuestados cuando cursaban el último año de la ETP. Dentro de la muestra de egresados de ETP las categorías intermedias agrupan a la mayoría de los casos, dejando un 19,5% a la clase popular no calificada

6 A partir de este momento denominaremos CA a la clase alta, media-alta y media-media; CM a la clase media inferior; CPC a la clase popular calificada y CPNC a la clase popular no calificada.

y un 10,8% a la clase alta media-inferior y media-media, siendo así que los extremos se encuentran como minoría.

Finalmente, las variables relativas a la inserción laboral se construyeron con la situación laboral informada en cada toma de datos e información relativa al tipo de trabajo en contraste con sus estudios en ETP y la percepción de beneficios sociales.

6. Efectos en las probabilidades de alcanzar un título del nivel superior.

La tabla 2 muestra las probabilidades de finalizar estudios superiores mediante la utilización de la lectura del coeficiente Exp B (odds ratios) y como dichas probabilidades varían a medida que se agregan nuevas variables del modelo. El N del modelo corresponde a aquellos que lograron egresarse del nivel secundario de ETP, ya sea accediendo o no al nivel superior y que hayan tenido alguna experiencia laboral.

Tabla 1. Regresión logística binaria: Factores que influyen en la graduación de estudios superiores al 2017 de Egresados de ETP en Argentina que en 2009 cursaban el último año de tal modalidad educativa. (Exp B)

	Paso 1: Sexo	Paso 2: Sexo y clase social de origen	Paso 3: Sexo, Clase social de origen e inserción laboral a) Momento.	Paso 4: Sexo, Clase social de origen e inserción laboral a) Momento b) Vinculación con ETP	Paso 5: Sexo, Clase social de origen e inserción laboral a) Momento b) Vinculación con ETP c) Formalidad
Sexo [Ref. Varón]					
Mujer	1,197***	1,211***	1,185***	1,189***	1,153***
Clase social de origen [Ref. Clase Alta (...)]					
Clase media inferior		,685***	,694***	,695***	,726***
Clase popular calificada		,498***	,525***	,529***	,557***
Clase popular no calificada		,432***	,460***	,463***	,478***
Momento de Inserción laboral [Ref. Tardía]					
Intermedia			,733***	,735***	,779***
Temprana			,573***	,579***	,713***
Vinculación de la inserción laboral con la ETP [Ref. Directa].					
Intermedia				,869***	,802***
Nula				,900+	1,028+
Formalidad de la inserción laboral [Ref. Formal].					
Informal					,889***
Constante	,230	,368	,481	,509	,510
Pseudo R2	,002	,014	,023	,024	,025
N	(40.945)	(40.945)	(40.945)	(40.945)	(40.945)

Notas: 0 = No graduado del nivel superior 1 = Graduado del nivel superior.
 *** p < 0,001; ** < 0,01; *p < 0,05; + No considerado

Fuente: Elaboración propia en base a datos del SEGETP (INET)

El paso 1 incluye al sexo del egresado y muestra que las mujeres tienen casi un 20% más chances de acceder a un título del nivel superior. Esta situación se encuentra en

consonancia con investigaciones anteriores (Plotno, 2015) donde las mujeres presentan mayores tendencias a finalizar estudios superiores en un contexto de entrada masiva de mujeres en el sistema de educación superior argentino. Este panorama se repite para los casos de egresados de ETP, aunque con menos fuerza debido a la baja matrícula de mujeres en la muestra y, en general, en las escuelas técnicas (Lemos, 2020a). La explicación a estos fenómenos puede deberse a que la ETP, suele asociarse a estereotipos de género y horizontes profesionales fuertemente masculinizados (Bloj, 2017).

El paso 2 incorpora la clase social de origen del encuestado advirtiendo desventajas de las clases medias inferiores y populares respecto a la clase alta media-alta y media-media, categoría de referencia. Los orígenes sociales muestran mucha más capacidad explicativa que el sexo, aunque este aumenta levemente el valor del coeficiente (Exp B= 1,211). Específicamente, los jóvenes de CM obtienen un 31,5% menos probabilidades de graduarse y dicho panorama produce un salto considerable en las clases populares que obtienen menos de la mitad de chances de graduación: mientras la CPC calificada ronda un 50,2%, la CPNC un 56,8%. Un dato no menor es la poca diferencia que hay entre las clases populares mientras que el salto cuantitativo de corte se da entre la CMI y la CPC. A su vez, observamos que el valor del pseudo R2 aumenta de ,002 a ,014 mejorando la bondad de ajuste del paso del modelo. Bajo este horizonte, podríamos pensar que no todos aquellos que no lograron graduarse en el nivel superior abandonaron su formación. Algunas investigaciones anteriores (Álvarez, 2019), muestran que los jóvenes siguen carreras educativas en centros de formación profesional donde mejoran y especifican su formación escolar en mira de trabajos puntuales, dicha situación sucede con mayor frecuencia en los sectores populares, lo cual podría atisbar una dimensión de nuestros resultados.

El paso 3 admite el rol del momento de inserción laboral de los egresados y mejora una vez más el ajuste del modelo (R2= ,023). Tanto el sexo como la clase social de origen pierden capacidad explicativa. Las mujeres ahora poseen un 18,5% más chances de graduarse que los varones y la CM 31,5%, la CPC 47,5% y la CPNC un 54%, todas respecto a pertenecer a la CA. El momento de inserción laboral también produce efectos negativos en relación al tener una entrada tardía al mercado de trabajo. Específicamente, conseguir empleo luego de un tiempo considerable de finalizar el secundario produce un 26,7% menos chances de acceder a un título superior y dicha situación disminuye sus probabilidades al ingresar tempranamente el mundo del trabajo obteniendo estos jóvenes un 42,7% menos chances. Esta situación es #preocupante#, en la medida en que casi la mitad (véase tabla 1) de los egresados acceden al mercado de trabajo de manera temprana, y estos son en su mayoría provenientes de sectores bajos (Sosa, 2020). Dicho fenómeno, entra en coherencia con estudios anteriores (Jacinto y Chitarroni, 2010 y Otero y Corica, 2017) que muestran, para el conjunto de egresados del nivel medio,

que las inserciones laborales suelen tener efectos directos en las trayectorias educativas de los jóvenes puesto que el contar con una mayor disponibilidad para estudiar de manera exclusiva repercute positivamente en el avance de la escolaridad, sobre todo en los primeros años de las carreras (Trevignani, 2019). Sin embargo, debido a las condiciones económicas de las familias, los jóvenes deben ser de manera obligatoria al mercado de trabajo, aceptando muchas veces trabajos precarios y mal pagos. Estos efectos generales, parecieran repetirse, aunque con distinta intensidad, en los egresados de ETP juzgando así su potencial diferencial. Por otro lado, es menester mencionar que, a pesar de haber disminuido su capacidad explicativa mediante los odd rratios, la clase social de origen continúa siendo la variable que mejor explicación brinda aun incorporando una primera dimensión de la cuestión laboral.

El paso 4 consta de una imperceptible mejora del R2 respecto a los aumentos que se veían en los pasajes anteriores. ($R^2 = ,024$). El sexo, la clase social de origen y el momento de inserción laboral mantienen sus valores respecto a los odd rratios anteriores. La introducción de la vinculación de la inserción laboral y la ETP prácticamente no provoca cambios en las demás variables ni en el ajuste y, a su vez, aparece como la variable con menor poder explicativo. Específicamente, mientras que el haber obtenido un primer empleo con una vinculación intermedia provoca 13% menos chances de acceder a un título superior, el conseguir dicho empleo sin vinculación a los estudios secundarios no goza de una significación admisible en la ecuación.

Finalmente, el paso 5 provoca el mayor ajuste del modelo, aunque no demasiado mayor respecto a los pasos 3 y 4 siendo el r^2 igual a ,025. La introducción de la variable vinculada a la formalidad de la inserción laboral repercute negativamente en los valores del exp b de todas las variables a excepción de la vinculación del empleo con la ETP que obtiene una leve profundización de su efecto. En este último paso las mujeres tienen un 15% mayores probabilidades de graduarse del nivel superior y es la única variable con una dirección positiva. La clase social de origen tiene su peor performance, a saber, pertenecer a la CMI representa tener 27% menos chances de titularse en el nivel superior, ser de la CPC un 44% y de la CPNC un 52%, todas respecto a ser miembro de la CA. Las variables relativas a la inserción laboral también pierden su efecto o mejoran de manera mínima. En tal sentido, insertarse en el mercado de trabajo en tiempos intermedios representa tener un 22% menores chances, mientras que el hacerlo de manera temprana asume 29% menos probabilidades también. Por otro lado, el obtener un primer empleo con vinculación intermedia a los estudios secundarios en ETP aumenta levemente su efecto negativo respecto a tener una inserción vinculada directamente a ellos, pues los primeros tienen un 20% menos chances de llegar a una graduación del nivel superior respecto a los segundos. La última variable del modelo y relativa a la inserción laboral indaga el efecto de la informalidad respecto a aquellos primeros empleos formales e indica que los primeros tienen un 11% menos probabilidades de culminar estudios universitarios o

terciarios. Dicho hallazgo se encuentra en diálogos con investigaciones anteriores (Jacinto, 2010 y Miranda, 2006) que conciben que la incursión en trabajos precarios y sin protección social tienen serios efectos en la culminación de estudios superiores, ya sea porque provocan la desertación de los mismos o porque promueven el fracaso escolar al condicionar de manera cualitativa los tránsitos por las instituciones superiores. Resta indagar, en el próximo modelo si estas variables simplemente obstaculizan en términos temporales o provocan el abandono de los estudios superiores.

7. Efectos en las probabilidades de abandonar estudios superiores.

La tabla 2 muestra las probabilidades de abandonar estudios superiores mediante la utilización de la lectura del coeficiente Exp B (odd ratios) y como dichas probabilidades varían a medida que se agregan nuevas variables del modelo. El N del modelo corresponde a aquellos que lograron egresarse del nivel secundario de ETP, accedieron a estudios superiores, ya sea aún los tengan en marcha, hayan abandonado o culminado, y que hayan tenido alguna experiencia laboral.

Tabla 2. Regresión logística binaria: Factores que influyen en el abandono de estudios superiores al 2017 de Egresados de ETP en Argentina que en 2009 cursaban el último año de tal modalidad educativa. (Exp B)

	Paso 1: Sexo	Paso 2: Sexo y clase social de origen	Paso 3: Sexo, Clase social de origen e inserción laboral a) Momento.	Paso 4: Sexo, Clase social de origen e inserción laboral a) Momento b) Vinculación con ETP	Paso 5: Sexo, Clase social de origen e inserción laboral a) Momento b) Vinculación con ETP c) Formalidad
Sexo [Ref. Varón]					
Mujer	,809***	,784***	,809***	,803***	,683***
Clase social de origen [Ref. Clase Alta (...)]					
Clase media inferior		1,243***	1,239***	1,235***	1,262***
Clase popular calificada		1,660***	1,585***	1,570***	1,937***
Clase popular no calificada		2,083***	1,994***	1,994***	2,140***
Momento de Inserción laboral [Ref. Tardía]					
Intermedia			1,457***	1,452***	1,323***
Temprana			1,724***	1,698***	1,352***
Vinculación de la inserción laboral con la ETP [Ref. Directa].					
Intermedia				1,214***	1,208***
Nula				1,170***	1,102*
Formalidad de la inserción laboral [Ref. Formal].					
Informal					1,041*
Constante	,266	,178	,130	,120	,130
Pseudo R2	,002	,016	,026	,028	,031
N	(29525)	(29525)	(29525)	(29525)	(29525)

Notas: 0 = Abandona estudios superiores 1 = No abandona estudios superiores.

*** p < 0,001; ** < 0,01; *p < 0,05; + No considerado

Fuente: Elaboración propia en base a datos del SEGETP (INET)

El paso 1 indaga la influencia del sexo en torno a la variable dependiente y proyecta que las mujeres tienen casi un 20% menos chances de abandonar estudios superiores respecto a los varones. Este resultado se encuentra en la misma lógica que el modelo anterior sobre probabilidades de graduación y abona a la hipótesis de las tasas positivas de la inserción femenina educativa en el nivel superior (Plotno, 2015).

El paso 2 pone en consideración la clase social de origen. En este paso, el r^2 aumenta de ,002 a ,016 mejorando la bondad de ajuste del modelo. El sexo aumenta levemente su capacidad explicativa mostrando que las mujeres tienen ahora un 21,6% menos chances de abandonar estudios superiores. En cuanto a la nueva variable considerada, la CMI obtiene un 24,3% más chances de declinar la cursada de estudios superiores frente a aquellos provenientes de las clases más privilegiadas. Por su parte, las clases populares se distancian fuertemente de la CMI y muestran que la CPC tiene un 66% más chances de presentar la situación en cuestión mientras que la CPNC tiene el doble de chances de abandonar estudios respecto a la CA. Esta situación evidencia que a medida que se desciende en nuestro esquema de clases aumenta la probabilidad de desertar los estudios superiores, notándose un salto importante al pasar a las clases populares. Esta cuestión se conecta con una investigación anterior (Lemos, 2020b) que muestra la masividad de la persecución de estudios superiores del conjunto de los egresados de ETP, aunque dicha masividad se traduzca en diferenciales remitidas al desgranamiento y abandono de estos estudios.

El paso 3 comienza a introducir la cuestión laboral a la regresión mejorando nuevamente al ajuste del modelo al pasar el r^2 de ,016 a ,026. El sexo mantiene prácticamente su efecto, aunque disminuye menos de 2% respecto al paso anterior. La clase social de origen también disminuye las probabilidades observadas frente a ser de CA en los casos de CM y la CPNC. Llamativamente notamos un cambio más notorio en la CPC donde pertenecer a dicho grupo produce tener un 58,5% más chances de abandonar estudios superiores frente a la CA, cuando en el paso anterior dichas probabilidades eran del 66%. Por último, los efectos del momento de inserción laboral son notables, mucho mayores que la repercusión del sexo, pero menores que el efecto de la clase social. Específicamente, frente al haber obtenido un primer empleo de manera tardía, el haberlo hecho en un lapso intermedio tras finalizar la educación obligatoria otorga un 45,7% más chances de abandonar estudios superiores y el haber incurrido en el mundo del trabajo de manera temprano otorga un 72,4% más chances de acceder a la condición mencionada. Los efectos de esta dimensión laboral pueden asociarse a que, como hemos mencionado en el apartado anterior, las familias tienden a preservar a sus hijos del mercado laboral con el propósito de que se dediquen exclusivamente a sus estudios y que, por otro lado, evitar que los jóvenes accedan a empleos precarios y mal pagos cuyas condiciones repercutan negativamente en sus tránsitos por la educación superior, sobre todo en los sectores po-

pulares. En tal sentido, a medida que se avanza en el tiempo, los efectos negativos de la inserción laboral son menores pues los estudiantes hallan empleos más vinculados a la formación adquirida en sus años de estudio y se encuentran insertos más fuertemente en sus trayectorias educativas (Otero y Corica, 2017).

El paso 4 introduce una nueva dimensión de la inserción laboral, esta vez relativa a la vinculación del primer empleo con la educación técnico profesional. El r^2 vuelve a aumentar, aunque de manera mucho más leve que los pasajes anteriores, mejorando apenas el ajuste del modelo ($r^2 = ,028$). El sexo, la clase social de origen y el momento de inserción laboral mantienen sus efectos y el coeficiente \exp beta apenas varía en cada categoría de dichas variables independientes. Así las cosas, la vinculación de la inserción laboral con la educación técnica produce efectos menores que la clase y la temporalidad de la inserción laboral pero mayores que el sexo. Específicamente, un primer empleo con una vinculación intermedia a la ETP respecto a uno directamente vinculado, otorga un 21,4% más chances de abandonar los estudios superiores, para el caso de trabajos con nula vinculación dicho porcentaje pasa a ser de 17%. Estos resultados podrían ser la evidencia de que la ETP reproduce ciertas desigualdades anteriores y que el paso por ella no garantiza un punto de partida equitativo para todos sus egresados como lo era en el siglo anterior. La mayoría de sus egresados se insertan en trabajos sin una vinculación directa a la ETP y dicho panorama varía en favor de las clases altas (Sosa, 2020). Esta cuestión es importante de resaltar, en la medida en que uno de los propósitos históricos de la ETP constaba en insertar a sus egresados en trabajos calificados con fuerte contenido técnico, los cuales otorgaban mayor estabilidad y mejores salarios.

Finalmente, el paso 5 añade la última dimensión laboral vinculada a la formalidad del primer empleo. El r^2 pasa a valer ,031 logrando el mejor ajuste de la regresión con la totalidad de las variables del modelo en juego. En este panorama, las variables no laborales aumentan su capacidad explicativa, mientras que, por el contrario, las laborales lo disminuyen. Específicamente, ser mujer produce un 31,7% menos chances de abandonar estudios superiores frente a ser varón, siendo así este el mejor poder explicativo de la variable en todos los pasos del modelo. En cuanto a la clase social, notamos nuevamente desventajas respecto a la CA y un corte considerable a la hora de compararla con las clases populares. La CM obtiene 26,2% más probabilidades de abandonar estudios superiores frente a la CA, la CPC un 93,7% y la CPNC un 114% más chances, siendo esta última el mayor valor del \exp beta en toda la regresión. Por otro lado, al observar las variables laborales atisbamos que sus efectos han disminuido en ambos casos, pero con diferente magnitud. El momento de inserción laboral es quien ha sufrido mayores disminuciones pues en este último paso una inserción laboral intermedia provoca un 32,3% más chances de abandonar estudios superiores mientras que una entrada temprana al mercado de trabajo un 35,3%. Con menores disminuciones en los \exp beta, la vinculación de esas inserciones laborales

con la ETP provoca un 20% más chances de abandonar la cursada de estudios superiores mientras que una vinculación nula un 10% aunque en este último caso la significación baja considerablemente a pesar de seguir siendo aceptable ($p < 0,005$). Finalmente, la última variable del paso 5 introduce la cuestión de la formalidad y, al igual que en la tabla 2, no resulta poseer gran capacidad explicativa y cuenta con un nivel de significancia mucho menor a las demás variables. Específicamente, el tener un primer empleo informal provoca apenas 4% mayores chances de abandonar estudios superiores frente a uno formal. Esta cuestión puede deberse a que, como argumentan Fernández Huerga (2010) y De Ibarrola (2005) en el marco de un mercado de trabajo cada vez más segmentado, diferenciado y fragmentado las divisiones entre la formalidad y la informal son más difusas y provocan que la formalidad ya no sea sinónimo de “un buen trabajo” y lo inverso en cuanto a la informalidad. La titulación técnica en este sentido, tampoco garantiza la formalidad de la inserción laboral y complejiza estas cuestiones porque complejiza la linealidad entre la formación, el empleo formal y la consecución de estudios superiores. En otras palabras, nos habilita a re-pensar las clásicas concepciones de los efectos de la educación técnica y las trayectorias que prosiguen a su culminación.

8. Reflexiones finales

En síntesis, con las páginas anteriores, pareciera que la ETP no escapa a procesos generales del sistema educativo que son narrados por las investigaciones recorridas, y que se encuentra distante de ser un sinónimo de absolutas ventajas respecto a otro tipo de escuelas. La formación que ofrecía en el siglo anterior se adecuaba a un modelo productivo que no requería de calificaciones que ofrecen los estudios superiores. Con la prolongación de la escolaridad, en un contexto de un nuevo mercado de trabajo, podría pensarse que la ETP cuenta con el desafío de no pensarse como una pasarela al mundo de trabajo y el fin de un ciclo educativo para los sectores populares, pues en su mayoría estos jóvenes continúan estudios superiores. Específicamente, la clase social de origen continúa discriminando oportunidades educativas mientras que la inserción laboral, a su vez, tienen también un fuerte efecto tanto en la consecución de estudios superiores como en las chances de desertar de ellos.

Retomando el análisis de los modelos multivariados notamos la preminencia explicativa de la clase social origen frente a las demás, aunque la dimensión laboral, y sobre todo la cuestión temporal, tienen importantes efectos en las trayectorias educativas de los egresados de ETP. Además, dichos efectos aun son mayores cuando nos enfocamos en quienes han accedido al nivel superior y las probabilidades que brindan las variables consideradas en cuanto al abandono de este tipo de estudios.

Bajo este horizonte, creemos que dos cuestiones son fundamentales para pensar nuevas aristas de análisis y políticas que tendían a reducir la desigualdad educativa. Por un lado, es necesario un abordaje más integral y específico de la cuestión laboral prestando atención a los matices que presenta en clase social, es decir pensar al proceso de inserción laboral como un intermediario entre los orígenes sociales y la consecución de estudios superiores, introduciéndonos así en las diferenciales experiencias laborales que la ETP habilita para cada clase. Además, creemos que se halla en manos de la política educativa crear programas y/o dispositivos que tomen como base la Ley de Educación Técnico Profesional y atiendan a profundizar las articulaciones entre la escuela secundaria técnica y las instituciones superiores a fin de que los egresados puedan sostener sus estudios y evitar trayectorias truncas, puesto que en su mayoría estos estudiantes transitan carreras que contribuyen enormemente al desarrollo productivo del país. En este sentido, el contexto socio-productivo exige una redefinición de tal modalidad en torno a las necesidades del mundo del trabajo y por ende una reflexión respecto a la educación superior y las posibilidades que brinda esta opción educativa.

Bibliografía:

- Alcoba, M. (2014) *La dimensión social del logro individual. Desigualdad de oportunidades educativas y laborales en Argentina*. México: FLACSO.
- Álvarez, G. (2019) *Estudio de seguimiento de egresados de ETP de nivel secundario. Investigación de egresados en Argentina 2009-2017*. Área de gestión de información INET.
- Austral, R. (2019) Nivel secundario técnico profesional en la ciudad de buenos aires. miradas desde las estadísticas y las investigaciones. En Vinacur, T. , Busto J. M. y Belmes, A. (Coord.) *La educación técnico profesional en la Ciudad de Buenos Aires: aportes y reflexiones del segundo seminario de investigación de la UEICEE*. Buenos Aires: OEI.
- Bloj, C. (2017). *Trayectorias de mujeres: Educación técnico-profesional y trabajo en la Argentina*. Santiago: Naciones Unidas CEPAL.
- Boniolo P. y Najmias. C. (2018) Abandono y rezago escolar en Argentina: una mirada desde las clases sociales. En Revista *Tempo Social*.
- Bourdieu, P. y Passeron, J. C. (2003[1964]). *Los herederos: los estudiantes y la cultura*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Busso M. y Perez, P. (2014) Los jóvenes argentinos y sus trayectorias laborales inestables: mitos y realidades. En *Trabajo y Sociedad*, pp 147-160.

- Corica, A. y Alfredo, M. (2021) ¿Afinidad o integralidad? procesos de inserción laboral de egresados técnicos en Argentina. En *Educação & Sociedade*. Vol 42.
- Dalle, P. (2012) Cambios en la estratificación social en Argentina (2003-2011). Inflexiones y procesos emergentes. En *Argumentos. Revista de crítica social*. Vol. 14.
- Dalle, P. (2016) *Movilidad social desde las clases populares. Un estudio sociológico en el Área Metropolitana de Buenos Aires (1960-2013)*. Buenos Aires: Ed. IIGG/CLACSO.
- De Ibarrola, M. (2005) Educación y trabajo. En *Revista mexicana de investigación Educativa*. Vol 10, N° 25.
- Eckert, H. (2002). La place des jeunes, entre mobilité et reproduction sociales. En M. Arliaud y H. Eckert (Eds.) *Quand les jeunes entrent dans l'emploi*. Paris: La Dispute. R
- Elder, G. (1994) Time, human agency and social change: perspectives of life course. En *Social Psychology*. Vol 57. N° 1.
- Fernandez Huergo (2010) La teoría de la segmentación del mercado de trabajo: enfoques, situación actual y perspectivas de futuro. En *Investigación económica*. N° 273.
- Filmus D. (2019) *Las sendas abiertas en América Latina: aprendizajes y desafíos para una nueva agenda de transformaciones*. Buenos Aires: CLACSO.
- Filmus, D. Kaplan, C. Miranda, A. y Moragues, M. (2001) *Cada vez más necesaria, cada vez más insuficiente: Escuela media y mercado de trabajo en épocas de globalización*. Buenos Aires: Editorial Santillana.
- Gallart, M. A. (1987) Las escuelas técnicas y el mundo del trabajo: la carrera de los egresados. En *Cuaderno del CENEP*. N° 38.
- García de Fanelli, A.M (2014) Inclusión Social en la Educación Superior Argentina: Indicadores y Políticas en torno al acceso y a la graduación. En *Páginas de educación*. Vol. 7, N° 2.
- García Ferrando, M. (1992) *Socioestadística. Introducción a la estadística en sociología*. Madrid: Alianza.
- Germani, G. (1963) La movilidad social en Argentina. En Lipset S. y Bendix, R. (Coord.) *Movilidad social en la sociedad industrial*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Goldthorpe, J. (2012). De vuelta a la clase y el estatus: por qué debe reivindicarse una perspectiva sociológica de la desigualdad social. En *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*.
- Hout, M. (2015) A Summary of What We Know about Social Mobility. En *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*.

- Hout, M. Raftery, A. E. (1993). Maximally maintained inequality: Expansion, reform, and opportunity in Irish education. En *Sociology of education*, 41-62.
- Jacinto, C. (2018) *Saberes, certificados y títulos técnicos en la inserción laboral de jóvenes*. Buenos Aires: Miño y Davila.
- Jacinto, C. y Chitarroni, H. (2010) Precariedades, rotación y movilidades en las trayectorias laborales juveniles. En *Estudios del Trabajo*. N° 39.
- Jacinto, Claudia (2010) *La construcción social de las trayectorias laborales de jóvenes. Políticas, instituciones, dispositivos y subjetividades*. Buenos Aires: Teseo.
- Jorrat, J. R. (2010) “Logros educacionales y movilidad educacional intergeneracional en Argentina”. En *Desarrollo Económico*. Vol 49. N° 196.
- Kessler, G. (2014) *Controversias sobre la desigualdad. Argentina 2003-2013*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Lemos, S. (2020a) “Diferentes al andar”. Un análisis de las trayectorias educativas de ex-estudiantes de educación técnico profesional en Argentina. En *Revista Argentina de Sociología*, n° 26.
- Lemos, S. (2020b) ¿La educación técnica sirve? Una mirada a las trayectorias educativas de ex-estudiantes de educación técnico profesional en Argentina desde una perspectiva de clases sociales (2009-2017). En *Revista Espacio Abierto: cuaderno venezolano de Sociología*. Vol. 29. N°4.
- Lucarini, A., Luro, V. y Rapoport, A. (2015) Los egresados que trabajan: el valor del título secundario de ETP. En ALVAREZ, G. (Coord.) *Encuesta Nacional de Trayectoria de Egresados 2013. Resultados definitivos*. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación.
- Mare, R. D. (1981) Change and Stability in Educational Stratification. En *American Sociological Review*. N° 46.
- Martínez Mendoza, R. y Alvarez, G. (2018) Seguimiento de egresados de secundaria técnica en Argentina y en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires entre 2009 y 2013 Una experiencia metodológica para la fundamentación de políticas. En Vinacur, T.; Dabenigno, V. y Krichesky, M. (comp.), *Educación Secundaria en la Ciudad de Buenos Aires. Contribuciones del campo de la investigación socioeducativa*. Buenos Aires: EUDEBA-OEI.
- Mayer, K. U. y Tuma N. B. (1990) *Event history analysis in life course research*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Miranda A. y Alfredo M. (2018) Políticas y Leyes de Primer Empleo en América Latina: tensiones entre inserción y construcción de trayectorias. En *Revista de Ciencias Sociales*. Vol. 31. N°42.

- Miranda, Ana (2006) *Desigualdad educativa e inserción laboral segmentada de los jóvenes en la Argentina contemporánea*. Tesis de Doctorado de la Facultad Latinoamericana De Ciencias Sociales -Sede Académica Argentina.
- Otero A. y Corica A. (2017) Después de estudiar estudio... Experiencia de jóvenes egresados de la escuela media. En *Revista Población & Sociedad*.
- Otero, A. (2012) Transiciones y nuevos tiempos. Un análisis con egresados de la escuela media. En *Revista de Ciencias Sociales*. Vol. 25. N° 30.
- Pérez, P.; Deleo, E., Fernández, C. y Massi, M. (2013) Desigualdades sociales en trayectorias laborales de jóvenes en la Argentina. En *Revista Latinoamericana de Población*. Vol. 7. N° 13.
- Piore, (1975) *Notes for a theory of labor market stratification*. Massachusets: Lewinston.
- Plotno, G.S. (2015) *Universidad, clase social y educación familiar: acceso y graduación en el nivel superior en Argentina*. Tesis de Maestría, FSOC UBA.
- Rees, A. (1986) An essay on Youth Joblessness. En *Journal of Economic Litterature*. Vol. 24, N° 2.
- Riquelme, G. (2004) *La educación secundaria antes y después de la reforma: efectos distributivos del gasto público*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- Rodríguez, S. A. (2016). Logros educativos en el nivel de instrucción superior y movilidad educacional intergeneracional en Argentina. En *Sociológica*. N°31.
- Sautu R. y Najmias C. (2006) Opiniones acerca de la reforma educativa llevada a cabo en los años noventa en Argentina. En *Boletín de la academia nacional de educación*, 66.
- Shavit, Y., Meir, Y. y EyalB.H. (2007) The persistence of persistent inequality. En Scherer, Pollak, Otte y Gangl (comps.) *From Origin to Destination. Trends and Mechanisms in Social Stratification Research*. Frankfurt/Main: Verlag
- Sosa, M. (2016) Educación técnica e inserción laboral en Argentina. Ventajas y limitaciones del título técnico. En Jacinto, C. (coord.) *Protección social y formación para el trabajo de jóvenes en la Argentina reciente: entramados, alcances y tensiones*. UNESCO.
- Sosa, M. (2021) Tipología de inserción laboral de Egresados técnicos en Argentina. En *Revista Virtual Universidad Católica del Norte*.
- Tiramonti, G. (2004) *La trama de la desigualdad educativa: mutaciones recientes en la escuela media*. Buenos Aires: Manantial.
- Trevignani, V. (2019) Corto pero denso. Las trayectorias de ingreso universitario desde una perspectiva longitudinal. En Meccia, E. (Dir.) *Biografías y Sociedad. Métodos y perspectivas*. Buenos Aires: Eudeba/ Ediciones UNL.
- Veleda, C. (2009) Regulación estatal y segregación educativa en la provincia de Buenos Aires. En *Revista de Política Educativa*, 1 (1): 37-66.

- Weller, J. (2005) *Inserción laboral de jóvenes: expectativas, demanda laboral y trayectorias*. Artículo presentado en el Seminario “Estrategias educativas y formativas para la inclusión social y productiva”. México D. F.
- Wright, E. O. (1997) *Class Counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

UNA APROXIMACIÓN ESTADÍSTICA A LAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS
DE LOS ESTUDIANTES DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA DE JÓVENES Y ADULTOS EN
ARGENTINA

Julián Olivares¹

1. Introducción

En el marco de una expansión general del nivel secundario, mediada por una notoria diferenciación educativa, durante las últimas décadas se ha producido en Argentina un importante crecimiento de la educación secundaria de jóvenes y adultos. Entre otros aspectos, este se ha caracterizado no solo por un incremento de los individuos que acceden al nivel medio en la modalidad de educación de jóvenes y adultos (EDJA), sino también por una flexibilización de los formatos escolares y un rejuvenecimiento de su matrícula (Brusilovsky y Cabrera, 2012; Finnegan, 2016; De la Fare, 2013).

En lo que se refiere a las particularidades socioeconómicas de los estudiantes del secundario de la EDJA, existen autores que analizan esta cuestión desde la demanda potencial de quienes están en situación de acceder a la modalidad (Riquelme et al., 2018; Sirvent, 2005), como también otros que llevan adelante trabajos de campo circunscriptos a ciertos ámbitos geográficos donde se desarrollan los procesos educativos de jóvenes y adultos (De la Fare, 2013; González, 2017; Montesinos et al., 2010). Al respecto, la precariedad laboral, los bajos salarios, la pobreza y la desocupación son algunos de los elementos que se presentan a lo largo de este tipo de producciones, lo cual da cuenta de cómo la desigualdad hace a la especificidad del sujeto que asiste al nivel medio para jóvenes y adultos. Sin embargo, aunque estas investigaciones realizan valiosas contribuciones para comprender a quienes se forman en la modalidad, sus estudios tienen ciertos límites para dar cuenta en el plano cuantitativo sobre las condiciones de reproducción de los alumnos que en efecto concurren a la secundaria de la EDJA en todo el territorio nacional.

En línea con lo dicho, esta ponencia tiene como objetivo analizar en qué medida los individuos que acceden a la educación secundaria de jóvenes y adultos en Argentina en años recientes están atravesados por la desigualdad. Para ello se realiza una aproximación estadística acerca de las características socioeconómicas de los estudiantes del secundario de la EDJA en todo el país, teniendo como finalidad determinar cuál es el gra-

1 Doctorando en Historia, Universidad de Buenos Aires; Licenciado en Historia, Universidad Nacional de Luján; Profesor en Historia, I.S.P. Joaquín V. González; Becario doctoral, CONICET-UNGS.

do en que sus condiciones de reproducción están mediadas por situaciones tales como la desocupación, la precariedad laboral y la pobreza, entre otros aspectos. Para comenzar, se examinan algunas cuestiones generales sobre la expansión del secundario en Argentina en general y de la EDJA en particular. A continuación, se abordan estudios previos de otros autores que toman en cuenta las condiciones de vida de los alumnos de la secundaria para jóvenes y adultos. Finalmente, se lleva a cabo un acercamiento cuantitativo en base a los relevamientos de la Encuesta Anual de Hogares Urbanos (2014), la Encuesta Permanente de Hogares (2003-2018) y el Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas (2010) realizados por el Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC).

2. Expansión diferenciada del nivel secundario en Argentina y situación de la educación secundaria de jóvenes y adultos

Desde mediados del siglo XX se inició en Argentina una tendencia a la expansión del secundario, que implicó entre otros aspectos el crecimiento de la matrícula y del gasto absoluto destinado a dicho nivel, como también notorios cambios normativos que buscaron ampliar el acceso, permanencia y finalización del mismo (Acosta, 2012; Deborkin y Rivas, 2018). Uno de los puntos clave fue la sanción de la obligatoriedad del secundario para toda la población a partir del año 2006 con la aprobación de la ley n° 26.206, más conocida como Ley de Educación Nacional. No obstante, este desarrollo estuvo mediado por una creciente diferenciación interna del sistema escolar, que se reflejó en la descentralización de la educación hacia las jurisdicciones, la desregulación del sector privado y la consolidación de circuitos escolares con ofertas y calidades muy diferentes en todo el territorio nacional (Botinelli, 2017; Braslavsky, 1989; Tiramonti, 2019). A la vez, se ha consolidado un significativo caudal de individuos que no alcanzan a completar los niveles educativos sancionados como obligatorios, en general de los grupos más pobres de la sociedad (Riquelme et al., 2018).

La historia de la educación media de jóvenes y adultos en Argentina estuvo ligada a la del resto del sistema educativo. La expansión de la secundaria general implicó un aumento constante de los alumnos en dicho nivel, integrando en este aspecto a la EDJA. Es así que durante las últimas décadas se observó en el país un crecimiento de la cantidad de sujetos que retomaron sus estudios en la modalidad, haciendo que miles de adultos pudieran retornar al secundario (Finnegan, 2016). Pero como se dijo antes, este proceso fue acompañado de un fuerte desgranamiento de la matrícula del nivel medio, es decir, de individuos que abandonan la secundaria sin terminarla. Como correlato, la educación de jóvenes y adultos creció captando un estudiantado sumamente joven que deja la

escuela común y reingresa al sistema escolar dentro de la EDJA (Brusilovsky y Cabrera, 2012; De la Fare, 2013).

Al mismo tiempo, la creciente diferenciación de la escuela media en Argentina se expresó también en la modalidad. Esto se debió a que las políticas destinadas a la inclusión de jóvenes y adultos tomaron forma a partir de ofertas escolares con características más degradadas. De ese modo, la secundaria de la EDJA se materializó con formatos que tuvieron una importante reducción de la carga horaria, que apuntaban a ser más flexibles y garantizar la terminalidad educativa. Muchas de estas ofertas funcionaron en espacios educativos extra escolares que de manera frecuente no contaban con lo necesario para brindar una formación de calidad. Asimismo, por lo usual las condiciones laborales de los docentes fueron más precarias que las del resto del sistema educativo (De Luca, 2017; Viego, 2015). Todos estos aspectos incrementaron la diferenciación educativa general y al interior de la educación de jóvenes y adultos.

3. Particularidades de la población destinataria de la EDJA

Si se toma esta cuestión en un sentido amplio, para algunos autores el origen socioeconómico de los estudiantes es lo que determina la especificidad de la educación de jóvenes y adultos, como afirman por ejemplo Brusilovsky y Cabrera (2006). Para estas autoras, la EDJA se centra en la formación de “sectores populares” que han quedado por fuera del sistema escolar. Es entonces que, a diferencia de quienes delimitan a sus alumnos desde una cuestión etaria, Brusilovsky (1996) señala que en Argentina y América Latina la misma se ha referido a la educación de jóvenes y adultos definidos como carenciados, obreros, pobres, trabajadores, etc. Rodríguez (2009) por su parte afirma también que el término adulto oculta el verdadero sujeto que accede a la EDJA: un “marginado pedagógico”, perteneciente a los “sectores subordinados”. De esta manera se indica que las características de los que asisten no se limitan por la edad de edad, sino a sus condiciones de vida. Es así que tanto la pobreza como la situación laboral son elementos centrales en la secundaria para jóvenes y adultos (Rodríguez, 2008).

Un modo de aproximarse a las condiciones de vida de los alumnos de la secundaria de la EDJA en Argentina puede hacerse de forma indirecta, a través de indicadores que muestren las particularidades de quienes potencialmente estarían en circunstancias de acceder a la modalidad. Es decir, de aquellos jóvenes y adultos que no han llegado a finalizar el nivel secundario en las distintas partes del país. En este caso, autoras como Sirvent (2005) han avanzado en el reconocimiento del vínculo entre la pobreza económica y los bajos niveles escolares. Esta “pobreza educativa” afecta cada vez a más individuos, ya que se agudiza con el empobrecimiento generalizado de la sociedad argentina.

Similares observaciones han hecho Riquelme, Herger y Sassera (2018) acerca de la población potencial que accede a la EDJA. Estas investigadoras explican que si bien se ha dado una expansión en el acceso al secundario en los jóvenes y adultos, aún existen importantes divergencias entre hogares si se tienen presentes estadísticas como las necesidades básicas insatisfechas (NBI)² o los ingresos per cápita. Según estas autoras, los que viven en hogares con NBI demuestran mayores niveles de deserción escolar antes de haber finalizado el nivel secundario que aquellos que no tienen necesidades básicas insatisfechas. Estas disparidades se hacen más notables si se comparan los ingresos del hogar, lo cual da cuenta que los más pobres son los que menos logran completar la educación sancionada como obligatoria por el Estado.

Por otro lado, Topasso et al. (2016) rescatan el concepto de “nivel educativo de riesgo” (NER) para referirse a las personas de 15 años o más que dejaron de asistir a un establecimiento escolar llegando a alcanzar la primaria incompleta, primaria completa o secundaria incompleta. Estos sujetos en situación educativa de riesgo son considerados como destinatarios potenciales de la EDJA. A partir de una lectura sobre el NER en todo el país, indican notorias diferencias a nivel nacional entre las diversas provincias, mostrando a la vez que son los hogares pobres los más afectados por la deserción escolar prematura.

Otra manera de aproximarse a este objeto de estudio es aquella que surge de las producciones que han llevado adelante trabajos de campo para observar los rasgos distintivos de la población que asiste a la modalidad. En una investigación dedicada específicamente a los alumnos del secundario de la EDJA, De la Fare (2013) muestra por ejemplo que los destinatarios suelen presentar escenarios laborales heterogéneos. Unos están ocupados en empleos informales, mientras que otros se encuentran desocupados o subocupados. Algunos de ellos se desempeñan como asalariados en empresas privadas de la industria o el comercio, así como en el ámbito estatal, mientras que otros efectúan actividades de servicios tales como el cuidado o la limpieza doméstica, reparación de electrodomésticos, etc. o tienen pequeños emprendimientos, como puede ser un comercio. Este tipo de inserción laboral ha sido reconocida por otros autores como Montesinos et al. (2010).

Resultados similares son señalados por distintos análisis sobre el Plan de Finalización de Estudios Primarios y Secundarios para Jóvenes y Adultos II, más

2 Los indicadores de Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI) se refieren a hogares que habitan en una vivienda de tipo inconveniente (pieza de inquilinato, vivienda precaria, etc.), que no cuentan con un cuarto de baño, que poseen al menos un niño en edad escolar que no asiste a la escuela o que tienen cuatro o más personas por miembro ocupado y en los cuales el jefe de hogar detenta un bajo nivel de educación.

conocido como FinEs II³. En este caso, también se advierten estudiantes que realizan trabajos precarios y por bajos salarios, tanto en relación de dependencia o como cuentapropistas, y alumnos desocupados pero interesados en obtener un empleo (González, 2017; Sucunza, 2016). Nuevamente el servicio doméstico, las changas, el trabajo independiente o en ramas como la construcción, el comercio o la industria manufacturera se hacen presentes en los estudios de campo de estos autores.

En síntesis, las investigaciones mencionadas hacen aportes valiosos para poder comprender las características socioeconómicas de los alumnos de la EDJA. En el caso de aquellas que examinan la demanda potencial, se destaca el hecho de que los individuos que se encuentran en condiciones de acceder a la modalidad están por lo general debajo de la línea de pobreza. No obstante, el límite que se encuentra en este tipo de aproximaciones es que brindan una lectura global que abarca a todos los que potencialmente podrían estudiar en la EDJA, pero no a los que de manera efectiva lo hacen. Por lo tanto, se hace necesario avanzar en análisis más concretos sobre quienes asisten a la educación de jóvenes y adultos. En contraposición, las producciones referidas a estudios de caso posibilitan ver otros rasgos más específicos. Es decir, observan que se trata de sujetos que se encuentran por ejemplo en situaciones de desocupación o trabajo precario en ciertas ramas de la economía. Sin embargo, al tratarse de investigaciones que tienen un carácter local, no queda definido en qué medida sus conclusiones se presentan en el conjunto del alumnado de la EDJA a nivel nacional.

Tomando estos puntos, a continuación se propone un abordaje a las condiciones de vida de los estudiantes del secundario de la EDJA en Argentina a partir de estadísticas que logren abarcar a la población que concurre al nivel medio de la modalidad en todo el país.

4. Una aproximación estadística a las características socioeconómicas los alumnos de la educación secundaria de jóvenes y adultos en Argentina

De acuerdo con el objetivo central planteado al comienzo de este trabajo, en este apartado se busca mirar las particularidades socioeconómicas de los indi-

3 El Plan de Finalización de Estudios Primarios y Secundarios II (FinEs II) es un programa educativo creado a nivel nacional para lograr que jóvenes y adultos que abandonaron sus estudios puedan completar dichos niveles educativos. Su trayecto secundario se caracteriza por tener una menor carga horaria total, contratos más precarios para los docentes y la articulación con otras instituciones que funcionan como espacios escolares, tales como sindicatos, centros culturales, iglesias, etc.

viduos que cursan sus estudios en la educación secundaria de jóvenes y adultos en Argentina en los años recientes a partir de relevamientos estadísticos nacionales. Se toma como muestra principal la Encuesta Anual de Hogares Urbanos (EAHU) llevada a cabo por el INDEC en el año 2014. Se elige esta fuente debido a que brinda información de manera sistemática y estandarizada acerca del mercado de trabajo urbano en el conjunto del territorio nacional, lo cual no es menor teniendo en cuenta que Argentina es un país donde la población urbana es alrededor del 91% del total (Donaire et al., 2017). Para realizar una lectura sobre la evolución de la pobreza por ingresos se escoge por única vez la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) entre los años 2003 y 2018, ya que la EAHU solo se encuentra disponible entre los años 2010 y 2014. En el caso de la EPH, las características son similares a las de la EAHU, pero abarca únicamente 31 aglomerados urbanos (capitales de las provincias y localidades de más de 100.000 habitantes), llegando a cubrir el 70% de la población total del país. Finalmente, para hacer mención a la pertenencia a hogares con Necesidades Básicas Insatisfechas se toma en cuenta el Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas del año 2010, que abarca a la totalidad de la población argentina de ese año, debido a que es la fuente con más alcance para tomar en cuenta las NBI.

Para acotar el universo de los estudiantes de la EDJA a analizar se tomó como referencia a toda la población de entre 20 y 64 años inclusive, cuyo máximo nivel educativo se corresponda con la primaria completa o la secundaria incompleta, y que se encuentre concurriendo a un establecimiento escolar. La edad mínima fue elegida para no incorporar a alumnos de entre 12 y 19 años que pudieran estar participando de la secundaria común. La edad máxima se seleccionó asumiendo los 65 años como la edad promedio de jubilación, en la cual las personas se retiran por lo general del mercado laboral. Como grupo de control se escogió a la población adulta total de la misma edad en todo el país, para poder observar si las características de los alumnos del secundario de la EDJA son específicas de dicho grupo o no, y en qué medida son iguales o difieren de las del conjunto de la población adulta. Haciendo este recorte con la EAHU del 2014 la muestra dio un total de 403.345 asistentes al nivel medio de la EDJA, cifra no menor si se tiene en consideración que el número total de alumnos de la secundaria de jóvenes adultos relevados por la Dirección Nacional de Información y Evaluación de la Calidad Educativa (DINIECE) para ese año era de 539.490.

Resulta relevante hacer algunas apreciaciones metodológicas acerca de las divergencias en las cifras. En primer lugar, una fracción de esa diferencia se debe al hecho de que los relevamientos de la DINIECE, que se realizan a partir de la información que brindan las instituciones escolares, toman como parte de la

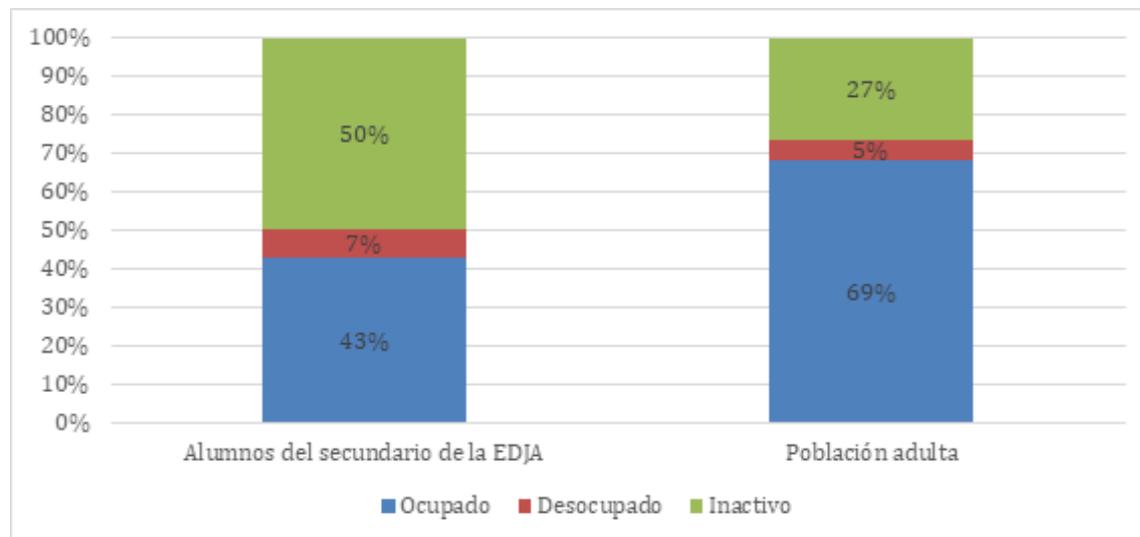
EDJA también a individuos que concurren a la modalidad entre las edades de 12 y 15 años (6.079 alumnos en 2014) y de 16 a 19 años (199.243 alumnos en 2014), y que quedan excluidos del presente estudio por las razones antes mencionadas. Por otro lado, el relevamiento de la DINIECE del 2014 no incorpora la matrícula de programas de terminalidad educativa con fuerte peso en la población como es por ejemplo el caso del plan FinEs, que cuenta con miles de estudiantes en todo el territorio nacional.

A la vez, las muestras de la EAHU y la DINIECE son llevadas a cabo en dos momentos distintos del año. Mientras que la primera se hace a lo largo de las doce semanas del tercer trimestre del año, la segunda se concreta en abril y toma las edades de los alumnos al mes de junio (o excepcionalmente a diciembre del año pasado dependiendo del período de funcionamiento del establecimiento). Esto puede causar en primer lugar que alumnos que figuran en el relevamiento educativo en abril, hayan desertado de la EDJA cuando se realiza el relevamiento del INDEC entre julio y septiembre. En segundo lugar, que algunos estudiantes que figuran en la muestra de la DINIECE con 19 años al mes de junio, tengan 20 años durante el tercer trimestre del mismo año. Por último, los relevamientos educativos de la DINIECE alcanzan a todo el territorio de Argentina, mientras que la EAHU solo abarca las zonas urbanas, con lo cual existe la posibilidad de que una parte de la matrícula no sea captada por esta última (aunque por lo general la EDJA en Argentina se desarrolla en espacios urbanos). Más allá de estas diferencias, los relevamientos efectuados por el INDEC brindan información significativa para poder comprender las condiciones de vida de una porción representativa de los sujetos que acceden al secundario dentro de la modalidad de jóvenes y adultos en la totalidad de Argentina.

Para comenzar, si se analizan los datos que la EAHU presenta en el año 2014, puede verse que un poco menos de la mitad de los asistentes al nivel medio de la EDJA se encuentran ocupados, mientras que la mitad se hallan inactivos y menos del 10% están desocupados⁴. El gran peso de los inactivos, superior al del conjunto de la población adulta, probablemente se debe a que la mayor parte figuran en el relevamiento como estudiantes, y que tampoco tienen un empleo.

⁴ La fuente consultada considera como población económicamente activa a todas aquellas personas que tienen una ocupación (ocupados) o que no la tienen pero están buscando tenerla de manera activa (desocupados). Por otro lado, define como inactivos a todos aquellos individuos que declaran no querer o no poder trabajar. En este último caso se trata de un conjunto muy heterogéneo ya que la categoría inactivos puede abarcar tanto a jubilados como estudiantes, amas de casa, discapacitados, rentistas, etc. (Donaire et al., 2017).

Gráfico 1. Condición de actividad en porcentajes. Alumnos del secundario de la EDJA y población adulta total. Argentina. 2014.



Fuente: elaboración propia en base a EAHU-INDEC.

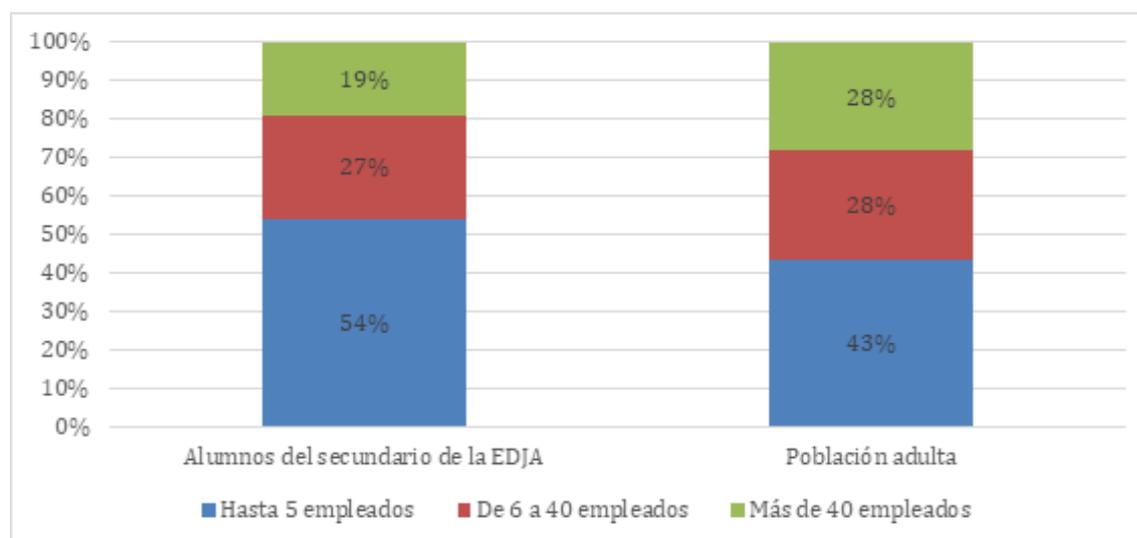
Continuando con la exploración, si se centra la mirada en los asistentes al nivel medio de la EDJA que están ocupados, la enorme mayoría de ellos (un 79%) figuran como asalariados, mientras que casi un quinto (18%) como cuentapropistas. Patrones y trabajadores familiares sin remuneración son marginales en esta muestra. Esto no difiere en gran medida de los promedios generales de la población adulta. Por otro lado, entre las ramas en las que se ubican los asistentes a la EDJA ocupados las que se destacan son, por orden de relevancia, la de comercio (21%), servicio doméstico (17%), industria manufacturera (11%), construcción (10%), y alojamiento y servicio de comidas (8%). Entre ellas abarcan casi al 70% de los ocupados dentro de los alumnos del nivel medio para jóvenes y adultos. Esto no resulta una gran sorpresa, ya que son en gran medida algunas de las ramas de la economía que más empleo absorbieron a lo largo del siglo XXI en Argentina (Beccaria y Maurizio, 2017; Coatz y Schteingart, 2016). Aquí por ende tampoco parece haber grandes diferencias si se cotejan estos datos con el conjunto de la población adulta, a excepción por el caso del servicio doméstico, que alcanza 8 puntos más para los estudiantes del secundario para jóvenes y adultos.

En lo que respecta a la intensidad de la ocupación principal de los asistentes al secundario de la EDJA, un poco más de la mitad (54%) declaran tener ocupación plena. Por otro lado, aproximadamente un cuarto de los estudiantes (26%) se encuentran sobreocupados y casi un quinto (19%) subocupados (del cual un 14% desea trabajar más horas). Aquí no parece haber una diferencia muy significativa entre este grupo y el conjunto de los adultos. En cuanto a los desocupados, la mayor parte (91%) declaran haber trabajado antes, y gran parte de ellos (74%) afirman que buscaron trabajo de modo acti-

vo. Esto es similar para ambos grupos analizados, con algunos puntos más para el caso de los asistentes de la EDJA. Por otro lado, casi la mitad de los desocupados (47%) afirman haber realizado alguna changa o trabajo temporal en el tiempo que buscaron empleo. En resumen, lo que puede verse es que dentro del conjunto de alumnos estudiados, la situación laboral es bastante heterogénea. Así, mientras que una parte logra obtener un empleo con la cantidad de horas consideradas normales, otra debe trabajar largas jornadas para poder subsistir o por el contrario no es absorbida plenamente por el mercado de trabajo y por ende no logra conseguir un empleo con la cantidad de horas deseada.

En cuanto al tamaño de los establecimientos donde se desempeñan los ocupados relevados, más de la mitad de quienes concurren a la educación secundaria de jóvenes y adultos lo hacen en pequeñas empresas de hasta 5 empleados. Solo un 19% están ocupados en empresas de más de 40 empleados. Se trata entonces de personas que trabajan sobre todo en pequeñas y medianas empresas, siendo este aspecto 11 puntos más alto que el de la población adulta total.

Gráfico 2. Tamaño de la empresa en que trabaja en porcentajes. Alumnos del secundario de la EDJA y población adulta total. Argentina. 2014.

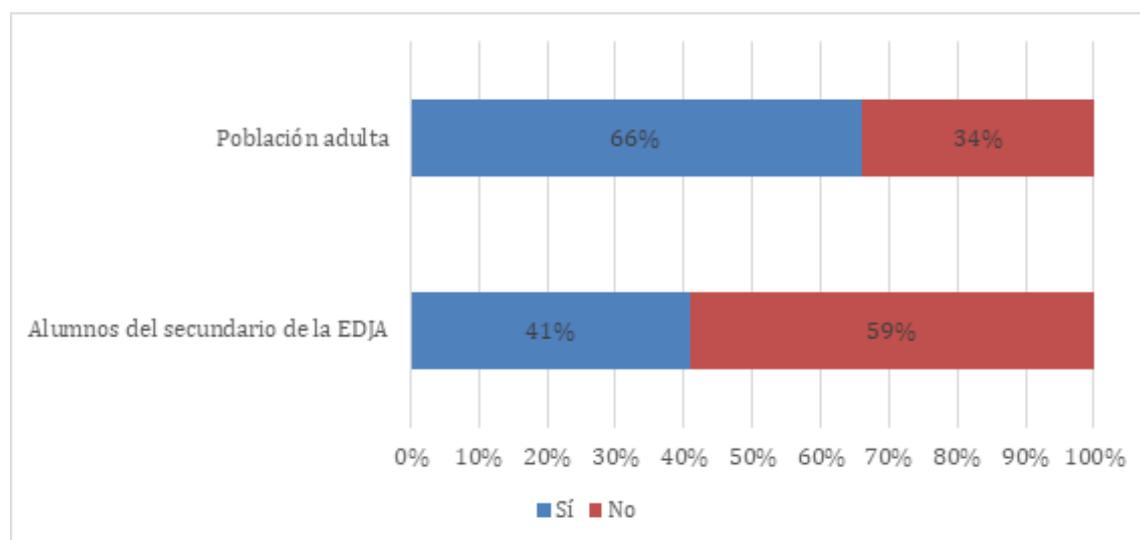


Fuente: elaboración propia en base a EAHU-INDEC.

En relación con lo dicho antes, existen varios indicadores que señalan que quienes asisten a la secundaria para jóvenes y adultos tienen trabajos que en general son más precarios que los del conjunto de la población adulta. Usualmente para distinguir entre trabajadores protegidos y precarios se utiliza el acceso o no a descuento jubilatorio (Arakaki, 2015). Al respecto, solo 2 de cada 5 individuos empleados que realizan sus estudios secundarios en la EDJA tienen empleos con dicho descuento. La diferencia aquí en relación a la población adulta es de 25 puntos.

A la misma conclusión se llega si se observa el acceso a un trabajo que provea obra social, licencia con días pagos por enfermedad, derecho a vacaciones pagas o sueldo anual complementario (más conocido como aguinaldo). Resulta revelador también que un 21% de quienes concurren al nivel medio para jóvenes y adultos tienen un empleo temporal. Este número es un tanto más alto que el de la población adulta total, que se ubica en un 13% en el año 2014.

Gráfico 3. Asalariado con descuento jubilatorio en porcentajes. Alumnos del secundario de la EDJA y población adulta total. Argentina. 2014.

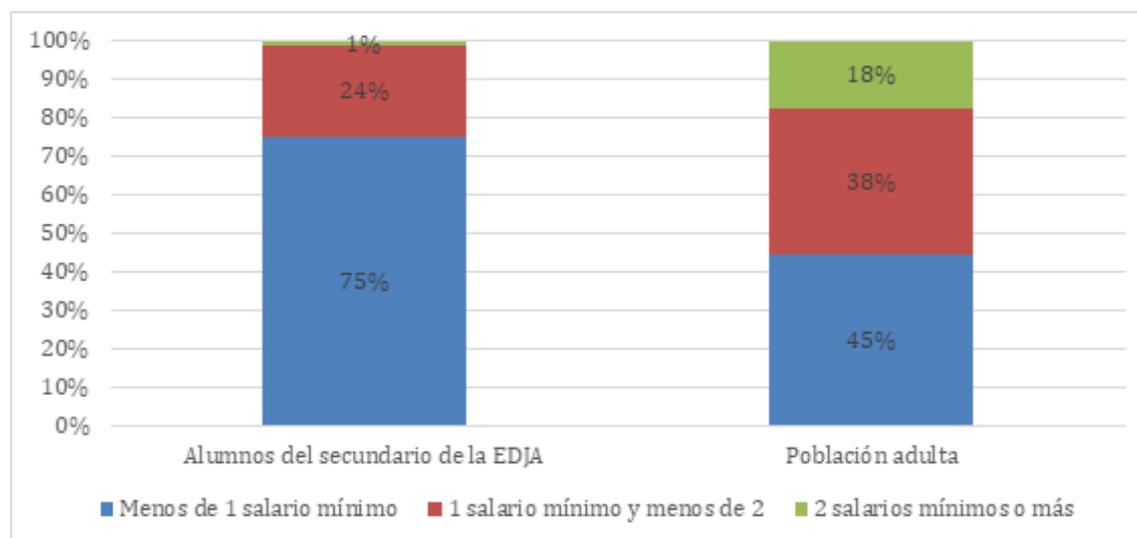


Fuente: elaboración propia en base a EAHU-INDEC.

En línea con lo dicho antes, si se compara el salario de la ocupación principal de los individuos relevados, también pueden verse claras asimetrías. Así, para el año 2014, tres cuartos de los asistentes al secundario de la EDJA ganaban menos de 1 salario mínimo y solo el 1% ganaba 2 salarios mínimos o más. En el caso de la población adulta total, la cantidad de individuos que ganaban menos de 1 salario mínimo era del 45% y un 18% ganaban más de 2 salarios mínimos o más⁵. Esto resulta llamativo ya que como se dijo antes, el 80% estaban ocupados de manera plena o sobreocupados. Es decir, no se trata de que ganen poco porque trabajen poco, sino más bien de que ganan poco a pesar de trabajar mucho.

5 El salario mínimo sancionado por el Estado en el 2014 era de \$4.400.

Gráfico 4. Salario de la ocupación principal. Alumnos del secundario de la EDJA y población adulta total. Argentina. 2014.

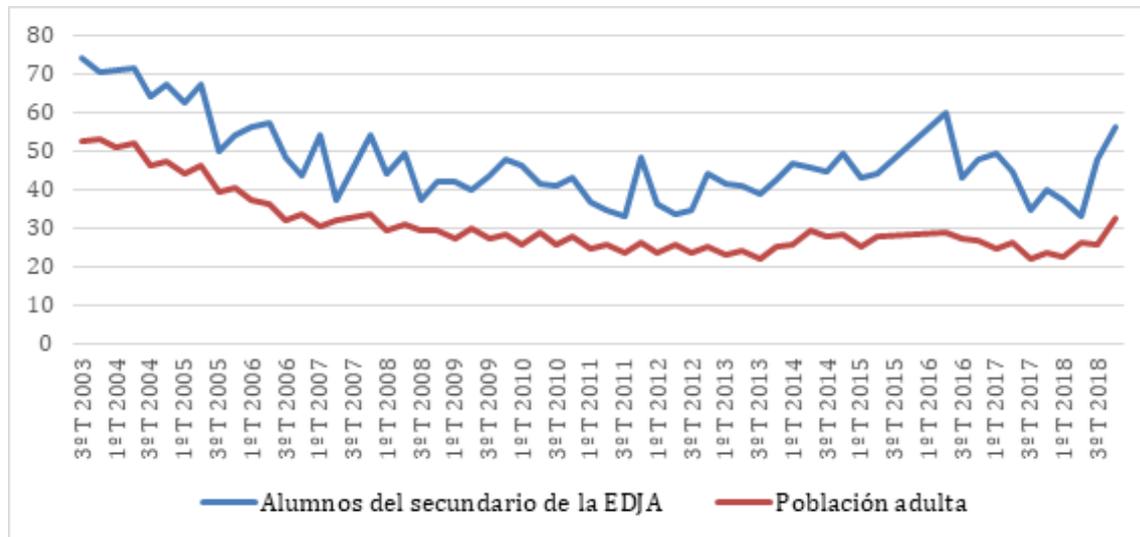


Fuente: elaboración propia en base a EAHU-INDEC.

En consonancia, si se observa la evolución de la pobreza por ingresos desde el 2003 hasta el año 2018, puede verse que los asistentes al secundario de la EDJA pertenecen a hogares que en general son más pobres que los del conjunto de la población adulta. De ese modo, al comienzo de la recuperación económica del 2003 más del 70% de quienes concurrían al secundario para jóvenes y adultos eran pobres, y aún en el mejor de los años ese número no baja del 33%. Hacia el final de la serie, en un nuevo contexto de crisis de la economía argentina, ese número vuelve a dispararse a más del 50% para quienes realizan la secundaria en la EDJA.

Según el INDEC, la pobreza existe cuando un hogar no puede alcanzar ingresos equivalentes al valor de la Canasta Básica Total (que incluye alimentos, así como también otros servicios no alimentarios tales como la educación, transporte o vestimenta). Esto es una clara manifestación de que quienes concurren al secundario para jóvenes y adultos viven en general en condiciones que no les permiten reproducirse con normalidad, no logrando alcanzar un consumo de bienes mínimo. En relación con esto, tal como muestra el Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas del 2010, ese año el 11,01% de quienes asistían al secundario de la EDJA vivían en hogares con al menos 1 indicador de NBI, número muy similar al del conjunto de la población adulta.

Gráfico 5. Evolución de la pobreza por ingresos en porcentajes. Alumnos del secundario de la EDJA y población adulta total. Argentina. 2003-2018.

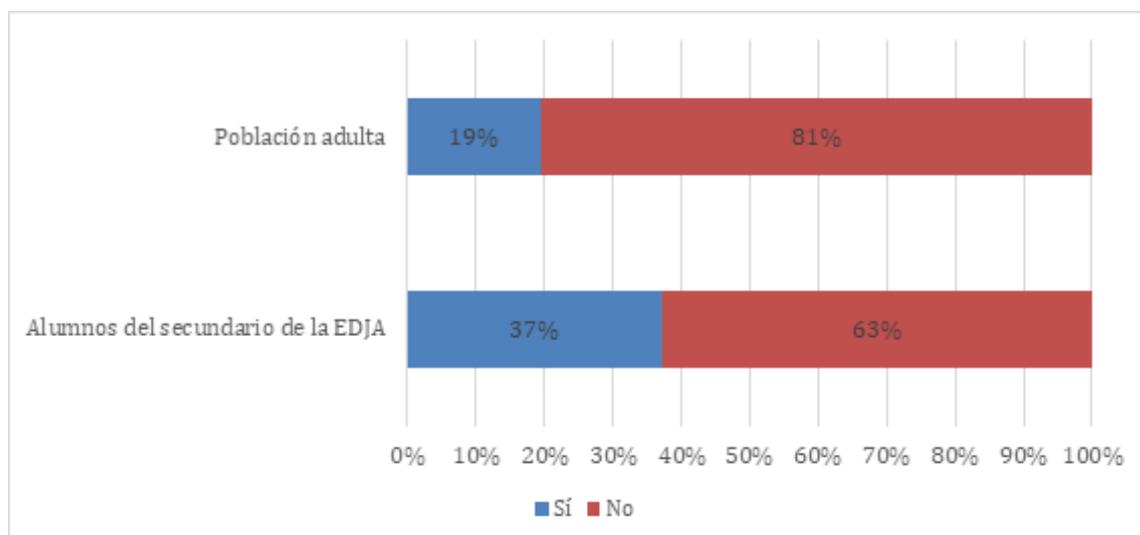


Fuente: elaboración propia en base a EPH-INDEC y Zack et al., 2017.

Aclaración: se omitió la información del 3er trimestre del 2007, 3er y 4to trimestre del 2015 y 1er trimestre del 2016, ya que la misma no está disponible.

Como contracara, en lo que se refiere al acceso a la asistencia social por parte del Estado o instituciones como la iglesia, también aquí se trata de una cifra más elevada en el caso de los asistentes a la secundaria de la EDJA. De esa manera, en 2014 el 37% de los mismos recurrían a subsidios o ayuda en forma de dinero o mercadería para su subsistencia, número que en el total de los adultos se ubicaba en 19%.

Gráfico 6. Acceso a subsidios o ayuda social en dinero o mercadería de instituciones públicas o privadas en porcentajes. Alumnos del secundario de la EDJA y población adulta total. Argentina. 2014.



Fuente: elaboración propia en base a EAHU-INDEC.

Haciendo una síntesis de la información analizada sobre los estudiantes del secundario para jóvenes y adultos, puede verse que casi la mitad de los individuos relevados se encuentran ocupados, siendo la mayor parte de ellos asalariados. Las ramas donde se desempeñan son sobre todo algunas de las que más empleo absorbieron en los últimos años en Argentina (comercio, servicio doméstico, manufactura, construcción, etc.). La mayoría de ellos trabajan en pequeñas y medianas empresas. De entre los ocupados, solo la mitad lo hacen de manera plena, mientras que el resto se divide de modo relativamente equitativo entre subocupados y sobreocupados. A la vez, más de la mitad de los asalariados están precarizados, sin gozar de aguinaldo, aportes jubilatorios, obra social, vacaciones pagas, etc. Por otro lado, 1 de cada 5 figuran realizando trabajos temporales. Al mismo tiempo, la mitad de los alumnos relevados aparecen en la muestra del INDEC como inactivos, ya que se dedican a estudiar y no buscan trabajo de modo activo. Dentro del minoritario grupo de los desocupados, la mayoría de ellos trabajaron con anterioridad y ahora se encuentran desempleados. De ellos, 3 de cada 4 dicen haber buscado empleo enviando su currículum o respondiendo/colocando avisos. Mientras tanto, casi la mitad hizo changas.

En cuanto al salario de la ocupación principal de quienes están empleados, 3 de cada 4 asistentes al secundario de la EDJA ganan menos del salario mínimo por su trabajo, a pesar de que en gran medida se desempeñan en jornadas normales o incluso más largas de lo común. En consonancia, se trata de una porción de la fuerza de trabajo que se reproduce con bajos ingresos. Es común que vivan en la pobreza, llegando la misma a superar el 70% en el 2003 y no bajando del 33% en los mejores años. No es casual que un 37% de ellos recurran a la asistencia social en forma de ayudas en dinero o mercadería por parte de organismos públicos o privados.

Estas características son coincidentes con lo que plantean los estudios previos sobre los estudiantes de la secundaria de jóvenes y adultos reseñados (tanto los que analizan la matrícula potencial, como los que realizan estudios de caso en espacios geográficos limitados), a los que el presente trabajo buscó aportar desde la estadística a nivel nacional.

5. Reflexiones finales

Este escrito tuvo como objetivo analizar en qué medida los individuos que acceden a la educación secundaria de jóvenes y adultos en Argentina en años recientes están atravesados por la desigualdad. Para ello se avanzó por distintos niveles de análisis, comenzando por la expansión diferenciada del nivel secundario y el papel de la educación secundaria de jóvenes y adultos. Luego se retomaron las investigaciones previas acerca de las condiciones de vida de los alumnos del secundario de la EDJA, marcando sus

contribuciones y posibles límites para dar cuenta de las particularidades de los alumnos en todo el territorio argentino. Como aporte a esta cuestión, se llevó adelante una aproximación estadística retomando la Encuesta Anual de Hogares Urbanos (2014), la Encuesta Permanente de Hogares (2003-2018) y el Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas (2010) del INDEC, teniendo como meta poder cuantificar las cualidades distintivas de quienes realizan sus estudios secundarios en la EDJA en lo que respecta a su situación económica.

De acuerdo con lo observado en los relevamientos mencionados, puede verse que el escenario socioeconómico de los individuos que asisten a la educación secundaria de jóvenes y adultos en Argentina comparte elementos que la asemejan con el resto de la población adulta, tales como la categoría de ocupación, la intensidad de la misma o el tamaño del establecimiento y la rama de la economía en donde se desempeñan. No obstante, y a diferencia del total de los adultos, los alumnos del nivel medio de la EDJA exhiben niveles de pobreza, precariedad laboral y acceso a la asistencia social que en promedio son mayores. Estas particularidades son coincidentes con lo que plantean estudios previos, a los cuales el presente trabajo ha buscado aportar desde la estadística.

En síntesis, puede decirse que, en comparación con el conjunto de los adultos de Argentina, quienes concurren al secundario dentro de la EDJA tienen peores condiciones de vida. Ello indica que en efecto su existencia material está atravesada por la desigualdad social. No es casual tampoco que se trate de personas que han abandonado de manera previa la escuela, y que las ofertas del nivel medio para esta porción de la sociedad se identifiquen por apuntar a la inclusión y la flexibilidad, creando en el proceso trayectos escolares que se encuentran degradados si se los contrasta con el resto del sistema educativo.

Entre otros aspectos, esto deja planteada la pregunta sobre cómo se insertan los elementos observados en las transformaciones más generales de la sociedad argentina durante las últimas décadas, y más en concreto, por la creciente diferenciación de la fuerza de trabajo que ha ocurrido por lo menos desde la década de 1970 en el país. Por otro lado, queda pendiente la cuestión de si la forma que tomó la expansión del secundario para jóvenes y adultos en Argentina responde a las demandas de la población por obtener el título secundario para estar en mejores condiciones dentro del mercado laboral, o si existen necesidades propias de la economía argentina de contar con ciertos conocimientos específicos en una fracción de la fuerza de trabajo que no estaría accediendo a ellos en la secundaria común. Esta pregunta requiere una exploración más profunda sobre la EDJA, pero que necesariamente implica conocer las características socioeconómicas de sus alumnos.

Referencias

- Acosta, F. (2012). La escuela secundaria argentina en perspectiva histórica y comparada: modelos institucionales y desgranamiento durante el siglo XX. *Cadernos de História da Educação*, 11 (1), 131-134.
- Arakaki, A. (2015). Trabajadores precarios del sector privado. Una evaluación de su volumen, composición y remuneración en la experiencia argentina reciente. En J. Lindenboim y A. Salvia (Coords.). *Hora de balance: proceso de acumulación, mercado de trabajo y bienestar: Argentina, 2002-2014* (pp. 173-210). Eudeba.
- Arceo, N. et al. (2008). *Empleo y salarios en Argentina: una visión de largo plazo*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Beccaria, L y Maurizio, R. (2017). Mercado de trabajo y desigualdad en la Argentina. Un balance de las últimas tres décadas. *Sociedad*, (37), 15-41.
- Botinelli, L. (2017). Educación y desigualdad. Un repaso por algunos aportes de la sociología de la educación en la Argentina. *Revista Sociedad*, (37), 95-112.
- Braslavsky, C. (1989). *La discriminación educativa*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores.
- Brusilovsky, S. (1996). Educación de adultos: conceptos, realidades y propuestas. *Diálogos*, 1, 38-44.
- Brusilovsky, S. y Cabrera, M. E. (2012). *Pedagogías de la educación escolar de adultos: una realidad heterogénea*. México: CREFAL.
- Brusilovsky, S. y Cabrera, M.E. (2006). La normativa para educación de adultos. Una de las claves para entender la vida escolar. En S. Brusilovsky. Educación escolar de adultos. Una identidad en construcción (pp. 69-79). Buenos Aires, Argentina: NOVEDUC.
- Coatz, D. y Schteingart, D. (2016). *La industria argentina en el siglo XXI: entre los avatares de la coyuntura y los desafíos estructurales*. Boletín Informativo n° 353. Techint.
- De la Fare, M. (2013). *Estudiantes del nivel secundario de la Educación Permanente de Jóvenes y Adultos (EPJA)*. Serie Informes de Investigación n. 8. Buenos Aires: ME-DiNIECE.
- De Luca, R. (2017). *Brutos y baratos. Descentralización y privatización en la educación argentina (1955-2001)*. Buenos Aires: Ediciones RyR.
- Deborkin, D. y Rivas, A. (2018). ¿Qué cambió en el financiamiento educativo en Argentina? Buenos Aires: CIPPEC.
- Donaire, R., Rosati, G., Cavalleri, S. y Mattera, P. (2017). *Superpoblación relativa en Argentina. Construcción de un instrumento para su relevamiento sistemático y estandarizado*. Documentos y Comunicaciones n. 17. PIMSA.

- Finnegan, F. (2016). La educación secundaria de jóvenes y adultos en la Argentina. Una expansión controversial. *Encuentro de Saberes*, 6, 33-42.
- González, F. (2017). El empleo y el trabajo como dimensiones de análisis: El proceso de inserción laboral de estudiantes del FinEs2. *Questión*, 1 (56).
- Montesinos, M., Schoo, S. y Sinisi, L. (2010). *Aportes para pensar la Educación de Jóvenes y Adultos en el nivel secundario. Un estudio desde la perspectiva de los sujetos*. Serie La Educación en Debate n° 7. ME-DINIECE.
- Riquelme, G., Herger, N. y Sasserá, J. (2018). *Deuda social educativa con jóvenes y adultos. Entre el derecho a la educación, los discursos de las políticas y las contradicciones de la inclusión y la exclusión*. CABA: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, UBA.
- Rodríguez, L. (2008). *Situación presente de la educación de personas jóvenes y adultas en Argentina*. México: CEAAL-CREFAL.
- Rodríguez, L. (2009). Educación de adultos en la historia reciente de América Latina y el Caribe. En P. Moreno Martínez y C. Navarro García (coords.). *Perspectivas históricas de la educación de personas adultas* (pp. 64-82), v. 3, n. 1. Salamanca, España: EFORA.
- Salvia, A. et al. (2000). Reformas laborales y precarización del trabajo asalariado (Argentina 1990-2000). En J. Lindenboim (comp.). *Crisis y metamorfosis del mercado de trabajo. Parte 1: Reflexiones y diagnóstico* (123-167). Buenos Aires, Argentina: CEPED, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires.
- Sirvent, T. (2005). Los jóvenes y adultos en la Argentina en el contexto de las políticas de neoconservadurismo. *Pensamiento Educativo*, 37, 277-295.
- Sucunza, M. (2016). La incidencia del Plan Fines II en las trayectorias educativo-laborales de las personas que participaron de ésta experiencia. *Revista Oficio*, 2, 4-61.
- Tiramonti, G. (2019). La escuela media argentina: el devenir de una crisis. *Propuesta Educativa*, 51, 78-92.
- Topasso, P., Castañeda, J. P. y Ferri, P. (2016). La Demanda Potencial por Educación de Jóvenes y Adultos, de acuerdo al procesamiento de datos del Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010. Trabajo presentado en *Jornada Educación y Trabajo de jóvenes y adultos a lo largo de la vida* organizada por PEET-IICE, Buenos Aires.
- Viego, V. (2015). Políticas públicas para la terminalidad educativa: el caso del Plan Fines en Argentina. *Archivos analíticos de políticas educativas*, 23 (10).

Fuentes

- Encuesta Anual de Hogares Urbanos 2014. INDEC.
- Encuesta Permanente de Hogares 2003-2018. INDEC.
- Relevamiento Anual 2014. DINIECE.